UNIVERSIDADE DE SOROCABA

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

Milton Pimentel Martins

COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA POLÍTICA E IDEOLOGIA NOS TEMPOS DE JOÃO GOULART

Sorocaba/SP
2009

Milton Pimentel Martins

COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA POLÍTICA E IDEOLOGIA NOS TEMPOS DE JOÃO GOULART

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em 27 de agosto de 2009 da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Osvando José de Morais

Sorocaba/SP
2009

MILTON PIMENTEL MARTINS

Comunicação, Propaganda Política e Ideologia nos tempos de João Goulart

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Ass.:_______________________________________
Pres. da banca: Prof. Dr. Osvando José de Morais, Universidade de Sorocaba

Ass.:_______________________________________
1º Exam.: Prof. Dr. Belarmino César Guimarães da Costa, Universidade Metodista de Piracicaba

Ass.:_______________________________________
2º Exam.: Prof. Dr. Maurício Reinaldo Gonçalves, Universidade de Sorocaba

Dedico cada caractere registrado, nesta dissertação, ao meu pai e minha mãe que, inexplicável ou magicamente, estavam sempre do lado para o qual meu corpo ameaçava tombar nos vários momentos difíceis pelos quais passei nestes últimos anos, oferecendo seus ombros, cuja firmeza o tempo vem roubando; mas que, mesmo assim, escoravam-me pela força que eles tiravam nem sei de onde e, assim, impedir que meu rosto, a pele e os ossos dele, conhecessem a dureza do chão.

À generosidade do casal Carla da Silva Santana de Castro e José Marcelo de Castro, que me concederam, em detrimento dos seus, um benefício que me isentou de arcar com os valores das mensalidades, gesto sem o qual a presente empreitada nem teria existido. A dívida para com eles transcende o âmbito financeiro. Por tudo o que significou, penso ser a mesma impagável.

Dedico, igualmente, à minha esposa Emanuelle, que deu sentido à frase retórica que todo padre profere "... permanecerão juntos na alegria e na tristeza...", uma vez que a presença dela, na minha vida, equalizou todos os momentos de modo que eu os vivenciasse, a todos, por piores que parecessem a olhares externos, com uma dose de ternura inefável.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os meus quatro irmãos – Otavio, Gisele, Silvio e Eduardo - pelo apoio incondicional que sempre me franquearam.

Agradeço a meu orientador, Prof. Dr. Osvando de Morais pelo apoio, paciência e, sobretudo, por estender-me a mão num momento em que o descrédito e o desânimo ameaçavam mudar os destinos da minha vida. Percebi, graças a ele, que do mesmo modo que nos deparamos com pessoas que nos atiram poço abaixo, existem aquelas que nos amparam e nos ajudam no processo de recuperação de tudo: da autoestima, da confiança, da vocação.

Agradeço a todo o corpo de professores da UNISO pelos conhecimentos transmitidos e pela amizade que a convivência legou, especialmente aos docentes Prof. Dr. Maurício R. Gonçalves e Profa. Dra. Míriam Cristina Carlos Silva pelas contribuições que ajudaram a aprimorar o presente trabalho.

Agradeço a meus colegas de turma que, graças aos debates, troca de ideias e “tiradas” engraçadas - aspectos sempre presentes nesse tipo de experiência ou convivência que exige aproximação entre as pessoas – fizeram a caminhada ser mais divertida e agradável.

Agradeço a Livio Sakai, Victor Kraide e Ingrid Gomes pelo apoio moral e, muitas vezes técnico, fruto de um generoso compartilhamento de conhecimento, que embalavam nossos sempre estimulantes encontros.

Agradeço ainda a todos aqueles que direta ou indiretamente acreditaram em minha capacidade ou não economizaram palavras de estímulo, fatores tão importantes para que levasse a termo o curso de mestrado.

O predomínio do utilitário e da tecnologia oblitera a significação da vida social, subordinando o valor de uso ao formalismo vazio do valor de troca. O consumismo afasta-se do significado a fim de enredar o sujeito subliminarmente, libidinalmente, no nível da resposta visceral e não da consciência refletida. Nessa esfera, bem como no âmbito da mídia e da cultura cotidiana, a forma sobrepuja o conteúdo, os significantes sobrepujam os significados, para nos oferecer as superfícies vazias, desafetas e bidimensionais de uma ordem social pós-moderna. Essa hemorragia de significado em grande escala é a causa dos sintomas patológicos que afetam a sociedade por todos os lados: drogas, violência, revoltas estúpidas, a busca desnorteada de significados místicos. Por outro lado, porém, é ela que fomenta a apatia amplamente disseminadas, de modo que a questão já não é mais se a vida social tem ou não significado, ou se essa significação, em particular, é preferível àquela, mas se tal questão é inteligível. (Terry Eagleton)

RESUMO

O desiderato do presente trabalho consistiu em desvendar as estratégias comunicacionais-propagandísticas, às quais o presidente João Goulart recorreu não só visando à eleição nas disputas eleitorais às quais concorreu; mas, também, salvaguardar a govenabilidade do seu mandato presidencial pois, dentro de um contexto de polarização ideológica atroz, teria de se preocupar em granjear, constantemente, o apoio da população e, assim, conseguir algum esteio que lhe oferecesse estabilidade mínima para que levasse adiante seus projetos. Demonstrar-se-á que, naquilo que parece uma simples campanha propagandística, há toda uma relação dialética e umbilical entre o teor dos discursos e as variáveis da conjuntura histórica tidas por mais relevantes por todos os atores sociais envolvidos. Essa constatação conduziu à pesquisa a investir num detalhado levantamento histórico, o que permitiu compreender como comunicação e realidade se retroalimentam reciprocamente e, mais ainda, iluminou a interpretação dos esforços comunicacionais de Goulart de modo a revelar o papel dual que desempenharam na formação da sua imagem: conquanto o ajudavam, paradoxalmente, instrumentalizavam a contrapropaganda ideológica intensa que sofreu. Ver-se-á que suas estratégias propagandísticas contribuíram com a escalada da radicalização que redundaria no golpe militar.

Palavras-chave: João Goulart, Reformas de base, Propaganda política e ideológica

ABSTRACT

The goal of this study was to unravel the communication strategies of propaganda which president João Goulart used not only for election purposes but also to make his government feasible. In this radical context of ideological polarization, Goulart's government communicative acts tried to gain the support of the population and thus achieve a bond that offered a minimum of stability to make his projects successful. The study aims to prove that a simple propaganda campaign reveals a dialectical relationship between the content of the speeches and the variables in the economic history which are very relevant to all social actors involved. Due to this, the present study went into a deep historical research, which made it possible to understand how communication and reality feeds back each other, making clearer the interpretation of Goulart's efforts in communication and how these same efforts, at the same extent that helped him, paradoxically, also served as intense ideological contrapropaganda against him, serving as fuel to the forces and moves that led to the military coup.

Keywords: João Goulart, base reforms, political and ideological propaganda.

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue el de desentrañar las estrategias de comunicación de la propaganda utilizada por el presidente João Goulart no sólo para la elección en las disputas electorales; pero, también, hacer posible su gobierno. En este contexto radical de la polarización ideológica, sus actos comunicativos se han convertido también para conseguir el apoyo de la población y, por tanto, lograr un vínculo que ofrezca un mínimo de estabilidad para llevar adelante sus proyectos. Va a ser demostrado que una simple campaña de propaganda revela una relación dialéctica entre el contenido de los discursos y las variables en la historia económica muy importante para todos los actores sociales involucrados. Este hallazgo dio lugar a un aumento de los esfuerzos de la investigación histórica, lo que permitió entender cómo la comunicación y la realidad retroalimentan entre sí y aún más iluminan Goulart la interpretación de los esfuerzos de comunicación e incluso en la misma medida en que lo ayudó, paradójicamente, la intensa instrumentalizada ideológica contra propaganda sufrida por él, y que la intensa escalada de radicalización que condujo al golpe militar.

Palabras clave: João Goulart, Reformas de base, Propaganda ideológica y políticas.

LISTA DE FIGURAS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

> Para Jango, a política sempre foi uma forma de ter poder, de favorecer os amigos, como se o governo fosse apenas uma extensão das suas estâncias em São Borja. [...] O desprezo pelos valores republicanos marcou a passagem de Jango pelos diversos cargos públicos que ocupou. Usou recursos públicos como instrumento de ação política sem nenhum pudor, como se fosse algo absolutamente natural (VILLA, 2004, p. 238 - 239).
>
> Aos poucos a história, e disso ela é mais capaz do que qualquer um de nós, vai traçando o perfil exato de um homem simples, humilde, honrado, cujo ideário político, que tanto lhe custou em sacrifícios, e até mesmo lhe tirou a vida, se resumia em querer dar ao povo brasileiro, através de sérias reformas numa sociedade imobilista e tomada pelo egoísmo, melhores condições de vida (PINHEIRO NETO, 1993, p. 9).

A verdade. Esse é o sonho de qualquer pesquisador quando dá partida aos trabalhos de desvendamento de seu objeto de estudo. Por mais que se tenha sido avisado, diversas vezes, pelas incontáveis discussões pouco conclusivas das quais participamos, no decorrer da vida acadêmica, é difícil não acalentar a pretensão de que conseguiremos dar um passo definitivo para a obtenção de uma síntese, senão definitiva, ao menos decisiva para o campo do conhecimento no qual o tema se encaixa. Depois de avançados na pesquisa, tornamo-nos mais modestos e realistas no que diz respeito ao alcance de nossa contribuição.

É certo e aceitamos que a objetividade total em estudos científicos voltados às ciências humanas é impossível. Mas, o que dizer do material encontrado acerca do ex-presidente João Goulart? É comum e até saudável constatar opiniões ou interpretações divergentes, conflitantes. Na maioria das vezes, isso nos fornece balizas para efetuarmos uma análise lúcida e, minimamente imparcial do fenômeno enfocado. No caso do objeto em tela, entretanto, as divergências são irreconciliáveis. A maior parte dos depoentes, estudiosos e analistas rotulam Goulart de incompetente, desastrado, indeciso, corrupto, ou seja, é por eles satanizado. Essa má vontade não passa despercebida por Gomes e Ferreira (2007), e nela embarcam para ponderar sobre o "lugar" que a História vem conservando para Goulart dentro do "panteão" dos presidentes da República.

> Um "lugar" basicamente polêmico, pois Jango, [...] , exatamente por estar contido no episódio do golpe de 1964, tornou-se alvo de apreciações em geral nada favoráveis, quer da "direita", quer da "esquerda", e isso, diga-se de

> passagem, desde os anos 1960. Nesse sentido, sobretudo considerando-se a memória dos presidentes da República de 1946-64, Jango é um presidente "esquecido" ou lembrado em chave muito crítica/negativa (GOMES; FERREIRA, 2007, p.7-8).

No entanto, a memória de Jango não é composta somente por um viés que desequilibra a "balança" de modo a fazer crer que ele tenha sido um político bem pior do que seria sensato supor. Existe um enviesamento que vai no sentido contrário, ou seja, que lhe rende loas como idealista, inimigo da "elite medieval" brasileira, defensor dos pobres etc. – embora encontrados em número menor –, cujo saldo é o estereótipo, tornando igualmente difícil a tarefa de se extrair significados verossímeis acerca de seu papel para a história política do país. Quase todos que, de um modo ou de outro tocam na questão, emitem juízo de valor radical, são inquisidores ou complacentes demais. Marieta de Moraes Ferreira (2006) também faz menção ao fenômeno:

> Desse conjunto de depoimentos emerge uma memória construída a partir de elementos incoerentes e, até mesmo, contraditórios. Bondade, incapacidade, modéstia, ingenuidade, periculosidade, caudilhismo são algumas qualidades que compõem uma imagem enigmática do personagem (FERREIRA, 2006, p. 19).

De uma lista não muito grande[1], escolhemos um exemplar de cada um dos lados, ambos bastante representativos para demonstrar as dimensões da dificuldade enfrentada. O libelo escolhido é "Jango – Um perfil (1945 – 1954)", de Marco Antonio Villa. Doutor em História, professor da Universidade Federal de São Carlos, pesquisador respeitado, realizou ótimo trabalho de prospecção histórica. É uma das obras mais recentes dedicadas a Jango. Em praticamente toda ela, o autor não consegue conter o prurido de comprovar – a fórceps – sua tese de que Jango foi um oportunista sortudo, mal caráter, sem vocação para a política e muito menos para o exercício da Presidência da República. É até engraçada a dissonante ressalva da conclusão, uma ilhazinha num oceano de fel. Após a devassa que gerou um bombardeio de julgamentos sobre a vida particular do ex-presidente, Villa (2004, p. 241) contemporiza, para logo após, já na mesma página, voltar à carga com a catilinária que destilou ao longo do livro todo:

---

[1] Até o final da presente pesquisa haviam sido publicados apenas cinco livros que focavam especificamente a figura de Goulart: três acadêmicos, um de jornalista e outro de companheiro de partido e membro da equipe de governo. Todos fazem parte da bibliografia que auxiliou na construção desta dissertação e quatro serviram de subsídio para este capítulo.

> Evidentemente não cabe imputar a Jango todas as mazelas do Brasil na conjuntura de 1964. Afinal, o país não chegou a uma situação de pré-guerra civil simplesmente pela ação de um único homem. O acirramento das contradições políticas, sociais e econômicas, como já foi dito, chegou ao nível mais elevado de nossa história. [...] Mas João Goulart, pela posição que ocupava, poderia ter impedido que tal ocorresse, caso tivesse um papel construtivo, materializado em um projeto de governo que obtivesse a hegemonia política, que desse sustentação à sua presidência. [...] Não se esqueceu, porém, de encontrar um expediente para si: foi para o exílio, comprou fazendas no Uruguai, Argentina e Paraguai – além das que possuía no Brasil – e manteve os velhos hábitos. [...] Ficou a lenda de um presidente democrata, reformista, que foi derrubado porque queria enfrentar os privilegiados. Definitivamente, Jango foi um homem de sorte.

Apesar de aparentemente contemplá-la, como a passagem acima parece ensaiar, Villa negligencia a grave instabilidade social, política e econômica que assolava o país. Mais do que isso, credita-as na conta de Jango. Supervaloriza a sua influência para a deterioração do quadro. Conforme demonstraremos em capítulos subseqüentes, outros estudiosos apresentam argumentos e dados muito mais convincentes, que se não absolvem Goulart, muito menos aquinhoam-no com uma fatia maior de responsabilidade pela crise.

Na medida em que não detalha as variáveis do contexto e, conseqüentemente, não consegue amarrar eficientemente o nexo causal entre sua deterioração e a incompetência de Jango, sobra uma lacuna, cujo não-preenchimento tornaria inócuas suas tentativas em despejar a culpa sobre o então presidente. Ele as preenche com uma série de revelações das peripécias sexuais e dos vícios – fruto da invasão da vida pessoal do biografado –, e de outras pequenas gafes desabonadoras. É na confusão entre o público e o privado que se tenta fisgar o leitor, convencê-lo, pela manipulação de seu senso moral, de que o político Goulart era imoral como o homem Goulart. Já, no primeiro capítulo, deparamo-nos com os primeiros de uma série de "deslizes" de caráter. Ainda adolescente

> Jango teve uma relação com uma empregada da fazenda do pai, Elfrida Dornelles. A moça ficou grávida aos 16 anos e acabou expulsa de casa pela família de Goulart. O filho nasceu no mesmo ano, recebeu o nome de Noé e foi criado por outra família. [...] (No ano de) 1935, foi admitido na faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre. Como tinha 16 anos, idade que não permitia ser inscrito no curso, o pai obteve uma certidão adulterada no cartório de São Borja, que alterava seu nascimento para 1918. Nos quatro anos de permanência em Porto Alegre, Jango não se interessou por política. [...] As atenções de Jango estavam concentradas no futebol [...], e nas mulheres, como assíduo freqüentador dos prostíbulos da cidade. Em um deles acabou adquirindo sífilis, que, afetando-lhe o joelho esquerdo, dificultou sua locomoção – o que sempre atribuiu a um coice de cavalo – e o impediu de continuar a jogar futebol (VILLA, 2004, p. 12).

Em 1955, já presidindo o PTB, e em campanha para o segundo posto mais importante do executivo federal, havia se mudado para o Rio de Janeiro. Sua esposa Maria Teresa permanece em São Borja. Mas seus "hábitos" não cessam, o que segundo Villa, traz grande sofrimento para a companheira.

> O isolamento nos Pampas e a ausência do marido fizeram com que a jovem de 18 anos tentasse suicídio ingerindo uma grande dose de barbitúricos. [...] Jango interrompeu a campanha eleitoral e voou para São Borja. Lá permaneceu até o restabelecimento de Maria Tereza e levou-a para morar no Rio de Janeiro onde nasceram os filhos João Vicente e Denise [...]. Pouco depois, ela foi morar em Madri, juntamente com os filhos: era o único meio de manter o casamento.
>
> Jango tinha avisado de que não iria mudar. "Você vai ser a primeira em tudo, vai ser sempre a primeira mulher. Mas não vai me proibir de sair à noite", disse-lhe. [...] depois de casada foi que constatou que "não houve uma vedete do Carlos Machado que o Jango não tivesse comido". [...]"Sem contar a paixão pelo jogo, pelo turfe e pelo álcool". Morando na Espanha, não teve que passar pela situação constrangedora de abrir os jornais e ler que o marido era assíduo freqüentador da boate Sacha`s, na rua Padre Antônio Vieira, no Leme, onde, em 1958, a vedete preferida do vice-presidente era Aída Campos, conhecida como "Joãozinho Boa Pinta", devido ao corte de cabelo rente à nuca. Aída logo seria substituída por Carla Morel, depois por Fernada Sotto Mayor, por Mara Rúbia, por Angelita Martinez, por..." (VILLA, 2004, p. 33 – 34).

Em meio ao tumultuado episódio da renúncia de Jânio Quadros, o país assistia as diversas manobras dos grupos de interesse – apoiadores ou opositores –, cujos desejos giravam sempre em torno do arrebatamento do poder a qualquer custo, sem remorsos de sacrificar a democracia. Arrojavam-se no afã de tirarem vantagem do impasse cada vez mais exacerbado. Goulart viajava pelo oriente, quando o Congresso Nacional aceitou a defecção de Jânio. Boatos eram lançados aos quatro ventos. Na maioria, davam conta de que o vice-presidente seria impedido de assumir o cargo a que tinha direito. Não era possível diferenciar informação séria de rumores e disse-que-disse. As declarações públicas provenientes dos principais atores envolvidos eram amplificadas, re-conotadas, distorcidas e, então, aumentavam a tensão, aumentavam a sensação de que uma solução não ortodoxa fazia-se necessária para que o país não mergulhasse no caos. Jango não voltou imediatamente ao Brasil. Parecia querer ver de que maneira a confusão se desdobraria para, a partir disso, proceder. Excesso de medo? Covardia? Indecisão? Omissão? Estas seriam as conclusões mais naturais? Talvez. Hoje, na frieza que o distanciamento de tempo e espaço nos oferece, fica fácil fazer ilações sobre qual atitude seria mais adequada, fica fácil emitir juízos de valor. Se o calor dos acontecimentos não isenta completamente o posicionamento de Jango de algum adjetivo depreciativo, também soa-nos um

tanto injusto julgarmo-lo com tanto rigor. Façamos o seguinte exercício: no intervalo entre o mandato constitucional de Vargas e a assunção de Jango, o que aconteceu com os detentores da faixa presidencial? Vargas, antes de terminar o mandato, suicida-se; JK, desde a dificuldade para tomar posse, até o fim dos 5 anos de seu exercício, teve de conviver com a ameaça de ser deposto; Jânio renunciou 8 meses após ser empossado. Goulart foi deposto. De 1954 a 1964, só um eleito conseguiu terminar seu mandato!

Depois de fazer escalas pela França, EUA, Argentina, Goulart, finalmente, aterrissa em Porto Alegre, onde é aguardado por uma multidão que lhe é simpática e sequiosa por ouvir as suas primeiras palavras, um discurso que não deixe margem de dúvidas no que concerne a sua intenção de assumir a função que a Constituição lhe outorgava.

> Após breve reunião, Jango dirigiu-se à sacada do Piratini, juntamente com Brizola e Machado Lopes. Mais de 50 mil pessoas se aglomeravam havia horas em frente ao palácio aguardando a palavra do presidente. A temperatura estava baixa e, além de tudo, garoava: mesmo assim o povo não arredou pé da praça. Jango foi ovacionado. O povo aguardava um discurso, mas ele somente saudou com os braços, sorriu e retornou para o interior do prédio, sem dizer uma palavra sequer à multidão. Exigiu-se sua presença na sacada e ele voltou: repetiu os gestos, manteve o silêncio e retornou ao salão. Pela terceira vez, Jango foi chamado à sacada e manteve o mesmo comportamento. O silêncio foi entendido: pipocaram vaias e gritos de revolta, cartazes e faixas foram rasgados, e a massa começou a se dispersar lentamente gritando: “Covarde, covarde, traidor, traidor”. Segundo relato de Brizola, mulheres tiraram a calcinha e dirigiam-se a Jango dizendo: “Toma! Veste! (VILLA, 2004, p. 53-54).

Ainda frisando o episódio, cujo desfecho foi à adoção emergencial do sistema Parlamentarista, um paliativo apaziguador das altercações que punham em risco o trâmite normal estabelecido pela liturgia democrática, Villa novamente incorre no pecado mais prosaico do ofício de historiador: o anacronismo. Faz conjecturas enviesadas pelo acúmulo de interpretações e informações com as quais se deparou nestes 40 anos transcorridos. Mais uma vez, na frieza do ano de 2004, fica fácil prescrever quais deveriam ter sido as iniciativas de Goulart para tirar o máximo de proveito da situação, que segundo o autor favoreciam o vice-presidente:

> quando poderia ter assumido o governo com plenos poderes presidenciais, Jango optou pela conciliação com os derrotados. Seria como se Getúlio Vargas, em 1930, negociasse com os aliados de Washington Luís antes de assumir a Presidência da República, o que não fez, até para demarcar claramente o terreno entre os dois projetos políticos: o novo, representado

> pela Aliança Liberal; e o velho, dos "carcomidos". [...] A derrota dos ministros militares e seus asseclas civis abriu o caminho para que Jango pudesse governar com amplo apoio congressual, o que acabou perdendo, no decorrer da Presidência, por absoluta incapacidade de gerir o Estado (VILLA, 2004, p. 239 - 240).

Páginas antes, no entanto, Villa (2004, p. 59), citando Hélio Silva (1975, p. 149-150), narra a tumultuada chegada de Jango a Brasília. Já rumando com destino à Granja do Torto, teria travado um diálogo com o General Ernesto Geisel, no qual se entrevê o campo minado por onde transitavam os protagonistas do cada vez mais intrincado *thriller* que se convertera a política nacional.

> No carro, o presidente declarou que a aceitação do parlamentarismo gerou conflitos até na sua própria família. Sua irmã Neusa, esposa de Brizola, que passou os dias da resistência em Porto Alegre, no Palácio Piratini, o teria censurado por ter aceito o novo regime: "Me disse algumas coisas muito duras, a respeito da minha vinda, aceitando essas condições. É muito duro isso". O General Geisel respondeu prontamente: "Sr. Presidente, tenha certeza de que tivemos imensas dificuldades para V. Exa. assumir. E nós esperamos que V. Exa. conduza o governo de modo a que se pacifique a nação".

A despeito de toda a complexidade – ou ambiguidade – deste momento de nossa história, e sem aprofundar-se sobre as questões de natureza sócio-econômicas e, ainda, mesmo com as esparsas e sub-reptícias informações que, supostamente, reconhecem os pontos positivos de Jango, e que podem sugerir imparcialidade ao leitor incauto, é indisfarçável o desejo quase libidinal de Villa em escoltar Goulart ao cadafalso – tal como um carrasco – envolver-lhe a corda no pescoço e retirar-lhe o chão, impiedosamente, assistindo com prazer seus minutos de agonia até que morresse enforcado.

> Os 31 meses da Presidência de João Goulart foram marcados pela absoluta falta de plano de governo, de um rumo coerente a ser seguido [...]; ora sinalizava com uma guinada à direita, ora à esquerda, ora indicava que manteria uma convivência harmônica com o Congresso Nacional, ora ameaçava fechar o parlamento (VILLA, 2004, p. 240).

De certa forma, muitos dirão: todos têm o direito de emitir suas opiniões, de fazer livremente sua síntese do período. Afinal, que outro momento dos 500 anos da vida de nosso país atraiu tanto as atenções quanto o fatídico interregno de 1961 a 1964. Diremos: sem dúvida!

Mas, não podemos, sob essa justificativa, autoritariamente tornear os acontecimentos para que eles se encaixem aos nossos caprichos. Pergunta-se: que grande nome de nossa política resistiria incólume a um escrutínio similar ao que Marco Antonio Villa fez com a vida de Jango? Qual dos nossos políticos não possui os "pés de barro"? JK, Fernando Henrique Cardoso, Lula, Sarney ou mesmo Getúlio Vargas, o festejado pelo próprio Villa como grande estadista? Será?

Ferreira (2006) propõe reflexões mais lúcidas no tocante a esse vício duplo encontrado com bastante frequência nas abordagens, cujo objeto é Goulart, quais sejam, estigmatizar seu governo como desastrado em virtude de sua vocação e capacidade pessoais estarem aquém do mínimo exigido para se dar conta do desafio de administrar um país. Para ela, Jango, em alguma medida, era um intermediário por meio de quem fluía um tipo de concepção de condução das questões políticas peculiares daquele período histórico. Os erros e acertos, as medidas intentadas, os reveses, o carisma, o comportamento da oposição, estavam, todos, dentro do arco de possibilidades que os limites daquela tradição propiciavam. Inclusive é possível dizer que tal paradigma não foi capaz de acomodar a crescente avidez dos grupos que, então, digladiavam-se com vistas à sempre alargar sua fatia de poder ou influência. O tanto de democracia que se tinha a "distribuir" não atendia à demanda. Ou se ampliava a "oferta" de modo a comportar as ambições dos contendores, ou o sistema entraria em colapso. Como se sabe, a segunda possibilidade se consubstanciou.

> Na verdade, as acusações feitas a Goulart e as insuficiências atribuídas a ele, que fazem dele o responsável maior pelo golpe de 1964 e pelos 21 anos de ditadura que se seguiram, devem ser estendidas aos demais atores sociais da época. Limitações e defeitos de uma geração, de uma cultura política, não devem ser atribuídas exclusivamente a um indivíduo. Os equívocos do governo Goulart devem ser pensados como oriundos em grande parte das práticas políticas vigentes no regime de 1945-64. Tanto as avaliações que exageram o papel de Goulart, fazendo dele o depositário de todos os males e consequentemente o portador de um poder, de uma capacidade de articulação, de um projeto equivocado quanto aos limites de seu tempo e da sua sociedade, quanto aqueles que o retratam como incapaz de articular qualquer proposta consistente expressam uma memória contraditória que iguala em certa medida as forças conservadoras e os segmentos da esquerda (FERREIRA, 2006, p.28).

O que dizer de um prosélito que expressa uma visão diametralmente oposta em relação àquela aduzida por Villa? Pois é exatamente essa a linha, o avesso do que foi contemplado até agora, que João Pinheiro Neto procura apregoar em "Jango, um depoimento pessoal". Nela, o

seu subscritor não se faz de rogado: esboça um Goulart virtuoso, cheio de boas intenções, injustiçado pela desenfreada ambição de adversários que encaravam-no como o cavaleiro vingador a serviço daqueles, cujas vozes nunca obtiveram espaço, cujos reclamos, até então, não se faziam audíveis nos foros nos quais decisões eram tomadas, e que, pela intermediação de Jango, teriam, finalmente, suas reivindicações desnudadas e defendidas, mais do que isso, ganhariam a oportunidade única na história de soterrar o secular abismo que apartava ricos e pobres.

> Muitos anos passados, quase três décadas, torna-se mais fácil o exame maduro de episódios que vivemos com todo o ardor da mocidade, com fé e idealismo, sob o comando de João Goulart. A estratégia do Governo estava correta. Sem a reformulação social, sem a liquidação de velhas estruturas carcomidas, iríamos – como estamos indo; ou melhor, para onde já fomos – para o aviltamento econômico, para a destruição da classe média e a condenação definitiva à miséria das grandes massas tangidas pelo abandono, e que hoje, mais do que nunca, procuram aos magotes os grandes centros urbanos, fugindo do interior medieval, cegas pelas luzes enganadoras das grandes cidades. [...] (É) fácil concluir que o governo João Goulart comprou briga demais, com gente forte demais. Como, ao mesmo tempo, ameaçar o latifúndio, velho de quinhentos anos, acabar com o privilégio das refinarias privadas, ameaçar com a regulamentação da remessa de lucros para o exterior por parte das multinacionais, tão poderosas e também tão ardilosas, acenar com a reforma urbana, iniciada com o congelamento dos aluguéis, discutir a nacionalização do sistema bancário e a da na época poderosa Light? E também lutar por uma política externa independente, com abertura para o leste europeu, então comunista, pregar a autodeterminação dos povos com vistas a não apoiar qualquer tentativa de ingerência das grandes potências na vida de países menos desenvolvidos, em especial a Cuba de Fidel Castro – como poderia tudo isso ser feito ao mesmo tempo e em tão curto espaço de tempo? (PINHEIRO NETO, 1993, p. 178-179).

Pinheiro Neto tem a seu favor o fato de ter sido demitido do Ministério do Trabalho, quando encabeçava a aludida pasta, na gestão Goulart, pelo próprio. Possuiu o mérito de não esconder a mágoa de ser ceifado – numa das incontáveis crises que tiraram o sono da equipe que dirigia o Brasil – justamente por aquele de quem esperava apoio incondicional.[2] De um certo modo, esse ressentimento deveria acrescentar uma aura de imparcialidade aos juízos arrolados por todo o seu depoimento.

Outro, naturalmente, é o fato de ter acompanhado tudo de muito perto. Vivenciou os bastidores das vicissitudes que o ungido de Vargas arrostou. Pertenceu ao primeiro escalão: foi ministro do trabalho, da Previdência Social e presidente da SUPRA (Superintendência da

---

[2] Ver sobre demissão de João Pinheiro Neto do Ministério do Trabalho na pág. 43 da brochura de sua autoria.

Reforma Agrária). Ou seja, foi testemunha ocular, acompanhou a gênese das polêmicas que o restante só tomava conhecimento pela ação da imprensa ou, em segunda mão, de maneira oficiosa, pela boca de alguém que, na maioria das vezes, servia somente de fio condutor de informações que vazavam pelas sempre mal vedadas instâncias nas quais circulam os "segredos de Estado".

Mas, o que se afere do esforço do ex-colaborador e amigo íntimo de Goulart não se pode taxar de isenção ou imparcialidade. Se a proximidade do centro irradiador de acontecimentos e até o "puxão de tapete" poderiam ser interpretados como fatores indicativos de um distanciamento ou de uma postura descompromissada, no que concerne a suas considerações, inversamente, parece-nos que sua relação umbilical com o projeto "janguista" torna-o parte inextricável do corpus burocrático vinculado ao presidente, fá-lo co-autor das medidas administrativas postas em prática. Muito mais obriga-o a sair em defesa de seu chefe até por uma questão de autopreservação, do que o contrário.

> A ousadia de querer mudar a feição carcomida, caduca e doentia desta nossa sociedade tão injusta custou a João Goulart e a todos os seus colaboradores imediatos o raivoso desafeto dos poderosos. Ele, o chefe, e nós, seus subordinados, sofremos todos na pele as ferroadas implacáveis da cólera irracional e da calúnia premeditada e quase sempre bem engendrada (PINHEIRO NETO, 1993, p. 10).

O estudo de Villa foi aqui chamado de libelo; o de Pinheiro Neto ganhará a alcunha de panegírico. O primeiro sataniza; o segundo, santifica. A reconstituição dos eventos que julgou mais marcantes e decisivos para que, no dia 31 de março de 1964, o conluio de êmulos conservadores e militares de linha dura mostrassem as garras e alijassem o povo do legítimo direito de participar das decisões que afetam a vida de todos e, cada um dos brasileiros, transborda maniqueísmo. O retrato que faz de Goulart tergiversa ou simplesmente subtrai a parcela de culpa que deveria ser imputada ao mesmo pela sua inabilidade em lidar com as adversidades que lhe cruzaram o caminho. Ignora-se seus erros, titubeios, a falta de assepsia na relação com os sindicatos – em que praticava a política do "é dando que se recebe" –, o descarado assentamento de aliados no Ministério do Trabalho e da Previdência - costurando uma verdadeira teia da qual extraia sustentação política -, a falta de austeridade na condução dos problemas econômicos. Nenhum desses "pecados" é colocado na balança para se contabilizar de que maneira açularam a capitulação da democracia. Pelo contrário, Pinheiro Neto romantiza, edulcora, faz de Goulart uma espécie de vestal dentro de um covil de

serpentes, que tudo faziam para sabotá-lo e, assim, impedir que seu intento de tornar o Brasil um país mais igualitário se efetivasse.

> Jango era um homem extremamente educado, incapaz de indelicadezas e de exercitar qualquer espécie de autoritarismo. Nunca, em momento algum, escutei sua voz alterada pela rispidez, pela impaciência ou pela gravidade dos enormes problemas que teve de enfrentar. Jamais referia-se negativamente a quem quer que fosse, mesmo a seus desafetos mais exaltados e mais intolerantes. Era um homem bom e simples. E, principalmente, era um patriota, que sempre quis o melhor para o Brasil e, particularmente, para a imensa massa dos necessitados, indefesos e desassistidos (PINHEIRO NETO, 1993, p. 11).

Jango, portanto, era um modelo de homem público? Se escancararmos suas peripécias, no âmbito pessoal, é jogo sujo, elevá-lo à condição de baluarte da moralidade da classe política, soa-nos, igualmente, inverossímil. Distancia-nos de uma compreensão equilibrada e desmistificadora tanto de sua atuação quanto do ruidoso contexto no qual se inseria. Pinheiro Neto, transcorridos 30 anos, também na frieza proporcionada pelo oceano de tempo que isola-nos do clima exaltado que tolda o discernimento, insinua ser Goulart um mártir, cuja única motivação seria inverter as regras do jogo que, há séculos, beneficia uma minoria e oprime e condena à miséria milhões de brasileiros. No seu balanço, reduz toda a efervescência daqueles anos à luta do bem – representado por Jango e seus "cavaleiros da távola redonda", da qual Pinheiro Neto era membro – contra o mal – empresários reacionários, políticos corruptos, interesses predatórios estrangeiros e militares despóticos. Que enfim, venceram a "guerra" e continuam, inclusive, nos dias atuais, a ditar os rumos da nação.

> Mas hoje podemos, sem susto de erro, afirmar com absoluta tranqüilidade que a patriótica ousadia de afirmar seus sagrados ideais jamais faltou ao Presidente João Goulart. Repetimos: sua queda não foi apenas um episódio banal, mais um na lamentável e triste história da infeliz América Latina. Uma heróica tentativa de mudança no rumo do efetivo progresso, que era o que pretendia o governo de João Goulart, com justiça social e liberdade, foi brutalmente interrompida pela força das armas e com ajuda do dinheiro apátrida. [...] Há quase três décadas João Goulart, o desprendido, idealista e honesto moço gaúcho, já tentara enterrar os mesmos fantasmas insepultos que hoje estão aí, mais materializados do que nunca. [...] Suas reformas de base visavam a dar conteúdo humano ao sistema capitalista que na verdade nunca existiu, nem existe até hoje, em nosso país; e que, sem o afastamento dos velhos privilégios, jamais existirá. Hoje ninguém mais discute: poucos são os homens que dirigiram este país que merecem de fato um lugar privilegiado e de destaque na história da nossa República. João Belchior Marques Goulart, o jovem estancieiro idealista, é um deles (PINHEIRO NETO, 1993, p. 179-181).

Como, então, deve o pesquisador se comportar diante de fontes tão díspares como as que se incumbem de João Goulart e dos acontecimentos com os quais se relaciona direta ou indiretamente? É certo, como já foi dito, que todos os estudiosos enfrentam esse problema de uma maneira ou de outra. Mas, no caso em tela a dificuldade de se conseguir um mínimo de neutralidade parece chegar ao paroxismo.

A impressão que fica, após uma extensa e atenta análise do material pesquisado – a bibliografia indicada no final da dissertação – é a de que a polarização que mexeu com os brios dos êmulos lá nas décadas de 1950 e 1960, continua reverberando com alguma verve na *inteligentsia* do século XXI. Rancores e mágoas ainda não se aplacaram por completo. O tal afastamento, no tempo e no espaço, de que falamos, nos tópicos anteriores, fundamental para a emissão de juízos sóbrios, sugere-nos não ter ainda sido o suficiente para que nossos especialistas se desapegassem das paixões despertadas àquela ocasião – muitos vivenciaram-na no fervor da juventude. Fica a sensação de que persiste um substrato de ranço no discurso de cada um deles, ou da maioria, pelo menos. Faz-se ilações demais sobre qual atitude seria mais cabível, nesse ou naquele momento, utiliza-se, demasiadamente, a partícula "se", depara-se com revanchismos de ambos os lados, percebe-se que expectativas alimentadas, no bojo de toda a agitação, acabaram frustradas e ainda não foram exorcizadas.

No chafurdar de páginas e páginas de livros, artigos, textos, documentos, cruzamos com todo o tipo de curiosidade. Algumas atestam essa existência de sentimentos ainda mal resolvidos. É o caso do missionário alemão Heinz F. Dressel, no seu livro "Brasil de Getulio a Itamar – Quatro Décadas de História Vivida", publicado em 1997, para quem a ameaça da instalação de uma ditadura de esquerda não era uma quimera de alguns extremistas de direita ou tão pouco discurso vazio propagandístico. Dos confins do Rio Grande do Sul, onde residiu na maior parte de sua estada, no Brasil, afirma ter vivenciado a história do país e acompanhado de perto vários dos seus lances, como os discursos inflamados de Brizola, momentos após a consumação do golpe contra Jango, ocasião em que o ex-governador gaúcho conclamou a população a punir com o paredão aqueles que atentavam contra a ordem institucional. Defende o autor que sequer houve articulação para derrubar Goulart. Defende ele não ter havido qualquer "projeto revolucionário, nenhuma ideologia revolucionária, a não ser o temor diante do caos comunista" (DRESSEL, 1997, p. 83).

O comentário mais marcante encontrado em todo o esquadrinhamento ensejado para se elucidar o objeto de estudo, é dele, de Dressel. Além de curioso é exclusivo – uma vez que foram pesquisados diversos especialistas e, em nenhum deles houve corroboração. Denuncia

ele a existência de um aparato repressor ligado ao governo de Jango: um jornalista de nome Alain Araújo teria sido preso e torturado, conseguindo escapar do cárcere graças ao afrouxamento da segurança, proporcionado por guardas, a quem teria cativado a simpatia. Terminaria sua aventura pedindo asilo político à embaixada da Nicarágua. (DRESSEL, 1997, p. 58).

Trata-se de um do extenso universo de exemplos – ou "pérolas" – possíveis. Mas, qual o sentido de trazer à tona toda essa discussão? A resposta é simples: para policiarmo-nos e evitar incorrer no mesmo erro. Isso é possível? Como depurar a parte valorativa subjacente à fonte e que, definitivamente, não nos interessa? Subtraindo os exageros de detratores daqueles dos bajuladores, o que sobra, é um político rigorosamente similar a qualquer outro que conhecemos. Têm qualidades e defeitos, exatamente como qualquer outro que já envergou a faixa presidencial. Esse é o viés que norteará nossos esforços analíticos.

Gomes e Ferreira (2007) também se deparam com tal dificuldade e, para além da constatação óbvia de que Jango é multifacetado, chamam a atenção para dois ingredientes frequentemente presentes, quando seu nome é invocado: a paixão – sentimento sempre desencadeado em tempos de polarização ideológica severa e que desperta juízos de valor antagônicos irreconciliáveis – e a contradição – a biografia de Jango é cheia de incongruências: fazendeiro rico defensor da reforma agrária, dos trabalhadores etc.

> Despertando polêmica e paixão e sendo construída numa chave predominantemente marcada pela crítica, a figura histórica de Jango tem múltiplas faces. E essa não é uma afirmativa trivial, uma vez que todos nós somos múltiplos em nossos engajamentos e papéis sociais. As múltiplas faces de Jango ultrapassam, a nosso ver, essa pluralidade constitutiva do homem moderno, embora evidentemente dela se alimente. Isso porque ele pode ser caracterizado, por excelência, como um personagem assinalado pelo contraditório, sendo, por isso, um desafio para interpretações que se queiram unívocas e lineares (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 9).

Um outro estudo relevante, cujo tema gira em torno do processo de conversão que se impôs à personalidade João Goulart, configurada e re-configurada, "ficcionalizada" pela ação da propaganda de todos os matizes, das manchetes da imprensa, da boataria pró e contra que corria desenfreada entre os círculos frequentados pelos formadores de opinião, é a tese de doutorado transformada em publicação, sob o título "João Goulart na Imprensa", de Maria Rosa Duarte de Oliveira, a qual colocaremos em perspectiva a fim de arrolar as principais considerações.

Oliveira (1998) retroage ao século XIX e invoca Baudelaire, Malarmé, Poe, Joyce, Rebelais, Sterne, Machado, Oswald, Sousândrade, todos insignes intelectuais. Confabularam a respeito das transformações precipitadas na linguagem literária e na concepção tradicional de livro, pelo crescimento acelerado do prestígio do veículo jornal, cada vez mais numerosos, populares e com circulação diuturna. A narrativa fragmentada à guisa de um mosaico, a polifonia que dilui a idéia de unicidade, a reprodutibilidade em escala industrial para atender a grandes massas, o "corte nos laços afetivos e pessoais de uma voz narrativa em prol da impessoalidade e da dispersão da autoria: é como se os próprios eventos se apresentassem a nós por si mesmos..."(OLIVEIRA, 1998, p. 43), chegam a impor uma nova sintaxe, que atendesse aos imperativos de seu estatuto.

É assim que Maria Rosa Duarte de Oliveira abre seu livro – "João Goulart na Imprensa" – ao demarcar um ponto de bifurcação na arte de narrar por meio da palavra escrita, que perdia a entonação ficcional que sempre a acompanhara para, pelo exercício do jornalismo, ganhar uma configuração alternativa, muito mais impessoal e objetiva, preocupada em transmitir, com precisão máxima, os fatos tal qual transcorreram. A autora deixa claro essa distinção para, em seguida, anunciar seu intento: demonstrar a dissolução das fronteiras entre literatura e jornalismo, no período fervilhante que João Goulart ocupou a presidência da República. Sua análise perscruta o tratamento dispensado a ele em três grandes jornais paulistas da época, quais sejam, o "Última Hora", a "Folha de S. Paulo" e o "Estado de S. Paulo" e, em consonância à linha editorial seguida por cada um deles, ocuparam-se em transformar Jango num típico personagem romanesco, recorrendo para tanto a estruturas de enredo mais afeitas ao léxico literário. Esses veículos fizeram com que a imagem construída adquirisse vida própria. O homem de carne e osso, o homem real, converteu-se num mero suporte físico para abrigar as rotulações que lhe eram dirigidas.

A reprodução num encarte - que se soma ao livro - intitulado pela autora "João Goulart: Memórias 13 & 31" (OLIVEIRA, 1998, p. 15) do material auferido pela pesquisa – primeiras páginas, editoriais e reportagens dos jornais já citados – enriquece o livro em debate, pois evidencia a sua capacidade em oferecer vestígios acerca da fecundidade com que propaganda e meios de comunicação se prestaram às partes antagônicas, deslocando, em alguma medida, dos bastidores da arena política – *lócus,* onde tradicionalmente se crê que os combates se travavam –, para o campo aberto em que estratégias comunicacionais disputavam a preferência da opinião pública.

O tratamento que cada um dos três jornais dispensou aos triunfos e vicissitudes com os quais Jango conviveu, ilustram as altercações ocorridas pelo uso de aparatos midiáticos. Mal comparando, a interlocução entre o “Última Hora” que apoiava o Presidente, e “O Estado de S. Paulo” que o repudiava, parece um tipo de propaganda eleitoral, nos moldes do que hoje assistimos no horário gratuito eleitoral, pelo rádio e televisão, com a diferença de ser impressa. A “Folha de S. Paulo” assumiu uma posição de neutralidade, num primeiro momento, e depois aderiu à onda de satanização que levou de roldão o país inteiro.

Cabe, aqui, uma última nota relevante das ponderações de Oliveira (1998) que influenciou no curso dos acontecimentos e repercutiu no destino de Goulart: no que tange à “marcha da família”, Maria Rosa ainda evidencia a exploração de signos e instituições portadores de grande apelo junto ao imaginário popular. Os promotores e apoiadores de manifestações públicas dessa natureza investiram com prodigalidade sobre o rol de símbolos religiosos combinando-os com outros valores, tidos como dogmas no mundo ocidental / cristão: Liberdade, Democracia, Paz, Ordem, Família, Constituição, Cristianismo, Pátria e Deus entre outros. Entrementes, engendrou-se uma aura maligna, diabólica em torno do termo “Comunismo” o que despertou os brios da massa amedrontada, que o tomou por inimigo terrível e ameaçador de todos aqueles sagrados princípios. O corolário desse enleio de fatores alvejaria em cheio a consciência da população, inebriando seu discernimento, aproveitando de sua ingenuidade, utilizando-a como ponta de lança na legitimação do novo *status quo* que se impunha. Conseguiu-se reunir em torno de uma mesma retórica integrantes de todas as classes sociais e, assim, escamoteou-se as gritantes diferenças entre ricos e pobres, suscitando uma aparência de igualdade, fato que reforçou velhos mitos por meio dos quais se tenta conceituar a “personalidade” do povo brasileiro como uma gente unida, como uma grande família hospitaleira.

Feitas essas ponderações iniciais que, em alguma medida, revelam as dificuldades e até inquietações que o trato com o objeto de estudo precipitou, além de se prestar de preâmbulo biográfico que familiariza e apresenta algumas das questões e controvérsias que, de maneira mais ou menos intensa, repercutiram na imagem de Goulart, no tempo em que esteve ativo no exercício da suas atribuições como mandatário a algum cargo eletivo ou de alto escalão. E que até interferiram nos rumos das medidas políticas que adotou e na maneira como articulava suas ofensivas e contra-ofensivas propagandísticas. Mas, é interessante notar, vale insistir, que tais questões e controvérsias arroladas, até aqui, não ficaram circunscritas àquele momento histórico. Viajaram no tempo, permanecem insepultas, pois dão sustentação a análises, como as

datas das publicações a que se recorreu sugerem, aos estudos contemporâneos que se debruçaram sobre o assunto.

Passar-se-á a discorrer, por conseguinte, às configurações e teores dos capítulos que perfazem a dissertação.

No primeiro Capítulo, as preocupações girarão em torno do estabelecimento de marcos teóricos, da revisão de certos conceitos, cuja interpretação a literatura a eles afeita consagrou, mas que, aqui se defenderá, devem ser alvo de reflexão mais profunda para que não se corra o risco de perpetuação de exegeses vulgares e imprecisas que obscurecem os conceitos ao invés de iluminá-los. E, na última parte, a explicitação detalhada do arsenal interpretativo da propaganda política de Jango.

Três vertentes da "Teoria da Comunicação" foram elencadas para dar estofo ao desenvolvimento, proposições, assertivas, especulações e conclusões que desfilarão ao longo das páginas que se seguirão. A primeira delas, genericamente denominada "Escola Americana", justifica-se, pois boa parte de suas pesquisas se voltaram para a tentativa de elucidação do tamanho da capacidade dos meios de comunicação de massa em influenciar a audiência. Da "Teoria da Bala Mágica" – primeira e equivocada tentativa de aquilatar a ingerência da mídia de massa – à "Teoria dos Relacionamentos Sociais" – que descobre a necessidade de se mapear, detalhadamente o contexto de recepção -, estar-se-á às voltas com tal controvérsia no próprio capítulo 1, no qual serão arrolados os instrumentos de interpretação propagandísticas, quando vez por outra, ora os mesmos chamarão a atenção para a necessidade de conhecer o eleitor, ora atribuirão poderes quase hipnóticos às técnicas de codificação dos apelos persuasivos. No capítulo 2, o tema da influência, também, passa a ser recorrente, pois o autor – John B. Thompson – cujas ideias servirão de fulcro para o seu desenvolvimento, coloca, de maneira até insistente, a necessidade de se conhecer o contexto de recepção das mensagens, pois não acredita que elas, por si só, tenham poderes de inebriar o discernimento do receptor como se este fosse um fantoche. Algo, portanto, parecido com o que a *communication research* numa dada altura de suas investigações, passou a sugerir.

A segunda "teoria" inspira-se e sintetiza o debate proposto pela "Escola de Frankfurt" acerca do surgimento da Indústria Cultural, a descrição da transformação de arte e cultura de boa qualidade em mercadoria, resultado de um processo que se converteria numa fórmula, na qual as primeiras passariam por um expurgo às avessas, sobrando, para ser consumido pela massa como um produto qualquer, um arremedo simplificado e estereotipado. A tal fórmula de se simplificar material complexo em subprodutos facilmente assimiláveis pelo chamado indivíduo médio, é a principal diretriz da propaganda, seja ela de caráter comercial ou político.

É o que se verá, demonstrado passo a passo, nos ensinamentos de Tchakhotine e Domenach – Capítulo 1 – quando os mesmos aludirão às técnicas de se converter doutrinas complexas e densas em frases de efeito, “slogans” e todo tipo de signo simplificado e estereotipado. Se há uma maneira de exemplificar – do modo mais tangível possível – a conversão de ideias sofisticadas de difícil compreensão em mensagens facilmente digeríveis por todos, é pela operação de estereotipação que as técnicas e métodos da publicidade e propaganda praticam.

A última “teoria” que compõe a tríade, remete ao polêmico Marshall McLuhan. Especificamente suas considerações sobre aquilo que chamou “estado onírico”. No seu entender, a sociedade de contornos massivos-industriais, que era o apanágio do século XX, só se sustentava graças ao mundo de sonhos vendidos pela cultura de massa. Sem esse mecanismo de compensação que bombeia alguma esperança, mesmo que inverossímeis e fantasiosas, as pessoas não suportariam a dureza e as privações concretas com as quais se deparam no seu cotidiano, o que tornaria esse arranjo societário inexequível. Veremos que com as “Reformas de Base”, Goulart flertará com esse artifício que aguça essa dimensão mais etérea da psique do indivíduo, na qual a idéia de vida, ou mundo perfeito – no caso, país – costuma habitar.

Na segunda parte desse Capítulo 1, defender-se-á uma separação de dois termos, cujos sentidos vêm sendo tratados como correlatos: “marketing” político, buscará se demonstrar, não é a mesma coisa que propaganda política, embora ambos se entrecruzem, em algum momento da empreitada de um candidato numa eleição. Um é mais afeito ao campo da administração de empresas e das “ciências” que tem, por objeto, o mundo dos negócios, e a outra, esta sim, se integra à comunicação. Far-se-á uma espécie de histórico para demonstrar como surgiu o dito “Marketing Político”, e toda uma explicação do porquê de ele ser substituído pela expressão “Propaganda Política”, sempre que o assunto girar em torno das estratégias comunicacionais de Goulart. Aqui, vale uma advertência: por mais que se tenha tentado esclarecer a especificidade de cada um destes dois termos, a literatura que versa sobre o tema não os diferencia. Então, contra o que aqui se pregará, muitas vezes, far-se-á obrigatório tomar um pelo outro, sobretudo, quando da necessidade de paráfrases e citações, cujas fontes incorram neste – que no contexto da presente dissertação se considera – equívoco, gerando o que pode parecer uma ambiguidade incômoda.

Por último, e como resultado da discussão acima ensaiada, estipular-se-á os critérios e categorias por meio das quais se detectará os conceitos e estratégias propagandísticas de Goulart. Vale lembrar que a interpretação final redundará de um cotejo com as variáveis do contexto sociohistórico – a ser esclarecido no último capítulo.

O instrumental analítico de que tratará esse último tópico era contemporâneo do período histórico no qual o objeto de estudo estava inserido. Para não incorrer no pecado do "anacronismo", todas as investidas propagandísticas serão analisadas exclusivamente segundo esses parâmetros. Isso quer dizer que não se recorrerá a instrumentos hermenêuticos surgidos depois dos eventos para os quais se volta à pesquisa.

No Capítulo 2, definir-se-á o "referencial da hermenêutica profunda" e a variante do mesmo a ser empregada como modelo norteador para toda a pesquisa. Também se encontrará, nessa segunda etapa da dissertação, um breve inventário que enfocará o conceito de Ideologia, a maneira pela qual ela se relaciona com a propaganda; e como a fração retrógrada da sociedade brasileira dela se apropriou para manter – ou propagandear – as relações de dominação que afligiam a população menos privilegiada do país.

No último Capítulo, a partir das prescrições emprestadas do modelo da "hermenêutica profunda", remontar-se-á as principais variáveis do contexto social-político-econômico e se os cotejará com os discursos e demais itens propagandísticos de Goulart para, a partir dessa confrontação, extrair-se, com a maior profundidade possível, os conceitos, estratégias e motes por ele empregados no decurso de sua carreira de homem público. Estratégias comunicacionais e levantamento histórico das variáveis foram alocados, lado a lado, num mesmo capítulo, pois o mecanismo dialético concebe as interações entre as diversas forças, agentes, interesses se contrapondo de maneira inseparável dentro de um determinado momento histórico. Essa fidelidade à proposta dialética, justifica a conjugação desses dois fatores num mesmo bloco.

Um outro esclarecimento concerne à natureza da propaganda janguista que será alvo de exegese aqui. O material "promocional" – santinhos, "banners", peças publicitárias em geral – mostrou-se exíguo. O esquadrinhamento se concentrará, então, sobre seus discursos e os atos políticos, intentados enquanto mandatário, dotados de grande poder de agregar valor à sua imagem. Lins da Silva (2002, p. 19), explicita de maneira precisa o potencial propagandístico das políticas praticadas na vigência do mandato:

> O candidato eleito continua se dedicando ao marketing durante todo o exercício do mandato que conquista, embora muitas vezes possa nem se dar conta disso. Alguns autores têm dedicado sua atenção a esse aspecto. Há até quem esteja utilizando o conceito de "marketing público" para enfatizar a importância do marketing durante, antes e depois do exercício do mandato eleitoralmente obtido (LINS DA SILVA, p. 19, 2002).

2 A PROPAGANDA POLÍTICA

Quando se pretende estudar os procedimentos comunicacionais e propagandísticos de um candidato, cuja passagem pelo cenário político se deu, marcadamente, a partir da década de 1950, não se pode perder de vista dois fenômenos que, a esta altura, já estavam maduros sob o ponto de vista, tanto do arraigamento de ambos ao modo de vida "moderno", quanto sob a ótica do peso que os mesmos exerciam, exerceriam e ainda continuam a exercer para que o incessante ciclo de transformações, tão típico dos tempos atuais – transformações em todos os âmbitos que se puder imaginar –, viesse a se tornar ainda mais acelerado, ajudando a gerar sínteses ainda mais transitórias e ou voláteis. Os dois fenômenos aos quais se faz alusão são o surgimento de um arranjo societário massivo e o advento dos meios de comunicação de massa eletrônicos. Qualquer investida que tenha por finalidade projetar a imagem de alguém, em âmbito nacional, não pode prescindir destes dois fatores na hora de traçar estratégias e, sobretudo, quando da elaboração de discursos, "jingles", "slogans", frases de efeito etc., sob pena de não se estabelecer comunicação com o público alvo.

A comunicação interpessoal é bem diferente da comunicação midiática massiva. As campanhas propagandísticas realizadas antes da consolidação da sociedade de massa e antes da existência dos meios de comunicação de massa obedeciam a uma lógica bem diversa. Os pleiteantes esforçavam-se em travar contato corpo-a-corpo com o eleitor, pois não havia outro jeito de se tornar conhecido ou conquistar simpatia. Nessa fase, contava muito a disposição do candidato em peregrinar pelo território, no qual seu eleitorado estava distribuído. Em muitos casos, isso implicava percorrer longos itinerários, o que tomava energia e tempo, sobretudo se as condições de transporte e deslocamento fossem precárias – caso do Brasil. Outro fator vital era a impressão que a presença física do candidato despertava no eleitor. Quando a comunicação passou a ser a distância e, então, mediatizada, ganhou o apoio de "técnicas" tais como melodias e imagens, manipuladas de modo a obter dramaticidade máxima. E a amplificação das mensagens que a mídia massiva promovia, também, era incomparável com a pequena aglomeração que a presença de um candidato causava nas campanhas do passado. De um único local eram irradiadas mensagens que cobriam boa parte do território. Nesse novo panorama, quem passou a viajar foram os discursos. A estratégia em relação às viagens *in loco*, mudou. Elas ficaram mais restritas às regiões que, de algum modo, despertam um interesse especial por parte do pleiteante a cargo eletivo.

Outra questão importante: a necessidade de se adaptar mensagens, levando-se em consideração os potenciais de que dispõe os meios de comunicação de massa, não se limita aos períodos de campanha eleitoral, ou mesmo às peças com fins propagandísticos explícitos. No planejamento para a maioria dos discursos, atos, encontros, entrevistas, que estão sempre acontecendo, subjazem traços de teatralidade exacerbada, já prevendo sua amplificação e reprodução em larga escala. Há até um folclore em torno do poder que microfones e câmeras filmadoras têm em transformar comportamentos, aplacando-os ou fazendo-os mais coléricos, conforme o recado que se pretende passar ao público.

Portanto, não é possível separar as estratégias comunicacionais envidadas em tempos recentes dos diferentes canais por meio dos quais elas ganharão visibilidade, e da maneira como os indivíduos que as receberão, relacionam-se entre si e com o mundo em que vivem – ou seja, a sociedade de massa. O presente estudo focará as estratégias e motes persuasivos do presidente João Goulart. Embora a maneira como os meios de comunicação operam a re-significação das investidas propagandísticas e discursivas e, também, a maneira como a população as interpretará, não sejam o objeto principal e, por isso, não terão tratamento mais detido, estaremos sempre às voltas com estes dois âmbitos, afinal, como veremos, quando se criam estratégias, as mesmas são idealizadas, tendo-se, no horizonte, a difusão e o pretenso efeito que causarão no receptor. Que fique claro que não se está, aqui, minimizando a importância de estudos que se debrucem sobre tais fatores. Inclusive, a mania dos emissores em tentar adivinhar a acolhida por parte da imprensa e do público não raro resulta em fracassos retumbantes. A questão é deixar claro os limites adotados para o desenvolvimento da pesquisa em tela, incluindo-se, nisso, o tal vício da adivinhação. Sempre que possível, se forem encontrados indícios sólidos, a discussão se tais estratégias e motes lograram êxito ou não, será trazida à baila. Mas, o compromisso primordial é desvendá-las.

A seguir, serão apresentados, de maneira resumida, alguns esforços teóricos que se tornaram célebres na tentativa de se compreender os efeitos, o impacto e as transformações que o aparecimento da sociedade de massa e dos Meios de Comunicação de Massa trouxeram para o mundo em que vivemos. As bases epistemológicas em que cada linha teórica escora suas análises são díspares mas, mesmo assim, é importante notar como o tema ocupou a atenção de pesquisadores munidos de interesses tão diversos. E, mais ainda, faz-se importante, pois muitos dos conceitos por eles esclarecidos aparecerão embutidos nas idéias desenvolvidas ao longo desta dissertação.

2.1 O conceito de sociedade de massa

Início do século XX. O mundo, ou ao menos os países desenvolvidos, assistem ao surgimento da sociedade de massa.

Por força das instabilidades, no panorama econômico, trazidas desde o advento da Revolução Industrial e acentuadas pela conversão do capitalismo liberal em monopolista, indivíduos são compelidos a abandonar as comunidades onde nasceram, cresceram e subsistiam. A produção de mercadorias artesanais, que ocorria dentro das pequenas vilas e cidades, predominante, na etapa pré-Revolução Industrial, abastecia-as de víveres e propiciava um pequeno comércio, fato que dava certa estabilidade a estes microsistemas e mantinha o interesse dos atores sociais nele inseridos em manterem este estilo de vida bucólico. Funcionava, portanto, como uma espécie de amálgama que viabilizava o prosseguimento desse tipo de arranjo social.

Essa produção artesanal logo sucumbiu frente à chegada de produtos manufaturados provenientes das grandes fábricas, confeccionados em larga escala, no ritmo da máquina, incomparavelmente mais rápida do que as mãos do artesão mais hábil. Vendo os pequenos negócios dos quais dependiam minguarem pela incapacidade de competir, os aldeões acabam por migrar para as cidades que concentram parques industriais, nos quais havia demanda por mão de obra, para venderem sua força de trabalho e garantir a sobrevivência dos seus.

A nova situação não se resumia à passagem de pequeno detentor dos meios de produção a assalariado. O indivíduo se via mergulhado numa realidade sociocultural, cujo ritmo e formas de interação eram diversos em relação a tudo o que vira e praticara até então.

Os laços comunitários com os quais estavam acostumados, próprios da vida pacata interiorana, a proximidade ou mesmo intimidade entre os integrantes conferia-lhes segurança sobre a posição que cada um ocupava dentro da coletividade. As famílias se conheciam de longa data, não raro a história dessa convivência entre elas remetia para um tempo muito mais longínquo do que fazia supor a idade avançada dos representantes ainda vivos das gerações mais antigas. E as novas gerações eram introduzidas dentro desse ambiente informal e de solidariedade. As tradições, os rituais religiosos, os valores sociais eram transmitidos dos mais velhos para os mais novos. Tal transmissão ocorria tanto no seio familiar quanto nas celebrações grupais. Portanto, possuíam vida social intensa, compartilhava-se grande parte dos momentos vividos com o outro. No decurso dessa experiência, forjava-se identidade coletiva sólida entre os membros da comunidade. Sentiam-se parte importante do “organismo” ao mesmo tempo, que em função deste, suas existências ganhavam sentido.

Não se trata de fazer, aqui, apologia do modo de vida das comunidades do final do século XVIII. É claro que, dentro desse ambiente coletivo, havia tensões, brigas, antipatias. O objetivo é tão somente demonstrar a traumática diferença existente entre as formas de interação social observadas nesse modelo e o novo, no qual um grande número de camponeses recém-ingressara.

Nessa nova configuração de sociedade – a sociedade de massa – o indivíduo não só não conta mais com um círculo de amizades com quem possa confabular e falar da vida: à sua volta, vê-se cercado por estranhos. Gente vinda de todos os lados. Gente munida de uma cultura estranha, com costumes igualmente estranhos. Religião e até idioma causavam também grande estranhamento e pareciam incompreensíveis. Dentro desse grande mosaico cultural, nada mais parecia claro como antes. Os contatos entre as pessoas se davam muito mais em função de interesses relacionados a questões profissionais do que de forma espontânea, como acontecia na pequena comunidade. Não mais se sentia parte do todo nem extraia do coletivo o sentido de sua existência. A "crônica" especializada da época, sentenciou: o indivíduo na sociedade de massa se encontra atomizado, isolado psicologicamente. A teia de relacionamentos sociais tão importante para a formação da personalidade de cada um, da identidade de pensamento, e para o reforço de tradições, crenças e costumes, não mais existia.

> No fim do século XIX, a imagem da sociedade que surgiu era a da mudança de um sistema tradicional estável, no qual as pessoas estavam intimamente ligadas umas às outras, para um de maior complexidade onde os indivíduos estavam socialmente isolados. [...] (Parecia óbvio) para a maioria dos estudiosos da ordem social que o mundo ocidental passava por um aumento de heterogeneidade e individualidade, uma redução do grau até onde a sociedade poderia efetivamente controlar seus membros por meios informais, uma crescente alienação do indivíduo de uma sólida identificação com a comunidade como um todo, um crescimento de relações sociais segmentárias e contratuais, e um grande agravamento do isolamento psicológico do ser humano (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1989, p. 177).

A sociedade de massa, fria e impessoal, necessitava de um vetor que preenchesse, urgentemente, essa lacuna, pois acreditava-se, à época, sem algo que fizesse o papel outrora desempenhado pelos laços comunitários, a nova concepção de sociedade que despontava corria o risco até de entrar em colapso e se dissolver.

A crença cega nesse isolamento do indivíduo, na sociedade de massa, é chave para se compreender as primeiras tentativas de se explicar a suposta influência dos meios de comunicação de massa no comportamento dos espectadores.

Nas primeiras décadas do século XX, o rádio, aliado à propaganda, davam demonstrações de que tinham grande poder de sugestão sobre as populações que se expunham aos seus

conteúdos. O primeiro havia se tornado o substituto para as relações interpessoais consideradas tão importantes nas pequenas comunidades. Essa lacuna que se acreditava existir na sociedade de massa, estava preenchida. O rádio era o grande companheiro do dia a dia de todo aquele contingente de pessoas isoladas. Era ele o grande responsável para formar o amálgama que daria coesão social àquela nova configuração. As regras sociais, as tradições, as informações, o divertimento seriam enviados pelo ar, por ondas que chegariam a todos os que tivessem seu aparelho conversor.

2.2 A “Escola Americana”

Foi, na sociedade industrial, que a possibilidade de tornar a comunicação massiva um negócio lucrativo concretizou-se. Graças à ubiquidade de tais meios, poderia-se adentrar às casas das pessoas, sugerir produtos para serem consumidos, além, de por si mesmos, estimularem o desenvolvimento, a produção e o consumo dos aparelhos receptores, vistos como uma espécie de maravilha do mundo moderno. A comunicação de massa oferecia novos e sedutores horizontes, no que tange ao revigoramento da atividade industrial e comercial, bastava descobrir qual a amplitude de sua capacidade de influenciar as pessoas – capacidade esta que, ao que tudo indicava até ali, parecia ser indiscutível – bem como os melhores procedimentos retóricos – e ou propagandísticos - para se conseguir entrar na mente dos componentes da audiência e se auferir eficácia máxima.

Por isso, dentro dessa perspectiva, as pesquisas levadas a cabo, nos Estados Unidos, para conhecer os efeitos dos meios de comunicação de massa se devem muito mais ao financiamento privado, provenientes de empresários interessados em colher subsídios que lhes dessem segurança para investir nesse novo nicho, do que propriamente à curiosidade dos cientistas em esquadrinhar o fenômeno para lhe extrair os segredos e ou especular acerca de seus significados para a humanidade.

Da década de 1910 até meados dos anos 30, uma série de acontecimentos marcantes mudava as feições do mundo: primeira guerra mundial, Revolução Russa, ascensão do nazismo. Todos pareciam estar crivados por um traço peculiar: a efetiva participação dos meios de comunicação de massa (jornal, rádio e cinema) e das técnicas da propaganda como vetores para a viabilização de cada um deles.

Pelo uso do rádio, o governo norte-americano havia conseguido cooptar o público do país a engajar-se na primeira guerra mundial de maneira incondicional. Graças aos apelos imbuídos

de exageros e mentiras que tentavam rotular o povo alemão como bárbaro, além do apoio aos programas de alistamento, nas Forças Armadas, sempre presentes nos conteúdos veiculados, o cidadão comum passou a cooperar com o governo da maneira como podia. Os indivíduos passaram a dedicar parte do seu tempo de lazer e, também da jornada de trabalho, à máquina de guerra estadunidense. Aos observadores do fenômeno, tal efeito foi creditado ao poder que o rádio tinha sobre a audiência.

Na Rússia, um país eminentemente agrário, gerido de maneira anacrônica – czarismo – consegue dar um salto para um regime comunista, queimando uma série de etapas, de desdobramentos sociais e econômicos, pelos quais um sistema capitalista precisa passar para que se acirrem as contradições entre as classes sociais, consideradas fundamentais pelo próprio Karl Marx para que a revolução irrompa. Atribui-se tal salto ao emprego de técnicas persuasivas.

E à escalada assustadora do nazismo: um país arrasado na Primeira Guerra, econômica e socialmente quebrado, consegue se reerguer, inverter todos os indicadores negativos, resgatar a autoestima coletiva e novamente começar a ameaçar o mundo com uma política expansionista beligerante. Qual a explicação que parece palpável? Novamente, a utilização combinada das novas tecnologias de comunicação com técnicas discursivas dotadas de grande poder de sugestão junto ao espectador.

Todas essas evidências pareciam confirmar o enorme poder de influenciar que a associação entre meios de comunicação de massa e propaganda encerravam. Impressionados, os estudiosos lançam a primeira tentativa para explicar tal poder: surge a "Teoria da Bala Mágica ou Agulha Hipodérmica". Cabe ressalvar, no entanto, que esse

> primeiro conjunto de crenças acerca da natureza e do poder da comunicação de massa nunca foi realmente formulado na época através de uma afirmação sistemática por qualquer estudioso da comunicação, mas retrospectivamente veio a ser chamado de "teoria da bala mágica". [...] A idéia fundamental é que as mensagens da mídia são recebidas de maneira uniforme pelos membros da audiência e que respostas imediatas e diretas são desencadeadas por tais estímulos (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1989, p. 182).

O nome da teoria já adianta sua principal premissa: a crença no isolamento do indivíduo e nos meios de comunicação de massa como sucedâneos das relações pessoais. Suas formulações apontavam para um poder de ingerência total por parte da mídia de massa no comportamento dos espectadores atingidos pelas suas mensagens. Assim como uma bala de revólver perfuraria igualmente a carne de qualquer um que por ela fosse atingida, aqueles que se submetessem aos estímulos vindos da mídia reagiriam, todos, igual e, automaticamente, de acordo com as intenções dos elaboradores das mensagens. Se levarmos às últimas

conseqüências os postulados dessa referida teoria, seria possível dispor dos “humores” da audiência, eivando as mensagens com indicações de como se comportar diante de questões que se apresentarem, de como interpretar e reagir diante de determinados acontecimentos. Se o componente persuasivo fosse adequado, os receptores não esboçariam reações adversas nem desconfianças.

Embora toda essa argumentação parecesse lógica e com lastro naquilo que parecia ser a realidade, encetaram-se uma série de pesquisas empíricas para se aquilatar com precisão os pormenores pelos quais se processava a influência. Tão logo foram aparecendo os primeiros resultados, a percepção de que o público aceitaria as sugestões sem opor resistências, começava a cair por terra. Conforme avançavam as pesquisas com essa incumbência, mais se reforçava a ideia de que os indivíduos expostos aos conteúdos não estavam em situação de passividade total e ou nudez psicológica. Nem tão pouco se encontravam isolados em relação ao contato com outras pessoas de modo a só receberem influência, informação e formação, das mídias. Quando

> a teoria hipodérmica deixou de ser, sobretudo, uma previsão e uma descrição dos efeitos temidos e se transformou num paradigma de pesquisa concreto, os seus próprios pressupostos deram lugar a resultados que contradiziam sua atitude de fundo (WOLF, 2002, p. 32-33)

A formação do indivíduo, a constituição de sua personalidade, ao longo da sua vida, forja uma série de crenças, preferências, juízos e preconceitos. A partir de uma determinada altura de sua vida, a “leitura” que fará dos estímulos que receber do mundo exterior, venham de onde for – dos meios de comunicação ou em conversas informais sentado na mesa de um bar – passarão por esses “filtros” que sua personalidade possui. Se o ponto de vista expresso no conteúdo do estímulo tiver ressonância com o juízo que o indivíduo faz do assunto, então, este tenderá a ouvir com mais atenção e interesse a mensagem. Caso contrário, se houver discordância entre a versão apresentada e sua percepção sobre o tema, ocorrerá dissonância cognitiva e o receptor poderá ignorar, recusar, discordar, muitas vezes, terminantemente.

> A audiência revelava-se intratável. As pessoas decidiam por si se deviam ou não escutar. E mesmo quando escutavam, a comunicação podia não provocar qualquer efeito ou provocar efeitos opostos aos previstos. Os observadores eram obrigados a desviar progressivamente a sua atenção da audiência a fim de compreenderem os indivíduos e o contexto que a constituíam (BAUER apud WOLF, 2002, p. 33).

Essa foi a conclusão a que diversos estudos chegaram. Tanto as pesquisas denominadas empírico-experimentais quanto a denominada abordagem empírica de campo [3].

Obviamente que as bases nas quais estava assentada a "teoria da bala mágica", após todo esse novo horizonte de conhecimentos aberto pelas pesquisas, não tinham mais plausibilidade. Surge, então, uma nova tentativa de dar conta do fenômeno, denominada "teoria da diferenciação social". Não obstante ainda se credite grande força aos meios de comunicação de massa para, senão modelar, servir como parâmetro comportamental para o indivíduo. No entanto, aquela idéia de reação automática e idêntica de todos aqueles que fossem impactados, estava definitivamente afastada. O conceito de sociedade de massa, também, dava mostras de ser radical demais, devendo, igualmente, ser alvo de revisão.

> Gradativamente, as suposições feitas por sociólogos do último século – de que as pessoas em sociedades modernas eram indiferenciadas, anônimas e carentes de vínculos sociais – tiveram de ser substituídas. Armada com a técnica do levantamento social quantitativo, suplementada por estudos de campo qualitativos e sensíveis, a pesquisa lentamente revelou um quadro diferente. Tornou-se claro que os membros das sociedades urbano-industriais contemporâneas não eram todos semelhantes (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1989, p. 199).

As pesquisas continuavam. Surge uma nova bateria de descobertas. Elas concorrem no sentido de mitigar, ainda mais, o poder das mídias. No célebre estudo realizado por Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, numa cidade do interior dos EUA, para mensurar a assimilação dos citadinos à propaganda política de uma campanha à presidência que estava em curso, trouxeram à luz outros dois vetores determinantes para a formação de nossas opiniões e, conseqüentemente, nortear nossas reações aos estímulos midiáticos.

Atina-se para a existência do "líder de opinião", indivíduo que exerce ascendência intelectual sobre o grupo do qual faz parte por ser mais bem informado ou ter mais condições de acesso a conhecimentos que transcendem o senso-comum. Tal figura acaba servindo de intermediário entre o que os meios de comunicação veiculam e as pessoas que fazem parte do seu círculo de relacionamentos. Quando o líder repassava as informações coletadas nos veículos de comunicação, elas vinham enviesadas por suas crenças. Mais uma vez, se as opiniões expressas nos conteúdos não coincidissem com as do mediador, ele, ou não as

---

[3] Ambas muito praticadas por estudiosos da América do Norte. As primeiras, são tipos de levantamentos nos quais se selecionava amostras, controlava-se o lócus onde as pessoas eram expostas e se mimetizavam as mensagens de modo a fazê-las parecidas com o que o público estava acostumado. Já as segundas se caracterizavam pela apuração das reações do público frente às transmissões radiofônicas reais, ou seja, a programação irradiada dos estúdios para o espectador, sem intervenção de qualquer tipo por parte dos pesquisadores (WOLF, 2002, p. 33 e 46).

repassava, ou se o fizesse, ressalvava que aquela era uma visão errada e que a sua particular era a mais correta e digna de crédito. A essa dinâmica se deu o nome de "fluxo de comunicação em dois tempos".

> (Estudos intensivos surgiram) para investigar a natureza dos líderes de opinião e o processo da influência pessoal. Vasta literatura acumulou-se indicando que os relacionamentos sociais informais eram, de fato, importantes fatores intermediários que influíam na maneira pela qual as pessoas escolhiam o conteúdo da mídia, interpretavam e em conseqüência agiam. Destarte, a teoria dos relacionamentos sociais foi acrescida a um cada vez melhor entendimento da base da seletividade desempenhada pelas audiências ao reagirem às comunicações de massa (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1989, p. 212).

Vale lembrar que tais percepções remontam ao início dos anos 40. O acesso aos meios de comunicação de massa era limitado, diferentemente do que ocorre hoje. Porém, ainda que sem a mesma importância, o "líder de opinião" continua a existir e ser uma referência para a grande maioria de nós. Sempre que recorremos à opinião de alguém por considerá-lo ou honesto, ou culto, ou experiente etc., para tomarmos alguma decisão ou formularmos algum juízo, algo próximo da lógica do "líder" estará acontecendo. E, também, é fácil hoje em dia, reconhecermos aqueles que exercem tal papel: normalmente, professores, parentes mais velhos ou mais instruídos, líderes religiosos, especialistas etc.

Além do líder, atentou-se para a força que o próprio grupo tem sobre cada elemento em particular. Certas crenças comungadas por todos são de difícil modificação. Quando algum integrante manifesta um pensamento ou comportamento oposto ao do "clã", proveniente de fonte exógena – como por exemplo a televisão –, a tendência é que este pressione para que o dissidente volte a adotar a orientação tida por adequada.

> Pessoas com vínculos sociais arraigados provavelmente prestarão mais atenção a questões e tópicos que sabem ser de interesse para seus amigos e ou familiares do que a temas não relacionados com eles. Outrossim, modelos de amizade podem ser influências poderosas para dirigir ou até redirigir a leitura, ao que assistem ou ouvem das pessoas (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1989, p. 216).

O grupo constrange o indivíduo com vistas a mantê-lo com os pés no chão, fá-lo voltar à realidade, à normalidade. Essa perspectiva ficou conhecida como "Teoria dos relacionamentos sociais".

Um outro aspecto importante diz respeito ao peso que a conjuntura político-econômica-social exerce sobre o discernimento dos indivíduos. O nazismo e a Revolução Russa obtiveram

aceitação muito em função do contexto de penúria que suas populações viviam. No caso do primeiro, a Alemanha amargava uma dura derrota na Primeira Guerra Mundial. Pouco tempo após o armistício, os EUA, que faziam um papel de moderador dentro do grupo de países que subscreveram o tratado de paz, retirou-se. Inglaterra e França ficaram à vontade para tripudiar o povo alemão. Humilhados e em aguda crise econômica, sem qualquer outra perspectiva, agarraram-se a um discurso que pregava a retomada de uma suposta predestinação de força e liderança de que Hitler afirmava serem os alemães possuidores.

A mesma coisa aconteceu na Rússia. Também derrotada na Primeira Guerra Mundial, com problemas de abastecimento de alimentos e cansada de um regime czarista que condenava a população a uma situação caquética, virou presa fácil de um discurso que pregava igualdade e distribuição equitativa de todos os bens que ficavam circunscritos a uma minoria gananciosa e egoísta.

A explicação para a adoção de sistemas radicais, tais como nazismo e comunismo, remete à vinculação umbilical com um contexto, no qual o povo se veja em situação desesperadora, sofrendo privações severas. Houve tentativas de implantação desses dois ideários em diversos outros países, utilizando-se dos mesmos apelos e técnicas propagandísticas, sem lograr êxito na grande maioria dos casos. Muito em função de não fazerem qualquer sentido dentro da realidade peculiar de cada um deles, não encontrando a conjugação de fatores socioeconômicos e culturais propícios à sua germinação.

2.3 A "Escola de Frankfurt"

Pode-se dizer que o tipo de posicionamento frente ao objeto de estudo adotado pelos pesquisadores filiados à chamada "Escola de Frankfurt" é oposto ao praticado pela *communication research* exposto em linhas acima. O estatuto do Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Frankfurt, desde o momento em que Max Horkheimer é guindado à condição de seu diretor, combate a chamada pesquisa especializada, só preocupada em descrever os mecanismos de funcionamento dos fenômenos estudados. Rotula como "parcial" as conclusões que esse tipo de pesquisa lega, pois elas não contemplam discussões éticas nem apontam o modo pelo qual se relacionam com o contexto mais geral dentro do qual fazem sentido. Carecem de teor crítico e de preocupações mais amplas, no que tange ao compromisso de usar a razão em benefício da humanidade. As ciências sociais que se debruçam sobre os fenômenos, para neles estabelecerem as relações de causa e efeito

imediatas responsáveis por seu funcionamento interno, pondera Wolf (2004, p. 38) citando Horkeheimer e Adorno,

> vedam a si próprias a possibilidade de verdade, na medida em que, programaticamente, ignoram as suas intervenções sociais. É necessário libertar-se da pobre antítese de estática e dinâmica e sociais que se manifesta na atividade cientifica, em primeiro lugar, como antítese de doutrina conceitual da sociologia geral, por um lado, e como empirismo sem conceitualização, por outro.

É exatamente o caso da pesquisa sobre os Meios de Comunicação de Massa encetada por cientistas norte-americanos. Suas pretensões em face do objeto, limitam-se a decifrar sua lógica de funcionamento para, posteriormente, controlar suas variáveis, gerando um conhecimento que interessa a segmentos da sociedade que dele querem fazer uso para melhorar o desempenho de seus negócios. Os "frankfurtianos" alcunharam esse tipo de iniciativa de "pesquisa administrativa".

As ciências sociais de extração positivista seguem esse mesmo esquema, pois importam suas bases epistemológicas das ciências naturais. Portanto, acreditam em método, objetividade e neutralidade. O cientista, dentro dessa perspectiva, não deve fazer juízo de valor acerca do que descobre, deve perseguir a todo custo uma objetividade que garanta imparcialidade, deve clivar o homem, e suas propensões, do cientista e suas conclusões.

A referida neutralidade da ciência positivista ou da Teoria Tradicional é o principal alvo dos "frankfurtianos". Segundo eles, neutralidade não existe. Se um pesquisador não usa suas conclusões e ou descobertas para desnudar as contradições da ordem social, por omissão, ele acaba reafirmando o *status quo.*

> Segundo Horkheimer , a perspectiva tradicional de teoria, pretendendo simplesmente explicar o funcionamento da sociedade, termina por adaptar o pensamento à realidade. Em nome de uma pretensa neutralidade da descrição, a Teoria Tradicional resigna-se à forma histórica presente da dominação. Em uma sociedade dividida em classes, a concepção tradicional acaba por justificar essa divisão como necessária (NOBRE, 2004, p. 38).

Para não correr o risco de incorrer no engodo da neutralidade, faz-se necessário cingir os esforços teóricos de um comportamento crítico e direcionar as análises e pesquisas, no sentido de se atingir a emancipação do ser humano. Surge, assim, o que ficou conhecido por "Teoria Crítica". Para essa perspectiva, não bastava indicar os mecanismos de funcionamento, era imprescindível estabelecer a conexão do objeto com o contexto amplo, na qual se inseria

ou, dito de outra forma, "é preciso considerar seus resultados no contexto mais amplo da sociedade produtora de mercadorias..." (NOBRE, 2004, p. 40). A partir daí, observando as próprias lacunas da sociedade capitalistas, seria possível propor prognósticos com ancoragem concreta na realidade, de modo tanto a instrumentalizar a práxis social com vistas a superar o modelo capitalista de organização social, quanto a identificar os obstáculos que dificultariam tal superação. A isso, dá-se o nome de Razão Emancipadora. No entanto, apontarão os "frankfurtianos", não foi essa perspectiva de "razão" que predominou. Ao invés de trazer a emancipação, ela própria se converte em vetor de mistificação.

É justamente chamando a atenção para o fracasso da razão iluminista, que se convertera em instrumento a serviço da dominação, que se fará uma grande discussão sobre o advento da Industria Cultural. A crença no conhecimento, fruto da faculdade do ser humano em pensar, de que este seria o vetor que libertaria o ser humano dos misticismos, superstições e preconceitos e daria vazão a uma ordem social justa, civilizada, palco de uma explosão cultural que a todos alcançaria, não se consubstanciou. Esse mesmo conhecimento foi sacado, ao contrário, para tornar a engrenagem capitalista mais agressiva e, a exploração que dela decorre, mais sutil. Portanto, a utilização instrumental da razão torna precárias as possibilidades de emancipação.

A redução da razão "a uma capacidade de adaptação a fins previamente dados de calcular os melhores meios para alcançar fins que lhe são estranhos" (NOBRE, 2004, p. 51), é flagrante no processo de formação da Industria Cultural. Em tal processo, Adorno e Horkeheimer denunciam o fato de a seara da cultura estar sendo contaminada pela mesma lógica mercantil da produção de mercadorias comuns. A cultura também passa a ser produzida, em larga escala, de maneira padronizada, visando ao lucro em detrimento de todas as funções que desempenhava na vida em sociedade antes de sua tecnificação.

As novelas, os filmes, os programas radiofônicos e televisivos possuem fórmulas e linguagens que funcionam à guisa de linhas de produção. Os produtos culturais resultantes, na sua essência, apresentam configurações iguais. A suposta variedade de atrações não passa de ilusão. O que vemos é uma eterna repetição de estereótipos e simplificações que não nos oferece qualquer possibilidade de fruição estética nem estimula nossa inteligência. Acentua sim, a escalada de alienação e reificação de que já somos vítimas por estarmos inseridos num sistema social opressor.

> A vida, tendencialmente, não deve mais poder se distinguir do filme. Enquanto este, superando de fato o teatro ilusionista, não deixa à fantasia e ao pensamento dos espectadores qualquer dimensão na qual possam – sempre no âmbito da obra cinematográfica, mas desvinculados de seus dados puros – se

> mover e se ampliar por conta própria sem que percam o fio e, ao mesmo tempo, exercita as próprias vítimas em identificá-lo com a realidade. A atrofiada imaginação e da espontaneidade do consumidor cultural de hoje não tem necessidade de ser explicada em termos psicológicos. Os próprios produtos , desde o mais típico, paralisam aquelas faculdades pela sua própria constituição objetiva (ADORNO apud LIMA, 2002, p. 175).

Pelo fato de refletir todos os traços do sistema social em que eclode, a Industria Cultural converte-se em canal difusor de ideologia. Sem perceber, mesmo nos momentos em que supostamente estamos desfrutando de lazer, continuamos a movimentar a engrenagem capitalista. A programação dos Meios de Comunicação de Massa que consumimos possui as mesmas características que regem nossa jornada de trabalho. Quando capitulamos frente ao fetiche da mercadoria, em nossas visitas aos *shoppingcenters*, o que adquirimos é o resultado de uma relação de produção injusta. Portanto, o descanso que se nos afigura como recompensa pelo dia de labuta, as férias em que igualmente acreditamos que nos livramos das amarras que são as obrigações para com o empregador, continuam a pesar sobre os nossos ombros, só que edulcoradas e ou maquiadas pelos produtos da Industria Cultural ou pelo consumo de mercadorias travestido de lazer.

> O amusement (divertimento) é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ele é procurado pelos que querem se subtrair aos processos de trabalho mecanizado, para que estejam de novo em condições de afrontá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização adquiriu tanto poder sobre o homem em seu tempo de lazer e sobre sua felicidade, determinado integralmente pela fabricação dos produtos de divertimento, que ele apenas pode captar as cópias e as reproduções do próprio processo de trabalho. O pretenso conteúdo é só uma pálida fachada; aquilo que se imprime é a sucessão automática de operações reguladas. Do processo de trabalho na fábrica e no escritório só se pode fugir adequando-se a ele mesmo no ócio (ADORNO apud LIMA, 2002, p.185).

Na medida em que o sistema se impõem via Industria Cultural até naquele âmbito por meio do qual o indivíduo deveria escapar, ou seja, pela fruição artística que propicia sublimação, ou pelo acesso à cultura que estimule suas faculdades mentais, é possível dizer que sobra pouco espaço para o cultivo de resistência articulada. O indivíduo se encontra cerceado, controlado psicologicamente.

Numa sociedade de massa, o principal ponto de contato do público com a realidade – aquela realidade que transcende o alcance dos seus sentidos – é mediatizada. O conteúdo transmitido pelos Meios de Comunicação de Massa é que estrutura a idéia do que vem a ser o

mundo e, igualmente, tem ascendência sobre uma série de juízos de valor da maior importância, que deveriam, ao contrário, ser alvo de reflexão madura. Ocorre que essa matéria-prima midiática sobejamente oferecida ao indivíduo, quando chega até ele, resume-se a um amontoado de estereótipos e simplificações, por sua vez, incapazes de estimular sínteses ou propiciar uma leitura totalizante do mundo ou mesmo fazê-lo atinar para a sua situação dentro dessa realidade fragmentada. O indivíduo massificado é levado a acreditar que as parcas informações, ideias e sugestões acerca da realidade que, a todo momento, chegam-lhe pelas diversas manifestações da Industria Cultural, esgotam-na. Em outras palavras, não desconfia que sua percepção da realidade capta uma mínima parcela do que esta vem a ser, mas fica na ilusão de que esse pequeno pedaço é o todo. Todos os produtos são confeccionados, obedecendo-se à mesma lógica: programas de auditório com temas cômicos ou jornalísticos de entonação séria, passam por uma "linha de montagem" que os torna palatáveis, acessíveis. Ambos são elaborados para, no final das contas, entreter.

> O amusement é possível apenas enquanto se isola e se afasta a totalidade do processo social, enquanto se renuncia absurdamente desde o início à pretensão inelutável de toda obra, mesmo da mais insignificante: a de, em sua limitação, refletir o todo. Divertir-se significa que não devemos pensar, que devemos esquecer a dor, mesmo onde ela se mostra. Na sua base do divertimento, planta-se a impotência (ADORNO apud LIMA, 2002, p. 192).

Uma vez que a maioria dos indivíduos não possui – ou não quer - outras fontes que o auxiliem a compreender sua situação, ele acaba se inclinando por aceitar a concepção viciada trazida pelas mercadorias culturais. Torna-se subserviente ao sistema sem se aperceber. Pior, nas situações de dificuldade busca alívio e alento junto a essa ideia de realidade estereotipada. Tal estereotipação alija a complexidade e as contradições que a questão, seja ela qual for, carrega consigo, facilitando o trabalho da cognição em nomear o bom, o mal, o feio, o bonito e assim por diante. Traz, portanto, estabilidade, segurança.

> Quanto mais dura e complicada é a vida moderna, mais as pessoas se sentem tentadas a agarrar-se a clichês que parecem conferir uma certa ordem àquilo que, de outra forma, seria incompreensível. Assim, as pessoas podem não só ser privadas da verdadeira compreensão da realidade como também a sua capacidade de entenderem a experiência da vida pode ser fundamentalmente enfraquecida com o uso constante de óculos fumados (ADORNO apud Wolf, 2004, p. 92).

Esse é o esboço de algumas ponderações, por meio das quais, dois dos principais artífices e expoentes da "Escola de Frankfurt" – Adorno e Horkeheimer – tentaram chamar a atenção de seus contemporâneos para as transformações que passavam diante de seus olhos e as quais consideravam sombrias, para dizer o mínimo. A crônica especializada, frequentemente, atribui-lhes um pessimismo excessivo no que concerne aos efeitos e conseqüências da Industria Cultural, assim como os acusa de elitismo pela defesa que fazem do padrão erudito de arte e cultura.

2.4 O pensamento de Marshal McLuhan

Se os "frankfurtianos" satanizam a cultura de massa e os meios de comunicação de que ela se serve, acusando-os de apartarem o indivíduo da compreensão acurada da realidade e de não possibilitar experiências estéticas minimamente satisfatórias, McLuhan contempla os mesmos fenômenos a partir de um prisma que gera uma interpretação diametralmente oposta daquela proposta pela "Teoria Crítica". Embora não negue que a cultura de massa edulcore a realidade, não vê isso como problema. Na sua visão, os seres humanos da "sociedade industrial" vivem com um pé na realidade e outro no mundo da fantasia. Qualificou essa ambivalência de "estado onírico". Sem essa "metade" de sonho, o indivíduo não aguentaria o cotidiano rústico e repleto de dificuldades com o qual se depara da hora em que desperta até o momento em que se recolhe. Portanto, a novela, o filme de aventuras, os romances "água-com-açúcar", as histórias em quadrinho de super-heróis, dariam o alento necessário para que se não desistisse de sonhar e, consequentemente, de viver. Sem essa compensação fornecida pela cultura industrial de massa, a própria vida em sociedade, tal qual a concebemos, teria chances precárias de perdurar.

> Em "The Mechanical Bride", McLuhan faz a sua primeira análise em profundidade da comunicação de massas e da cultura popular, revelando alguns dos elementos que se tornariam predominantes no seu pensamento. Um desses elementos era o seu entusiasmo pelo novo tipo de cultura, capaz de produzir o que ele dizia serem objetos de grande valor estético. McLuhan se dedicou a reflexões sobre a publicidade, espetáculos radiofônicos, história em quadrinhos e tudo que envolvesse o que designava de "folclore do homem industrial. [...] Todos os produtos da comunicação de massas eram tratados por McLuhan como fontes de informação para diagnosticar o "estado onírico" no qual a sociedade industrial parecia ter caído. (...) Considerava essa nova cultura industrial como fazendo parte de uma espécie de inconsciente coletivo, e preconizou o seu papel como sendo o do psiquiatra, cuja missão é interpretar os sonhos do seu paciente. (SANTOS, 2001, p. 69).

McLuhan também não subestimava a qualidade estética da cultura industrial. Para ele, as críticas a ela dirigidas decorrem de um apego por parte de uma elite rançosa a um tipo de cultura considerada erudita, que já não faria o menor sentido, no mundo atual, pois teria perdido a capacidade de dialogar com o público e de refletir os temas que o mesmo considera relevante. Ainda, segundo McLuhan, os juízos de valor fornecidos pelo referencial erudito de se interpretar arte e cultura, são espasmos de um paradigma morto que ainda ecoam em função de serem cultivados, artificialmente, por nostálgicos que ainda não saíram do século XIX. É justamente da capacidade de representar os desejos e preocupações dos seres humanos "modernos" que vem a verve da cultura industrial. Ela é um receptáculo eficiente do inconsciente coletivo.

> McLuhan encarava a cultura popular como um indício dos principais impulsos e necessidades da sociedade, porque reunia os elementos psicanalíticos individuais e coletivos que orientavam o estado onírico do homem industrial. Ao analisar a cultura de massas, o autor concluiu que ela revela diversos tipos de mitos característicos da sociedade industrial: sexo, morte e progresso tecnológico (SANTOS, 2001, p.70).

Numa segunda etapa de sua obra, aproximadamente dez anos depois de "The Mecanical Bride", McLuhan, inspirado por Harold Innes – historiador e economista canadense que primeiro ventilou a vinculação do advento de novos padrões de comunicação e transformações na maneira de se organizar a sociedade (SANTOS, p. 69) –, lança "A Galáxia de Gutenberg", no qual desenvolve a ideia de que, o fator preponderante para a decadência e ascensão de esquemas civilizatórios, no decurso da História da humanidade, são mais frutos das transformações nas tecnologias de comunicação do que resultado da ação de variáveis econômicas, sociais e políticas.

Por exemplo, seguindo nessa trilha, McLuhan depreende que o vetor responsável pelo ocaso do feudalismo e a eclosão do Estado moderno se deveu à possibilidade de se produzir papel em larga escala, portanto, a preço acessível e, ao surgimento da imprensa que, igualmente em larga escala, ensejou a impressão de livros e outros suportes que privilegiam a palavra escrita. Tal inovação, por sua capacidade de conduzir um idioma, teria criado as condições para o fortalecimento da identificação entre fronteiras territoriais e aspectos culturais, gerando a ideia de nação, que não existia no arranjo societário feudal. A facilidade em transmitir leis, padrões morais e éticos, e tradições ajudou a unificar comportamentos, submetendo todos que viviam em determinado limite territorial a uma autoridade central, o Estado – até então, a autoridade era exercida localmente pelas figuras proeminentes de cada comunidade. A nação se

estruturou pelo fato de a imprensa ter agido “como fator de eliminação do paroquialismo e do tribalismo, homegeneizando gradativamente regiões diferentes e unificando-as (COELHO, 1998, p. 46).

A burocracia estatal ganhou impulso. Os negócios tocados e fechados, na base da palavra, informalmente, passam a ter, no papel, um registro que, se não indelével, guinda a um outro nível de comprometimento o acordo acertado entre as partes. Tais contratos ganham o “status” de “documentos”, constituindo-se em prova fidedigna nas instâncias judiciais.

Mas, o desdobramento mais traumático, responsável pela antipatia de McLuhan ao padrão escrito de comunicação, configurou-se com o isolamento do indivíduo. Para ele, o ser humano é dotado de um grande potencial para se comunicar. O padrão oral é o mais adequado, pois exige que tal potencial seja completamente utilizado. Quando conversamos, gesticulamos, ouvimos, notamos o semblante do interlocutor, ou seja, somos obrigados a entrar em contato, face a face, com nossos semelhantes. O padrão oral serve, então, de trampolim para facilitar o desenvolvimento de certos “talentos”, como sociabilidade e sentimento de empatia para com o outro, indispensáveis para uma vida coletiva sadia e feliz. A palavra escrita, ao contrário, inaugura o que o teórico canadense chama de ditadura visual. Essa vida comunitária tão festejada por ele sofre um forte abalo na medida em que, para se adquirir conhecimento, informar-se, ou celebrar um contrato, não é mais tão imprescindível, assim, o contato intenso com outros membros da comunidade, fazendo os laços comunitários enfraquecerem. O papel e a imprensa são o gérmen do individualismo.

> O contato permanente com a regularidade linear da página impressa levou o homem apenas a aceitar as idéias que estivessem em consonância com os padrões lógico lineares preestabelecidos. Segundo McLuhan, o homem da galáxia de Gutenberg fechou as portas à imaginação, tornando-se literal, explícito e lógico. Passou a viver dos horários, das tabelas de passagem dos comboios, da pontualidade, das listas de pesos e medidas e da produção. Em suma, tornou-se impessoal, frio, solitário, tecnocrata e burocrata (SANTOS, 2001, p.73).

Deriva desse diagnóstico, sua boa vontade para com os meios de comunicação eletrônicos, cultura de massa etc. Vislumbrou, na ubiquidade e capilaridade de penetração das mídias eletrônicas, a possibilidade de se retornar a um padrão de comunicação predominantemente oral. Tais características técnicas subverteriam as dificuldades espaciais e temporais que um mundo dividido, em países, com culturas diversas e separados, muitas vezes, por milhares de quilômetros, imporia para que se voltasse a viver algo que permitisse, ainda

que de forma mediatizada, um tipo de vida comunitária, na qual pessoas pudessem interagir com outras, usando todo seu pontencial comunicativo.

> McLuhan viu no desenvolvimento da tecnologia eletrônica de comunicação uma espécie de redenção para a humanidade, ao permitir um regresso à oralidade, à superação das fronteiras políticas e à instantaneidade na transmissão de conhecimentos (SANTOS, 2001, p. 73).

E, assim, surge um dos aforismos mais célebres de McLuhan, qual seja, "Aldeia Global".

Tal expressão já permite entrever uma outra formulação bastante polêmica, exposta no seu livro subsequente "Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem", a respeito da influência que os meios de comunicação têm em nossa vida. Para ele, pouco importava o teor das mensagens veiculadas, diuturnamente, o que interessava eram as transformações que o impacto das tecnologias presentes em tais meios operava na organização da vida em sociedade. Tais transformações eram suas mensagens. Por exemplo, a mensagem da imprensa não era o que se lia em livros ou jornais, mas o aparecimento do nacionalismo e do individualismo. Assim como a mensagem da televisão ou do rádio não são suas atrações, mas a *retribalização* do mundo. É um erro, continua ele, tentar compreender a dimensão do significado dos meios de comunicação pela análise do conteúdo transmitido. Esse equívoco seria um vício trazido pela comunicação letrada (ou visual) do qual ainda muitos estudiosos não se livraram.

> Assim, para McLuhan, o que verdadeiramente interessa não é o que o rádio ou a televisão dizem. O mais importante é o fato de existirem, trazendo transformações à sociedade. Essas transformações são a sua mensagem (SANTOS, 2001, p. 74).

É dessa concepção peculiar acerca do fenômeno que surge um outro aforismo bastante famoso: "O meio é a mensagem".

Foram escolhidas essas três correntes de pensamento, primeiramente, porque o intervalo de tempo em que povoaram o debate coincide com a época em que o presente trabalho enfocará. A "Escola Americana" e a "Escola de Frankfurt" começaram seus trabalhos, na década de 1930, e ambos se estenderam, vigorosamente, para além da década de 1960. McLuhan lança seu primeiro livro no começo da década de 1950. No decênio seguinte, também continua a agitar o cenário da pesquisa comunicacional com suas idéias controvertidas.

Em segundo lugar, a escolha recaiu sobre essas três “escolas”, pela tremenda influência que tiveram e, ainda, têm para o pensamento comunicacional. Os conceitos formulados, as polêmicas levantadas, as supostas descobertas dos mecanismos de funcionamento, os questionamentos éticos, aparecem, em maior ou menor grau, seja para corroborar ou contestar, em grande parte da produção científica ulterior da área.

O que não se pode perder de vista é que as ideias aqui apresentadas, de modo algum, esgotam a variada gama de reflexões, bem como suas implicações e desdobramentos, que cada uma dessas correntes de pensamento se dedicou ao longo de sua trajetória. Os motes aqui trabalhados foram selecionados porque se imbricam com os instrumentos interpretativos que virão a seguir, além de os esclarecerem e embasarem.

2.5 - Considerações necessárias sobre Marketing e Propaganda Política

Crê-se, peça chave à consecução dos objetivos político-eleitorais, detentora dos segredos, por meio dos quais, cifram-se conceitos complexos em linguagem coloquial inteligível à maioria da população, portadora de um “erotismo”, cujo fito é seduzir a opinião pública, obtendo-lhe a contrapartida esperada, a

> propaganda confunde-se com a poesia e dela se nutre. A criação e o aformoseamento dos mitos nacionais consagraram-se nas maiores obras da antiguidade, as de Homero e de Virgilio. Em nossos dias a propaganda substitui a poesia épica na função primitiva de contar histórias ao povo, as do seu passado, e as do porvir, dando-lhes, pois, uma alma comum, tal como fez Psístrato a partir de poemas Homéricos: [...] a propaganda tomou à poesia, grande número de seus processos: a sedução do ritmo, o prestigio do verbo e até a violência das imagens (DOMENACH, 1963, p. 93).

Essa descrição define o tratamento que se dá à propaganda política há tempos, inclusive nos dias de hoje. Todavia, principalmente no Brasil do final do século XX, foi cada vez mais assimilada como instrumento de persuasão posicionado num dos estágios da cadeia de procedimentos que versa sobre a execução do planejado. Portanto, um acessório conformado dentro de um universo maior, o plano de “marketing” político e ou eleitoral. Naturalmente que é possível investigá-la em separado, a partir de aparatos teóricos engendrados, ao longo do tempo, pelos estudiosos que se incumbiram de entendê-la. Aliás, é nossa missão resgatá-los e aplicá-los ao nosso objeto de estudo. Porém, o que se constata neste subcampo, moldado no

transcorrer dos anos, é o fato de todas as iniciativas envidadas no sentido de se estabelecer metas gerais e se definir estratégias norteadoras, serem atribuídas ao que se nomeia Marketing.

A razão desse alerta é dirimir qualquer tipo de dúvida acerca das características de cada um deles, das suas funções, das suas diferenças. Se o objeto de estudo pertencesse ao recorte histórico pós-redemocratização do país, teríamos a nossa disposição um arsenal de conceitos e categorias todos bem definidos, bem delimitados, empiricamente atestados. Bastaria submeter a tal arsenal o "marketing eleitoral" desenvolvido pelos competidores de qualquer eleição realizada posterior a 1985 para obtermos uma radiografia, senão absolutamente precisa, ao menos verossímil, das estratégias comunicacionais, das expectativas que o eleitor depositava no candidato, do modo como os últimos exploravam-nas para cortejar os primeiros.

Não é o caso da dissertação em tela. Os propagandistas do momento histórico para o qual se volta à pesquisa, não dispunham – sobretudo no Brasil – dessa gama de procedimentos norteadores, que para os profissionais de hoje é tão óbvio e obrigatório. No máximo, é possível dizer que alguns deles se faziam presentes, mas sem o acabamento que lhes confere a eficácia que os tornam indispensáveis atualmente. Em toda a bibliografia consultada editada no período, não se constatou sequer uma menção ao termo "Marketing", quando o autor se referia às estratégias comunicacionais de Goulart.

Sabe-se que os Estados Unidos são a pátria do "Marketing", até pela tradição da sua escola de comunicação e pela estabilidade de sua democracia. E que, desde muito cedo, os norte-americanos buscaram meios de controlar as variáveis que determinam o resultado de um certame eleitoral. A *communication research* desevolvida nos EUA parte, inicialmente, da "Teoria da Bala Mágica", conforme já ponderamos linhas acima, que de forma apressada confere aos Meios de Comunicação de Massa um poder absoluto de manipulação dos comportamentos dos indivíduos. Entre 1930 e 1960, com o avanço da pesquisa empírica que buscava justamente aquilatar essa penetração ubíqua, constatou-se ser essa perspectiva frágil senão falsa – vem à luz a "Teoria das Diferenças Individuais". No entanto, tais resultados não convenceram, de imediato, boa parte da "crônica" que se dedicava à questão. Gerou-se controvérsia, muitos continuaram renitentes em abandonar o juízo provisório que lhes soava óbvio.

> De qualquer forma, o papel das diferenças individuais na formulação das respostas às comunicações de massa foi a principal manifestação orientadora para a pesquisa relativa à mídia desde pouco antes da Segunda Guerra Mundial até bem dentro da década de 1960.

> À medida que se manifestava a significação das diferenças individuais para se compreender o comportamento das audiências [...], poderosos grupos da sociedade foram responsáveis pela revelação de resultados vinculados à publicidade, relações públicas, campanhas de caridade, eleição de políticos e de persuasão do público.
>
> [...] A crescente compreensão da grande amplitude das diferenças individuais, em matéria de estrutura cognitiva entre os seres humanos, provocada pela pesquisa básica em psicologia [...] (demonstrou) que mensagens persuasivas deveriam ser feitas sob medida para atender os interesses, necessidades, valores, crenças e tudo o mais de específico.
>
> [...] Assim, estava preparado o terreno para o conceito de segmentação de mercado (grifo do autor) como um princípio de compreensão e criação de estratégias para a venda de bens, políticas e comportamentos favoráveis à sociedade, entre grandes audiências de mídia. Esta abordagem, por sua vez, ressaltou a necessidade da pesquisa de mercado (grifo do autor) visando identificar que tipos de pessoas compravam, votavam, davam, ou de qualquer outra forma agiam, baseadas naquelas motivações, interesses, ou outras condições psicológicas (DEFLEUR; BALL – ROKEACH, 1993, p. 197 – 198).

Como se vê, na década de 1960, o estágio do Marketing tal qual o concebemos estava em gestação, estava em processo de aprimoramento. Suas feições e, isso quer dizer, sua sistemática, seu poder de potencializar as probabilidades de vitória daqueles que a ele recorriam, ainda estavam sendo talhadas, construídas. Ou seja, a compreensão que se tinha de uma campanha propagandística, há 40 anos, é diferente da que predomina no presente e, provavelmente, será diferente da que teremos em 2040.

Lins da Silva (2002, p. 9) segue o mesmo diapasão

> Antes do movimento que depôs o presidente João Goulart, os meios de comunicação de massa – em especial a televisão – ainda não tinham atingido universalmente o país como aconteceria dos anos 1970 em diante, circunstância que também impedia chamar de marketing político as atividades então exercidas para atrair eleitores, ao menos do modo que o conceito é atualmente entendido.

A propósito, o assunto merece maiores considerações. A que campo do conhecimento pertence o “Marketing” – tanto o comercial quanto o político? Pelo menos até o momento nunca se ouviu falar numa teoria do Marketing. Todas as publicações dedicadas ao tema ofertam aos leitores e interessados, em geral, uma grande variedade de conceitos e estratégias que subsidiaram uma investida que, por fim, mostrou-se bem-sucedida, proporcionando aos seus idealizadores o duplo êxito de alcançarem, por meio delas, os objetivos a que se propunham e ter contribuído com o advento de um novo paradigma que beneficiará os profissionais que atuam num nicho congênere na medida em que se lhes disponibilizará um

parâmetro seguro para se posicionarem e superarem os desafios típicos que enfrentarão. Uma espécie de "jurisprudência", portanto. Mas, e aquelas estratégias que não vingam? Estas, raramente são objeto de livros. Normalmente, caem no esquecimento. Só ganham alguma notoriedade quando são fracassos retumbantes, que envolvem somas vultuosas e ou apostas pretensiosas por parte de grandes marcas ou grandes investidores.

O "Marketing" é algo eminentemente empírico e, mais ainda, dinâmico. O que hoje é um lampejo genial e impõem-se como recurso obrigatório, pode cair em desuso e até passar a ser contraindicado, conforme "evoluam" as fugazes variáveis que determinam o arranjo momentâneo do chamado mercado. Ele é um tipo de "tecnologia gerencial" – otimizando processos e investimentos, minorando custos, visando à excelência, procurando aumentar a satisfação do cliente. E, como toda tecnologia, está sempre em mutação. Outra coisa: ele é interdisciplinar. No processo denominado plano de "marketing", aciona-se uma série de campos do saber: Economia, Contabilidade, Administração de Empresas, Estatística, Psicologia e até Sociologia e Antropologia. E onde entra a Comunicação Social nessa história toda? No momento em que se vai a campo conhecer o gosto, desejos, predileções e ou impressões do consumidor, quando confrontado com algum produto, serviço ou marca? Seria essa a justificativa para que "Marketing" e Publicidade e Propaganda fossem tão freqüentemente tomados como termos correlatos? Seria esse tipo de comunicação com o público que estaria alimentando a confusão entre estes termos que, definitivamente, não são análogos? Se a resposta for sim, então toda a pesquisa dita social também seria tributária da comunicação! Sim, pois, antropólogos, sociólogos, psicólogos – e até setores de outras ciências, como as pertencentes ao ramo das biomédicas – providenciam consultas em amostras dos universos relevantes a seus experimentos para reunir dados que auxiliarão no desvendamento de seus objetos de estudo. Essas consultas nada mais são do que questionários e entrevistas, cujo *feedback* possibilitará um conhecimento mais profundo e preciso, fornecendo uma base concreta da qual tirarão consistência para legitimar suas hipóteses e na qual lastrearão seus comentários e afirmações.

A nosso ver, a Publicidade e a Propaganda se acoplam à cadeia após a definição de uma série de medidas pregressas – nas quais são traçadas metas a serem alcançadas, estratégias de ação e definidos conceitos para um determinado empreendimento. Só então, por meio do chamado *briefing* – no qual concentram-se todas as informações essenciais norteadoras formuladas nas etapas a montante do processo - aciona-se uma agência de Publicidade e Propaganda. Daí sim, projeta-se a figura do comunicador: como abordar o público-alvo, qual o melhor estratagema persuasivo para lhe despertar o interesse, quais as

mídias mais adequadas para impactar o maior número de indivíduos possíveis. Tudo aquilo que vem antes, é de responsabilidade de administradores de empresa, executivos, projetistas, estrategistas e por aí vai.

O mesmo acontece com o chamado "Marketing" Político. Ele é composto por, ao menos, dois módulos: um organizacional, no qual faz-se mister administrar, ou mesmo viabilizar e até otimizar, do ponto de vista logístico-operacional, os compromissos assumidos pelo candidato, fiscalizar os contratos firmados por meio dos quais a campanha "decolará". O segundo concerne às estratégias propagandísticas do postulante ao cargo público. É nesse ínterim que entra o comunicador com o peso de seu conhecimento. É claro que há diálogo, há imbricação entre as estratégias de cunho mais geral com as persuasivas. O conceito é definido pelo comando geral da campanha em comum acordo com os propagandistas que, por meio do farto repertório de que dispõem, empenhar-se-ão em torná-lo palatável ao eleitorado. Contudo, é a segunda parte do processo que nos interessa, predominantemente. É para o rol de procedimentos contidos no compartimento comunicacional das campanhas (estratégias e motes persuasivos) que nossa atenção se concentrará. Por isso, estaremos sempre adotando a expressão "propaganda política" e não "marketing político". Em relação à faceta operativa da campanha, estaremos igualmente privilegiando as medidas que mais diretamente se concatenam ao módulo comunicacional da campanha.

Dessa forma, chegamos (ou voltamos) ao ponto: interpretar uma campanha propagandística da década de 1950 ou 1960, sob a ótica do século XXI, é o mesmo que explicar o funcionamento de uma válvula, tendo como referência o de um *microchip*.

Após conjectura, o próximo passo é apontar quais as noções de propaganda política encontradas, na literatura disponível sobre o tema, darão sustentação às afirmações e conclusões ensejadas pelo exercício de hermenêutica.

Eis que nos deparamos, então, com o que parece ser um paradoxo. Após a longa arenga sobre o caráter transitório das categorias que regem os esforços propagandísticos numa campanha política, constata-se que praticamente todas obras recentes que se ocupam da questão se fundamentam, em maior ou menor grau, nas célebres proposições de Jean-Marie Domenach (1963) e Serge Tchakhotine (1967), dois pioneiros na tentativa de desvendar seus mecanismos de funcionamento. Mas, na verdade, não há qualquer paradoxo. Esse lastro com o constructo de ambos é meramente o ponto de largada para que os autores que os sucederam tivessem um substrato inicial, no qual se apoiar para assim providenciarem suas contribuições para a compreensão do fenômeno.

Por conta disso, poderíamos, então, inferir que as prescrições de Domenach e Tchakhotine ainda não foram completamente superadas? Que a caducidade inerente ao Marketing Político/Propaganda Política ainda não os desatualizou por completo? A resposta é sim! Seja pela acuidade das colocações de ambos, seja pela necessidade dos novos autores em cingir de solidez suas ponderações, remetendo-as a origens nobres – o que ajuda a consolidar o "status" de sua área de atuação como campo de conhecimento – a verdade é que os dois precursores continuam a ser creditados. Entretanto, as novas gerações produziram uma miríade de subtipos e novas categorias de Propaganda Política, uma espécie de ânsia por conhecimento novo, bastante reveladora do acelerado ritmo com que se reformula e para o qual chamávamos a atenção linhas acima. Se a pesquisa perscrutasse um passado mais recente – pós 1985 –, tal é o volume encontrado de novos conceitos, explicações e táticas, que se teria dificuldade inclusive de se justificar a predileção por uns em detrimento dos demais.

Aquilo que hoje é fonte primordial para os candidatos a cargos eletivos, de algumas décadas atrás, era o que havia de mais fresco e aparentemente seguro para abordarem os eleitores. É, por tudo isso, que iremos beber quase que exclusivamente, dessa fonte primordial para esmiuçar o objeto. Extraíremos do receituário de Tchakhotine e Domenach as balizas por meio das quais procurar-se-á dar visibilidade às estratégias propagandísticas empregadas por João Goulart.

2.6 Administração da Campanha

Não sendo salutar a aplicação de categorias sofisticadas desenvolvidas num ponto futuro, como o *staff* de uma campanha se articulava, de modo a fazê-la eficiente, de modo a não deixá-la sair do prumo e canalizar os esforços para que o objetivo fosse atingido? Qual era o elenco de diretrizes que permitiria um controle racional das ações com vistas a potencializar as estratégias traçadas?

Serge Tchakhotine (1967) fornecia uma "bússola", uns poucos quesitos que permitiriam aos propagandistas, ou homens designados para administrar as investidas persuasivas do candidato, organizar-se de maneira a auferir bons resultados. Porém, antes de aduzi-los, cabem alguns esclarecimentos fundamentais que dão conta de iluminar as pesquisas e bases teóricas das quais os postulados de Tchakhotine são tributários. Sem as quais, aliás, estaríamos banalizando o seu legado ou compreendendo-o de forma atravessada, incompleta, para não dizer errada. A inspiração ou, mesmo o embasamento, por meio do qual justifica

suas afirmações, remetem aos grandes nomes da Psicologia, cujas pesquisas e ou descobertas – auspiciosas –, no início do século XX, pareciam estar descortinando o funcionamento das nossas mentes, psique e comportamentos. Toda a discussão que Tchakhotine introduz sobre propaganda política e todo o rol de recursos que a auxiliam a modelar comportamentos, remonta a esse ciclo de estudos sobre Psicologia.

O principal pilar são os experimentos do russo I. P. Pavlov, que formulou toda uma teoria sobre o aprendizado dos seres vivos, a partir do condicionamento de uns poucos punhados de impulsos inatos. O mais decantado de todos, o famoso cão que salivava com o badalar de uma sineta[4], erigiu-se, à época, como prova cabal da suscetibilidade – inclusive de seres humanos – a estímulos externos calculados para ocasionarem uma determinada resposta, uma determinada atitude daqueles para quem se dirigem:

> [...] a teoria dos reflexos condicionados, fundamento essencial da psicologia objetiva, baseando-se sobre leis biológicas de caráter geral, pode explicar atualmente toda a complexidade de formas de comportamento dos animais e dos homens; [...] o primeiro sistema (nº 1), o da combatividade. Entre os estados relativos a esse sistema, pode-se citar o medo, a angústia, a depressão, [...] a agressividade, o furor, a coragem, o entusiasmo; [...] Para o segundo sistema, o da nutrição, poder-se-ia mencionar tudo o que se refere às vantagens econômicas e às satisfações materiais. As promessas e os engodos, de um lado, os quadros de miséria e nudez, do outro, são as formas que podem ter influência nesse caso.
>
> Para o terceiro sistema, o da sexualidade, tudo o que sensibiliza a alma humana e nela penetra. [...] O quarto impulso, o da maternidade ou paternal, constitui o fundamento de tudo o que se manifesta sob forma de piedade, preocupação com outrem, comiseração, amizade, previdência, mas também indignação, cólera. (TCHAKHOTINE, 1967, p. 48-49).

É, na grande maioria das vezes, recorrendo a estes quatro impulsos básicos – que, segundo Pavlov, grosso modo, determinam nossa conduta, nossas ações e reações –, que Tchakhotine (1967) esculpirá as categorias por meio das quais lançará luz sobre o fenômeno da propaganda política, seus mecanismos de funcionamento, a eficácia de sua penetração, as ferramentas de que dispõem para arrebanhar a massa e pastoreá-la nesta ou naquela direção. Utiliza-as, inclusive, para explicar o alcance de movimentos que marcaram a história da humanidade, como o nazismo, o fascismo e o comunismo. Na verdade, mais do que se prestar a explicá-las, essas três ruidosas "explosões" massivas acabam por ter um papel dual no raciocínio de Tchakhotine: além do já aludido caráter ilustrativo, acaba, ao mesmo tempo, assumindo, ao lado dos postulados de Pavlov, o caráter de matéria-prima para que ele refine

---

[4] Toda a vez que Pavlov disponibilizava comida para o cão, tocava uma sineta. Após um tempo, o cientista limitou-se a somente emitir o som sem ofertar a refeição. Constatou que o animal salivava tal como se estivesse diante do alimento.

seus conceitos, elabore-os com mais riqueza, com mais precisão e lógica. Possuem, portanto, dupla função: objeto de interpretação e fonte legitimadora de teorias. O que, do ponto de vista epistemológico, não deixa de ser curioso.

Antes de explorarmos as duas principais modalidades legadas por Tchakhotine, urge fazer referência às razões que o levaram a optar por dar-lhes o arranjo e justificativas sobre as quais, até hoje, refletimos, ponderamos, concordamos ou discordamos. Diz o grande autor haver

> dois grupos de pessoas: por conseguinte devem existir duas formas de propaganda: uma dirigindo-se aos 10%, as pessoas bastante seguras de si para resistir à sugestão brutal, a outra, aos 90%, aos passivos ou hesitantes, que tenham seus mecanismos psíquicos, acessíveis à sugestão emocional e marcadamente edificadas sobre o impulso nº 1, combativo (TCHAKHOTINE, 1967, p. 353).

Essa dicotomia está no cerne das definições de racio-propaganda (propaganda por persuasão) e de senso-propaganda:

> A primeira é a instrução política e não precisa ser demoradamente explicada; é aliás aquela de que se servem, comumente os partidos políticos, especialmente nos países democráticos. Suas modalidades são conhecidas: jornais, discursos pelo rádio, reuniões com debates, brochuras e boletins, enfim, a propaganda pessoal ou de porta em porta, quando os propagandistas vão às portas das pessoas que lhes interessam para tentar demonstrar-lhes os fundamentos dos seus programas e persuadi-las a se inscrever no partido que representam, a votar nele, etc. As demonstrações lógicas, embora utilizando, às vezes, diversos impulsos de base, ligam-se de maneira preponderante, ao segundo impulso, fazendo ressaltar sobretudo os interesses econômicos (TCHAKHOTINE, 1967, p. 353-354);

é importante notar que a definição acima atribui poder propagandístico a uma série de iniciativas, cujas características transcendem tanto o período regulamentar de campanha – quando os candidatos ganham autorização legal para tentar ganhar o voto da população –, quanto a natureza dos suportes, normalmente, utilizados para carregar os apelos persuasivos. O conceito de racio-propaganda é de especial interesse, pois, como veremos, as principais cartadas propagandístico-persuasivas de Goulart não vinham "embaladas" sob a forma de "jingles", chamadas radiofônicas, filmes cinematográficos e afins. Elas nasciam de reuniões, comícios, pronunciamentos e ganhavam o público pela repercussão que a mídia lhes dava. E, também, não se limitavam às vésperas das eleições, escoando por praticamente todo o tempo em que Jango fez parte da elite política brasileira.

Já a propaganda por sugestão (senso-propaganda) é caracterizada

> sobretudo (pelo) impulso nº 1, ou combativo [...]. Por meio de símbolos e ações que atuam sobre os sentidos, que causam emoções, procura-se impressionar as massas, aterrorizar os inimigos, despertar a agressividade de seus próprios partidários. Além dos símbolos gráficos plásticos e sonoros [...], são especialmente o emprego de bandeiras, uniformes, grandes manifestações, desfiles estrepitosos que caracterizam a propaganda desse tipo, empregada pelos ditadores.
>
> Fatores visuais empregados, bandeiras e estandartes, são freqüentemente de cor vermelha nos movimentos de caráter revolucionário (TCHAKHOTINE, 1967, p. 354).

Claramente Tchakhotine idealizou esse matiz, observando a maneira como Lenin/Stálin e Hitler mobilizavam a população para engajá-la aos seus projetos. Sobretudo a propaganda nazista revolvia sentimentos, preconceitos, códigos de ética e tradições obsoletas soterrados pelo tempo, mas que ainda habitavam o imaginário alemão. Sua ativação, sob um prisma racional, não traria qualquer benefício concreto ao povo. Mas, da ótica simbólica, ativou os brios dos alemães com intensidade não menos do que explosiva. Toda essa energia (ou ódio) desencadeada pela propaganda foi canalizava em prol do "projeto nazista".

Como veremos, os esforços de Goulart se concentravam em métodos mais próximos da racio-propaganda. Porém, nos estertores de seu governo, quando os sinais do golpe revelavam sua iminência, lançou mão de artifícios flagrantemente identificáveis com o repertório da senso-propaganda.

E, para arrematar o assunto, Tchakhotine (1967) explica que

> ao primeiro (racio-propaganda), interessam a doutrina e as noções técnicas destinadas a manobrar as massas. Ao segundo (senso-propaganda), importa encontrar, pela doutrina, os equivalentes de uma mística, de um mito e expressões sugestivas, os ritos, os símbolos, os slogans (TCHAKHOTINE, 1967, p. 550).

Tchakhotine vincula a prática da racio-propaganda às nações, onde vigoram governos democráticos. A senso-propaganda seria um recurso mais afeito a regimes autoritários. Mesmo se contabilizarmos o provável assombro que o nazi-fascismo e o comunismo e seus métodos propagandísticos deflagraram, tanto no autor quanto no restante de seus contemporâneos, principalmente, se cotejados com os métodos da democracia tida por ideal, a norte-americana – o que poderia, *a priori,* servir para dar sentido a tal clivagem; mas, retornando ao século XXI, seu exotismo é indisfarçável. Será que as incursões pelo universo da persuasão e da sugestão, eram ou são tão diferentes assim num e noutro regime? Numa campanha

propagandística, em pleno funcionamento, torna-se bastante difícil apartar as duas matrizes, tal qual Tchakhotine faz com os conceitos de ambas.

Essa dificuldade de enxergar as fronteiras tênues entre essas duas modalidades e suas conotações é a mesma que nos acomete, quando somos expostos a alguma mensagem, cujo fito seja cativar nossa simpatia para nos tornar propensos a aceitar uma ideia, contratar um serviço ou mesmo consumir um produto. Pois, dentro de um anúncio – seja ele impresso, filmado, irradiado, falado, etc. – tudo aquilo que pode ser identificado ou interpretado como estímulo dotado de poder para obter do indivíduo impactado um juízo de valor favorável e, consequentemente, torná-lo propenso a reagir positivamente, tem um fundo persuasivo – ou sugestionável se assim se preferir. A retórica que invade nossos sentidos se configura pelo uso de uma série de recursos, mais ou menos explícitos, passíveis de serem manobrados pelo publicitário ou propagandista. Mas, cujo teor, se pensarmos em termos de apelo racional ou emocional, traz essas duas possibilidades quase sempre entrelaçadas. É tarefa indigesta, para não dizer supérflua, enquadrar as mensagens que nos chegam por todas as mídias, nessa ou naquela categoria.

De um certo modo, Tchakhotine reconhece que as fronteiras entre racio e senso-propaganda não são tão bem demarcadas, mesmo dentro de sua lógica de atrelar a "razão" ao impulso nº 2 – conforme vimos linhas acima (p. 52), o de "nutrição", relacionado aos "instintos" de acumulação visando autopreservação - e a emotividade ao impulso nº 1 – o da "combatividade" (p. 52), que se expressa em comportamentos ou reações intensas, tais como exaltação, depressão, fúria etc.. E que é temeroso atrelar a utilização da racio-propaganda a países democráticos e a senso-propaganda a Estados totalitários.

> A propaganda de tipo emocional, que visa a excitar, ao máximo as multidões, não é uma prerrogativa das ditaduras. Nos Estados Unidos, o emprego da violação psíquica das massas e mesmo das multidões, quando das eleições presidenciais, atinge um grau de extraordinária intensidade; os métodos são simplesmente retirados da publicidade e os cortejos tomam um caráter exclusivamente carnavalescos: cartazes, carros, os símbolos vivos – elefante e asno (republicanos e democratas) moças, confetes, um turbilhão de folhas de papel lançado do alto dos edifícios, tudo em meio a um barulho ensurdecedor das orquestras, dos gritos, das buzinas.
>
> Para se ter uma idéia da amplitude de uma campanha de propaganda nos EUA, [...], por ocasião da de Roosevelt, pelo New Dial, em 1932, o cortejo, que desfilou nas ruas de Nova York contava 255.000 participantes com 200 orquestras; para lançar essa propaganda Roosevelt apelou para 1.500.000 de agitadores voluntários (TCHAKHOTINE, 1967, p. 355).

Conhecendo o arcabouço de idéias que serviram de manancial para que Tchakhotine lapidasse seu pensamento e, assim, conseguisse um amálgama de credibilidade para a gama de conceitos que engendrou, desse modo, podemos entrar na questão a que se propõe esse tópico: ponderar sobre as diretivas organizacionais-adminstrativas de que dispunham os políticos em campanha para não deixar que percalços e reviravoltas, de todos os tipos, tão normais em pleitos eleitorais, desestabilizem o equilíbrio de iniciativas que concorrem paralelas para o perfeito andamento do planejado. Se os políticos de 40 anos atrás ainda não podiam usufruir das fórmulas precisas – quase matemáticas – que a "tentativa e erro" foram depurando ao longo do tempo até chegar ao que hoje se denomina ferramentas do "Marketing", não quer dizer que partidos políticos e seus afiliados lançavam-se às cegas, desordenadamente, na captura de eleitores. Para além dos artifícios mirabolantes surgidos desse ou daquele nome da política – e que, em alguns casos, tornaram-se folclóricos – existia, obviamente, um receituário a ser seguido, uma espécie de "pré-marketing". Muito mais vago, assemelha-se mais a uma "carta de intenções" e está visivelmente mais voltado às questões propagandísiticas com vistas a lhes aumentar a eficácia. Tchakhotine (1967, p. 290) delineia-os da seguinte maneira:

> (É inadequado), mesmo na propaganda que tem por base o princípio da sugestão, de pensar e agir como cada pessoa reagisse da mesma maneira, mas na verdade, a mentalidade dos diversos grupos da população é bem diferente e a propaganda racional tem de ser diversificada. Acredita-se que basta achar uma fórmula feliz, um símbolo ou um slogan, para se ter assegurado o sucesso [...] Esquece-se que o essencial, na propaganda racional, é o plano de campanha:
>
> a diferenciação dos grupos de indivíduos a influenciar;
>
> o estabelecimento dos objetivos psicológicos a atingir nos elementos de cada grupo;
>
> a criação de órgãos para realizar a ação no sentido desses fins;
>
> a criação, por esses órgãos, de formas de ação de propaganda;
>
> a distribuição das ações no espaço e no tempo (estabelecimento de um plano de campanha);
>
> a coordenação dessas ações;
>
> o controle da campanha , especialmente da preparação das ações e seus efeitos.

Nossas atenções estarão voltadas para esses sete comandos quando esmiuçarmos os passos de João Goulart para consumar seus desideratos.

2.7 – Símbolos e Mitos

Os signos têm grande poder sobre nossa consciência, são capazes de provocar reações não raro extremadas, apaixonadas. Muitos deles estão investidos de valores caros a uma determinada coletividade, e dificilmente, quando invocados, deixam de surtir algum efeito naqueles que compartilham do mesmo imaginário cultural.

> Na política essa tendência para o uso de símbolos tem um grande valor. É evidente que em nossos dias só tem possibilidade de sucesso se suas idéias são adotadas por um número considerável de pessoas que delas se apoderam por um processo de assimilação e, além disso, quando são compreendidas e sustentadas, de maneira unânime, pela grande maioria dos adeptos desse movimento. [...] O símbolo é um truque para criar o sentimento de solidariedade e ao mesmo tempo explorar a excitação das massas (TCHAKHOTINE, 1967, p. 258 - 259).

Acionando-os, quaisquer que sejam, de chofre sentimos, quase “apalpamos”, uma “potencialidade” que nos é imanente, porém, por demais abstrata para ser definida de modo inteligível. O conceito que define tal “potencialidade”, como não poderia deixar de ser, é igualmente abstrato. Estamos sempre topando com sua denominação ao passarmos os olhos por livros de Comunicação ou Psicologia: trata-se de nossa capacidade cognitiva. Ao mentalizarmos, ou observarmos, uma cruz, a foice e o martelo, o distintivo de nosso time de futebol do coração, a suástica, o “tucano” do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), quantos pensamentos não se projetam em nossa mente? Muito mais do que isso, desperta-nos sabores, emoções, sentimentos de piedade, repulsa, medo, delírio, saudades. Certos símbolos, certas palavras, certos gestos, conseguem sintetizar e representar fatos históricos complexos, martírios de indivíduos ou de povos, crenças religiosas, aprovação ou reprovação de comportamentos. Alguns perpassam séculos. Outros vão ficando embotados e, ainda, há aqueles que sofrem resignificações ou passam a abarcar novas conotações. De qualquer modo, são receptáculos carregados dos sentidos mais profundos de uma cultura, época, fato, tragédia, alegria. Um singelo desenho à guisa de um logotipo, ou um “slogan”, podem simplificar e tornar comunicáveis a grandes massas, raciocínios, teorias, doutrinas tidas por complexas, quando contempladas *in natura.* Tchakhotine (1967, p. 265) revela-nos o esquema de transmutação pelo qual se comprime doutrinas até compactá-la de modo a se ajustar à mente mais obtusa.

> A base da pirâmide é formada pela doutrina. O estágio seguinte é um extrato dessa doutrina: o programa; o terceiro degrau é constituído por uma concentração ainda maior; o símbolo é o ápice da pirâmide. Sendo curto e simples atua rapidamente e forma o reflexo condicionado com facilidade. [...] A palavra falada ou escrita pode ser utilizada para representar um ato concreto, único e simples, ou um conjunto de fatos , mais ou menos complexos, assim como uma abstração, ou todo um feixe de idéias abstratas (TCHAKHOTINE, 1967, p. 264).

O autor em debate coloca o símbolo no topo de sua pirâmide. Mas, não devemos, no entanto, limitar o termo à sua faceta gráfico-visual, como um logotipo ou mesmo um monograma; palavras, gestos – como o de persignar-se ou o famoso estender do braço seguido da expressão "Viva Hitler" – encaixam-se na descrição que nos oferece. E costura o efeito que o símbolo opera em nossos brios à aparição de mitos. Dá-lhe, portanto, grande importância. Fá-lo de trampolim para que pessoas se *homogeneízem* em torno de uma aspiração comum. Vislumbrem uma melhora tal em suas condições de existência que são encorajados a lutar ou sacrificar-se em nome dessa causa.

> O símbolo é concebido como uma representação que evoca, instantaneamente uma idéia ou uma doutrina, o sinal automático que sugestiona os homens que os reúne em torno dessa idéia. Mas a idéia ou a doutrina é uma criação dos homens, destinada a estimular sua atividade, polarizando-a num determinado sentido; contem sempre elementos do que Pavlov chamou de reflexo de fim. Ora, se um homem tende para um objetivo é que ele não se contenta com aquilo de que vive atualmente, procura alguma coisa de melhor, de mais atraente e, vendo a possibilidade de atingir este fim, na sua época, cria o ideal.[...] É a origem dos mitos. A política e os mitos têm pontos de contato muito nítidos (TCHAKHOTINE, 1967, 277).

A maneira como Tchakhotine concebe a realidade, confere ao mito um "status" de função catártica indispensável, paradoxalmente, para que o indivíduo mantenha interesse por continuar vivendo e acalentando esperanças de melhora. É por meio da imbricação no mundo real das belezas e das promessas que os mitos trazem, que se tenta compensar o mal-estar causado pela crueza de um cotidiano medíocre. O mundo está atormentado por uma

> vida cheia de dificuldades, de sofrimentos, de desilusões, de inquietudes. Em suma, (o indivíduo) está privado de alegria e por essa razão, entregue ao domínio dos mitos. [...] O mito é uma participação antecipada que preenche e reaviva o desejo de felicidade e o instinto de poder; o mito é indissoluvelmente promessa e comunhão (TCHAKHOTINE, 1967, p. 278 – 279).

A ladainha entoada por políticos vêm eivadas de promessas que aguçam a criatividade das populações, afagam o desejo por felicidade, ascensão social, pujança financeira – prometem a materialização dos mitos que embalam os sonhos. Arvoram-se, em troca de apoio, capazes de inaugurar um país, Estado ou cidade, novos e livres das mazelas que afligem a maioria.

O Brasil de 1930 a 1964 foi palco profícuo, no qual desfilaram todo o tipo de quimeras. Seus contrastes sociais, a carência profunda da esmagadora maioria não podia oferecer melhor ensejo para que mitos campeassem pelo extenso território brasileiro. Literalmente, os mitos eram o “alimento” mais “nutritivo” para dar alento à atroz miséria que castigava o povo.

Fosse qual fosse o lado para onde se dirigisse o olhar – esquerda ou direita do espectro ideológico –, seríamos alvo de intenso assédio de símbolos, palavras de ordem, “slogans” que nos remetiam ao pior ou melhor dos mundos, conforme a propaganda e contrapropaganda, que ambos os extremos destilavam. Todos rememoravam algum evento passado emblemático, por meio do qual, era possível frisar o valor da Pátria e de seus filhos; e, para o futuro, prognosticavam a concretização de nossa vocação de grandeza.

> A propaganda política conseguiu captar esse devaneio que cada um de nós alimenta acerca de nossas origens e nosso futuro, sonhos da infância e o acariciado desejo de felicidade. Com a ajuda dos mitos de que se nutre, e que, de volta, amplifica de volta, amplifica, a propaganda, como um sonho, aproximou até o absurdo o desejo ou o ódio de seu objeto que, em estado de vigília, os homens não ousam ou não podem atingir. [...] Tal como nos sonhos, a propaganda contribui para fazer-nos viver uma outra vida (DOMENACH, 1963, p. 93 - 94).

2.8 A Figura do Líder

Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e enfim João Goulart. Qual deles não intentou estreitar laços como os eleitores, qual deles negava-se a estender o braço para “amparar” a população tal qual um pai faz com sua prole? O paternalismo, não raro acompanhado de arroubos autoritários, foi um traço marcante de toda uma fase da nossa política. As figuras que se acotovelavam para primeiro conquistar a opinião pública, insinuavam-se salvadores da pátria, fiéis depositários das tradições e preferências da grande família que vivia sob o firmamento azul que abriga a nação brasileira. Buscava-se esse tipo de cumplicidade. O carisma de “pai”, com toda a força que essa palavra suscita e o prestígio

outorgado a esse respectivo papel social, era a meta a ser atingida no que toca à imagem pública tida por ideal. Mais uma vez, há congruência entre essa percepção e as prescrições de Tchakhotine (1967), que se escora nas digressões de Sigmund Freud acerca do tema. Quando o "pai" da Psicanálise especulara sobre a origem da primeira sociedade, que ele alcunhou de "totêmica", entrementes refletiu sobre o

> papel do pai líder da horda. Essa relação é o protótipo da relação multidão – líder. A criança está fortemente ligada ao pai, do ponto de vista afetivo, ama-o, teme-o, pois ele é tão poderoso que a defende e a pune. Desse modo o homem procura no chefe, no líder, alguém que possa substituir o pai morto ou envelhecido. O líder exerce sobre o indivíduo, na multidão ou na massa, uma ação semelhante à de um hipnotizador: o indivíduo procura identificar-se com ele, segui-lo cegamente (TCHAKHOTINE, 1967, p. 246).

Aos nossos olhos, analistas do século XXI, à cogitação de se consubstanciar tal pretensão soa-nos questionável. Argumentaremos: a sociedade é cheia de variáveis, de fatores intervenientes; é impossível controlar a massa como se fosse maleável tal qual nos é a massa de pão. O que para nós, observadores do futuro, tem aparência obsoleta, teorias que não dão conta de equacionar todos os vetores em interação, para os homens que faziam da política sua profissão, nessas décadas passadas, era o que havia de mais fresco e lógico. Eram as fronteiras do conhecimento sobre esse referido fenômeno. Não é desatino afirmar ter essa concepção da relação líder/massa dado grande contribuição para que o Populismo se impusesse como solução pacificadora para a complexa crise hegemônica que esboroava a legitimidade justamente dos dirigentes incrustados no cerne do poder. Mais do que impulsioná-lo, o carisma do líder era intrínseco ao *corpus* do Populismo.

Mas, a crença nesses mecanismos não se fazia tão radical assim. O próprio Tchakhotine (1967, p. 291) reconhece a necessidade de se considerar a influência de outras forças para que se obtenha os efeitos desejados.

> É claro que o estado psíquico das massas que é função da constelação social e dos caracteres fisiológicos que lhe são inerentes, é também um fator determinante para o sucesso do trabalho do líder sobre essas massas, que não pode ter eficácia por si mesma, fora do tempo e do lugar.

Outra consideração importante é aventada por Jean-Marie Domenach (1963), na qual descreve a importância da empatia entre os indivíduos que perfazem a massa e aquele que desempenha o papel de comandante.

> O chefe não é verdadeiramente reconhecido como tal se o súdito não tiver o sentimento de que ele o compreende, que advinha o que vai fazer, que agiria tal como ele. (...) Um governante torna-se popular apenas a partir do dia em que o homem de rua incapaz de fazer julgamento a partir de conceitos complexos, mas impelido por sentimentos muito mais poderosos e muito mais obscuros, logra colocar-se inconscientemente no lugar dele até acreditar que o governo age levado por sentimentos análogos aos seus – base da propaganda paternalista (DOMENACH, 1963, p. 94 – 95).

2.9 Opinião Pública

> Uma das funções essenciais da propaganda é operar esse surgimento da opinião profunda, essa passagem do oculto ao explicito, da veleidade à tomada de posição, essa crença de que um homem e um programa "representam" melhor ou menos mal aquilo que se deseja interiormente e que, em conseqüência, é preciso votar neles. Essa função exerce-se sobre enorme massa de indecisos, dos que procuram adquirir uma convicção. É raro que esses indivíduos sejam absolutamente indiferentes. Quase sempre existe entre eles um modo de ver mais ou menos inibido por razões de ordem pessoal ou social, uma opinião latente que cabe à propaganda despertar e magnetizar (DOMENACH, 1963, p. 118).

Para tanto, necessita-se atenção a duas dimensões atuantes responsáveis pela dinâmica de nosso sistema sóciocultural, ou seja, pelo processo de "evolução", através do qual nossa escala de valores se modifica: a primeira, de cunho histórico, compreende a língua, a religião, a etnia, os costumes, a cultura, entre outros. A interação de todos estes âmbitos no devenir dos tempos vai, lentamente, modelando o imaginário da população. Ela é difícil de ser manejada em curto prazo. Normalmente, a configuração que resulta da conjugação desses fatores só começa a esvanecer após o advento de uma nova mentalidade coletiva que, a exemplo do que se passou com àquela que sucederá, vai sendo gestada, gradativamente, pela ação de fatores semelhantes até o momento em que se erige, definitivamente, e sepulta as antigas práticas. Domenach (1963, p. 111-112) nos conduz ao detalhe da tomada de posição do indivíduo. Especula a respeito da desproporcional carga exercida pela opinião da coletividade sobre cada um de seus membros.

> A opinião individual situa-se em torno da média das diversas opiniões ou de esboços de opiniões mais ou menos solidamente formadas no nível dos diversos grupos sociais; por vezes essa média não é atingida e a opinião

> individual oscila entre as várias atividades que lhe são sugeridas (DOMENACH, 1963, p.111-112).

Em seguida, também, lança mão dos postulados de Freud para melhor entender a ação da correlação de forças da dialética indivíduo / meio:

> o "mundo" do indivíduo circunscreve-se a um pequeno grupo de homens que aos olhos dele adquiriram "considerável importância". (...) "A tendência da maioria de acompanhar aquilo que os psicólogos chamam de "impressão de totalidade". Deve ser interpretada como a tendência de se seguir não a opinião da nação em conjunto, mas do pequeno grupo íntimo que representa o mundo bem delimitado do eleitor. Essa tendência de opinar com o grupo foi batizada de "tipicalidade". O individuo é típico quando se reúne naturalmente à opinião média de seu grupo; é atípico quando rejeita essa opinião (DOMENACH, 1963, p.111-112).

A segunda dimensão já se apresenta mais flexível. São os ditos meios de informação e de influência contemporâneos: a ciência, a propaganda, a imprensa, as artes, a literatura e a política. Em virtude de suas características intrínsecas, oferecem a possibilidade de controle dos seus mecanismos. Sobretudo os meios de comunicação de massa – que estão subjacentes a este segundo grupo – vêm sendo apontados veículos portadores de mensagens impregnadas de significados calculados para interferirem na opinião pública. Porém, algumas vezes a

> "opinião" não reflete naturalmente a realidade e sim, ao contrário, dela nos dá uma imagem deformada pelos interesses comuns ao grupo, quer interesses de classe, quer interesses profissionais, quer interesses nacionais. Agir sobre a opinião é influir sobre forças coletivas, resultantes de pressões sociais nas quais o indivíduo está senão secundariamente envolvido (DOMENACH, 1963, p. 113).

A galeria de exemplos que ilustra a apropriação das mídias de grande penetração e abrangência para condicionar o comportamento da população, é das mais variadas.

Guardadas as devidas proporções, e não desconsiderando as especificidades de cada conjuntura, puxemos pela memória a campanha das "Diretas Já". Nela, houve grande conclamação para a adesão ao movimento. Com algumas exceções, as mídias fizeram eco às palavras de ordem que exigiam a retomada imediata da democracia no país. As massas foram mobilizadas. Grandes passeatas apinharam as ruas das grandes cidades. Todavia, toda a propaganda observada, no máximo, desencadeou o uníssono que bradava pelo fim da ditadura. A insatisfação do brasileiro com os militares já vinha se acumulando com os

sucessivos fracassos das políticas postas em prática durante o regime. A antipatia, portanto, foi sendo vagarosamente forjada até que foi canalizada e desembocou no vórtice que varreu o país em 1984. Trata-se de uma combinação das duas dimensões supracitadas. A mídia de massa não criou, mas açodou a ruptura. Contou muito a disposição quase unânime, no âmbito individual, pela percepção concreta de que as coisas não estavam de acordo; o círculo de relacionamentos próximos, no qual cada pessoa desabafava e no qual encontrava concordância robusteceu tal percepção.

2.10 As categorias de análise de Domenach

De Domenach (1963), exploraremos um conjunto de leis que regem o funcionamento da propaganda política. A exemplo de Tchakhotine, Domenach também escrutina os métodos a que leninistas e nazistas recorriam para "seduzir" a população. Dessas observações, procura isolar a dinâmica de funcionamento dos mesmos bem como seus mecanismos e efeitos. Chegou a seis diretrizes básicas às quais chamou de "lei". São elas: *Lei de simplificação e do inimigo único*:

> Em todos os domínios, a propaganda logo se empenha na busca da simplificação. Trata-se de dividir a doutrina e a argumentação em alguns pontos, definindo-os o mais claramente possível (DOMENACH, 1963, p. 54)

Seus apontamentos acerca do que chama "simplificação" se aproximam do que propõe Tchakhotine, embora não sugira nenhuma técnica para demonstrar de que maneira deve-se trabalhar uma doutrina para convertê-la em algo simples, tal qual faz o segundo, quando divide o processo de simplificação a uma série de etapas conformadas dentro de uma estrutura à guisa de "pirâmide", que devem ser seguidas, partindo-se da configuração mais complexa (cume da pirâmide) até se atingir a maior simplificação possível (base da pirâmide). Basicamente, Domenach, para demonstrar o que vinha a ser essa facilitação, cita exemplos tais como a "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão" que, em poucos tópicos, carregava os ideais da Revolução Francesa e o "Manifesto Comunista", que transmutou teoria numa gama de instruções e explicações contundentes para instrumentalizar sua aplicação na prática (Domenach, 1963, p. 54). Também contempla o "slogan", o símbolo gráfico, a palavra

de ordem, como importantes “condensações” capazes de propiciar grande condutibilidade de ideias.

Acerca do artifício de se descarregar sobre um único indivíduo sentimentos intensos, assevera que a

> forma simplificadora mais elementar e rendosa é, evidentemente, a de concentrar sobre uma única pessoa as esperanças da campo a que pertencemos ou o ódio pelo campo adverso (DOMENACH, 1963, p. 56);

É apropriado, portanto, dar um rosto às propostas apresentadas pelo discurso propagandístico. Assim, dá-se um passo em direção a se ampliar a identificação do eleitor. Também faz parte desta estratégia criar um termo pejorativo ou elogioso, conforme as intenções sejam detratar ou engrandecer e, por meio dele, abarcar num único monólito indivíduos, crenças, ideologias, sem levar em consideração seus matizes e ou diferenças. Goulart e seus inimigos recorreram bastante a tal artifício. Quando se referia a seus perseguidores nomeava-os “reacionários”, sem maiores especificações. A oposição fazia a mesma coisa: taxava toda a esquerda de comunista e Jango, por sua vez, era a “destra” da implantação de um regime autoritário de extrema esquerda no Brasil.

Em seguida, vem a *Lei da ampliação e desfiguração*:

> A ampliação exagerada das noticias é um processo jornalístico empregado corretamente pela imprensa de todos os partidos, que coloca em evidência todas a informações favoráveis aos seus objetivos (...) A hábil utilização de citações destacadas do contexto constitui também processo freqüente ((DOMENACH, 1963, p. 59);

Foi exatamente dessa maneira que se comportou a imprensa hostil a Goulart. Como veremos, ao menos dois veículos de comunicação impressos potencializavam o quanto era possível tudo o que era desfavorável ao petebista, assim como reconotavam suas palavras e gestos para que se encaixassem no estereótipo de comunista. As notícias que, ao contrário, poderiam favorecê-lo eram deixadas de lado ou tinham sua importância minimizada.

A terceira é a *Lei de orquestração*:

> A primeira condição para uma boa propaganda é a infatigável repetição dos temas principais [...] A repetição pura e simples, entretanto, logo suscita o tédio. Trata-se, por conseguinte, ao insistir obstinadamente sobre o tema central, de apresentá-lo sob diversos aspectos [...] A qualidade fundamental de toda campanha é a permanência do tema, aliado à variedade de apresentação (DOMENACH, 1963, p. 61);

Eis uma técnica que persiste com verve até os dias atuais. São diversos os exemplos de políticos que mantém, por anos e anos, os elementos retóricos por meio dos quais construíram suas imagens. Cores, logotipos, frases de efeito perpassam sucessivas eleições embora, muitas vezes, com uma "roupagem" que as atualizam para os temas e questões prementes de cada conjuntura. No Brasil, a "vassourinha" converteu-se em signo identificado com Jânio Quadros; na eleição para presidente, em 1959, a vassourinha foi o símbolo gráfico por meio do qual se representava a idéia do combate à corrupção. Passados 26 anos, na eleição para prefeito da cidade de São Paulo, lá estava novamente a vassourinha.

No entanto, a insistência temática de que trata presente lei vale também para os motes dentro do decurso de uma única empreitada. Desde que se é dada a largada para a corrida rumo ao cargo eletivo pretendido – ou às vezes até antes disso – é importante que o pleiteante deixe claro a bandeira de cujas lutas empunhará a fim de que a mesma lhe sirva de atalho para a mente do eleitor.

Na sequência, Domenach fala da *Lei de Transfusão*:

> Jamais acreditam os verdadeiros propagandistas na possibilidade de se fazer propaganda a partir do nada e impor as massas não importa que idéia em não importa em que momento [...] Errar-se-ia ao considerar a propaganda um instrumento todo poderoso para orientar as massas não importa em que direção [...] A propaganda exerce sempre o papel de parteira, mesmo se divulga monstruosidades (DOMENACH, 1963, p. 68-69);

Tal ponderação é de extrema importância para a presente dissertação. Nos tópicos anteriores, muito se falou do lastro entre propaganda e contexto, ou da necessidade de se apropriar de uma ideia que, de algum modo componha o imaginário da população. Com efeito, Domenach batiza de "substrato preexistente" essa noção de que é imprescindível aos esforços persuasivos um escoramento concreto, no qual apoiar os seus apelos. Segundo essa ótica, é mais fácil trazer para fora um sentimento que já existe do que impor à apreciação do público, algo que não encontre ressonância dentro de suas tradições culturais ou que não reflita sua percepção concernente ao contexto no qual está inserido. Um exemplo é o antisemitismo cultivado pelo partido nazista. Ele não foi inventado, nem desenvolvido. Hitler simplesmente reativou um preconceito que, embora em situação de latência, continuava vivo no inconsciente coletivo alemão.

Veremos que os esforços propagandísticos de Jango estavam em profunda consonância com a ascensão dos movimentos populares. Sua pregação sinalizava o acatamento das reivindicações exigidas por esse novo vetor que se impunha no cenário

político. E, ao mesmo tempo que os catalisava ainda mais, Goulart aproveitava dessa energia para legitimar sua autoridade e ganhar margem de manobra para desobstruir o caminho e fazer seu governo deslanchar.

Na sexta posição, figura a *Lei de unanimidade e de contágio*:

> ... o animal dum rebanho é mais sensível à reação dos demais indivíduos que aos estímulos exteriores. Essa lei de simpatia imediata , essa arregimentação gregária são encontradiças nas sociedades humanas e claramente observáveis nas sociedades infantis. Certos processos de propaganda parecem conformar-se a essa lei de contágio. Para atrair o assentimento, para criar a impressão de unanimidade, recorrem freqüentemente os partidos a manifestações e desfiles de massa (DOMENACH, 1963, p. 72);

Garantir, assim, a impressão de adesão máxima à candidatura, ou às ideias, é uma maneira eficiente de ganhar ainda mais adeptos. Quanto maior o contingente mobilizado nas investidas, cujo fito é reforçar a ideia de unanimidade, mais se desperta no indivíduo sua inclinação em sucumbir ao que parece ser a opção da maioria. Não é à toa que as campanhas investem na realização de comícios, passeatas, carreatas, ou fecham o ciclo de investidas propagandísticas com a programação de uma grande e festiva manifestação, cujo clima de empolgação – na maior parte das vezes incitado artificialmente – é de vitória iminente. A divulgação de números e imagens de multidões aglomeradas visa, justamente, a cooptar a população via exploração do comportamento gregário. Um exemplo dessa tendência é a ocorrência do chamado voto útil: indecisos e até eleitores que tinham preferência por outro candidato, engrossam os percentuais de votos que o vencedor da disputa recebe, em função de as pesquisas de intenção apontarem-no como favorito.

E por último *Contrapropaganda*:

> A contrapropaganda, isto é, a propaganda de combate às teses do adversário, pode ser caracterizada por algumas regras secundárias que lhe são inerentes: 1º Assinalar os temas do adversário [...] 2º Atacar os pontos fracos [...] 3º Jamais atacar frontalmente a propaganda adversária quando for poderosa [...] 4º Atacar e desconsiderar o adversário [...] 5º Colocar a propaganda adversária em contradição com os fatos [...] 6º Ridicularizar o adversário [...] 7º Fazer predominar seu "clima de força" (grifos do autor) (DOMENACH, 1963, p. 82-85).

Conforme demonstram as linhas acima, nada muito diferente das disputas que se travam, até hoje, para que determinado projeto de poder adquira a primazia sobre os projetos adversários. Cada uma dessas "regras" de contrapropaganda consideradas por Domenach

continuam em pleno vigor. São francamente identificáveis no noticiário político de qualquer um dos meios de comunicação de massa disponíveis nos dias atuais. Sobretudo em períodos de maior instabilidade devido, ao acirramento de contradições, TVs, rádios e jornais transformam-se em painéis das altercações protagonizadas pelos grupos de interesse concorrentes. Flagra-se a “lei de contrapropaganda” de Domenach em pleno funcionamento, mormente, quando das tentativas recíprocas de se desestabilizar os discursos e aqueles que os proferem, muitas vezes, atacando-se a honra pessoal, outras se lançando uma sombra de dúvidas sobre a capacidade das propostas em dirimir os problemas.

Em períodos de propaganda eleitoral gratuita, nos quais os candidatos saem à caça de votos, é possível perceber como o maior fôlego financeiro permite aos concorrentes mais ricos impingir o seu “clima de força” de que fala a regra nº7 – “fazer predominar seu clima de força”. Tudo, na campanha destes, destaca-se pelas grandes dimensões, grandes escalas, qualidade técnica do material confeccionado, seja em que mídia for. Não que não haja exceções ou espaço para a criatividade reduzir o abismo financeiro. Mas, de um modo geral, não é o que acontece.

Os debates televisionados sempre apontados como importante oportunidade para que conheçamos as ideias e propostas dos concorrentes são, na verdade, exercícios, muitas vezes, ásperos do emprego de técnicas de contrapropaganda. Os participantes se esforçam muito mais em desconstruir os argumentos dos adversários do que em apresentar os seus. A impressão que fica é a de que compreendemos e assimilamos o teor das propostas mais pela familiarização com os erros e fragilidades que, supostamente, elas contêm, do que pela explanação de quem teria interesse na sua divulgação e popularização. Portanto, o seu lado avesso e imperfeito acaba ganhando destaque igual ou maior ao da fachada bem acabada e maquiada, com a qual seus apoiadores a promovem.

Um olhar não muito cuidadoso pelas “leis” de Domenach já é capaz de revelar como ainda estão presentes nos dias atuais. Já foi mencionado que a moderna propaganda (ou “marketing”) oferece farta gama de procedimentos a quem a ela recorre para nortear suas investidas persuasivas. Se procurarmos os seus fundamentos, encontraremos, em praticamente todas, uma mesma origem: os conhecimentos legados por Tchakhotine e Domenach. Com o perdão do trocadilho, parece que a obra de ambos foi alvo da “lei de orquestração”, na medida em que continuam recorrentes, mas com uma aparência que lhes confere jovialidade.

Serão subsumidas a essas categorias todas iniciativas imbuídas de intenção de sugestionar a população: sejam elas pela via da comunicação midiática, ou pela via do contato interpessoal e, subsequentemente, apropriados pelos meios de comunicação de massa; por

difusão indiferenciada e de grande abrangência ou dirigida a um segmento bem definido. O repertório analítico reunido, no presente tópico, é capaz de contemplar os estratagemas persuasivos presentes seja qual for a combinação dessas alternativas.

2.11 Populismo e Propaganda Política

Contradição e ambigüidade. Essas são as marcas de bate-pronto identificáveis, quando se pensa o significado do "Populismo". Ele já é parido para preencher um hiato que se abre exatamente no núcleo duro do poder. O grosso da população, sempre às margens das decisões políticas, distantes da arena, onde o rumo do país é traçado, torna-se viga mestra de uma costura entre as facções tíbias que reivindicavam predomínio sobre um, igualmente, tíbio Estado.

> Nenhum dos grupos (classes médias, setor cafeeiro, setores agrários menos vinculados à exportação) detém com exclusividade o poder político. Esta circunstância de compromisso abre a possibilidade de um Estado entendido como órgão (político) que tende a se afastar dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberano. [...]. Surge então o novo personagem: as massas populares urbanas. É a única fonte de legitimidade possível ao novo Estado brasileiro (WEFFORT, 2003, 53-54).

Em outras palavras, as oligarquias agrárias estavam enfraquecidas economicamente, quebradas pela crise de 29. O movimento tenentista incomoda as elites que, até então, conduziam o país sem maiores problemas. É, na década de 1930, que toda a turbulência ganha mais intensidade em todos os âmbitos. Além das revoluções do ano de 1930 e de 32, que agitavam o ambiente político-institucional, do ponto de vista econômico, as outrora pujantes exportações, minguavam. Novas alternativas faziam-se urgentes.

> O período posterior a 1930, é também quando ganham intensidade os processos de industrialização e de urbanização. A jovem democracia brasileira, pós 45, terá como fundamento as massas, e como chefes, líderes populistas (WEFFORT, 2003, p. 57).

A configuração societária ganhava novas feições. A industrialização demandava mão de obra. A desigual distribuição de terras, no país, alentava o homem do campo a migrar para onde pudesse garantir sua subsistência. A população urbana crescia vertiginosamente.

Empreendedores forcejavam o Estado por subvenção. O processo de industrialização não se autosustentava. Necessitava de escoramento estatal. E isso significava alterar a matriz econômica arraigada que datava do império. Para tanto, era indispensável penetrar as instituições políticas e pressionar.

> O populismo foi uma manifestação das debilidades políticas dos grupos dominantes urbanos quando tentaram substituir a oligarquia nas funções de domínio político de um país tradicionalmente agrário, numa etapa em que pareciam existir as possibilidades de um desenvolvimento do capitalismo nacional. E foi sobretudo a expressão mais completa da emergência das classes populares no bojo do desenvolvimento urbano e industrial verificado nesses decênios e da necessidade sentida por alguns desses novos grupos dominantes, de incorporação das massas no jogo político (WEFFORT, 2003, p. 69).

Cisão nas classes dominantes. Ascendentes e decadentes não estão tão fortes nem tão fracos. Na queda de braço que se seguiu e que ensejou uma pseudoruptura do *status quo*, nenhum dos êmulos obteve vantagem. Para que todos permanecessem ativos no jogo político, malgrado sem a hegemonia pretendida, e a revolução não se consumasse de fato e fugisse completamente ao controle, o povo foi chamado a participar. Uma participação controlada, é verdade, mas nada desprezível se comparada ao período anterior. E, estrategicamente, não deixava de ser uma fissura que poderia sofrer erosão. Uma chance real de galgar espaço de modo a conquistar poder autônomo. Esse é o paradoxo. Essa é a ambigüidade. As elites ainda haviam mantido seus "postos" no seio do poder, graças à inclusão das massas no pacto. Mas, corriam o risco de que as mesmas fugissem ao controle e passassem a exercer um peso desproporcional em relação ao restante das partes.

> O populismo foi sem dúvida, manipulação de massas, mas a manipulação nunca foi absoluta. [...] Foi um dos mecanismos pelo qual os grupos dominantes exerceram seu domínio, mas foi também uma das maneiras pelo qual esse domínio encontrava-se potencialmente ameaçado. Esse estilo de governo e de comportamento político é essencialmente ambíguo e, por certo, deve muito à ambigüidade pessoal desses políticos divididos entre o amor ao povo e o amor ao poder (WEFFORT, 2003, p. 70-71).

No entanto, mesmo esse termo pejorativo – "manipulação" – é visto por Weffort (2003) com cautela. Ele traz subjacente uma ideia de passividade, como se só um lado estivesse em vantagem. Normalmente, quando há manipulador, há manipulados. No entanto, isso não significa que esses últimos conservavam sua fidelidade pela capacidade em ludibriar dos primeiros. A representação figurada, com a qual o senso-comum costuma definir essa

relação, por meio da expressão "lobos e cordeiros", não é correta e, por isso, Weffort faz ressalvas a esse juízo leviano da dialética massa/poder. Nesse caso, o termo não é preciso, não representa o que de fato ocorria.

> A manipulação só foi possível em função dos interesses reais das classes populares terem sido atendidos em alguma medida, sem o que não teria persistido o apoio que prestavam a líderes originários de outras classes sociais. Com efeito, a manipulação das massas entrou em crise, isto é, abriu a porta a uma verdadeira mobilização política popular, exatamente quando a economia urbano-industrial começava a esgotar sua capacidade de absorção de novos migrantes e quando se restringiam as margens econômicas. É nessa fase que a temática das reformas de estrutura começa a fazer-se popular (WEFFORT, 2003, p. 85).

Embora tenha começado a reunir a tessitura que o constituiria no inicio da década de 30, só irá adquirir as feições que lhe renderam a denominação "Populismo", no final da ditadura Vargas.

> Ocorre então a gênese de características que virão a ser fundamentais no populismo: personalização do poder, a imagem (meio real e meio mística) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade de participação de massas populares urbanas (WEFFORT, 2003, p. 78).

Pois, para se manifestar, fazia-se necessária a efetiva participação da população nos processos decisórios. Só com a democracia, com o direito a voto e a voz, tal projeto poderia firmar-se. Eis aí mais uma contradição descortinada. A massa, o proletariado, não possuía consciência de classe suficiente para engolfar representantes, verdadeiramente, identificados com suas condições de vida. Porém, isso não significava apatia em relação à tentativa de exigir que suas aspirações fossem deliberadas

> Paradoxalmente, estas classes sociais e economicamente dominadas, tornavam-se em alguma medida partícipes do grande compromisso social em que se apoiava o Estado. Ao pressionarem o poder por meio de grupos políticos vinculados à elite, fazem-no como se elas próprias estivessem representadas nele (WEFFORT, 2003, p. 23).

O elo com a arena política se dava por meio de líderes por quem a massa se encantava. O escolhido, tornava-se o ponto de convergência das esperanças, sonhos, desejos das classes populares. Tal qual um filho espera o amparo de um pai, assim se caracterizavam as expectativas da população em torno da figura do líder. O grau de carência era enorme, de modo que medidas assistencialistas predominavam e eram tidas por obrigação do Estado.

Porém, o "Estado" é um ente abstrato. Era no líder que ele ganhava materialidade. O líder encarnava a idéia de Estado. Ele era a cara do Estado. O "Populismo" é "essencialmente a exaltação do poder público, é o próprio Estado colocando-se, por meio do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos na massa" (WEFFORT, 2003, p. 28). Essa percepção está diretamente imbricada com a ausência de consciência de classe, com a dificuldade de se visualizar a força que a união, que o desenvolvimento do senso coletivo poderia propiciar.

> Neste quadro político, há contato direto do líder com a massa, não há lugar de destaque para ideologias. Os aspectos decisivos da luta política estão vinculados a uma luta entre personalidades (WEFFORT, 2003, 58).

Projeta-se num "herói" libertador, alguém supostamente dotado de virtudes especiais, todas as esperanças de viver dias mais felizes.

> Quando a massa se torna incapaz de reconhecer sua condição real de classe, só encontram meios de se exprimir pelo carisma, ou seja, pela mais irracional das formas de manifestação política. Jogam toda sua aspiração de mudança política em uma pessoa que imaginam dotada de um poder ilimitado (WEFFORT, 2003, p. 37).

Em outro excerto de seu livro Wefort (2003, p. 44) frisa com mais ênfase essa dependência cega que recai sobre o líder. Mostra-nos o tamanho da cumplicidade que se estabelece entre esses dois pólos.

> Nas formas espontâneas do populismo, a massa vê na pessoa do líder, o projeto do Estado; abandona-se a ele, entrega-se a sua direção e, em grande medida, ao seu arbítrio; o controle direto que exerce sobre o líder, não se executa racionalmente pela análise política das suas ações concretas. A massa confia no líder e cabe a ele manter essa confiança. Qualquer ação discrepante pode avariar a imagem seu poder e só ele pode restabelecê-la (WEFFORT, 2003, p. 44).

O primeiro a conseguir canalizar para si esse ímpeto foi Getúlio Vargas. Seu carisma comove, convence, persuade as massas. É tão evidente seu magnetismo que, depois de uma ditadura de 8 anos, com repressão virulenta, foi reconduzido ao poder de forma festiva, com vitória consagradora.

> Firmando seu prestígio nas massas urbanas, Getúlio estabelece o poder do Estado como instituição e esse começa a ser uma categoria decisiva na sociedade brasileira (grifo do autor). Relativamente independente desta, com

> mecanismos de manipulação passa a impor-se como instituição, inclusive aos grupos economicamente dominantes (WEFFORT, 2003, p. 55).

Mas como isso foi possível? Será Vargas portador de algum carisma inato, capaz de causar tanta comoção, de granjear tanto apoio, despertar tantos amores e ódios? Weffort (2003) utiliza demais o termo "expressão espontânea de emergência das massas". É como se o carisma não fosse algo passível de ser despertado, cultivado. Trata-o como se fosse um dom, algo mágico. O autor arrola uma série de características constitutivas do "Populismo": na retórica entoada pelo líder, via de regra, constata-se o "esforço político por realizar a ideia mítica do "povo-comunidade". O povo é percebido, essencialmente, como um conglomerado de indivíduos desse puro sentimento de ser brasileiro" (Wefort, 2003, p. 40). E ainda ressalta a relação paternalista entre líder e massa.

Cala-se, entretanto, para um componente, a nosso ver, estrutural e inseparável do "Populismo": a propaganda política.

No período em que eclodiu o "Populismo", o mundo vivia a ressonância do sucesso da Revolução Bolchevista e assistia, de olhos arregalados e respiração suspensa, às atrocidades de Hitler e seu fiel assecla, *Herr* Dr. Joseph Goebells. A utilização de mitos, que sugerem passado glorioso e futuro promissor, e símbolos, que ocasionam reações emocionais imediatas, propostas por Tchakhotine (1967, p. 248), encaixa-se de forma perfeita às concepções de Weffort acerca da proeminência do líder e de sua forma de abordar a massa. O interessante é que, no "Populismo", o símbolo mais sedutor, de maior efeito, é a própria imagem do líder. Ou seja, sua efígie. O cultivo de um folclore da própria personalidade.

Domenach (1963) também destaca os atributos do "Chefe". Seu potencial em entrar em sintonia com a escala de valores consagrados pela massa. Sua habilidade em causar empatia junto ao eleitorado. Em depoimento, Raul Ryff[5] exalta justamente o carisma de Jango e sua capacidade de arrebatar a plateia. Segundo o depoente, no círculo fechado, era reservado. Nas reuniões e conversas a portas fechadas, mais ouvia do que falava.

> Mas mudava muito quando discursava. Havia uns espíritas que diziam que baixava o santo no Jango, porque, normalmente, era um homem que falava de maneira tranqüila, sem exaltação, e quando discursava ficava inflamado, muito inflamado. Algumas fotografias mostram isso. E falava com muita energia, muito calor. Conseguia transmitir esse calor humano à população e a todos que o viam (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 159).

---

[5] Raul Ryff era jornalista e foi secretário de imprensa da presidência da República. O trecho citado faz parte da entrevista que concedeu a Valentina da Rocha Lima e Argelina Figueiredo em 18/05/1982.

Grande parte dessas formulações foram contemporâneas de Vargas. E a grande maioria já estava sistematizada e disponível para auxiliar quem quer que fosse, quando Jango desfilou pelo cenário político nacional.

Não se quer, aqui, supervalorizar os efeitos de tal conhecimento. O que se defende é que Vargas e seus sucessores sabiam o que estavam fazendo. Trabalhavam suas imagens para otimizar o carisma que precisavam ter para se destacarem.

3 REFLEXÕES: MATERIALISMO DIALÉTICO, IDEOLOGIA E PROPAGANDA (MARKETING) POLÍTICA

"Nos mesmos rios entramos e não entramos, somos e não somos" (Chaui, 2002, P.81). Trata-se de um dos mais célebres aforismos atribuídos ao filósofo pré-socrático Heráclito de Éfeso e costuma ser assim traduzido:

> "Não podemos entrar duas vezes no mesmo rio: suas águas não são nunca as mesmas e nós não somos nunca os mesmos". Nesse fragmento expressa-se a idéia mestra de Heráclito, a saber, que o mundo é mudança contínua e incessante de todas as coisas e que a permanência é ilusão (CHAUI, 2002, p.81).

Tal proposição concebida na Jônia, aproximadamente 500 anos antes de Cristo nascer, traz subjacente o embrião do que viria a se tornar um poderoso e influente instrumento teórico de interpretação da realidade, sobretudo nos séculos XIX e XX, qual seja, a "dialética". No entanto, a referida máxima não foi escolhida para abrir o capítulo por ser o ponto de partida para um histórico pormenorizado do refinamento do pensamento dialético no tempo, conforme crescia a demanda por recursos analíticos, oriunda tanto da prática da filosofia quanto do advento das ciências sociais. Não é este o intuito – não obstante o método dialético ser o fulcro por meio do qual se buscará estabelecer o diálogo entre o objeto de estudo e o contexto no qual está inserido. A frase proferida por Heráclito foi escolhida, entre tantas outras, em função de ilustrar a ideia a ser aqui aplicada de que as diversas manifestações atinentes à ordem social estão em constante interação, influenciando-se reciprocamente. Trata-se de um processo incessante. As sínteses que emergem como resultado da ação dessas forças em conflito, ou seja, o arranjo momentâneo que se vislumbra pela ação das contradições, logo será ele próprio corrompido por força das mesmas, e novas sínteses aflorarão.

Ao observarmos as campanhas comunicacionais que os candidatos a cargos eletivos lançam mão, constataremos que suas estratégias estão profundamente ligadas à conjuntura político-institucional e sócioeconômica do país. Elas não são idealizadas lastreadas no vácuo, não são fruto da imaginação de um propagandista. A busca da correta compreensão das variáveis que compõem o contexto para subsidiar planos de ação é algo corriqueiro na seara do marketing comercial ou político que, por sua vez, têm na comunicação uma indispensável ferramenta para a consecução das metas almejadas. Expressões como análise de

macroambiente, definição de ambiente demográfico, econômico, natural, tecnológico, político e legal, sociocultural, não denominam outra coisa, senão tentativas de apreensão de informações que revelem aquelas particularidades do panorama geral que permitam orientar à equipe incumbida de planejamento.

Sobre marketing político, Neusa Demartine Gomes arrola uma seqüência de cinco etapas encadeadas e sucessivas – uma paráfrase do que o marketing comercial sugere. A primeira delas, a "análise" dá conta justamente dessa necessidade de mapeamento amplo uma vez que

> estuda a situação atual do candidato e do partido diante dos demais, dentro da oferta política. Consideram-se aí, fatores demográficos, econômicos, uma análise do mercado político e um diagnóstico dos fatores de marketing mix (os candidatos, os votos obtidos, o eleitor e a publicidade eleitoral) (GOMES, 2000, p. 30).

As estratégias comunicacionais são moldadas pelas contradições do contexto e, concomitantemente, erigem-se em vetores capazes de interferir no fluxo dos acontecimentos.

O funcionamento da dialética "comunicação x contexto" é facilmente observada na prática. Num certame eleitoral, os esforços propagandísticos dos concorrentes visam amealhar simpatia em torno de suas candidaturas. Graças a tais esforços, não são poucos os exemplos nos quais figuras completamente desconhecidas do público desbancaram políticos que já desfrutavam de sólida imagem. Mas, efetivamente, no que consistem esses "esforços propagandísticos? O sensocomum costuma creditar o desenlace de muitos pleitos na conta dos profissionais de marketing e comunicação. O mérito se deve muito mais à capacidade desses profissionais em interpretar as variáveis do contexto – incluído nesse apanhado, as questões, expectativas e desejos que o eleitor nutre e que gostaria de ver satisfeitas, ou passíveis de serem satisfeitas, por ao menos algum dos pleiteantes – e apresentá-las de modo a fazer o espectador sentir empatia por elas, de modo a conseguir-lhe o assentimento, como se não houvesse diferença entre o que foi dito pelo apelo propagandístico e o que o receptor pensa a respeito do tema.

Vejamos um exemplo célebre: Collor de Mello, cuja carreira de homem público era circunscrita ao Estado de Alagoas, praticamente anônimo para o restante dos brasileiros, do dia para a noite, transforma-se em objeto de fascínio do complexo midiático. Sua compleição era ideal - de boa aparência, jovem e bem articulado – para "vestir" o personagem de "salvador da pátria", ou seja, encarnar o estereótipo do político ideal. Os motes das bandeiras que brande prometem renovação, honestidade, firmeza contra a corrupção, coragem, dinamismo, valores

estes plenos de significado junto ao imaginário popular, e que estão todos implícitos na alcunha “O caçador de marajás”. O Brasil vinha de uma ditadura de mais de 20 anos, atravessava uma crise econômica com inflação e desemprego em patamares altos, cuja não solução resvalava – dizia-se à época – na incompetência e na falta de lisura dos mandatários da gestão que findava. Havia portanto, toda uma ansiedade por parte da população em face da novidade de se poder escolher novamente um presidente e, por conta disso, até uma ilusão de que os graves problemas do país seriam resolvidos, principalmente a corrupção e a crise econômica. A campanha Collor enxergou tal ansiedade e conseguiu melhor equacioná-la e isso se traduziu em apoio popular.

A superexposição pela grande imprensa dessa imagem construída no período pré-eleitoral, acabou por conferir uma aura mística a Collor. Somadas a outros dois fatores, a saber, ao discurso messiânico, salpicado de elementos comuns ao léxico do populismo, que predominou quando já se havia dado partida à corrida pelo cargo de Presidente da Republica, e à propaganda eleitoral de orçamento milionário, tecnicamente perfeita e visualmente arrojada, destarte, obtemos o quadro final desta orquestração: a entronização do “candidato de proveta”.

A comunicação, sem dúvida, teve grande participação no rumo dos acontecimentos. O que não se pode negar é que o sucesso da “empreitada eleitoral Collor” se deveu à consecução de um equilíbrio complexo entre o discurso propagandístico e percepção concreta das variáveis do contexto. Em outras palavras, os esforços propagandísticos de Collor entraram em sintonia com o eleitor, mostraram uma leitura da realidade que lhes parecia verossímil, que coincidia com a maneira pela qual este concebia a realidade na qual estava inserido. Nas palavras de Lins da Silva (2002, p. 14), sem dúvida que

> Esses produtos de marketing contribuíram grandemente para a eventual vitória de Collor. No entanto, se as propostas do então governador de Alagoas não tivessem correspondido às expectativas do grosso do eleitorado, ele poderia ter aparecido dezenas de vezes mais na TV sem que isso resultasse em ganho eleitoral.

Então, com base no que foi dito até agora, bastaria fazer uma leitura correta do contexto para se ter certeza do êxito? Não, interpretar corretamente o contexto é condição *sine qua non* para obter a vitória, mas não a única: uma disputa eleitoral costuma ser permeável a contingências que vão desde a falta de carisma do candidato, ou à falta de experiência e de qualidades abonadoras, até implicações mais abrangentes de caráter nacional ou até internacional, como a simpatia ou antipatia despertadas por algum ideário político na “moda”

ou fora dela. Lins da Silva (2002, p. 15 e 16), especulando sobre o êxito de Collor pondera que este

> se deveu menos ao marketing e mais a conteúdo da mensagem que eles, sincera e hipocritamente, passavam: de oposição ao estado de coisas vigente, de novidade, de reforma social. O que definiu a vitória de Collor pode ter sido o preconceito de classe, o fraco desempenho de Lula no segundo debate entre os dois (talvez causado pelo abalo psicológico que a revelação de caso Lurian – sua filha de uma relação fora do casamento – lhe causara), o conservadorismo e a despolitização da maioria do eleitorado, [...] a "onda conservadora" pelo mundo afora (comandada por Thatcher e Reagan). Ou todos esses fatores (e ainda outros) juntos. Inclusive a eficiente campanha de marketing político que lhe prepararam seus assessores.

Nas linhas acima, procurou-se demonstrar de que forma o objeto de estudo – a comunicação – relaciona-se dialeticamente com o restante dos entes de seu ambiente. De todas as referências bibliográficas consultadas, aquela que define o mecanismo dialético com mais simplicidade e objetividade é a obra de Antonio Carlos Gil. O mencionado autor esclarece que

> a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc. (GIL, 1999, p. 32).

No entanto, existem dois pontos de partida por meio dos quais se pode desenvolver uma leitura dialética da realidade. Uma de cunho dito "idealista", da lavra de Hegel, que prega a primazia das idéias sobre a matéria. Outra, proposta por Marx e Engels, chamada de "materialismo", cujo foco recai sobre as condições materiais de vida, pois creem estarem elas no cerne de todas as instituições da sociedade civil. Acerca desta questão Edgard Malagodi pondera que

> para entender os atos jurídicos, as leis, as formas de governo e os regimes políticos, deve-se procurar a explicação nas "relações materiais de vida", isto é, nas relações diretamente ligadas aos interesses, vantagens e necessidades materiais dos indivíduos e dos grupos sociais. Esses "interesses materiais" constituem os fatores que explicam o movimento social como um todo, porque estão na base das decisões jurídicas, políticas, culturais, etc. (MALAGODI, 1988, p. 25-26).

Segundo essa concepção, há uma contradição insuperável entre, principalmente, duas classes sociais: os detentores dos meios de produção de um lado e, no extremo diametralmente

oposto, o proletariado. Seus interesses são conflitantes. A manutenção dos privilégios do primeiro grupo só é possível pela exploração predatória da força de trabalho de segundo grupo. Diz-se predatório, pois, uma parcela de trabalho efetivamente realizado, não é remunerado: trata-se do mais valia, que se converte em lucro para o capitalista. Tal antinomia tem seus marcos fundadores há séculos.

Para retomá-los, façamos uma grande viagem no tempo. Retroajamos ao período em que nossos ancestrais viviam nas cavernas. No princípio, na pré-história tudo é incipiente, os indivíduos se esforçavam para atender às necessidades fisiológicas. Lentamente e, por necessidade de sobreviver, o homem começa a dominar a natureza. Então, outras necessidades e, principalmente, novos desejos vão sendo gerados. Esses, por sua vez, para serem atendidos, promovem transformações tecnológicas, econômicas, sociais. Tais transformações trazem, no seu bojo, uma série de novas situações que resultarão no surgimento de uma nova bateria de desejos.

Ao avançarmos alguns séculos e mergulhar no mundo grego, um dos pilares da civilização ocidental cristã, confrontamo-nos com uma cultura refinada. Trabalho intelectual e trabalho material passam a ser valorizados de modos diferentes. O primeiro adquire primazia sobre o segundo. Os que se ocupam de misteres formais ganham a admiração e o respeito de todos. Os ofícios que exigem mais músculos que habilidade têm sua importância minorada. A tal fenômeno dá-se o nome de Divisão Social do Trabalho – embrião da cisão da sociedade em classes sociais antagônicas.

Mais á frente, dois eventos de grande vulto propiciados, a grosso modo, pela ação das contradições: Revolução Francesa – desejo da burguesia por maior participação na esfera política – e a Revolução Industrial – desejo do Estado Britânico por ampliar sua participação no comércio internacional. São dois divisores de águas para o mundo ocidental. Surge a noção de arranjo estatal que organiza nossa vida em sociedade até hoje. Com a Revolução Industrial, consolida-se a pirâmide social que divide a população em proprietários e proletários.

Alguns anos após, assiste-se ao que se convencionou chamar “Segunda Revolução Industrial”

> surgem importantes inovações técnicas, tais como a utilização industrial da energia elétrica, o motor de combustão interna e uma série de novos produtos; [...] (tal progresso) acarreta mudanças do processo, das quais as mais conhecidas são a linha de montagem e as medidas de racionalização na organização do trabalho, ligadas à voga do taylorismo; o tamanho das plantas industriais se expande em conseqüência, ocasionando o surgimento da sociedade anônima, do mercado de capitais, da fusão do capital financeiro

> com o capital industrial, levando o capitalismo a uma nova etapa de sua existência – o capitalismo monopolista (SINGER, 1995, p. 211).

O Capitalismo monopolista pode ser simbolizado por uma imensa engrenagem geradora de grandes cidades, produção de bens de consumo em larga escala, catalisadora de novos hábitos, valores morais e éticos, fazendo da mercadoria, objeto de desejo. E, claro, alimentando-se da luta de classes e, ao mesmo tempo, guindando-a a estados de tensão sem precedentes na história. A ponto até de correr o risco, pela própria lógica do modelo capitalista, de se auto-destruir. Mas, o Capitalismo, para surpresa de muitos, do próprio Marx, autojusta-se, remodela-se, readapta-se, consegue arranjar válvulas de escape que aliviam a pressão causada pelas contradições de classe.

Apesar da onipotência dispensada ao modo de produção da vida material[6], o materialismo dialético é o recurso teórico metodológico que parece mais adequado para se reconstituir o quadro histórico do período no qual o estudo se concentrará. A instabilidade política, econômica e social decorrente do acirramento dos antagonismos de classe, lançava o país às portas do colapso. O Brasil, daquela época, mais parece uma demonstração didática da validade desse paradigma.[7]

> A constituição da burguesia industrial como fração hegemônica das classes dominantes e do proletariado industrial como fração hegemônica das classes dominadas acabou por alterar completamente as condições de equilíbrio político no país, e a forte crise a partir de 1962, levou a polarização social e a agudização da luta de classes (SINGER, 1996, p. 237).

Guardadas as devidas proporções, o que se propõe aqui em muito se assemelha com aquilo que Thompson (2007, p. 33) denominou "referencial metodológico da hermenêutica da profundidade", cuja finalidade é sondar a maneira pela qual as formas simbólicas se produzem. E a conclusão é a mesma: tais formas possuem liames indissociáveis com os contextos sócio-

[6] Segundo Thompson (2007, p. 60 -61), o próprio Marx, refletindo sobre o golpe de estado na França, em 1848, em "Dezoito Brumário de Luís Bonaparte", reconhece que nem todas as formas simbólicas derivam da luta de classes. Luís Bonaparte, o mentor do golpe, reativou, canalizando para si a nostalgia da população, os tempos de glória vividos pelos franceses quando da passagem de Napoleão Bonaparte pelo cenário político do país. Tal recurso diluiu momentaneamente a deteriorada relação entre camponeses e proprietários, unindo o país e viabilizando a instauração de uma ditadura. "A chave para compreender por que os acontecimentos de 1848-51 culminaram num golpe de estado – e não num levante revolucionário – está no fato de que os camponeses, que perfaziam a classe mais numerosa da França, apoiaram Luís Bonaparte; e eles lhe deram seu apoio porque estavam prisioneiros da lenda de Napoleão, eles estavam fascinados pela figura que se apresentava a si mesma como salvadora, adotando os costumes do antigo herói (THOMPSON, 2007, p. 61). Conforme veremos, a propaganda política lança mão com freqüência desse tipo de recurso. Veremos que o próprio Jango tenta reavivar o mito Vargas em benefício próprio.

[7] Não obstante a luta de classes estar mais caracterizada quando o capitalismo monopolista aportou no Brasil, a política populista escamoteava-a. Sob a aparência de um pacto social sólido, trabalhadores e burguesia mobilizavam-se com vistas a fortalecer suas posições e melhor lutar por seus interesses.

históricos dos quais fazem parte. Thompson divide seu esquema metodológico em três fases. Na primeira, esclarece o mecanismo dialético similar ao que se utilizará na dissertação:

> A primeira fase, que pode ser descrita como “análise sócio-histórica”, está interessada nas condições sociais e históricas da produção, circulação e recepção das formas simbólicas. Esta fase é essencial porque as formas simbólicas não subsistem num vácuo: elas são fenômenos sociais contextualizados, são produzidas, circulam e são recebidas dentro de condições sócio-históricas específicas que podem ser reconstituídas com a ajuda de métodos empíricos, observacionais e documentários (THOMPSON, 2007, p. 34).

Aqui, cabem algumas ressalvas necessárias para se esclarecer em que termos a apropriação do método proposto por Thompson será aplicado, antes de dar prosseguimento ao restante das instruções que completam o seu mecanismo interpretativo; duas podem ser consideradas as mais prementes: o peso representado pelos subsídios retirados do marxismo; e a discussão, depois de longa preparação, por meio de fundamentações e conceituações, da maneira pela qual se mobiliza o sentido com fins ideológicos. Nas palavras do próprio:

> “Argumentarei que o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – que eu chamarei “relações de dominação”. Ideologia, falando de maneira mais ampla, é sentido a serviço do poder “ (THOMPSON, 2007, p. 16).

No que tange aos subsídios retirados junto ao marxismo, Thompson relativiza a influência deste no seu constructo teórico, malgrado reconheça ser tributário de uma das variantes do conceito de ideologia possíveis de serem depreendidas da obra de Marx: chama de conceito latente de ideologia. A diferença reside no fato de Thompson ressaltar outras formas de dominação que vão além das relações de classe. A semelhança é que sua abordagem conserva um critério de negatividade que é a marca principal dos postulados de Marx sobre o tema, a saber, a denúncia da exploração, “usa-as (as formas simbólicas) com o objetivo de desmascarar o sentido que está a serviço do poder. A interpretação da ideologia é uma hermenêutica de profundidade com um objetivo crítico” (THOMPSON, 2007, p. 35). Para Thompson, sejam quais forem as variantes de antagonismo, nos quais se observa uma desproporcionalidade entre facções, todos eles encerram uma finalidade de se manter uma situação de primazia de uma sobre a outra.

> Se devemos elogiar a preocupação de Marx com as relações de classes, devemos, também, cortar o elo entre o conceito de ideologia e o de dominação de classe. Esse elo deve ser visto como contingente, ao invés de necessário. Ao estudar a ideologia, podemos nos interessar pelas maneiras como o sentido mantém relações de dominação de classe, mas devemos, também, interessar-nos por outros tipos de dominação, tais como as relações sociais estruturadas entre homens e mulheres, entre um grupo étnico e outro, ou entre estados-nação hegemônicos e outros estados-nação localizados à margem do sistema global (THOMPSON, 2007, p. 78).

Diferente do tratamento que Thompson dá à questão, aqui a ênfase recairá justamente à luta de classes pelo simples motivo de que, como ficará demonstrado em diversos instantes da dissertação, ela atinge níveis insuportáveis na conjuntura histórica para qual se volta o estudo. O antagonismo de classe ofusca outros que, com certeza, também se faziam presentes, mas sem a mesma contundência. Portanto, partir-se-á da premissa de que a força motriz que impelirá os atores sociais e precipitará os destinos das variáveis a serem detalhadas é o confronto entre os que querem a manutenção do modelo societário e os que querem rompê-lo. Apesar desses dois pontos que, numa comparação apressada, podem sugerir um distanciamento irreconciliável entre o tratamento dado por Thompson e aquele aqui aventado, haverá pontos de intersecção sobretudo no que concerne ao tema "ideologia" que é inseparável do estudo da propaganda, principalmente, a de viés político. A reflexão que abordará a correlação entre ambas será retomada posteriormente. Antes, cumpre-nos dar andamento aos termos nos quais aqui nos apropriaremos do esquema proposto por Thompson.

Quando Thompson alude a análise de contexto, por um lado, refere-se especificamente a tudo aquilo que, de algum modo, é relevante ou inerente ao desenvolvimento dos Meios de Comunicação de Massa, ou seja, característica que lhes são constitutivas. Por outro, procura igualmente reconstituir o contexto daqueles que estão posicionados na extremidade final do processo, ou seja, o do público espectador. No primeiro caso, traça um histórico detalhado do surgimento dos meios massivos, da sua gênese até os desdobramentos recentes; aduz, também, sobre o impacto e as consequências dessa capacidade ubíqua de atingir indistintamente receptores dispersos, que gera o que chama de "quase interação mediada", na medida em que emissor e receptor são clivados espacial e, muitas vezes, temporalmente, algo bastante diferente da inversão de papéis emissor/receptor propiciadas pela interlocução presencial ou mesmo mediada por aparato técnico não massivo – como o telefone, por exemplo. Embora os espectadores possam dar grande condutibilidade às informações recebidas, trocando-as entre si livremente, a possibilidade de se responder diretamente às fontes propagadoras da mensagem é precária. Thompson considera a contemplação de tal clivagem essencial para qualquer análise, cujo foco recaia sobre a produção e circulação das formas simbólicas, sobretudo, mas não só –

as formas simbólicas circulam também de maneira não mediada –, pelos meios de comunicação de massa, assim como a sedimentação das mesmas junto ao imaginário coletivo. Aborda ainda a constituição de um corpo burocrático-institucional que viabiliza legal e tecnicamente o funcionamento do complexo midiático.

Esforça-se em reconstituir, na mesma medida, o "micro" contexto no qual se dá a recepção. Refuta toda a literatura que insinua ser o indivíduo passivo e vulnerável às sugestões que lhe chegam embrulhadas na programação ou no conteúdo dos produtos midiáticos. O cerne de sua argumentação ou, mais ainda, a originalidade da sua contribuição para a discussão acerca da ideologia e seus mecanismos de funcionamento reside nessa valorização da seletividade com que os destinatários a recebem. Aliás, a definição de ideologia de Thompson está inextricavelmente conectada às condições de vida, nas quais os indivíduos se encontram quando entram em contato com os apelos imbuídos de pretensões ideológicas.

No entanto, Eagleton (1997, p. 42), pondo em perspectiva a influência que a televisão supostamente exerce, não desconsidera a prudência com relação às estimativas alarmantes sobre a potência do veículo em difundir ideologia. Coloca, antes, a questão de que o controle social resultante do hábito de acompanhá-la, que já dura pelo menos quarenta anos, teria se convertido no seu principal efeito deletério.

> Nas sociedades capitalistas avançadas, os meios de comunicação frequentemente são considerados um possante veículo através do qual a ideologia dominante é disseminada; mas essa suposição não deve permanecer irrefutada. (...) O fato politicamente importante acerca da televisão é, provavelmente, o ato de assistir a ela, mais do que o seu conteúdo ideológico. Passar longos períodos na frente da televisão firma os indivíduos em papéis passivos, isolados, privatizados, além de consumir uma boa quantidade de tempo que poderia ser dedicada a propósitos políticos produtivos. É mais uma forma de controle social que um aparato ideológico. (EAGLETON, 1997, p. 42.)

Mesmo que Eagleton desvie a questão da ideologia para a do controle social, é possível utilizar sua ponderação para polemizar acerca da descrença de Thompson na capacidade dos emissores em, com mensagens calculadamente elaboradas, obter, no mínimo, uma espécie de condescendência da qual é possível se tirar algum proveito.

Quando se diz contexto de recepção, Thompson levanta a necessidade de se esclarecer uma série de variáveis que vão desde o papel do indivíduo, dentro do círculo de relacionamentos do qual faz parte, até as condições concretas, nas quais trava contato com apelos ideológicos: a hora do dia, na companhia de quem e a qual veículo de comunicação mais

frequentemente se expõe. Sem mapear essas variáveis, ainda segundo Thompson, será inevitável ser apanhado pela armadilha do que nomeia de "falácia do internalismo".

> Não podemos derivar o caráter ideológico dos fenômenos simbólicos dos próprios fenômenos simbólicos. Podemos compreender os fenômenos simbólicos como ideológicos e, por isso, podemos analisar a ideologia somente quando situamos os fenômenos simbólicos nos contextos sócio-históricos, dentro dos quais esses fenômenos podem, ou não, estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 2007, p. 76).

Mesmo que verdadeiramente – como é o caso aqui – concorde-se com a grosseria da suposição de que é possível por meio de uma mensagem calculadamente confeccionada, obter-se respostas programadas do público, que na visão de Thompson não passariam de exercício de quiromancia, o tempo que já dura a cumplicidade telespectador/veículo televisivo e, considerando o avanço dos mecanismos de aferição do gosto do público que, por toda a duração dessa história, sempre estiveram monitorando-o, não se teria conseguido estabelecer certas estabilidades comportamentais que fornecessem subsídios mínimos para criar uma interlocução, se não com poderes "hipnóticos", minimamente seguras, das expectativas mais gerais da audiência? E, graças a tais coordenadas, de algum modo, mesmo que de alcance parcial, inocular sugestões, modos de pensar ou reforço de assimetrias sociais via certas formas simbólicas? Se assim não fosse, como explicar a boa acolhida de atrações, tais como novelas, filmes de ação e programas de auditório? Seria, no mínimo, ingênuo acreditar que tais produtos "culturais", por mais bem intencionados que quisessem ser, não carreguem algumas formas simbólicas que ratificam relações de poder e que as mesmas não sejam, em alguma medida, deglutidas de bom grado por quem as presencia. Há repulsa, há cinismo, há ceticismo, há discordância do receptor. Mas, a "falácia do internalismo", para a qual Thompson tanto chama a atenção, talvez não seja tão leiga assim ou tão falaciosa assim.

De qualquer modo, o que foi dito linhas acima no que respeita à recepção, é um esboço, um breve ensaio de um tema apaixonante, mas periférico no que concerne à apropriação do esquema analítico a ser adotado. Configuram, na verdade, como outros dois pontos dissonantes em relação ao modo pelo qual o autor que servirá de referência originalmente utiliza o método da hermenêutica profunda: a recepção não faz parte do objeto de estudo a ser aqui esquadrinhado; a ideologia também não faz parte do leque principal de compromissos assumidos por esta dissertação. Mesmo assim, como já se lembrou alhures, ver-se-á que se

estará, em algumas oportunidades, às voltas tanto com um quanto com o outro, fato que nos obrigará a tecer esclarecimentos sobre conceitos e questões a eles relacionadas.

O mecanismo da hermenêutica profunda, ou algo parecido, será aqui empregado para reconstituir o contexto mais amplo, que dá conta de variáveis tais como as econômicas, sociais e políticas. Isso se deve, essencialmente, pelo fato de que a matéria-prima para se elaborar o discurso, conceitos e estratégias propagandísticas estar, umbilicalmente, ligado a tais variáveis. São elas que aparecem de maneira mais ou menos elaborada no rol de preocupações dos eleitores, são elas que afligem ou afetam diretamente a população. Por isso, é sobre elas que propagandistas se debruçam para, codificando-as, oferecer respostas que se alinhem com os interesses do eleitorado. Isso exclui uma análise pormenorizada tanto do contexto referente aos meios de comunicação de massa quanto o contexto de recepção das mensagens. Ambas instâncias, óbvio, são da maior importância e, em alguma medida, estão embutidas quando da constituição das estratégias comunicacionais persuasivas. Mas, o que se pretende sondar, primordialmente – aquilo aqui definido como o objeto a ser desvendado –, é o processo de conversão das coordenados do contexto sociohistórico geral em discurso.

Feitos os devidos esclarecimentos quanto às especificidades de caráter geral da apropriação do instrumental metodológico de Thompson, faz-se necessário dar prosseguimento às suas instruções quanto às fases subsequentes da sua "hermenêutica".

Se, num primeiro momento, o esforço gira em torno da reconstituição do contexto, em seguida, o desafio é escrutinar a mensagem na sua imanência – ou no caso do exercício envidado por Thompson, o significado interno das construções simbólicas. Ou seja, busca-se esclarecer o como a combinação dos elementos constitutivos da mensagem, sua sintaxe, seja qual for o suporte midiático por meio do qual ela se difunde, faz dela algo inteligível.

> A segunda fase do referencial da hermenêutica de profundidade pode ser descrito como "análise formal ou discursiva". [...] Essa fase é essencial porque as formas simbólicas são fenômenos sociais contextualizados e algo mais: elas são construções simbólicas que, em virtude das suas características estruturais, têm possibilidade de e afirmam representar algo, significar algo, dizer algo sobre algo. (THOMPSON, 2007, p. 34).

Originalmente, os instrumentos interpretativos que Thompson sugere como capazes de oferecer interpretações consistentes, nesse estágio, apontam para métodos estruturalistas já consagrados, tais como as várias semióticas e as análises de discurso. Diferentemente dessas indicações, os mecanismos aos quais se submeterão as iniciativas propagandísticas de Goulart são afeitas ao nicho da própria propaganda política. Trata-se de toda uma literatura

desenvolvida e acumulada com vistas a, justamente, desvendar o suposto poder que o sintagma do discurso propagandístico tem em sugestionar a audiência.

A última etapa do método da "hermenêutica profunda" se traduz na incumbência de interpretar o material que já fora, num primeiro estágio de sua aplicação, confrontado a um contexto mais amplo e, no segundo, decifrado em suas características intrínsecas.

> A terceira e última fase do referencial da hermenêutica de profundidade é o que mais apropriadamente pode ser chamado de "interpretação" (ou "reinterpretação). Esta fase interessa-se pela explicitação criativa do que é dito ou representado pela forma simbólica. Analisa a construção criativa de um possível significado (THOMPSON, 2007, p. 34).

Na verdade, trata-se de uma reinterpretação, pois o analista tecerá um parecer – ou uma interpretação – de um material que já foi fruto de elaboração tanto por parte dos que manipulam os dados da realidade para comporem apelos a serem difundidos – os emissores – quanto daqueles que, na outra ponta do processo, os recebem lhes atribuindo, por seu turno, um determinado juízo. Os integrantes dos dois pólos, portanto, promovem interpretações da realidade. Thompson concentra-se muito mais à jusante do processo, ponderando ou reinterpretando as interpretações manifestadas pelos receptores. Ao contrário dele, aqui se privilegiará as interpretações posicionadas à montante do processo. Então, o alvo das reinterpretações se concentrará sobre as interpretações que os responsáveis pela campanha comunicacional faziam da conjuntura de que eram contemporâneos.

Há um outro fator a ser contabilizado que interfere na conversão das coordenadas auferidas em argumentos persuasivos a serem aqui reinterpretados. Os ideários dos partidos políticos refletem as discrepâncias nas condições materiais da vida da população. Cada qual possui identificação com alguma das suas classes ou segmentos e lhes serve de canal para que suas lutas e reivindicações ganhem a arena política, pela atuação de seus representantes eleitos. Portanto, eivada das contradições do macrocosmo, pelo viés dos filtros ideológicos das agremiações partidárias, as quais os pleiteantes estão afiliados, as estratégias comunicacionais formuladas tentarão convencer os eleitores a romper, reformar ou manter o modelo de sociedade vigente. Eis aí os meandros percorridos pelos emissores para urdirem suas interpretações do contexto. É, a partir da inclusão desses ditos "ideários", que se faz obrigatório incursionar pelos complexos domínios do conceito, ou conceitos, de Ideologia.

Como veremos mais adiante, no contexto histórico no qual Goulart destilou, via discurso e demais recursos persuasivos, suas concepções de país, havia uma ferrenha disputa entre o seu ponto de vista e um outro que se lhe contrapunha, cujos defensores se mostravam

tão ou mais empenhados em impô-lo à população. Configurar-se-ia uma típica disputa entre duas vertentes ideológicas opostas? É possível taxar de ideologia as reformas propostas por Jango que, se não propugnavam uma ruptura completa do *status quo,* ao menos abalariam estruturas empedernidas sobre as quais se assentam o secular contraste entre as classes que compõem a pirâmide social brasileira? E os esforços da reação, podem ser enquadrados como ideologia? O conceito, ou conceitos, de ideologia têm história longa e controversa. Thompson (2007, p. 76) ataca o tema da seguinte maneira:

> "A análise da ideologia, de acordo com a concepção que irei propor, está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Ela está interessada nas maneiras com o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder. Deixem-me definir este enfoque mais detalhadamente: estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação."

Ponderando a condução que Thompson dá ao problema, a inclinação é a de rotular como ideologia todas as formas simbólicas que refletem uma situação de dominação de um grupo pelo outro, perenizando-a, tornando-a algo quase natural dentro da ordem social, o que facilitaria sua aceitação, sobretudo, por parte dos oprimidos. Se estratégias simbólicas ganham o epíteto de ideológicas somente quando postas a serviço da conservação de relações desproporcionais entre grupos, cujos interesses conflitam, o que dizer das formulações simbólicas que visam justamente denunciar, desmistificar, provocar reações no sentido de se subverter práticas que criam hierarquias sociais entre seres humanos. As estratégias simbólicas que conduzem a atenção para o desmascaramento da relação vertical entre indivíduos, se adotarmos o referencial de Thompson, não podem ser consideradas ideológicas? É nessa direção que Eagleton (1997, p. 19) enceta o seu questionamento dessa versão até certo ponto unívoca de ideologia – pois, insiste-se no seu papel de instrumento de manutenção da dominação:

> Em primeiro lugar, nem todo corpo de crenças normalmente denominado ideológico está associado a um poder político dominante. A esquerda política em particular, ao examinar o tópico da ideologia, tende quase instintivamente a considerar esses modos dominantes; [...] Será que o socialismo e o feminismo são ideologias, e, senão, por quê? Serão não ideológicos enquanto oposição política mas ideológicos quando chegam ao poder? Se aquilo que

> acreditavam os diggers8 e as sufragistas é “ideológico”, conforme poderia sugerir boa parte do uso comum, então não é verdade que todas as ideologias são opressivas e espuriamente legitimadoras. (EAGLETON, 1997, p. 19).

Num outro trecho de seu livro, Thompson chega a manifestar, ou ensaiar, uma posição mais conciliadora em relação ao atrelamento obrigatório da ideologia à manutenção de relações de dominação. Tudo vai depender, sustenta ele, daquilo que claramente se erige como uma espécie de *leitmotiv,* de viga mestra da sua tese: os sentidos que as formas simbólicas adquirem, conforme os contextos de produção e de recepção. Dentro dessa linha de raciocínio, formas simbólicas contestatórias podem despertar dissonância cognitiva e possibilitar, ao indivíduo, senão romper com crenças cristalizadas que instituem distribuições assimétricas de poder, um desconforto profícuo que pode chamar a atenção justamente para o núcleo em que reside a relação de poder que de forma aparentemente inofensiva à construção simbólica encerra.

> Estratégias de construção simbólicas são instrumentos com os quais as formas simbólicas, capazes de criar e sustentar relações de dominação, podem ser produzidas. Essas estratégias são instrumentos simbólicos, por assim dizer, que facilitam a mobilização de sentido. Mas, se as formas simbólicas assim produzidas servem para promover grupos poderosos ou para miná-los, é uma questão que só pode ser resolvida examinando como essas formas simbólicas operam em circunstâncias sócio-históricas particulares, como elas são usadas e entendidas pelas pessoas que as produzem e recebem nos contextos socialmente estruturados da vida cotidiana (THOMPSON, 2007, p. 89).

De todo modo, mesmo admitindo, na passagem acima, que tudo depende do contexto de produção e recepção, a tônica que perpassa a obra reitera o predomínio em cingir as formas simbólicas com a expressão “ideologia” sempre que elas servirem de fio condutor para manter e ou reforçar relações de poder. E, aquelas construções simbólicas de viés oposto, deixam de fazer parte do horizonte de abrangência do termo.

> Mas formas simbólicas contestatórias não são ideológicas, de acordo com a concepção que eu aqui propus. Essa concepção retém o aspecto assimétrico que era característico do trabalho de Marx. [...] As formas simbólicas são ideológicas somente enquanto servem para estabelecer e sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder (THOMPON, 2007, p. 90).

---

[8] *Diggers* significa “cavadores”. Estes compunham um grupo que aspirava uma forma de comunismo agrário na Inglaterra do século XVII (EAGLETON, 1997, 19).

É claro que não é por capricho ou qualquer tipo de conveniência – no sentido coloquial da palavra – ideológica vulgar, que impele Thompson a advogar esta versão em detrimento de outras tantas disponíveis e defendidas por gente versada no tema. Ao contrário, faz uma longa retomada, desde os primórdios, quando se propõem uma "ciência" dedicada às ideias, acompanha os seus destinos nas mãos dos mais variados pensadores e correntes teóricas, as definições e redefinições que conduziram o conceito – às vezes de modo até brusco, tal as idiossincrasias com as quais era apropriado, conforme a filiação teórica dos seus manipuladores –, a bifurcações, divergências e convergências que, hoje, tornam a acepção de "ideologia" algo polissêmico.

O saldo desse grande inventário em torno da questão fez com que Thompson alocasse, conforme critérios de afinidade, dois grandes grupos que, para tentarem compreender as transformações sociais, do final do século XIX, e que adentraram por todo o século XX, conferiram ênfase especial ao fenômeno da ideologia ora como vetor modelador das feições que a sociedade vinha adquirindo, ora como elemento legitimador principal da ordem político-econômica que se impunha, apesar desse predomínio vir cravejado de percalços, crises endêmicas inerentes ao modelo capitalista que ajudavam a tornar visíveis os mecanismos ideológicos, facilitando a explicitação e denúncia dos mesmos, o que ensejava questionamentos ou mesmo denúncias que serviam para instrumentalizar reivindicações de mudanças na ordem mundial. De qualquer modo, a inclusão de reflexões sobre ideologia em ambos os grupos, é indispensável para que, nas suas conclusões, proponham um diagnóstico consistente do contexto amplo que suas pesquisas abarcam. As duas grandes correntes são alcunhadas de "a grande narrativa da transformação cultural" e a "teoria geral da reprodução social organizada pelo Estado e legitimada pela ideologia".

Thompson discorre sobre as características de cada um, mas sempre sob um prisma crítico. "A grande narrativa" tem seu marco inaugural com a consumação da dessacralização do mundo. O esteio que fornecia estabilidade a um modo de vida que remetia à Idade Média – o Teocentrismo – e, em alguma medida, reverberou pelos séculos seguintes, com intensidade cada vez menor, ocupando uma posição bem menos privilegiada nas questões de Estado, conforme a ciência e o desenvolvimento do Capitalismo a ela atrelado – ou vice-versa – ganhavam corpo, foi, naturalmente, substituído por crenças laicas. Essa fase de crença na razão, fez com que surgissem as ideologias, que se apresentavam como a solução para os problemas que afligiam a humanidade, preenchendo, assim, a lacuna surgida pelo – nunca completo – abandono da ideia de que os rumos do destino do mundo passariam pela vontade de uma entidade divina onipotente e onisciente.

> A secularização da vida social e do poder político criou as condições para a emergência da difusão das "ideologias". Nesse contexto, "ideologias" são entendidas, principalmente como sistemas seculares de crenças que têm uma função mobilizadora e legitimadora. O fim do século XVIII e o começo do século XIX marcaram o começo da "era das ideologias" nesse sentido, como ficou expresso nas grandes revoluções políticas da França e da América e na proliferação das doutrinas políticas, ou dos "ismos", desde o socialismo e o comunismo até o liberalismo, o conservadorismo e o nacionalismo. A difusão das doutrinas políticas foi facilitada, e sua eficácia realçada, por mais dois desenvolvimentos característicos do século XIX: a expansão da indústria do jornal e o crescimento da alfabetização (THOMPSON, 2007, p. 110).

Todas as transformações culturais e as formas simbólicas que as promoviam traziam, no seu bojo, indicações, instruções, doutrinas identificadas com algumas das "ideologias" que inspiravam ou mesmo ajudavam a organizar movimentos sociais, debates públicos, nos foros institucionais ou em qualquer espaço em que a sociedade civil resolvesse considerar como digno de abrigar discussões em que concepções ideológicas deveriam se confrontar. Some-se a isso os confrontos que transcendiam em muito o chamado debate civilizado. Ideologias inspiraram, sobretudo ao longo do século XX, todo tipo de violência física e psicológica.

O grande problema dessa abordagem, segundo Thompson, é o fato de que seus defensores minimizaram ou sequer incluíram, no horizonte de suas ponderações, o efeito exponencial que o advento dos meios de comunicação de massa provocaram na circulação, assimilação e influência das formas simbólicas. Mais do que isso, a comunicação de massa se transformou numa indústria de tal modo alinhada – não sem contradições e até muitas vezes rebelando-se contra ele – ao restante do complexo produtivo-econômico, o que faz dela um segmento como outro qualquer que, além de almejar lucro, difunde maciçamente formas simbólicas. E, não raro, o lucro deriva de sua capacidade de difundir formas simbólicas. Portanto, segundo Thompson, ao se sonegar o fator comunicação de massa de qualquer análise, corre-se o risco de se chegar a conclusões inócuas, que nos afastam da compreensão ao invés de trazer-lhe luz.

> Mais importante ainda, o problema é que a preocupação com os processos de racionalização e secularização tendeu a trancar um desenvolvimento que era de muito maior significado para a natureza das formas culturais das sociedades modernas – isto é, o desenvolvimento de um conjunto de instituições relacionadas com a produção, e com a distribuição massivas de bens simbólicos. [...] As instituições e processos de comunicação assumiram uma importância tão profunda nas sociedades modernas que nenhuma teoria

> da ideologia e da cultura moderna pode dar-se ao luxo de ignorá-las (THOMPSON, 2007, p. 113).

Na outra vertente, busca-se, na ideologia, os subsídios para compreender o amálgama que impede o esfacelamento do modelo de sociedade que, apesar das atribulações, vem se mantendo naquilo que são seus traços básicos, a saber, a dicotomia entre classes sociais. Do início do século XX até o seu final, houve uma nítida diminuição do abismo que separava patrões e proletários. Mas, tal dicotomia ainda existe. Como explicar, então, que um grande contingente aceite um contrato social que, em termos concretos, lhes é desvantajoso?

> A teoria geral da reprodução social organizada pelo estado e legitimada pela ideologia pode ser vista como uma resposta parcial à seguinte questão: por que as sociedades em geral e as sociedades capitalistas contemporâneas em particular, mantêm-se, apesar das divisões e desigualdades que as caracterizam? (THOMPSON, 2007, p. 117).

Os defensores desse enfoque dão menos ênfase a um conceito caro ao marxismo, a força da reprodução das condições materiais da vida social. Ou seja, para eles, não é só a manutenção da antinomia meios de produção nas mãos da classe dominante e proletariado vendendo sua força de trabalho, que garantem, por assim dizer, a "ordem". Para além da relação de causa e efeito entre infra e superestrutura ou, no processo de forja entre ambas, o que outorga legitimidade ao arcabouço de regras e convenções que sustentam este esquema de vida em sociedade, numa das versões da "teoria geral" – teoria consensual central – são as pressões das próprias instituições do Estado, que auxiliariam, oferecendo uma espécie de cerco invisível, via produção e inculcação de formas simbólicas, cujo teor reproduz o sistema de modo a promover consenso que viabilize a obediência civil.

Numa outra variação da "teoria geral da reprodução" – teoria consensual diferenciada – a responsabilidade pela reprodução social não recai nas instituições do Estado. Ela é muito mais fruto de uma adesão que se faz necessária para que o indivíduo se integre, até para a consecução de sua sobrevivência, aos valores reinantes, e tal ocorre no exercício dos papéis sociais que acumula. Nesse exercício diário, corriqueiro – obrigações profissionais, familiares, cívicas – é que se provoca o enquadramento nos parâmetros do sistema. Portanto, nessa variante, a "transfusão" das crenças e costumes se dá num contexto muito mais restrito

e, em alguma medida, de um modo mais distanciado dos organismos estatais e do suposto poder dos mesmos em obter subserviência.

> A reprodução social requer não apenas a reprodução das condições materiais da vida social, mas também a reprodução dos valores e crenças socialmente partilhados – isto é, ela exige a provisão contínua e a renovação das formas simbólicas que são, até certo ponto, socialmente partilhadas e que servem, até certo ponto, para moldar as ações e atitudes dos indivíduos. É essa provisão e renovação contínua das formas simbólicas que garante – assim segue a argumentação – a submissão contínua dos indivíduos às regras e convenções normativas da ordem social. [...] Esta teoria admite muitas versões, mas podemos distinguir entre duas versões principais: a teoria consensual central, que defende que existem certos valores e crenças centrais (liberdade, democracia, igualdade de oportunidade, soberania do parlamento, etc.) que são amplamente partilhados e firmemente aceitos; a teoria consensual diferenciada, que coloca menos ênfase na existência de valores e crenças centrais e enfatiza, em vez disso, a importância de valores e crenças que são específicos aos papéis e posições dos indivíduos que estão localizados diferencialmente na divisão do trabalho (THOMPSON, 2007, p. 118 e 119).

Há um outro modo de explicar essa aceitação desse modelo de sociedade. Embora não exclua a importância da reprodução pelas formas simbólicas, sugere que a crueza das dificuldades impostas pela necessidade de se sobreviver, intimida, ou tira a vontade, a disposição, o interesse das pessoas para questões supostamente de ordem menos pragmáticas e, portanto, por omissão, desistem de interferir no curso das decisões que, com uma postura mais atenta e combativa, poderia render-lhes uma distribuição mais equitativa entre haveres e deveres.

> O fato de as pessoas não combaterem ativamente um regime político que as oprime talvez não signifique que tenham absorvido mansamente seus valores governantes. Pode ser que, após um árduo dia de trabalho, estejam exaustas demais e não tenham energia de sobra para envolver-se em atividades políticas, ou que sejam tão fatalistas ou apáticas que não percebam o sentido de tais atividades. Talvez tenham medo das conseqüências de opor-se ao regime; ou pode ser que desperdicem muito tempo preocupando-se com seus trabalhos, hipotecas e restituições de imposto de renda para pensar sobre isso. As classes dominantes têm à sua disposição inúmeras dessas técnicas de controle social “negativo”, que são bastante mais prosaicas e materiais do que convencer seus sujeitos de que pertencem a uma raça superior ou exortá-los a identificar-se com o destino da nação (EAGLETON, 1997, p.42).

Thompson, por seu turno, persiste em ressaltar que a fragilidade dessa concepção – "teoria geral da reprodução social" – recai na pressuposição – exagerada no seu entender – de que a ideologia, proveniente, seja da retórica das instituições do Estado seja inerente ao exercício do papel social, tenha o poder de manter coesa a vida coletiva: primeiro porque não acredita que tanto aquelas formulações de cunho ideológico calculadas para reafirmar, reproduzir, proteger o sistema, lograrão, por si mesmas (falácia do internalismo) hipnotizar a população de modo a conduzi-la, como se a absorção se desse sem resistências; quanto às crenças "proverbiais" ratificadoras da ordem social que, vez por outra, pululam como resultado das autoreflexões do senso comum sobre a sua rotina de vida. O consenso, num caso e no outro, são ilusórios. Thompson insiste na necessidade de se mapear o contexto de recepção para saber se uma forma simbólica de fato terá função de legitimação da dominação.

> Do enfoque desenvolvido aqui, segue-se que as formas simbólicas, ou sistemas simbólicos, não são ideológicos em si mesmos: se eles são ideológicos, e o quanto são ideológicos, depende das maneiras como são usados e entendidos em contextos sociais específicos (THOMPSON, 2007, p. 17).

Se há uma explicação para o não esfacelamento do *status quo,* ela passa não pela capacidade da ideologia de se prestar como tecido conjuntivo, e sim pela incapacidade de se unificar, ou canalizar, as insatisfações, os questionamentos, às contradições de modo a fazê-los funcionar como corpo organizado, capaz de rivalizar, em todas as arenas onde o poder é discutido e exercido, contra o arranjo civilizatório tido como opressor. Portanto, é da dispersão das insatisfações e não somente do cimento consensual fornecido pela ideologia, que o sistema vigente extrai seu equilíbrio.

Um outro argumento que solapa a crença (ou mito), numa clivagem exagerada entre dominantes e dominados, é o de que a hegemonia dos primeiros não reflete unicamente os interesses e reclamos das suas classes. Para ser hegemônica, é necessário se fazer concessões às pretensões dos estratos sociais subalternos. Portanto, é possível falar em hegemonia mestiça, ou hegemonia parcial, na medida em que o arranjo de interesses que constituem sua tessitura é heterogêneo. Para Eagleton (1997, p. 51), é impossível falar de "pureza ideológica. A força de uma ideologia hegemônica vem da sua heterogeneidade".

Por conta de tudo o que foi ponderado anteriormente, Thompson rejeita boa parte do alcance, eficácia, abordagens e conceitos da "teoria geral consensual", pelo simples fato de a

mesma, não conseguir, por meio do conjunto de hipóteses geradas – sobretudo a supervalorização do poder da ideologia –, responder à indagação prosaica acerca da manutenção de uma ordem social desvantajosa à maioria de seus integrantes.

> Ambas as versões da teoria consensual da reprodução social sofrem, por isso, de certas limitações. Embora a teoria consensual diferenciada seja mais sofisticada e mais plausível que a teoria consensual central, ambas as explicações colocam ênfase demasiada no consenso e na convergência, em termos de valores e crenças, e ambas menosprezam a prevalência e a importância do dissenso e do desacordo, do ceticismo e do cinismo, da contestação e do conflito. [...] Nesta perspectiva a ideologia dominante funciona como cimento simbólico que unifica a ordem social e prende os indivíduos a ela. A tese da ideologia dominante não responde à pergunta do começo: Como é que os indivíduos de grupos subordinados não ajam de uma maneira que subverta a ordem social (THOMPSON, 2007, p. 121- 123).

Thompson mostra a inadequação com a qual a ideologia é tratada nos dois grandes apanhados teóricos – "a grande narrativa da transformação cultural" e "a teoria geral da reprodução social organizada pelo Estado e legitimada pela ideologia" – que, conforme o próprio admite, apanhados estes que sintetizou com alguma dose de idiossincrasia para que fosse possível, dentro dos limites de um livro, dissertar sobre tema tão complexo. Esclareceu igualmente a sua definição de ideologia, cuja essência pode ser resumida na ideia do uso de formas simbólicas a serviço da dominação, desde que se explicite detalhadamente os contextos de produção, circulação e, sobretudo, recepção. Só, assim, é possível afirmar se uma determinada forma simbólica sustenta, ratifica, reproduz, divulga uma relação de dominação e, assim, esteja "apta" a receber o rótulo de "ideológica".

Para se buscar uma correlação possível entre a propaganda e toda essa discussão de ideologia, faz-se necessário recorrer aos limites de abrangência do que Thompson qualifica de "formas simbólicas":

> Por "formas simbólicas", eu entendo um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como constructos significativos. Falas lingüísticas e expressões, sejam elas faladas ou escritas, são cruciais a esse respeito. Mas formas simbólicas podem também ser não-linguísticas ou quase-linguísticas em sua natureza (por exemplo, uma imagem visual ou um constructo que combina imagens e palavras) (THOMPSON, 2007, p. 79).

Como se vê, pela compleição da propaganda, de qualquer uma de suas gradações – política ou comercial – há um perfeito entrosamento entre ela e a definição fornecida acima. Mas, há uma diferença crucial em relação aos exemplos sempre muito sutis fornecidos por Thompson, nos quais, por exemplo, reproduz-se uma situação de dominação: numa anedota aparentemente inofensiva, explicita a maneira pela qual a mulher é colocada em posição de submissão. A propaganda, ao contrário, não esconde seu caráter proselitista. Já é de conhecimento geral da população que o discurso propagandístico enaltecerá de modo muitas vezes fantasioso o produto ou ideia a ser divulgada. Já se tem clara a função e o grau de comprometimento da propaganda com a cadeia produtiva-comercial.

No entanto, para além do seu conteúdo manifesto, quase sempre apelativo, é possível destilar uma série de sugestões tácitas que reforçam ou, no mínimo, acabam revigorando assimetrias entre papéis sociais, entre gêneros, entre classes etc. Todos que estudam o tema devem, alguma vez, ter se deparado com denúncias de orientação esquerdista, tidas já por “clichês”, de que, mesmo que indiretamente, pelo simples fato de estimular o consumo – ou promover marcas ou instituições que visam aos lucros – a propaganda já se converteria num vigoroso componente a serviço do Capitalismo.

É possível sim, seguindo a trilha proposta por Thompson, enxergar relações de dominação que ultrapassem a interpretação monocórdia óbvia da propaganda como tentáculo do capitalismo vocacionado a estimular o consumo. São várias as peças publicitárias – mormente comerciais - que projetam, de forma simpática, preconceitos e ou estimulam conformismo a indivíduos em posição subalterna. Um exemplo prosaico são as peças promocionais do produto “margarina”: nelas, sempre vemos pessoas desempenhando seus papéis sociais – assimétricos (a dona de casa cuidando da família, o marido indo trabalhar, os filhos felizes ao acordarem e irem à escola – esbanjando boa vontade, num quadro de clara apologia àquele modo de vida).

Mas e na propaganda política? Se a propaganda comercial não esconde sua condição de instrumento a serviço do incremento ao consumo e, como vimos acima, muitas vezes de modo velado encerrem formas simbólicas que servem à dominação, o que dizer de um tipo de apelo, cujo foco principal é a defesa, sem pudor, da manutenção ou subversão de um arranjo civilizatório? Diferente da seara comercial, em que, muitas vezes, as relações simbólicas vêm engastadas nas entrelinhas, a propaganda política escancara suas intenções. As formas simbólicas escancaram seu caráter ideológico, suplicam aos eleitores o que devem pensar, ou deixar de pensar, fazer ou deixar de fazer, romper ou deixar de romper. Ela não é sutil, como os casos em que Thompson aborda. Então, é difícil dizer se a propaganda política pró-sistema

reproduz relações de dominação. É mais lícito afirmar que elas divulgam, argumentam, buscam persuadir os espectadores de que tal relação deve ser mantida ou reproduzida. Em outras palavras, e sem trocadilho, a propaganda política faz propaganda das formas simbólicas de dominação que tomam por tema.

Como aqui se adotará a perspectiva de Thompson, segundo a qual só são ideológicas as formas simbólicas que estão a serviço da dominação, só se contemplará os esforços propagandísticos das forças reacionárias, no seu combate ao discurso "janguista", como exemplo de recorrência às formas simbólicas para se convencer o país a conservar os privilégios de classe. As iniciativas de Jango, não obstante, não primassem pelo incitamento à ruptura do modelo social, pregavam reformas, as vezes, até ousadas. De qualquer modo, não podem ser caracterizadas como ideológicas – segundo a concepção de Thompson – pois insistiam em, no mínimo, rever ou amenizar as discrepâncias na distribuição de poder daquele referido momento histórico. Por isso, esforçar-nos-emos em tratá-las – em capítulo ulterior – como propaganda política de oposição, malgrado, inevitavelmente, em algumas circunstâncias, o embate violento entre ideários opostos seja definido pela expressão "polarização ideológica".

O fato de Thompson criticar o que chama de falácia do internalismo não o impede de reconhecer que existem métodos ou fórmulas, por meio das quais, busca-se exercer controle sobre a opinião pública e que servem de bússola para os que pretendem manipulá-la conforme suas ambições. "Distinguirei cinco modos gerais através dos quais a ideologia pode operar: "legitimação", dissimulação, "unificação", "fragmentação", e "reificação" (THOMPSON, 2007, p. 80). É com base nestas categorias, sobretudo as quatro primeiras, que se procurará interpretar o teor ideológico de alguns exemplos da contrapropaganda que se esforçava em desencadear uma aura maligna em torno de Goulart e assim manter íntegra a desigual distribuição da riqueza entre as classes sociais que compunham o cenário brasileiro.

Esses "modos gerais", aos quais Thompson chama a atenção, não esgotam o repertório de recursos que podem constituir estratégias para construção de formas simbólicas ideológicas. E, também, na maioria dos casos, interpenetram-se numa mesma investida. A separação em categorias, aparentemente bem definidas, presta-se a uma demonstração didática do funcionamento de cada uma.

É o caso da modalidade "legitimação": ela aparece em maior ou menor grau em todas as construções simbólicas munidas de interesse em dissimular relações de dominação. Tal modalidade se caracteriza pelo uso de três estratagemas: pode-se reivindicar a validade de um discurso – entendido no sentido lato – pelo fato de o mesmo seguir uma linha aparentemente

lógica de raciocínio, o que o tornaria palatável; uma outra estratégia ligada à "legitimação" é a extensão de valores específicos de uma "casta", como se os mesmos pertencessem a toda a pirâmide social. A isso, dá-se o nome de universalização; e, por último, ainda dentro da abrangência da legitimação, encontra-se o artifício da "narrativização", bastante comum nos produtos veiculados pelos meios de comunicação de massa: dissimulado em "estórias", crônicas, anedotas, novelas, programas humorísticos, jornalísticos; muitas vezes o espectador internaliza ideologia, tomando-a por informação ou entretenimento inofensivo.

> Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas, como observou Max Weber, pelo fato de serem representadas como legítimas, isto é, como justas e dignas de apoio". Podem ser legitimadas por meio da "universalização", "racionalização" e "narrativização (THOMPSON, 2007, p. 82 e 83).

A segunda categoria apontada por Thompson – a "dissimulação" – já é mais específica para os propósitos aqui traçados. Ela consiste na recorrência a conveniências conceituais que podem tanto amenizar ou – como é o caso aqui – cingir de dramaticidade a situação à qual se referem. Lança-se mão de palavras ou expressões simplificadas, mas dotadas de poder de sugestão, com vistas a alterar o impacto do fenômeno para qual apontam, conforme o interesse de quem as profere.

> Um segundo modus operandi da ideologia é a dissimulação. [...] A ideologia como dissimulação pode ser expressa em formas simbólicas através de uma variedade de diferentes estratégias. Uma destas é o deslocamento: um termo costumeiramente usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a um outro, e com isso as conotações positivas ou negativas do termo são transferidas para o outro objeto ou pessoa. [...] Uma outra estratégia que facilita a dissimulação das relações sociais é a eufemização: ações, instituições, ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva. Ex: a supressão violenta do protesto é descrita como "restauração da ordem" (THOMPSON, 2007, p. 83 e 84).

A dissimulação por eufemização foi prodigamente aplicada pelos detratores do governo Goulart. Expressões como "Cubanização" ou "Comunização" do Brasil" – eram "sinônimos" para um crescimento das esquerdas ou organização do proletário -, "restabelecimento da ordem" – sucedâneos para manifestações populares -, e continuaram a

campear, vigorosamente, após o desencadeamento do golpe militar. Abaixo, segue exemplo de dissimulação por eufemização:

> No dia 18 de novembro, falando para a Sociedade Interamericana de Imprensa em Miami, o jornalista Júlio de Mesquita Filho, diretor de O Estado de S. Paulo, concitou abertamente os Estados Unidos a intervirem no Brasil, como Lacerda antes o fizera, na entrevista ao Los Angeles Times. Segundo ele, "existe o perigo de o Brasil se converter em outro bastião comunista, como Cuba [...] Se o Brasil chegar a ter uma ditadura esquerdista, isto significará a guerra atômica. Se chegar a estabelecer-se uma cabeça-de-ponte russa no Brasil, os Estados Unidos terão de aceitar tal guerra e então será o fim (BANDEIRA, 1978, p. 143).

Alzira Alves de Abreu (2006, p. 124), reproduzindo comentários publicados pelo jornal "Diário Carioca", que não se alinhava ao *pool* de matutinos que faziam oposição sistemática ao governo, denunciava o engendramento irresponsável de eufemismos que distorciam a real instabilidade da conjuntura política.

> O jornal criticava os jornalistas e os políticos, porque "fazem eco das inquietudes das classes empresariais que acham que esse governo pode tratar das greves, da inflação e da simples preservação da ordem pública com os mesmos instrumentos de ação e através de métodos ultrapassados há três décadas". Atribuia "as agitações, a comunização do Brasil", a uma invenção dos jornais, estações de rádios e emissoras de televisão. Segundo o editorialista do jornal, os meios de comunicação eram "máquinas monstruosas de propaganda a serviço das forças retrógradas e antinacionais" (ABREU, 2006, p. 124).

Também é fartamente praticada como estratégia ideológica aquilo que Thompson chama de "unificação". Canaliza-se a atenção do público para a existência de um inimigo que, supostamente, impõe uma ameaça iminente, mas os requisitos de identificação por meio dos quais indivíduos merecem assim ser tratados, são vagos. Ou seja, todos aqueles que não comungam com determinada tese, mesmo que entre os vários grupos dissidentes também haja divergências, todos são igualados e alcunhados pelo mesmo rótulo.

> Um terceiro modus operandi da ideologia é a unificação. Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa

> identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los (THOMPSON, 2007, p. 86).

De todos os artifícios arrolados como instrumentos ideológicos, talvez o da "unificação" tenha sido o preferido da elite para repudiar a ameaça de uma flexibilização de seus privilégios. Qualquer grupo, independente de sua posição do espectro ideológico, que franqueasse seu apoio ao governo ou de algum modo defendesse ideias mais à esquerda, era logo tratado por "comunista" e incluído na pecha de conspirador.

> Foi construída uma imagem deturpada da situação política, colocando os comunistas numa posição de força muito maior que a real. De fato, o PCB tinha presença expressiva em alguns setores sociais, na intelectualidade e nos meios sindicais, por exemplo. [...] Mas a força real do PCB, na verdade modesta, apareceu multiplicada no discurso anticomunista, que para tanto lançou mão do artifício de intitular de comunista toda a esquerda radical. [...] Os líderes do golpe tinham uma avaliação imprecisa da extensão da ameaça comunista, apesar de acreditarem nela. Ainda assim, se esforçaram para convencer o público de que os bárbaros estavam à porta (MOTTA, 2006, p. 146).

O quarto modo em que mecanismos ideológicos operam funciona em consonância com a "unificação". Se os partidos que propunham mudanças, nas estruturas cristalizadas que faziam do Brasil um lugar injusto, independente de suas especificidades programáticas, eram todos agrupados sob o rótulo de "comunistas", ao mesmo tempo, foram isolados e se tornaram a hoste de inimigos a serem combatidos com traidores da pátria. É, assim, que Thompson define "fragmentação":

> Relações de dominação podem ser mantidas não unificando as pessoas numa coletividade, mas segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, ou dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador (THOMPSON, 2007, p. 86 e 87).

Então, num só tempo, ou num mesmo movimento, passaram a compor uma "irmandade" – artificialmente instaurada – e serem combatidos e postos de lado como párias por, supostamente, renegarem as tradições vigentes no país. Ainda referindo-se ao quarto modo, à "segmentação", Thompson pondera:

> Outra estratégia pertinente pode ser descrita como o expurgo do outro. Essa estratégia envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, como perigosos e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou expurgá-lo. Essa estratégia, muitas vezes sobrepõe-se com estratégias que têm como fim a unificação, pois o inimigo é tratado como desafio, ou ameaça, diante do qual as pessoas devem se unir (THOMPSON, 2007, p. 87).

A caça aos ditos comunistas, foi amplamente incentivada pela imprensa conservadora, ganhou ares de cruzada. Não foi por coincidência que o desenlace da crise mobilizou as forças armadas, tal era a expectativa de que o adversário, imiscuído dentro das fronteiras da nação, estava prestes a promover uma "revolução comunista" que expropriaria os ocupantes do topo da pirâmide social de seus bens e riquezas.

> O anticomunismo foi usado para difundir o medo na classe média e para identificar as "reformas de base", com a passagem do regime capitalista para o comunista. Os jornais, com maior ou menor ênfase, participavam da pregação anticomunista. [...] O alinhamento da maioria dos jornais às posições político-ideológicas dominantes, ou seja, contra o comunismo, contra as mudanças na estrutura da sociedade, está referenciado a uma visão conservadora dos proprietários de jornais e de alguns jornalistas. Para eles, a tradição e legitimidade da autoridade eram valores a serem preservados. Acusar de "comunistas" todos os que defendiam o governo, fossem eles socialistas, trabalhistas, nacionalistas ou mesmo liberais, foi a tática usada pelos conservadores contrários a qualquer mudança na estrutura social (ABREU, 2006, p. 110).

Na carta de demissão do cargo de Ministro do Trabalho se entrevê que o próprio Goulart acusa uma pré-disposição de seus adversários em fomentar um clima de confronto exacerbado, como se houvessem dois frontes e soldados ou adeptos de exércitos rivais (capitalismo x socialismo) dispostos a medirem forças a qualquer momento. Esse clima, nos anos seguintes, foi sendo cada vez mais cultivado por ambos os lados. Mas, a questão ideológica, ou seja, conservar as relações de dominação que lhes favorecia, era, sem dúvida, o combustível que alimentava e ou estimulava a fração retrógrada da população a investir na escalada do clima de polarização.

> Consequentemente, fui acusado de fomentar greves, de promover agitações nos meios operários, de articular a luta de classes, passando até a figurar

> como implacável inimigo do capitalismo. Tão injusta quanto as outras, porém, é esta última acusação. Há um capitalismo honesto, amigo do progresso, de sentido sadiamente nacionalista, que sempre mereceu meu aplauso e meu apoio. Há outro, entretanto, que jamais deixará de contar com minha formal repulsa. Refiro-me ao capitalismo desumano, absorvente de forma e essência, caracteristicamente antibrasileiro, que gera trustes e cria privilégios, e que, não tendo pátria, não hesita em explorar e tripudiar a miséria do povo (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 70).

Para finalizar, Abreu (2006, p. 127) emite lúcida ponderação acerca do caráter francamente ideológico da retórica anticomunista que foi sendo suscitada e entoada, ao longo de décadas, como espécie de antídoto para a ameaça de se subverter as relações de dominação seculares que habitam o Brasil. Nunca houve, de fato, possibilidade concreta de revolução de contornos socialistas em solo brasileiro. Havia, sim, a preocupação com a manutenção de privilégios de classe. Daí, decorria toda a virulência dos constructos simbólicos na pregação em favor das relações de dominação.

> O perigo comunista foi, na verdade, uma imagem construída ao longo de décadas no Brasil e que, na conjuntura da Guerra Fria, teve condições de se expandir e de obter fortes adesões em todas as camadas da sociedade. É verdade que os comunistas exerciam influência no seio da intelectualidade, dos sindicatos e universidades, mas seu poder de promover uma revolução no país estava distante da realidade. A fragilidade do PCB ficou evidente após o golpe de 1964 (ABREU, 2006, p. 127).

4 A DIALÉTICA DA ESTRATÉGIA COMUNICACIONAL X CONTEXTO HISTÓRICO

4.1 O princípio: a relação com Vargas, as primeiras experiências político-partidárias e a ocupação do cargo de Ministro do Trabalho

Getúlio Vargas é uma figura estelar. Estelar no sentido mesmo com que se procura definir a posição destacada de figuras notórias do meio artístico, sobretudo cinematográfico e televisivo. Claro que guardadas as devidas proporções, fazendo-se a transposição do termo para o universo acadêmico. Diz-se isso pois, transcorridos 55 anos do seu suicídio que extinguiria, abruptamente, aquilo que vinha sendo uma controversa, porém, rica e marcante carreira política, parece-nos que, cada vez mais, conforme os anos se sucedem, o brilho de Vargas vai ofuscando apoiadores e oponentes com quem ombreava por espaço no seio do poder. Prova disso se verifica no desproporcional volume de estudos, hipóteses, análises, interpretações dedicados ao ex-presidente caudilho em relação aos outros. Mas, não só por isso – embora, provavelmente, essa preferência da Academia por perscrutá-lo tenha vazado e contaminado outros meios e, assim, ajudado a dar força a essa proeminência –, se refletirmos, se nos concentrarmos na história política brasileira, no excerto de 1937 até 1954, uma imagem nos assalta a mente; mais do que uma imagem, parece ocorrer a personificação do período na pessoa de Vargas!

Dirão: Carlos Lacerda por certo é um outro nome que vem à mente! Sim, é verdade. Trata-se de outra figura magnética. Jornalista e ativista político, punha sua erudição e sua tão decantada língua ferina a serviço da legenda que mais, ferrenhamente, combatia Vargas e suas práticas: a UDN (União Democrática Nacional). O antagonismo já vinha de longe – *e se prolongaria até 1964, com as missivas sendo disparadas ao apaniguado de seu desafeto*. A agremiação fora fundada em 1944 com a perspectiva de dar guarida a todos descontentes com as mudanças encetadas pelo golpe de 1937. A esse respeito, esclarece Antônio Mendes de Almeida Júnior (1996, p. 232) que, quando se formou a UDN, ela converteu-se numa frente "onde se encontravam os que não aceitavam a revolução de 30, os que a fizeram e se sentiram traídos (...) enfim, todos aqueles que não aceitavam a organização ditatorial montada sob a constituição de 1937".

Mas, Lacerda salta ao primeiro plano, justamente por explorar ou investir sobre os segmentos da sociedade que nutriam antipatia por Vargas, com vistas a apresentar-se como

legítimo porta-voz desses descontentes, o arauto do “antigetulismo” por intermédio de quem deveria fluir tais insatisfações. Portanto, no máximo, um *epifenômeno*, já que o verdadeiro fenômeno era Vargas.

Retroagindo no tempo e vasculhando a imprensa dos anos em que Vargas esteve ativo no cenário político, constata-se o quão centrípeta era sua presença. Dá-se a impressão de que tudo gravitava ao seu redor: situação, oposição, movimentos sociais, organizações reivindicatórias, a pauta da mídia e assim por diante. Então, se “hoje” ainda inspira a tantos, “ontem” ele igualmente exercia fascínio, despertava rancores, simpatias, era uma espécie de mola que impelia os atores sociais a posicionarem-se, a movimentarem-se no jogo político.

Porém, no ano de 1953, o Presidente da República lança na praça um político jovem, um “pupilo”, o escolhido pelo próprio Getulio para receber o seu legado de homem público, alguém em quem deposita sua confiança, desde que este mal saíra da adolescência, um gaúcho de São Borja, em cuja carreira apostou, cultivou, zelou: João Goulart. E, por incrível que pareça, conforme veremos, no ano seguinte ao da indicação, consegue atrair para si muitos dos holofotes que há tempos iluminavam somente Vargas. Então, ocorre o processo natural em que a criatura sai do controle do criador. Pelo menos é assim que boa parte da crônica contemporânea aos eventos avaliavam-no, conforme demonstraremos.

A amizade entre os dois era paternal. Jango foi introduzido no circulo de Vargas pelo filho do segundo, Maneco. A recém-finalizada ditadura do Estado Novo, forçara Vargas ao exílio. Desgostoso com a política, vivia isolado, em sua fazenda, em São Borja. É o contato frequente com Jango, que se torna seu confidente e apoiador incondicional, que o faz retomar à vida pública[9]. Leonel Brizola, em depoimento contido em Gomes e Ferreira (2007, p. 40), esclarece os contornos do laço firmado entre Vargas e Goulart:

> A partir da mudança de Vargas para a fazenda Itu, começou uma forte amizade entre os dois. Jango foi o apoio que o presidente Vargas teve naquela época. Era como um filho, porque economicamente era quem tinha condições de tratar dos problemas de Vargas. Criou-se, assim, uma amizade profunda da parte de Getúlio para com ele, e da parte dele, nem se fala. O

[9] A referida parceria rendeu a Jango uma espécie de papel de secretário/assessor de Vargas, ao mesmo tempo em que a bagagem deste lhe fornecia apoio e consistência para que desse inicio à sua própriacarreira política. O anúncio de que Getúlio voltaria a concorrer à vaga de presidente da República foi feito por Goulart, conforme narram Gomes e Ferreira (2007, p. 18) “Em 18 de abril de 1950, Vargas comunicou oficialmente que seria candidato. Quem leu sua mensagem, em um grande comício, foi justamente João Goulart. A partir daí dedicou-se exclusivamente a fazer campanha eleitoral. [...] Um esforço bem-sucedido, pois, nas eleições de 1950, se Getúlio alcançou a presidência da República, Jango conseguir ser eleito deputado federal pelo PTB do Rio Grande do Sul com 39.832 votos”.

> Getúlio era um oráculo para o Jango. Era quem sabia das coisas. A dedicação, a lealdade, a fidelidade de Jango ao chefe que escolheu eram enormes. O resultado foi que João Goulart entrou para o PTB. (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 40).

Uma vez filiado ao PTB gaúcho, impulsionado pelo prestígio de Vargas, lograria êxito, na eleição de 1946, para deputado estadual. Na eleição seguinte, em 1950, conquista uma cadeira na Câmara de Deputados Federal. No entanto, não chega a exercer o mandato, pois é convidado por Ernesto Dorneles, então empossado governador do Rio Grande do Sul, a encabeçar a Secretaria do Interior e da Justiça da sua gestão. Nela, permanece por pouco mais de um ano. Seu desempenho chama a atenção, fato que alarga seus horizontes políticos para além das fronteiras gaúchas. Como esclarecem Gomes e Ferreira (2007, p. 18-19), em

> fevereiro de 1951, Goulart foi empossado deputado federal, mas logo se licenciou do cargo para assumir, no mês seguinte, a Secretaria do Interior e Justiça do governo Ernesto Dornelles, no Rio Grande do Sul, cargo que exerceu pelos 13 meses seguintes. Tratava-se de uma secretaria eminentemente política, o que lhe permitiu muitos contatos que facilitavam o fortalecimento do PTB gaúcho e sua própria liderança pessoal. [...] Jango, quando entregou o cargo em 7 de março de 1952, tornara-se um político conhecido na capital e no interior, sendo identificado por uma gestão inovadora e financeiramente de ótimos resultados. Nesse momento seu prestígio no PTB se ampliou em ritmo crescente, ultrapassando as fronteiras do Rio Grande do Sul e atingindo outros estados.

Na medida em que Jango dava mostras de que tinha capacidade de caminhar de forma independente, ou seja, de que era portador de vocação e talento para enfrentar os desafios da seara política, mais se tornava fácil a Vargas promovê-lo a escalões de maior visibilidade e poder de intervenção, sem que tal ascensão parecesse proteção decorrente dos laços de amizade que os unia. Em 1952, assume a presidência do PTB, cargo que o coloca em posição privilegiada para se relacionar com a base do partido, qual seja, os trabalhadores urbanos, e, principalmente, as entidades de classe que os representavam. Inaugura uma nova dinâmica de interação: elimina protocolos, formalidades e intermediários; passa a receber pessoalmente os trabalhadores, permitindo que se expressassem informal e livremente. Essa nova dinâmica de interação permeará todas incumbências que assumirá nos desdobramentos subsequentes de sua passagem pelo cenário político nacional.

> De fato, em 1952, tornou-se presidente do Diretório Nacional do partido, evidenciando talento de negociador em contatos com políticos e sindicalistas. [...] Assim, no inicio de 1953, Goulart já era identificado, para o bem ou para o mal, como um líder partidário de grande penetração na classe trabalhadora, além de receber tratamento e atenção especiais por parte de Vargas. [...] Isto é, o próprio Getúlio, em vida, iniciava o que se chama rotinização do carisma, escolhendo João Goulart como seu maior e melhor herdeiro político (GOMES, 2006, p. 35).

Quando o convite para se tornar Ministro do Trabalho estava às vésperas de acontecer, dois focos de instabilidade traziam dificuldades à perfeita fluência da linha de conduta adotada pelo então ocupante da cadeira presidencial e de seus prosélitos. O primeiro remetia à "Revolução de 30", ocasião em que a elite agroexportadora sofreu perda substancial no peso político e econômico que outrora desfrutava. Defendia ela uma matriz econômica, na qual se privilegiasse o livre intercâmbio comercial com outros países, oferecendo-se ao mercado externo produtos agropecuários e recebendo do exterior produtos manufaturados. Pregação que, em outras palavras, significava abdicar de um projeto nacional de desenvolvimento industrial, pois isso implicaria numa série de medidas restritivas às mercadorias estrangeiras, que já contavam com o mercado consumidor brasileiro. E isso poderia acarretar represálias, por parte dos parceiros comerciais, que importavam nossa produção de grãos, frutas e carnes.

Entre 1930 e 1944, houve o predomínio justamente daqueles que apregoavam a necessidade da urgente intervenção estatal para subsidiar e fomentar a estruturação de um parque industrial dotado de tecnologia, capaz de processar matérias-primas pesadas – como ferro e outros metais – que pudessem prover o desenvolvimento autônomo do país. Um projeto nacionalista, portanto. Mantido em latência na gestão Dutra, o referido projeto ganha novo fôlego com a recondução de Vargas ao Palácio das Laranjeiras. Igualmente, reacende-se a dissensão entre essas duas orientações macroeconômicas.

Esse era um dos obstáculos a conturbar a vida do mandatário máximo da nação. Porém, havia um outro muito mais pungente, uma ameaça real detentora de capacidade até para inviabilizar sua continuidade à frente da chefia da nação. Décio A.M. Saes (1996, p. 461) coloca a questão nos seguintes termos:

> Na crise política de 1953 e 1954, o conflito entre o capital comercial e as forças políticas da industrialização ainda se manifesta claramente, embora termine por assumir um caráter secundário diante da ameaça representada, para o conjunto da classe dominante, pela ascensão do movimento popular. Nesse contexto, o golpismo inicialmente isolado da burguesia comercial e da sua representação liberal cede lugar a uma grande frente burguesa anti-

> governamental incompatibilizada com o executivo federal em razão de sua ambigüidade diante da ascensão do movimento popular. (SAES, 1996, p. 461).

Essa percepção das elites se explica pela distensão promovida pelo governo daquilo que, até pouco tempo atrás, configurava-se como um rigoroso controle imposto pela legislação trabalhista à margem de manobra das entidades de classe, dentro das quais a massa trabalhadora se aglutinava – onde, bem ou mal, aprendiam o quanto a união de interesses comuns aumentava suas chances de ver suas ambições consumarem-se. Embora os sindicatos continuassem tutelados pelo Estado, houve um afrouxamento no policiamento que tolhia a contundência e abrangência de suas ações e, com isso, indubitavelmente, o peso político de que dispunham ganhou sensível realce. Na medida em que tal liberdade lhes foi concedida, movimentos reivindicatórios, de toda natureza, começaram a ser deflagrados e "impulsionam o desenvolvimento de organizações sindicais horizontais, "paralelas" e ilegais[10] (as centrais sindicais) "(SAES, 1996, p. 461). O pior, para o mal-estar da classe dirigente, estavam sendo tratados com condescendência por Vargas que, por sua vez, sinalizava com o acatamento desta ou daquela aspiração, o que não deixava de ser um incentivo concreto para que tais movimentos fossem encampados ao jogo político, transformassem-se em mais uma prática corriqueira dentro dele. Almeida Júnior (1996, p. 252) expressa com a devida ênfase o impacto que a ofensiva das classes populares teria causado aos olhos da elite: "o nó górdio da questão se centrava ainda mais no âmbito da participação política das massas e na disposição da burguesia de não ceder diante das reivindicações cada vez mais ativas da classe operária". Quando Jango assumir o Ministério do Trabalho, ver-se-á que esse temor atinge o paroxismo.

Em junho de 1953, em meio a uma conjuntura - interpretada pelos mais alarmados como de desobediência civil – cravejada pelo ateamento simultâneo de paralisações de diversas categorias, um indício de que a classe trabalhadora atingira um nível de coesão e de capacidade de articulação inéditos, no bojo de uma reforma ministerial relativamente ampla, Vargas escolhe João Goulart para a Pasta do Trabalho, político cujas bases de apoio se assentavam no movimento sindical. Sob um ponto de vista, a estratégia do Presidente era correta, pois criava um canal de comunicação direta com esse emergente partícipe da

---

[10] Essas confrarias "clandestinas" proliferariam entre 1955 e 1964. Cada vez mais perdiam a timidez, seus protestos em defesa das categorias as quais se interligavam eram sensivelmente mais contundentes se comparadas aos seus correlatos oficiais. Com Goulart ganhariam ainda mais espaço e liberdade de participação em troca da pronta disponibilização de sua lepidez de mobilização a serviço das manobras políticas daquele. Foi assim em 1962, ocasião na qual Jango lutava pelo retorno do presidencialismo: lançou mão de seus bons contatos com o Comando Geral dos Trabalhadores – o CGT – para que, ao seu sinal, se convocasse uma greve cujo pleito principal era a antecipação do plebiscito.

intrincada disputa pelo poder. Um porto seguro onde poderia buscar escoramento, caso o arranjo de forças, do qual tradicionalmente extraia apoio, viesse a lhe faltar.

Por outro lado, o indicado, até por sua vinculação profunda a Vargas, somado ao mencionado trânsito junto às entidades de classe dos trabalhadores – tidos como abrigos de elementos comunistas e subversivos em geral –, "tinha o grave inconveniente de ser extremamente suspeito aos olhos da classe dominante e, de certos setores militares, sobretudo da "Cruzada Democrática"[11] (ALMEIDA JÚNIOR, p. 252).

Muito dessas suspeitas surgiram ainda enquanto Jango presidia o PTB nacional, em função do teor das críticas que dirigira ao também petebista Segadas Viana – de quem herdaria o cargo de Ministro do Trabalho –, nas quais dá mostras de que defende a consumação da tendência que se fazia sentir de forma cada vez mais acentuada, conforme o transcorrer do corrente mandato presidencial: acenar com a possibilidade de contemplação dos pleitos das classes populares. É, a partir daí, inclusive, que os opositores invertem o sentido do fluxo da ascendência que acreditavam haver na relação Vargas/Jango. Pouco antes da reforma ministerial, Getúlio faz um discurso polêmico, no qual coloca possibilidades dos trabalhadores progredirem. Goulart é visto como o grande inspirador de tais palavras. Setores que nutriam antipatia pelas ideias proferidas, reagem acusando o segundo de "peronista exaltado com influência sobre Vargas. Desde então, passou a ser alvo constante dos ataques da oposição, que se intensificaram quando os trabalhadores começaram a se mobilizar" (VILLA, 2003, p. 21).

O ambiente continua conturbado no 2º semestre de 1953. Jango vive sob uma saraivada de críticas da oposição e da imprensa que o culpam pela intensificação da escalada grevista. Parece, no entanto, não se intimidar e continua a fazer avançar a estratégia de afagar os segmentos subalternos da população: passa a advogar um aumento substancial do salário mínimo, sob a justificativa de que havia 10 anos não sofria qualquer reajuste e, tão grave quanto, fazia-se inadiável compensar a crescente inflação que acometia o preço dos produtos básicos. Para Almeida Junior (1996, p. 252)

---

[11]A "Cruzada Democrática" consista num grupo de militares de extrema direita, anticomunista e americanófilo que em oportunidade passada já demonstrara sua força a Vargas. No começo de seu mandato constitucional, a "Cruzada" já o constrangera acusando seu ministro da Guerra – Estillac Leal - a manter relações com os comunistas e de ter posições anti-americanas. A campanha contra ele chegou a tal ponto que, no inicio de 1952, renunciou ao cargo (ALMEIDA JUNIOR, 1996, p. 250).

> o aumento do salário mínimo aparecia como elemento chave dos debates políticos, uma vez que Getúlio e Jango tendiam a "cortejar" cada vez mais a classe trabalhadora como forma de contrabalançar eficazmente o peso cada vez maior dos ataques udenistas. Corria um boato de que Goulart reajustaria em 100% o salário mínimo. A reação foi imediata: os empresários acusaram-no de "fazer o jogo dos sindicatos" de sabotar o plano antiinflacionário de Oswaldo Aranha (Ministro da Fazenda) e a até mesmo de preparar o terreno para um novo golpe de estado getulista. (ALMEIDA JUNIOR, 1996, p. 252).

Causou antipatia, também, junto ao segmento militar. O descontentamento destes últimos foi claramente expresso pela divulgação do "Manifesto dos Coronéis", em 20 de fevereiro de 1954. Queixavam-se de que a majoração do mínimo quase equipararia os rendimentos de um major, que servia desinteressadamente à pátria, ao de um operário que trabalhava visando, tão somente, ao lucro pessoal. E manifestavam apreensão com aquilo que julgavam ser um perigoso flerte do governo com o comunismo. Segundo Skidmore (1975, pág. 165) a opinião expressa pela aludida iniciativa transcendia aos quartéis.

> Evidenciava também o descontentamento da classe média traduzido em vocabulário militar. Embora os oficiais expressassem seu receio pela perda de status, na linguagem específica da tradição militar brasileira, falavam, na verdade, por uma grande parte da classe média brasileira.

A supressão da divisão social do trabalho é um dos pilares das teses de orientação socialista, independentemente de tomarmos, por base, essa ou aquela variante do ideário, surgidas pela apropriação dos revolucionários que tentavam aplicá-la. Proposital ou não, a proposta de duplicação do piso salarial reclamada por Goulart e, em vias de ser oficializada, aparentemente, ganhou a conotação de aplicação prática de uma das premissas mais elementares do sistema político-administrativo idealizado por Karl Marx.

No começo de 1954, Jango confirma os boatos e propõe a ampliação do salário mínimo em 100%. Vai além, defende o congelamento dos preços das mercadorias indispensáveis à manutenção de condições de subsistência minimamente dignas, e a revisão dos preços praticados para torná-los acessíveis a todas as faixas salariais. E sugere a fiscalização de tal medida pelos próprios trabalhadores através dos sindicatos. As reações foram violentas. Imprensa e oposição qualificaram a proposta de mais uma etapa do golpe de "Estado Varguista" em curso (VILLA, 2003, p. 24).

Mormente, a UDN reacendeu, então, a velha cantilena de que Getúlio pretendia não apenas dar um golpe como queria criar no país uma "república sindicalista" – acusação que

seria imputada a Jango[12]. Algumas frações da sociedade civil aderiram à onda de protestos: a grita da burguesia e da classe alta foi ampla, encorajada pelo tom do "Manifesto dos Coronéis". Vargas então o substitui por Hugo Farias (ALMEIDA JÚNIOR, 1996, p. 253).

A pragmática opção pela dispensa de Jango não melhoraria o quadro. Com sua base de apoio congressual esfacelada e, sob pressão do burburinho cada vez mais barulhento que pedia sua cabeça, "faz um dramático apelo pedindo o apoio da classe operária afirmando que se naquela hora eles estavam com o governo, no futuro seriam o governo. E anunciou que o aumento do salário mínimo seria de 100%, conforme a proposta do ex-ministro do trabalho" (ALMEIDA JUNIOR, 1996, p. 254).

A medida não surte o efeito desejado. As vozes que ela traz em defesa do Presidente não são suficientes para se sobrepor à fragorosa cacofonia daqueles que almejavam derrubá-lo. A investigação do atentado da Rua Toneleros, que vitimara um Major da Aeronáutica e ferira Carlos Lacerda, açula o clima convulsivo, cultivado para desestabilizar a administração federal. As evidências cada vez mais apontam para Gregório Fortunato, o homem de confiança do Vargas, o que lhe trazia implicações óbvias. Restava-lhe uma última e drástica cartada, cujo estrondo ensurdecedor, curto – o do disparo de um revólver –, esta sim, causaria o efeito desejado. É bem verdade que a um preço alto demais: a própria vida.

O episódio do suicídio traz uma significativa reverberação para a fração da imagem de Jango que remete à vivência com Vargas: a carta, na qual expõe as razões de se suicidar, é confiada a Goulart horas antes de sua consumação.

Após receber um telefonema, solicitando sua presença imediata ao Palácio do Catete, e de ser informado de que algo muito sério havia acontecido, Jango atina para o possível teor do envelope que Vargas havia lhe passado. Otero, (2001, p. 79), narra o episódio:

> Jango lembra-se, imediatamente, do que Getúlio lhe havia entregue, horas antes. Ansioso, abre o envelope e encontra, cuidadosamente dobrado, o original da carta.
>
> Uma indescritível emoção lhe invade o peito. Getúlio o havia escolhido como depositário do documento, na qual o velho líder esclarecia à Nação as razões de sua última determinação, de seu sacrifício supremo. Jamais esqueceria as frases principais daquela carta.

---

[12] Contextos políticos-sociais marcados pela radicalização de posições antagônicas costumam prestar-se ao aparecimento de "teorias da conspiração". Os detratores de Goulart costumavam compará-lo a Juan Perón, presidente da Argentina, em face das semelhanças da pregação de ambos, dirigidas que eram aos trabalhadores. Marco Antonio Villa (2003, p. 19) narra um episódio no qual "Getulio Vargas confia a Jango uma viagem de cunho diplomático para resolver pendenga na importação de carne e trigo da Argentina". Normalmente visitas como essa são delegadas a burocratas de 2º ou 3º escalão. A predileção por Goulart, que ainda nem fazia parte das fileiras governamentais, pode ter aguçado a criatividade daqueles que propalavam tal vinculação.

A comoção tomou de assalto a população que, de bate-pronto, identificou como culpados exatamente aqueles que se preparavam para pilhar a "cadeira" e a "faixa" que a morte de Vargas deixara vagas. Estes foram obrigados a diminuírem o tom de seus brados. Embora continuassem pleiteando o poder à revelia das instituições democráticas, o receio da reação popular intimidou suas intenções golpistas, fazendo-as menos ávidas, mais discretas. E, se não as extinguiu por completo, teve o mérito de cooperar com seu adiamento por no mínimo dez anos.

O ódio, devotado ao ex-ministro, não havia sido despertado somente porque brandia bandeiras de causas que interessavam às populações urbanas. Ele também fustiga outras feridas não menos doloridas da realidade do Brasil, com grande potencial para exasperar ainda mais os elementos conservadores que, desde sua indicação, relutaram em aceitá-lo. Enquanto capitaneava a Pasta, incentivou o surgimento de sindicatos rurais. Travava-se de tentar viabilizar um velho desejo de Vargas[13], qual seja, estender os direitos trabalhistas ao camponês. Conforme esclarece Aspásia de Alcântara Camargo (1996, p. 148),

> a medida, já prevista pela Consolidação das Leis do Trabalho e compatível com os ternos da Constituição de 1946, havia sido até então politicamente entravada. E continuará a sê-lo, ainda por algum tempo, tendo em vista as fortes pressões da Confederação Rural Brasileira (espécie de UDR da época) sobre o Ministério [...] e que contribui, sem dúvida, juntamente com a pressão militar, para a demissão de Goulart.

Essa breve experiência ocupando um cargo de primeiro escalão foi um divisor de águas na vida de João Goulart. Catapultou uma carreira sem grande visibilidade, muito mais centrada nos trabalhos de costuras e arranjos de bastidores, para o seleto time de nomes que compunham a elite da classe política nacional. Para o bem e ou para o mal, sua imagem pública estaria, inextricavelmente, atrelada aos embates que protagonizou enquanto membro da equipe encabeçada por seu Padrinho. Deriva do julgamento que o país fez de seu desempenho e atos, tanto a simpatia que teria cativado uma parcela do eleitorado – para quem era portador de atributos, tais como reformador, defensor dos trabalhadores e de causas sociais, patriota/nacionalista, sucessor de Vargas que, conforme veremos, permeariam a retórica de suas investidas propagandísticas – quanto à desconfiança criada em torno de sua

[13] Na Campanha Presidencial, Vargas acena com a criação de uma Lei Agrária que ponha fim ao latifúndio improdutivo, submeta a propriedade da terra ao bem-estar e ao progresso do país e melhore as condições de vida do lavrador. Reitera, em seu discurso de 1º de maio de 1951, realizado em São Paulo, sua preocupação com o povo que vive da lavoura, ensejo no qual exibe "seu empenho pela legislação trabalhista ao campo" (CAMARGO, 1996, p. 147).

figura. Fortaleceram-se, junto às camadas da população que lhe eram infensas, as suspeitas que lhe rendaram a imputação da fama de comunista.

A vinculação de Jango com os acontecimentos que agitaram o Brasil, entre 1953 e 1955, continuam ecoando nos desdobramentos futuros da práxis de se sua militância. A esse respeito, Leôncio Martins Rodrigues (1996, p. 541) pondera que "no início década de 60, o acirramento dos conflitos e radicalização observadas especialmente a partir da ascensão de Goulart à Presidência, são a continuação do processo desencadeado com o suicídio de Vargas".

Por outro lado, conforme salienta Villa (2004, p. 28), em 1955,

> o PTB não tinha nenhuma liderança nacional: o comando do Ministério do Trabalho, a defesa da duplicação do salário mínimo, e a participação nos acontecimentos de 24 de agosto de 1954, acabaram legando a Jango a liderança do PTB.

4.1.1 Síntese

Nesta primeira fase da empreitada de Goulart, ao menos três elementos – um ligado à sua trajetória pessoal e dois referentes ao contexto histórico mais amplo – impõem-se como obrigatórios para nortear estratégias simbólicas: respectivamente, a sua ligação umbilical a Vargas, a crise no núcleo mais central do poder e a "intromissão", cada vez mais acentuada, das camadas populares nas instâncias decisórias nacionais. Considerando que estes elementos são os mais pungentes deste recorte histórico, e, seguindo a orientação teórica, segundo a qual há uma dialética entre estratégias propagandísticas e contexto histórico, veremos a seguir como Goulart os maneja em favor da construção de sua imagem.

4.2 A conquista da base de apoio; as primeiras experiências persuasivas

Goulart foi escolhido por Vargas para desempenhar a função de interlocutor, de elo com a classe trabalhadora. O nível de organização, o potencial eleitoral e a força política da referida classe, num primeiro momento, salvaguardaria – acreditava-se – a governabilidade do então mandatário, que encontrava dificuldades de compor uma base de apoio nas duas Câmaras, dando-lhe legitimidade e, portanto, uma carta na manga para conseguir levar adiante

seus projetos. E, ao mesmo tempo, daria visibilidade ao Partido Trabalhista Brasileiro, fundado com o intuito justamente de canalizar o ímpeto desse movimento massivo.

O PTB apostou numa tendência que dava sinais cada vez mais evidentes de que se consumaria e se tornaria prática corriqueira na democracia brasileira: a tendência, segundo a qual as classes populares avançavam na direção de uma mobilização consciente e irreversível com cada vez mais poder de intervenção em questões antes restritas aos pequenos grupos de interesse, que faziam da política um trampolim para a viabilização de suas ambições. Havia indícios inequívocos de que o até então abstrato "povo" vinha construindo "pontes" com vistas a fazer suas demandas entrarem nas pautas de discussões.

É aí que entra em cena Goulart. Ele é a ponta de lança da estratégia de se fortalecer a identificação entre Vargas e seu partido com os trabalhadores. Ao escolhê-lo, naturalmente, faz de Goulart o seu sucessor, passa-lhe o bastão, coloca-o numa posição privilegiada para que todas as medidas impactantes que irá tomar sejam associadas, ou personificadas, na figura do "pupilo", assim como a efígie de Vargas é o signo de todas as supostas benfeitorias a ele atribuídas. Portanto, se a estratégia era forjar a identificação de Vargas e do PTB à classe trabalhadora e, com isso, auferir dividendos político-eleitorais, não se pode perder de vista que o maior beneficiado seria o protagonista da empreitada, ou seja, Jango.

Já é possível em 1950, pelo menos três anos antes de Goulart assumir o Ministério do Trabalho, entrever alguns dos elementos constitutivos que se fariam presentes, quando das suas investidas propagandísticas. Jango é o responsável pelo discurso no qual se anuncia a candidatura de Vargas à próxima eleição para presidente, proferido no dia 19 de abril de 1950. Nele, divisam-se público-alvo, os trabalhadores, e palavras de efeito que serão recorrentes no seu repertório.

> Uma chuva viva palpitava dentro de nossos corações e no horizonte divisávamos o vulto do nosso objetivo. Qual era essa chama, perguntareis? Eu vos respondo: a chama de um mundo melhor para os pequenos e para os desamparados, onde houvesse mais justiça social [...]. A chama do trabalhismo pregando o justicialismo e almejando um Brasil onde os trabalhadores também tivessem a oportunidade de viver como criaturas humanas [...]. Um Brasil que não pertencesse somente aos poderosos [...] Um Brasil dos pobres e dos ricos (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 38-39).

O ponto de inflexão decisivo, no qual se pode situar o princípio da ofensiva propagandística de Jango, ocorreu quando da sua investidura no posto de comando supremo do PTB, em 1952. Como presidente do partido, passou a ter acesso privilegiado à nata do movimento sindical e

das demais lideranças da classe trabalhadora. Introduzido neste círculo, tratou de por em prática a campanha por meio da qual tentaria ganhar popularidade e forjar uma base de apoio que legitimasse suas pretensões político-eleitorais.

> Dava-se inicio a um processo de aproximação com variados setores do movimento sindical, visando garantir maior apoio ao presidente da República. Uma estratégia bem-sucedida, que resultou tanto na recuperação do prestígio de Vargas junto aos sindicalistas, quanto na popularização do nome de Goulart, nesse caso, antes mesmo de se tornar um líder partidário nacionalmente conhecido (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 46).

Nesta fase, já é possível enquadrar suas estratégias e táticas no que Tchakhotine (1967, p. 353) define como racio-propaganda, que, por meio de encontros, reuniões e debates, procura promover a adesão do público pela enumeração de vantagens reais que adviriam, caso a doutrina defendida viesse a predominar.

Os gestos e atitudes de Jango vão nessa referida direção. Sua pregação e atuação davam mostras de que ele seria um instrumento da classe trabalhadora para que a mesma conseguisse materializar suas aspirações. Sua acessibilidade e disponibilidade em ouvir e negociar, o esforço por chegar a acordos que tentavam preservar a integralidade dos termos propostos pelos trabalhadores, não passavam despercebidos. A intenção era fazer crer que haveria uma contrapartida concreta ao apoio que lhe fosse franqueado. Ou seja, havia uma base racional nas investidas propagandísticas de Goulart.

Em depoimento, José de Segadas Vianna [14]– que viria a ser substituído por Jango à frente do Ministério do Trabalho – lembra que seu sucessor, mesmo não ocupando formalmente qualquer cargo no governo federal, dava expediente no Palácio do Catete. Recebia lideranças da classe trabalhadora e tinha poder para costurar acordos e resolver pendências com os patrões à revelia do então ministro.

> Tinha sala lá, recebia dirigentes sindicais, essa coisa toda. Era uma espécie de porta-voz, de intermediário dos sindicalistas, dos anseios deles, junto ao presidente Vargas (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 54).

Desautorizado e desprestigiado, Segadas Vianna se torna demissionário, abrindo o caminho para que Jango se alojasse no escalão de maior visibilidade da administração federal

[14] José de Segadas Vianna foi deputado federal por três mandatos e ministro do Trabalho no governo Vargas. Este depoimento foi retirado de entrevista concedida a Angela de Castro Gomes, Valentina da Rocha Lima e Plínio de Abreu Ramos em 08/06/1983 (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 266).

e capitaneasse a Pasta que lhe propiciaria levar às últimas conseqüências a construção da imagem de paladino dos trabalhadores. A publicidade das medidas adotadas à frente do Ministério repercutiriam nacionalmente, estampariam as primeiras páginas dos jornais e se tornariam objeto de análise da crônica especializada da época. Diferente do tipo de exposição que experimentara até então, mais restrita à cúpula do movimento sindical, a partir daquele momento, adicionaria-se à comunicação em dois tempos, que os líderes promoviam junto às categorias proletárias que representavam, a oportunidade de estabelecer contato direto com a massa de representados. Era a chance de corroborar junto à opinião pública em geral, pela via da comunicação de massa, as boas impressões que corriam, de boca em boca, dentro das agremiações de trabalhadores e que somente depois ganhavam o público em geral.

> À frente da pasta do Trabalho, Goulart tomou iniciativas verdadeiramente impactantes para a época, inaugurando um novo estilo de relação entre ministério e sindicato, contribuindo para aproximar ainda mais o PTB do movimento sindical. Sua estréia no ministério foi a negociação, com empresários e marítimos, do fim da greve. Afastando-se dos métodos repressivos comuns até então, e optando pela construção de um acordo entre as partes, algo até então inédito, Jango conseguiu rapidamente encerrar o impasse que se criara. A partir daí, e durante toda sua gestão, a solução para as greves de trabalhadores privilegiava a mesa de negociação, com a intermediação muitas vezes direta do próprio ministro (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 47-48).

Como vimos, o matiz persuasivo utilizado por Jango primava pelo teor racional. Procurava cooptar prosélitos, argumentando que os mesmos seriam beneficiados concretamente. Embora subsista na estratégia uma preocupação de curto-prazo – revitalizar a relação entre trabalhadores urbanos e Getúlio Vargas – a que mais chama a atenção era a perspectiva de forjar, a longo prazo, um bloco compacto e consistente de apoio popular, para ser explorado em oportunidades vindouras. No que concerne à sua imagem, Jango não pensava em tirar proveito imediato da boa acolhida que suas iniciativas tinham por parte da população. Não mirava, necessariamente, a eleição mais próxima nem garantir sobrevida maior para os cargos que ocupava ou, eventualmente, viria a ocupar – como a rápida, mas marcante, passagem que teria pelo Ministério do Trabalho. Hercules Correia[15], que vivenciou de "dentro" essa fase da história do país, em depoimento, ratifica a percepção de que Jango projetava o longo prazo.

---

[15] Sindicalista, tornou-se membro do Partido Comunista Brasileiro em 1944. Em 1961 foi membro da Assembléia Constituinte da Guanabara, entre outros cargos. O trecho faz parte do depoimento concedido a Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes em 26/07/2004 (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 264).

> Jango, sem dúvida nenhuma, estava construindo uma liderança pessoal e política em aliança com o movimento sindical. Todo mundo que faz aliança tem algum objetivo. Jango queria ser presidente da república. E ia se apoiar em quem, nos militares?(GOMES; FERREIRA, 2007, p. 107).

Pode-se interpretar a experiência de Goulart Ministro do Trabalho como mais uma tentativa de reforçar a imagem de defensor incondicional da classe trabalhadora. Sua acessibilidade a essa classe e, alguns dos seus gestos, atestam tal pretensão. Os esforços de Jango se concentravam na criação e acumulação daquilo que Domenach chama de substrato. No esclarecimento da sua "Lei da Transfusão", ensina que "a propaganda age sobre um substrato pré-existente" (Domenach, 1963, p. 68). Até encerrar sua participação no governo Vargas, sob o ponto de vista persuasivo-propagandístico, Jango não fez outra coisa, senão preparar o terreno para que, no tempo certo, quando se lançasse numa disputa eleitoral, tivesse uma história pregressa que servisse de lastro para as promessas e propostas entoadas na retórica que utilizaria, avalizando-as, atestando-as.

> Em curto espaço de tempo, portanto, Goulart impôs sua liderança ao PTB e se aproximou dos sindicatos e das esquerdas, particularmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB). No ministério, ao mesmo tempo em que atuava como mediador nos conflitos entre empregados e empregadores, apoiava e incentivava a mobilização reivindicatória dos trabalhadores, o que aumentava seu prestígio e divulgava seu nome (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 49).

Conforme apregoa Domenach, ainda na "Lei da Transfusão", é sempre muito mais eficaz e fácil trazer à tona um sentimento ou percepção que já existem, mesmo que em estado de latência, e a eles adaptar o discurso, do que submeter à apreciação dos indivíduos um conjunto de proposições que não encontram liames com o universo cognitivo dos mesmos. Atento ao funcionamento de tal mecanismo, bem como as facilidades e vantagens, que seu correto manejo lhe trariam, Jango tratou de criar uma aura mística em torno de si nessa fase incipiente de sua trajetória política. Deve-se, portanto, acoplar à já mencionada racio-propaganda, a aplicação dos termos propostos na "Lei da Transfusão" para, assim, vislumbrar-se o arcabouço norteador das investidas propagandísticas de Goulart.

> (A experiência ministerial de Jango) é, efetivamente, a base de apoio do processo de produção da imagem desse político para ele mesmo, para seus contemporâneos e para as construções históricas e memorialistas que o tomam como figura central. Portanto, é importante destacar que essa imagem está profundamente marcada pela adesão a valores considerados, no mínimo, muito inovadores e polêmicos. Ou seja, dependendo de quem esteja avaliando, ela pode ser conotada como altamente positiva ou perigosamente negativa (GOMES, 2006, p. 32-33).

Jango articulou e orquestrou a referida estratégia com tanta habilidade que, até os dias atuais, seu nome está inseparavelmente ligado à luta pelos direitos trabalhistas. Uma breve consulta aos *sites,* do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT), é o suficiente para que se tenha a exata noção de quão sedimentada se tornou essa couraça simbólica em torno da sua faceta pública. As duas agremiações reivindicam para si o direito de uso sobre a imagem de Goulart, pois encontram, na sua figura, o antecedente histórico por meio do qual buscam legitimar o discurso de que, desde cedo, estavam engajados nas lutas sociais.

Um outro aspecto, ou efeito colateral do viés discursivo adotado, foi a animosidade causada junto aos seus adversários, que manifestavam reações diametralmente opostas à empolgação demonstrada por seus apoiadores. A pouco usual informalidade para com a observação dos protocolos, tradicionalmente presentes nos cargos de alta patente, aguçou a já fértil inclinação idiossincrática da oposição em fazer ilações acerca das verdadeiras intenções de Goulart. Se a passagem pelo Ministério do Trabalho sacramentou sua aliança com o proletariado, catapultando-lhe a carreira de modo a abrir um leque amplo de possibilidades, no cenário político nacional, seu *modos operandi* se converteria na inspiração predileta de toda contrapropaganda que o acompanharia até o golpe em 1964.

A acusação de que insuflava indisposições entre comandantes e subordinados, Estado e sociedade civil, altas e baixas patentes, trabalhadores e patrões, remete justamente ao desinteresse de Goulart em fazer valer a verticalidade da hierarquia que, no seu ponto de vista, criava um abismo que o separava do segmento social, sobre o qual sua atuação como ministro deveria recair. Conforme descia os degraus hierárquicos, levando adiante sua estratégia propagandísitica, mais se aproximava da população, horizontalizando sua relação com esta. Consequentemente, mais coléricas se tornavam as acusações desferidas pelos críticos que viam, na sua atitude, uma perigosa abertura de precedente, que poderia encorajar os atores sociais a subverterem os papéis – há muito tempo cristalizados – que lhe cabiam dentro da ordem social.

> A entrada de Jango em cena, desde sua ação inicial para encerrar a greve dos marítimos, bem como sua disponibilidade de tempo, ou seja, suas prioridades políticas alteraram radicalmente esse sólido cerimonial, indicador e fortalecedor de “lugares” bem estabelecidos e de hierarquias controladas e mantidas como símbolos de autoridade e poder (GOMES, 2006, p. 47).

Em última análise, refletiam os críticos, se nada fosse feito, o quadro se degradaria a ponto de o *status quo* implodir e se assistir a perpetração de uma revolução, na qual o "povo" deixaria de ser meramente "povo" e se transformaria em Estado. Em outras palavras, testemunhava-se e, de forma impassível, o prelúdio da "revolução socialista" no Brasil. Estes eram os apelos que imbuíam a contrapropaganda patrocinada pelas forças hostis a Jango e, por meio dos quais, tentava-se conter o avanço do seu prestígio.

> Constituindo-se em um projeto arquitetado desde a posse, as medidas que Jango implementou no ministério foram vivenciadas por seus colaboradores, por líderes sindicais e trabalhadores e, mais ainda, pelos empresários e políticos de oposição ao governo como uma autêntica "revolução" de práticas políticas, com conseqüências meio imprevisíveis (GOMES, 2006, p. 46).

Como vimos, no tópico anterior, dedicado ao levantamento histórico, a classe dominante, que era palco de uma disputa intestina – elite agroexportadora contra burguesia industrial, gerando crise no âmago do poder –, em estado de alerta com o que parecia ser a aposta do governo como medida solucionadora para a referida crise – patrocinar emergência das classes populares – iniciou definitivamente um movimento para apaziguar as rivalidades internas, depois que Jango, e suas pouco ortodoxas concepções de gestão da máquina pública, passaram a integrar o corpo ministerial de Vargas. Uma vez unida por ocasião daquilo que vislumbrava ser uma ameaça ao pacto, por meio do qual se distribuíam as fatias de poder, passou a concentrar, de forma sistemática, seus ataques contra o governo.

É se empenhando em refutar os ataques que sofria dos estratos conservadores da sociedade que fica patente a dialética "comunicação persuasiva x contexto histórico" e, sobretudo, o forte componente propagandístico presente em suas ações e gestos à frente do Ministério do Trabalho. Em discurso proferido no dia 20 de agosto de 1953, em São Paulo, Goulart explora a popularidade e credibilidade que vinha acumulando. Selecionamos dois fragmentos de especial importância para se demonstrar tal exploração.

> Não ignoram os trabalhadores de São Paulo e do Brasil inteiro que, à frente do Ministério do Trabalho, venho envidando todos os esforços ao meu alcance no sentido de propiciar ao operário nacional um tratamento mais digno, mais humano e mais condizente com o espírito cristão de nosso povo. Esse meu propósito, todavia, apesar de exposto e defendido às claras, além de inspirado no mais sadio patriotismo, vem sendo infelizmente combatido a ferro e fogo por conhecidas correntes da oposição, cujos interesses se alimentam, via de regra, no infortúnio e no sacrifício popular.[...]
>
> E ao finalizar, conclamo mais uma vez os trabalhadores paulistas – esses denotados pioneiros do movimento de emancipação do povo brasileiro – a cerrar fileiras em torno dos seus sindicatos, que são órgãos legítimos de

> expressão de sua vontade e de defesa dos seus interesses profissionais e econômicos. [...] À valorosa gente de São Paulo e especialmente aos trabalhadores, renova aqui a certeza da minha incondicional solidariedade como ministro e cidadão, e os meus mais ardentes votos para que juntos continuemos nossa gloriosa caminhada pela conquista de melhores dias para o povo brasileiro (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 55-56).

É possível interpretar o conteúdo acima de modo a tirar ao menos duas conclusões: 1) desconstruir as acusações que se lhe dirigiam insinuando estarem seus agressores preocupados em perder os privilégios mantidos graças a um sistema de distribuição de riqueza injusto; e 2) converter a insatisfação dos setores reacionários em fator catalisador para o aumento da coesão da classe trabalhadora bem como estimular sua cumplicidade para com o projeto do governo – o que acentuava a clivagem entre as classes, majorando o estado de beligerância entre elas, pois insinuava ser a elite um obstáculo à concessão de direitos básicos, que tornariam acessíveis a um número muito maior de famílias a ascensão a patamares de vida mais dignos.

Mas, fica a pergunta: na prática, como funcionava essa aproximação que causou tanto celeuma, quais os procedimentos que Jango adotou e que fizeram sua fama de homem público simples e acessível? Villa (2004, p. 23) traz informações importantes no que concerne a essa questão.

> Jango implanta uma nova forma de trabalho. [...] Passa a conceder audiências públicas uma vez por semana, recebendo centenas de trabalhadores e dirigentes sindicais. Qualquer sujeito que queria falar com Jango ia ao hotel Regente e falava. As audiências começavam as quatro horas da tarde e acabavam uma hora da manhã. [...] O ministro comparecia as festas dos sindicatos, visitava suas sedes, conversava com seus líderes, participava de churrascos e piqueniques, sempre mantendo a informalidade e atendendo aos pedidos.

Como se vê, Jango abandona o gabinete, não se limita a cumprir as atribuições burocráticas, administrativas e estratégicas que a função impõe. Faz o trabalho que, normalmente, fica sob a responsabilidade de escalões inferiores. Não fica no aguardo, portanto, de que se chegue até seu conhecimento, depois do cumprimento de uma longa liturgia pelas instâncias intermediárias, e por meio da frieza do papel e da linguagem institucionalizada ascética, os reclamos dos trabalhadores, as notícias sobre o calor do enfrentamento entre patrões e empregados, as divergências que atravancam a pauta e impediam a celebração de um acordo. Essa acessibilidade não ficava circunscrita ao segmento social no qual deveria concentrar sua atuação como Ministro. Mostrava-se solícito a pedidos provenientes de segmentos sociais não diretamente envolvidos com questões trabalhistas.

Confraternizava-se com a população em ambientes informais, compartilhando, com a mesma, seus momentos de lazer.

> Muito comuns, por exemplo, eram os convites que dirigentes sindicais e moradores de bairros dos subúrbios faziam ao ministro para um churrasco ou um almoço de fim de semana para discutir problemas e formular pedidos. Interessava a Jango tal tipo de compromisso, que, ao mesmo tempo, prestigiava o movimento sindical e aproximava o governo e o PTB da população e dos trabalhadores (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 50).

Tais iniciativas estavam investidas de grande força simbólica. Jango continuava fazendo aquilo que os políticos empreendiam somente no tempo de duração da campanha eleitoral. Dito de outra maneira, Jango estava sempre em campanha. De qualquer modo, ao quebrar a máxima de que políticos só se misturam com a população antes das eleições, caiu nas graças de boa parte do eleitorado, por ser uma exceção positiva de uma regra negativa. Colhia para si, então, todos os louros advindos da surpresa que tal artifício representava à época.

A simpatia que Jango despertava apontava, ainda, para pelo menos um expediente dotado de grande força simbólica: à acessibilidade e ao igualitarismo com que tentava cativar suas bases, soma-se uma atitude de empatia para com as dificuldades e problemas concretos, cotidianos das famílias mais carentes. Nos seus discursos, depoimentos e entrevistas, deixava de lado as generalidades e "clichês", com os quais, normalmente, os governantes tergiversavam sobre as privações sofridas pelos integrantes da parte mais graúda da pirâmide social, ou seja, os brasileiros mais pobres. Ao contrário, dava mostras de estar interado e atento a essa dura realidade.

Aos olhos do observador externo, tal conhecimento profundo só poderia conotar a idéia de que Jango realmente se preocupava com a condição dessa camada da sociedade, de que devotava seu tempo ao estudo e compreensão dessas mazelas. Ainda no discurso do dia 20 de agosto de 1953, no qual Jango dá satisfações aos trabalhadores de São Paulo, percebe-se, de forma bem clara, os contornos de mais esse estratagema persuasivo do seu repertório. Na primeira parte do excerto abaixo, Jango ratifica um tema recorrente de sua retórica – a ganância das classes abastadas –, para, em seguida, destilar palavras que seriam ouvidas como música pela maioria da população brasileira. Defende que o problema do contraste social precisa ser alvo de discussão séria. E, mostrando coerência com a postura reivindicada, detalha a remuneração, bruta e liquida, de boa parte dos assalariados brasileiros,

solidarizando-se com estes, ao se indignar com a situação de quase miséria, as quais estavam submetidos.

> O problema das grandes multidões, hoje em dia, precisa ser examinado sob novos ângulos, sob pena de amargas e talvez irremediáveis surpresas no futuro. Não é admissível que enquanto alguns se afogam em lucros extraordinários, existam ainda trabalhadores percebendo salários mensais de 500 cruzeiros, que com descontos às vezes se reduzem a 300, como ocorre, por exemplo, na capital do Rio Grande do Norte. [...] Ora, esses trabalhadores, chefes de família que são, desejam também, senão para si próprios, ao menos para os seus, um mínimo de conforto e decência que a qualquer cidadão é lícito aspirar (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 55-56).

Dressel (1996) conta-nos uma passagem exemplar em relação a essa tática: grande parte da população, sobretudo no interior, utilizava um sistema arcaico de registro em cadernetas, denominado "caderno de vendas", para o consumo de víveres. O indivíduo procurava a mercearia próxima de sua casa e comprava fiado. Quando do recebimento do salário, o comerciante pegava para si os valores anotados nas tais cadernetas e o que sobrava – quando sobrava – era repassado a quem de direito. Munido de dois "exemplares", um de trabalhador do Rio de Janeiro e outro de um trabalhador de Santos-SP, Jango passou a advogar, em vista da crescente inflação que acometia o preço dos produtos básicos, conforme denunciava a variação, contida no interior das cadernetas, uma correção de 100% no salário mínimo. O cuidado de analisar a caderneta e nela justificar algo que, normalmente, é desejo ávido, aumento salarial, elevou a níveis estratosféricos a popularidade de Goulart, que já vinha em curva ascendente desde que assumira a Pasta do Trabalho.

> Por conseguinte, em janeiro de 1954 e como tema de um novo aumento de salário mínimo em pauta, Jango teve uma imagem amplamente difundida, discutida e dividida. Ele era tanto o político que recebia e ouvia os trabalhadores informalmente, articulando a resolução de conflitos antes da eclosão das greves, [...]; quanto o político perigosamente envolvido com os comunistas, que estimulava a agitação social e propunha um aumento irresponsável do salário mínimo (GOMES, 2006, p. 51).

Numa leitura precipitada, poderia-se concluir que a experiência "janguista", embora, em alguma medida, vitoriosa no que tange à reaproximação do governo com os sindicatos, teria trazido, em igual intensidade, embaraços que poderiam comprometer o prosseguimento do mandato presidencial. De fato, aquilo que se pode chamar de "clímax", a proposição de um reajuste do salário mínimo em 100%, exasperou a oposição, a tal ponto, que não restou

alternativa, senão a demissão. Na realidade, Jango cumprira a incumbência que lhe havia sido confiada, quando ingressou no primeiro escalão do governo.

> A demissão ocorreu em 22 de fevereiro de 1954. Centenas de telegramas e manifestos de sindicalistas chegaram ao Ministério do Trabalho, exigindo a permanência do ministro. Ficou então patente que o prestígio de João Goulart entre os trabalhadores e o movimento sindical era enorme naquele momento (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 51).

O próprio Vargas já constatara a popularidade de seu ungido. Gomes (2006, p. 42) afirma que o presidente infiltrara "agentes de informação" junto ao movimento sindical, principalmente, quando ocorriam as mobilizações massivas, que abordavam os participantes para aferir a receptividade ao trabalho desenvolvido por Goulart.

> Por isso, uma das perguntas da enquete era, justamente como Jango estava sendo avaliado naquele momento. As respostas eram unânimes, sendo o novo ministro recebido "com alegria e a certeza de que iria compreender" as justas demandas dos trabalhadores.

É no mínimo ingênuo creditar exclusivamente a Goulart a autoria de medidas de maior repercussão. Se as mesmas não eram idealizadas pelo próprio Vargas, no mínimo, contavam com sua conivência. O excesso de reações adversas que tal estratégia ao final ocasionaria, não devem ser creditadas ao seu executor. Jango havia feito sua parte. Sua gestão adiara o esgotamento da precária governabilidade que manietava Vargas. Ao contrário, cativara, de maneira fulminante, o segmento popular mais influente e organizado, compatibilizando-o com o governo. Não obstante o tenha fortalecido em alguma medida, tudo faz supor que tal impulso não foi suficientemente vigoroso para resgatá-lo do cerco paralisante do qual era refém.

Linhas acima, chamávamos a atenção para a estratégia de duplo alcance a ser conduzida por Goulart. No curto-prazo, ela não atingiu completamente seus objetivos. Já, no longo-prazo, embora a ambivalência produzida pela polarização radical acumulada, nos dias em que ostentou o "status" de ministro, tenha se manifestado pelo resto de sua vida, logrou forjar uma imagem que o credenciava a concorrer como cabeça de chapa em eleições de âmbito nacional ou negociar termos vantajosos para ele próprio e ou seu partido na formação de alianças.

> Nesse sentido, os oito meses de Ministério do Trabalho de João Goulart podem e devem ser considerados um "acontecimento biográfico", fundador da trajetória desse político, num duplo sentido. Primeiro, pelas marcas que tal experiência produziu na construção de sua imagem para si mesmo e para seus aliados mais próximos, destacando-se os membros de seu partido, o PTB. Uma imagem de político nacionalista e reformista, que estava disposto a pagar um alto preço para se posicionar ao lado dos trabalhadores – urbanos e rurais – ou, em suas próprias palavras, para sustentar uma postura de "fidelidade à sua consciência". Segundo, pelos desdobramentos que essa imagem provocou na movimentação de seus opositores, [...], e que, desde 1954, podiam ser facilmente identificados como integrando um grupo de políticos civis, particularmente da União Democrática Nacional (UDN), de expressivos setores militares e de fortes grupos empresariais. (GOMES, 2006, p. 32-33).

Para corroborar a hipótese, aqui levantada, no que respeita à contundência da vertente propagandística contida na política encetada por Goulart enquanto membro da cúpula do governo de Vargas, segue fragmento do depoimento de Euzébio Martins da Rocha Filho[16] – registrada em Gomes; Ferreira (2007, p. 77) – no qual tece comentários sobre o impacto simbólico tanto da demissão por querer dobrar o valor do salário mínimo, o que lhe rendeu ares de mártir, quanto do suicídio de Vargas e seu gesto derradeiro de fazer de Jango o depositário da sua carta-testamento, fato que sacramentaria a transferência de sua herança de homem público ao portador do "documento".

> Jango se tornou extremamente popular, principalmente no momento em que o Dr. Getúlio foi obrigado a afastá-lo do Ministério do Trabalho, na crise do salário mínimo, quando, com a anuência do presidente, propôs um aumento de 100%. [...] Além disso, o Getúlio Vargas entregou sua carta testamento exatamente a João Goulart. Ora, João Goulart era um homem que tinha sensibilizado as classes trabalhadoras. Ninguém tem dúvida. Vejam a votação que o João Goulart teve como vice-presidente da República! Foi uma votação que revelava um estado de espírito histórico indiscutível. O povo votou exatamente em quem? Naquele para quem Getúlio Vargas entregou a sua carta testamento.

Sob o ponto de vista imagético, o saldo de Goulart acusava ao menos dois grandes motes: legatário de Vargas e defensor da classe trabalhadora. O calendário eleitoral do atribulado ano de 1954 previa uma eleição para o legislativo estadual e federal. Ainda sob o efeito dos dramáticos acontecimentos, há pouco transcorridos, reluta em aceitar indicação no partido para concorrer a uma cadeira no Senado pelo Estado do Rio Grande do Sul. Como

---

[16] Euzébio Martins da Rocha Filho foi deputado federal por São Paulo de 1946 a 1955 e depois em 1959, 1961-1962. Concedeu depoimento a Angela Castro Gomes, Plínio de Abreu Ramos e Maria Celina D´Araujo em 09/04/1984 (GOMES; Ferreira, 2007, p. 263).

principal quadro do PTB, sabia que sua recusa repercutiria, negativamente, no desempenho da legenda. Havia, ainda, um outro inconveniente: o postulante à segunda vaga de senador, Ruy Ramos, além de desconhecido, por parte do eleitor, era protestante.

> O diretório nacional do PTB sabia que Jango desejava ocupar-se unicamente de seus assuntos particulares. Ademais, o candidato ao Senado, no Rio Grande do Sul, Ruy Ranos, precisava do respaldo do "herdeiro de Getúlio", como o chamavam.
>
> Jango teve muitas oportunidades para salvaguardar sua responsabilidade partidária. A filiação religiosa de Ramos era um entrave insuperável. Cada igreja, cada paróquia se posicionava contra ele. Os sermões dos sacerdotes e as calúnias dos conservadores formavam uma sólida barreira (OTERO, 2001, p. 101).

Mesmo excluindo o nome de Ramos da maioria das peças publicitárias, a candidatura Jango naufraga. Ele não consegue se eleger senador. De qualquer modo, o desfecho da eleição é irrelevante. Perdendo ou ganhando, o que nos interessa é sondar suas estratégias propagandísticas. Otero (2001, p. 102) descreve um anúncio publicitário veiculado em jornal, cujo teor carrega um predomínio de referências a Getúlio Vargas, às frases encontradas na sua carta-testamento, uma delas como legenda de uma fotografia de Goulart. No final, conclama os trabalhadores a votarem em toda a chapa petebista. Fica clara a tentativa de se tirar vantagem da comoção causada pelo suicídio, transformando-o em propaganda. Se até então Jango empenhara-se em lançar mão da racio-propaganda, pelo menos nesta oportunidade, há um claro predomínio de apelos voltados para o desencadeamento de reações emocionais. Tenta-se manipular os sentimentos de ódio, direcionando-os para os adversários de modo a lhes conferir parcela de responsabilidade pela consumação da tragédia; e, ao mesmo tempo, manifesta indignação semelhante à demonstrada pelo povo, reforçando a ideia de que ambos, PTB e povo, batalham lado a lado empunhando a mesma bandeira. Trata-se de um típico caso de emprego da senso-propaganda (TCHAKHOTINE, 1967, p. 354).

> A publicação Folha Popular, editada em Livramento, mostra que o PTB confiava na imagem viva de Vargas para a vitória. [...] Na cabeça do anúncio, figurava, na edição de 2 de outubro de 1954, dia que antecedia as eleições, uma das frases mais importantes da carta-testamento de Getúlio: "À sanha dos meus inimigos, deixo o legado de minha morte. Levo o pesar de não ter podido fazer pelos humildes tudo aquilo que desejava". No miolo, ao lado do retrato de Jango, outro conceito de Vargas, do mesmo documento, junto a foto do líder morto: "Nada mais lhes posso oferecer a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço minha vida em holocausto". Entretanto, na peça

> publicitária central da publicação, o que se lê é: “Trabalhadores: vote nos candidatos do seu partido. Para senador, João Belchior Goulart; para deputado federal, Leonel Brizola; para deputado estadual, Daniel Ribeiro” (OTERO, 2001, p. 102).

No ano seguinte, haveria eleições para o cargo mais alto do executivo. Jango, por conta do capital político acumulado, na sua ruidosa passagem pelo governo Vargas, foi logo assediado pelo PSD para compor chapa como vice-presidente[17] numa aliança com o seu partido, o PTB. Além de carregar o “título” de legatário de Vargas, a imagem que construiu junto ao movimento sindical atrairiam sufrágios imprescindíveis para vencer a dura disputa que se travaria com a oposição. PTB e PSD foram ambos fundados por Vargas, apesar de programaticamente estarem distantes. O primeiro fincara sua base nas cidades industrializadas e procurava se apresentar como representante das classes trabalhadoras. No espectro ideológico, ocupava uma posição de centro-esquerda; o PSD sempre foi composto pela elite rural que trazia, pela via do clientelismo, o voto dos camponeses. Ideologicamente ocupava uma posição de centro-direita.

Se não possuíam grande identidade programática e ideológica, ambos carregavam traços do varguismo tão combatido pela UDN e pelos partidos menores que gravitavam em torno dela. Não havia sentido para PTB e PSD entrarem na disputa como concorrentes, pois fragmentariam o eleitorado de modo a facilitar a vitória da UDN – o tema propagandístico principal da agremiação, fazia anos, era o anti-varguismo. Somente juntos, cada qual mobilizando e atraindo a fatia do eleitorado que lhes era fiel, teriam chance de se sagrar vitoriosos. Em depoimento, Juscelino Kubitschek resume a estratégia:

---

[17] O papel de um vice-presidente, de acordo com a Constituição vigente em 1955, conferia-lhe uma série de atribuições relevantes, fato que dava uma visibilidade que o tornava figura chave para a celebração de alianças. Comparando com as constituições posteriores, que fizeram da vice-presidência um posto decorativo, “naquela República, as eleições para presidente e vice-presidente eram diretas e independentes entre si, podendo ser eleitos candidatos de chapas distintas, cada qual concorrendo com seu projeto político-partidário. Portanto a escolha de um candidato ao cargo de vice-presidente para uma chapa implicava aliança política de grande peso, exigindo do vice o mesmo tipo de procedimento do concorrente ao cargo de presidente. Ou seja, o postulante devia fazer sua campanha política, visto que seria eleito pelo povo nominalmente. Ele podia, inclusive, ser mais votado que o próprio candidato a presidente vencedor do pleito. Havia, assim, grande legitimidade e liderança políticas na função de vice-presidência. Além disso, era o vice-presidente que assumia a presidência do Senado Federal, o que lhe dava uma posição impar de negociador entre os poderes Executivo e Legislativo. Mais ainda, cabia ao presidente do Senado funções de representação diplomática, como as de receber chefes de Estado estrangeiros, entre outras. Ser vice-presidente, portanto, significava possuir espaços políticos próprios extremamente visíveis e valiosos politicamente, o que foi perdido em função das mudanças da legislação ocorridas posteriormente” (GOMES; FERREIRA, 2007. p. 111).

> ... eu sabia que uma aliança com o PTB era imprescindível; somente uma aliança muito forte poderia enfrentar a oposição e sair vitoriosa. E isso só ocorreria com um candidato que conseguisse a reconciliação entre o voto rural do PSD e o voto urbano do PTB. Foi por isso que insisti no nome de Jango para a vice-presidência. Como candidato a presidente, eu tinha que pensar em termos de cálculo político, o que me obrigava a uma aliança com o PTB. No PTB, o nome de Goulart era o que reunia maiores possibilidades (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 122).

Reunia maiores possibilidades porque havia acumulado, até aquela presente data, um polpudo substrato ao qual bastaria ativar, ou reativar, para atingir seus objetivos eleitorais. Jango foi o responsável, inclusive, pela adesão das frações do movimento sindical vinculadas ao PCB – clandestino, porém, muito ativo e organizado –, conforme nos revela depoimento de Hércules Correia:

> Os trabalhistas estavam fechados com o Juscelino, via João Goulart, e era importante que o PCB fechasse também. Não sei se o partido teve um papel decisivo, mas finalmente apoiou a chapa Juscelino/Jango (GOMES;Ferreira, 2007, p. 105).

Acerca da campanha, a mesma não foge às regras do que se concebe como normal: faz viagens, divulga seu nome, utiliza-se dos motes cujas ações pregressas ajudaram a moldar. Otero (2001, p. 103) reforça o que já se vinha aqui afirmando, a saber, a recorrência à força de Vargas, junto ao imaginário popular, e tudo aquilo que acompanha seu nome – do nacionalismo ao suicídio -, num somatório com a reativação da imagem de protetor dos trabalhadores que Jango cultivara. Trata-se de uma estratégia híbrida, pois combina racio-propaganda – o possível avanço na concessão de direitos aos trabalhadores –, com senso-propaganda – a emoção que a evocação de Vargas provoca. Também se deslocam os intentos da formação do substrato para divulgação, por todos os meios possíveis, da condição de candidato que Jango assumira, bem como da sua plataforma de governo, se eleito. Portanto, saímos da "Lei da Transfusão" e entramos na "Lei da Orquestração", na qual Domenach (1963, p. 61), assevera a necessidade de se repetir infatigavelmente e, de preferência, por formas variadas, os temas da campanha.

> Tratava-se, agora, de fortalecer o varguismo, pela união dos dois partidos: compartilhando tribunas, ações parlamentares, elaborando conjuntamente políticas partidárias. Jango aceita integrar a chapa presidencial, com o governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek. A campanha eleitoral levou-o a percorrer o Brasil, retornando a lugares onde havia estado quando de sua gestão à frente do Ministério do Trabalho. A tarefa estava

> perfeitamente arquitetada. Tanto Jango como Juscelino delinearam, de comum acordo, as linhas de sua administração governamental (OTERO, 2001, p. 103).

4.2.1 Imagens[18]

Figura 1 – Panfleto
Fonte: Gomes; Ferreira, 2007.

O panfleto acima não é peça de divulgação ligado a certame eleitoral. Destinava-se a convocar trabalhadores para manifestação de apoio à proposta de duplicação do salário mínimo. Evidencia mais do que a popularidade da dupla Vargas/Jango. Dá mostras da relação de cumplicidade que Jango desperta à frente do Ministério do Trabalho. Ratifica a percepção de que, nessa fase de sua carreira, busca constituir uma base de apoio, um "substrato", para explorar em oportunidades vindouras.

---

[18] Esse subtópico possui caráter meramente ilustrativo. Sua finalidade é corroborar as afirmações apresentadas no tópico anterior acerca do que teriam sido os conceitos, motes e estratégias comunicacionais de Goulart, nessa fase de sua carreira.

Figura 2 – Faixa
Fonte: Gomes; Ferreira, 2007.

Mais uma menção de apoio às medidas de Jango como ministro de Vargas. No texto da faixa, sobressai a disposição do proletariado em se referir à dupla Vargas/Jango como parceiros. Também permite deduzir como a estratégia de Jango ajudou a mobilizar a classe, dar-lhe coesão. A imagem foi retirada de Gomes; Ferreira, 2007, p. 80.

Ao Povo do Município de Vassouras

O **Partido Trabalhista Brasileiro**, em sua memorável Convenção Nacional realizada em S. Borja, terra de **GETULIO VARGAS**, a 10 de abril de 1955, resolveu levar às urnas os nomes dos Senhores **Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira**, como candidato à Presidência e o nosso companheiro **Dr. João Goulart** como candidato à Vice-Presidência da República.

Não foi sem razão que a Convenção Nacional se realizou junto ao túmulo do maior estadista do Brasil, **GETULIO VARGAS**. É que os trabalhistas, assim procedendo, demonstraram o seu devotamento à política nacionalista de **VARGAS** para o reerguimento econômico do Brasil por meio do amparo e proteção aos trabalhadores, à indústria, ao comércio e à lavoura nacionais, como pilares indispensáveis à formação da riqueza que faz jus o Povo Brasileiro.

Neste local, junto ao túmulo do **GRANDE AUSENTE**, o **Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira**, assumiu o solene compromisso perante os trabalhistas, de seguir no Govêrno da República exatamente a mesma política de **VARGAS** que tantos benefícios proporcionou ao POVO BRASILEIRO, levando-o no caminho seguro da EMANCIPAÇÃO ECONOMICA DO BRASIL.

Adotando a candidatura do ilustre Governador de Minas Gerais o pétébé praticou um ato de justiça porque foram os mineiros e paraibanos do Norte que ajudaram **GETULIO VARGAS** chegar ao Govêrno do Brasil em 1930. É chegada, pois, a oportunidade de Minas ter um dos seus mais ilustres filhos na suprema Governança do Brasil.

Nós trabalhistas apoiamos o homem que, no Govêrno de Minas Gerais, ajudou **VARGAS**, no programa de realizações materiais para criar a riqueza do POVO BRASILEIRO e que no túmulo do INESQUECIVEL ESTADISTA, jurou solenemente prosseguir a sábia e patriótica política do **Grande Presidente Ausente**, para maior grandeza do Brasil e felicidade do POVO BRASILEIRO.

Marchemos, pois, trabalhistas, unidos e coêsos para as urnas com a chapa

Juscelino Kubitschek de Oliveira e João Goulart

porque assim procedendo seremos justos e estaremos prestando um serviço à nossa Pátria Comum - o BRASIL.

Lutemos ao lado de JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA e JOÃO GOULART contra os trusts internacionais que durante decênios dominaram e espoliaram a nossa Pátria — subtraindo aos brasileiros o direito de usufruir os benefícios do rico patrimônio que nos foi legado pelos nossos bravos antepassados.

LEMBREMO-NOS DA FRASE DA CARTA DE VARGAS:

"Mas este povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguem".

Lutemos pela industrialização do Brasil afim de que possamos produzir o que necessitamos para nosso consumo, pelo amparo ao trabalhador, pela Petrobrás, pela Eletrobrás, por Volta Redonda, pela valorização da lavoura, pelos bons transportes, pelo ensino para todos, por hospitais, pela expansão do nosso comércio, enfim pela Libertação Economica da nossa Pátria!

MENSAGEM — O nosso companheiro JOÃO GOULART enviou por intermédio do Diretório Municipal a seguinte mensagem:

"Ao bravo povo de Vassouras e às suas dignas classes trabalhadoras a minha saudação com o meu abraço e a minha solidariedade".

VASSOURAS, [illegible]

A Comissão Executiva do Diretório Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro, Secção de Vassouras.

Figura 3 - Folheto

Panfleto distribuído pelo PTB, quando do lançamento da candidatura de JK e Jango aos dois cargos mais altos do Poder Executivo. O suicídio de Vargas ainda reverberava forte. Conforme já detalhamos, o mote norteador da campanha seria o apelo simbólico que Vargas suscitava. No texto acima, são diversas as alusões às suas lutas e sacrifícios. Em várias oportunidades, registra-se passagens da sua última carta.

Figura 4 – Bandeirola
Fonte: Gomes; Ferreira, 2007.

Os dizeres do texto à esquerda da imagem de Goulart: “Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta... aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória”. Na flâmula da campanha de 1955, na qual Jango se elegeria vice-presidente, mais uma referência à carta de Vargas. O texto justificando o suicídio foi utilizado com frequência típica de “slogan”. A tentativa, óbvia, era canalizar os sentimentos que tais frases desencadeavam de modo a convertê-las em apoio e votos aos candidatos da coligação PSD-PTB, que se arvoram continuadores do presidente morto. Imagem do arquivo pessoal de Neuza Penalvo, retirada de Gomes; Ferreira, 2007, p. 44.

Figura 5 – Juscelino, Jango e Vargas
Fonte: Gomes; Ferreira, 2007.

No cartaz, JK e Goulart se abraçam sob o olhar de uma imagem de Vargas no segundo plano. O texto diz: “Unidos pelos ideais de Vargas”. A peça demonstra com bastante precisão a recorrência do símbolo Vargas como tema propagandístico. Sugere a bênção do presidente à aliança entre um aliado político visionário – Juscelino – e o depositário da sua herança – Jango.

Figura 6 – Sugestão de voto
Fonte: Gomes; Ferreira, 2007.

4.3 Os dois mandatos como vice-presidente; a polarização ideológica e o golpe

Após a curta e atribulada passagem pela administração de Vargas, na qual fora demitido por propor um aumento de 100% do salário mínimo, Jango retorna à baila como candidato à vice-presidência da República, indicado pelo PTB, na chapa encabeçada por Juscelino Kubitschek, o ungido do PSD. As condições *sine qua non* para a urdidura da coligação foram à encampação, no programa de governo, de uma pauta proposta pelos trabalhistas, na qual destacavam uma série de compromissos de cunho social – uma espécie de esboço do que viriam a ser as chamadas Reformas de Base; e a garantia de que o Ministério do Trabalho e da Agricultura seriam território exclusivo petebista[19]. Firmada a aliança, Goulart qualifica-se a ocupar a cadeira de vice-presidente da República, superando JK em meio milhão de votos.

Contudo, o direito dos vencedores da eleição em assumir os postos legitimamente conquistados, vê-se ameaçado por manobras de conspiradores que ainda não haviam se conformado com o desenlace da crise do suicídio de Vargas. Vislumbraram uma nova oportunidade despontando no horizonte com a deterioração da saúde do presidente Café Filho, obrigado a se afastar do cargo. Pela linhagem de substitutos determinada pela Constituição para casos, nos quais presidente e vice venham a faltar, a prerrogativa de dirigir a nação recairia sobre o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Este sim, um pessedista conservador solidário ao ideário udenista, mostrava-se suscetível ao assédio do conluio que se formava entre quadros da UDN e militares. A chance de um presidente da República transigir com a ruptura da legalidade, corolário das maquinações em andamento, nunca apresentara-se de maneira tão clara. Ocorre que, em 11 de novembro de 1955, o Ministro da Guerra de Café Filho – General Henrique Teixeira Lott – afasta-se do governo e acusa o presidente interino Carlos Luz de estar compactuando com um golpe. Comprometido com a posse de JK e dos

---

[19] A estratégia do PTB de apostar suas fichas em tópicos programáticos como reforma agrária, distribuição de renda, erradicação das discrepâncias regionais, e sobretudo, seus esforços em criar identificação com o operariado, revelou-se vitoriosa pois rendeu-lhe imagem de legenda progressista. Conforme atesta Villa (2003, p. 34) que "sob o comando de Jango, o qüinqüênio juscelinista representou sua consolidação como partido nacional, fortemente enraizado na burocracia sindical, controlando o Ministério do Trabalho – por meio de nomeações para as delegacias regionais do trabalho, das eleições sindicais – e os institutos de previdência social (dos industriários, comerciários, bancários, técnicos, etc.). Na eleição de 58 o partido voltou a crescer, saltando de 56 para 66 deputados federais. Elegeu também cinco senadores e cinco governadores estaduais".

demais eleitos, e com a defesa da Constituição, conforme narra Ricardo Maranhão (1996, p. 268) "destitui Carlos Luz, entregando o poder a seu sucessor constitucional, Nereu Ramos – presidente do Supremo Tribunal Federal. Tudo parece voltar a ser como antes no quartel de Abrantes, e Juscelino toma posse normalmente da presidência".

A análise do entrevero permite-nos chegar ao menos a duas conclusões: em primeiro lugar, que as "Armas" – cujo poder de ingerência em questões que deveriam circunscrever-se a mecanismos e instâncias deliberativas das instituições civis, e que já se mostrara ativa em tempos passados, como por exemplo na Proclamação da República e na Revolução de 30 –, com a intervenção de Lott, reafirma essa vocação de "Quarto Poder": a de guardiões da estabilidade do Regime político definido pela legislação vigente – ou de sua própria interpretação dela, algo extremamente perigoso – a quem políticos eleitos adularão para obter beneplácito e, assim, exercerem seus mandatos com um mínimo de tranqüilidade. Para Maranhão (1996, p. 268), as consequências dessa supervalorização das forças armadas desvirtuam as suas reais obrigações. Diz ele ter o

> episódio (...) uma importância fundamental, na medida em que atualizou (grifo do autor) para a década de 50 um componente estrutural decisivo da política brasileira: o Poder Militar. Este não pode ser concebido da mesma forma que no modelo liberal clássico, como corpo de profissionais que constitui um aparelho dos mais importantes dentro do Estado, voltado porém principalmente a afirmação da soberania perante o exterior.

O trânsito livre de indivíduos fardados que ostentavam altas patentes, em foros em que se tomam decisões que não deveriam fazer parte do seu arco de preocupações, sugere que gozavam de participação privilegiada nos debates que prenunciavam essa ou aquela tomada de posição por parte dos gestores do Estado, equiparadas aos desfrutados pelos integrantes da alta cúpula que lá chegaram pela vontade das urnas ou por indicação dos que, por meio dela, ganharam mandato, estas sim, práticas legítimas dentro da lógica de funcionamento de sistemas democráticos.

> Se é verdade que os petebistas se mantiveram, de 1950 a 1964, enquistados no Estado através do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, sem grandes abalos, não é menos verdadeiro que os generais que se destacaram no final dos anos 40 entre os comando do Exército e o Clube Militar, mantiveram, no mesmo período, um alto poder decisório, não apenas ao nível do aparelho militar, mas também das ações do Executivo. Mantiveram-se no núcleo de poder e foram elite política durante todo o governo Juscelino, e

> reorientaram momentaneamente as próprias instituições, de agosto de 1961 até o início de 1963, no governo João Goulart (MARANHÃO, 1996, p. 269).

A segunda conclusão decorre da primeira. A desinibição com que alguns membros das Forças Armadas exteriorizavam suas decepções com a linha de condução que as autoridades civis vinham adotando, pode ser interpretada como um reflexo do ímpeto simbólico que adquiriu o gesto de Lott. Em linguagem militar, sua ação enérgica e decisiva elevou o moral da tropa. O espírito coletivo miliciano típico fez com que cada oficial – legalista ou golpista – sentisse-se um pouco coautor da façanha.

Exatamente o encontro da ala militar de extrema-direita anticomunista com o conservadorismo contumaz de parcela da UDN, fizeram com que Jango e JK, nos cinco anos que os eleitores lhes concederam, vivessem às voltas com rumores de golpe, desestabilizações provocadas por acusações de improbidade administrativa, acusações de que o vice-presidente fora flagrado trocando apertos de mãos com elementos que envergavam camisas vermelhas, fato que levantava suspeitas sobre seu envolvimento numa possível insurreição comunista em solo brasileiro. Mesmo a despeito dos exuberantes resultados que a economia vinha acumulando em boa parte dos anos JK, das perspectivas abertas com a construção de Brasília, malgrado todo esse saldo positivo, foram desfechadas

> inúmeras manifestações das três armas sobre assuntos políticos, comissões parlamentares de inquérito instaladas no congresso nacional para apurar denúncias de enriquecimento ilícito [...] durante toda a presidência JK, (pela) UDN, especialmente a famosa "banda da música" – grupo de deputados que diariamente atacavam o governo. [...] Tudo sem apresentar nenhuma prova, como se bastasse a acusação para comprovar a prática de um ato de corrupção. Na imprensa udenista, Juscelino era um "cafajeste máximo" e Jango "traidor da Pátria" (VILLA, 2003, p.32).

A certa altura, a bonança econômica perdeu verve. Em parte pelas dificuldades em controlar um processo inflacionário em curso. E, por outro lado, devido ao endividamento suscitado pelas vultuosas somas de dinheiro público que as grandes obras tocadas por JK consumiram. Como nos dias de hoje, a esperança de se superar a fase ruim depositava-se nos empréstimos contraídos junto aos EUA. Igualmente como continua a acontecer em pleno século XXI, a liberação dos fundos dependia da adoção de uma série de ajustes econômicos que trouxessem rígida austeridade no trato das contas públicas. Ajustes estes, especificados na cartilha do FMI.

A deterioração da situação econômica, por sua vez, oxigenava uma outra crise, a política. Juscelino se via "imprensado" entre os nacionalistas – incluindo Jango – que não se conformavam com aquilo que lhes parecia subserviência do país frente à tentativa de intromissão do FMI em assuntos domésticos. Da direita, a pressão vinha da UDN, marcadamente pró-americana. Sob inspiração do ideário liberal, defendia abertura maior da economia, além de austeridade nas finanças como forma de ganhar credibilidade diante dos credores e, conseqüentemente, crédito. JK, então, decide se alinhar aos nacionalistas. Rompe com o FMI – o buraco nas contas públicas continua esboroando-se. Tratava-se de uma jogada para aliviar a carga que pesava sobre seus ombros. Havia sido ele que escancarara as portas ao capital externo[20]. E, agora, posava de nacionalista e com isso faturou alto em prestígio popular, enquanto a UDN ficava com a pecha de entreguista (MARANHÃO, 1996, pág. 281).

O entrosamento dos parceiros PSD/PTB fluía no geral, mas se tornava desarmônico no que tange à agenda social. Um mesmo problema recebe diferentes tratamentos se apreciado sob óticas ideologicamente variadas, redundando, por conta disso, em alternativas de solucioná-lo não raro contraditórias: "as questões sociais provocavam muitos choques e confrontos dentro do governo, resultando, em muitos ensejos, em discordâncias entre o presidente de um lado, e o vice-presidente e os ministros, de outro. O PSD pregava conciliação, entendimento entre as classes patronais e trabalhadoras, enquanto o PTB apoiava o direito de greve, as reivindicações salariais, participação de trabalhadores em áreas governamentais, etc.(JUREMA apud MARANHÃO, p. 277). Então, para além dos contratempos e transtornos naturalmente esperados pela convivência com uma oposição raivosa, o governo corria o risco de sofrer uma espécie de "autofagia". Esse era o perigo que acometia a coligação que dava sustentação a JK.

O somatório dessa antinomia no âmago do poder com a crise econômica aguda que carcomia a popularidade de Juscelino criou a brecha por onde Jango promoveria a intervenção mais marcante de seu mandato como segundo homem do executivo.

---

[20] A política econômica encetada por JK foi implementada pela primeira vez no Brasil por Eugenio Gudin, Ministro da Fazenda de Café Filho: procurou o "recurso ao capital externo de investimento direto, "de risco", para o financiamento da acumulação: [...] até então, o financiamento da acumulação industrial se dava através do deslocamento de excedentes, da própria economia brasileira ou de créditos externos obtidos pelo governo brasileiro. (Por força de tal subterfúgio) há uma expansão sem precedentes de um setor que praticamente não existia no Brasil, o de bens de consumo duráveis, e tudo isso constituiu-se numa mudança do próprio padrão de acumulação capitalista, a ser implementado de maneira mais nítida no governo JK. No seu mandato, os industriais brasileiros serão obrigados a se associarem a estrangeiros, abrindo aos últimos uma ampla gama de facilidades" (MARANHÃO, 1996, p. 263).

Sob a alegação de preocupação com a ganância dos grupos empresariais estrangeiros que não encontravam resistências as suas ambições e, consequentemente, com o acelerado empobrecimento da população, Goulart propôs uma série de emendas constitucionais e legislativas, que ganharam o epíteto de “Reformas de Base”, para tentar ao menos disciplinar aquilo que, no seu modo de entender, transformara-se num tipo de exploração predatória.

> Goulart se opôs aos rumos traçados pela equipe econômica governamental, tentando buscar alternativas às políticas consideradas por ele recessivas, que então se implementavam. Sua proposta era a aprovação imediata de projetos de cunho social, que já tramitavam na Câmara dos Deputados, entre os quais estavam a reorganização da Administração Federal e da Previdência Social (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 114).

As mais polêmicas, no entanto, versavam sobre os seguintes temas: instituição do regime jurídico do trabalhador rural e criação do abono da família rural, definição dos casos de desapropriação por interesse social, instituição do salário mínimo familiar, racionalização e modernização do ensino e o acesso do maior número de brasileiros aos seus benefícios, reforma bancária, regulação da remessa de lucros e retorno de capital estrangeiro, regulação do ingresso de capital estrangeiro no país; criação da Eletrobrás, reforma agrária e redistribuição das rendas públicas para que os Estados mais pobres e subdesenvolvidos pudessem atender às necessidades de suas populações (BANDEIRA, 1978, p. 39). Todavia, o Congresso Nacional atravancou a iniciativa, deixando-as sem apreciação. Desde então, as Reformas de Base seriam objeto da obstinação de Jango no decurso de toda a sua trajetória até o dia em que o poder lhe foi arrebatado das mãos.

Após a defecção de Jânio, “o compromisso com as reformas constitui, desde os primeiros dias, a pedra angular da gestão que se inicia, aquela que aglutina as lideranças e os partidos de esquerda, e que pretende atrair a classe política e as forças de centro a fim de tornar viável a consecução de um programa que promove a autonomia externa, consolide o apoio sindical (e popular urbano) e estende o controle do Estado sobre as clientelas rurais, através de medidas de transformação social e no campo” (CAMARGO, 1996, p. 189).

À luz da comunicação é bastante sugestivo esse investimento no potencial de cooptação das Reformas de Base: parece-nos que a proposital superexposição acabará por mitificá-las, alijá-las de sua materialidade, romper seus lastros com a realidade. Importa menos a sua real exequibilidade em sanar as mazelas do país do que o cenário colorido que elas prometem pintar. Prestam-se muito mais ao bombeamento de algum apoio para um

governo à beira do colapso. Com efeito, sua faceta de estratégia de persuasão tolda tanto a sua gênese, fruto da concórdia dos afiliados de uma agremiação político-partidária que ocupava espaço de destaque nos foros de onde se coordena os destinos da nação, quanto a sua original aptidão de projeto político-administrativo retificador de desigualdades sociais. Elas nascem como ato político, mas as circunstâncias precárias de governabilidade transfiguram-nas em propaganda.

De todas, a Reforma Agrária é aquela que seguramente motivará as maiores altercações até o dia 31 de março de 1964 em que as vozes seriam compelidas a se calarem. O tema causava incômodo e era tido como urgente pelos agentes políticos, independente de suas preferências ideológicas. Pairava no ar o temor de que a omissão das autoridades frente à concentração da propriedade de enormes áreas agricultáveis, na mão de um punhado insignificante de privilegiados, empurrasse hordas de lavradores que viviam em estado caquético, direto para os braços de esquerdistas radicais. Cria-se que, se explodisse uma revolução no Brasil, ela teria origem no campo, pois era lá que os aliciadores comunistas pareciam preferir entornar suas doutrinas.

A Igreja já pensava assim em 1950. Em Minas Gerais, engaja-se numa campanha de contraofensiva para tentar deter o avanço de concepções "anticristãs" de tomada de consciência, organização e mobilização popular. Realiza-se, na diocese deste Estado, sob a direção de D. Inocêncio Engelke, a "Primeira Semana Ruralista", cujas conclusões apontam para a necessidade de se trabalhar pela formação e seleção de líderes rurais sobre cujos ombros repouse a tarefa de recuperação do proletariado rural, pois só apoiado nos elementos oriundos do seu meio poderá ele defender-se contra as influências externas que induzam à agitação ou à revolução (CAMARGO, 1996, p. 145). Como se vê, muito antes da propositura de Goulart, o tema já causara grande celeuma em outras "páginas" também tumultuadas de nossa história pregressa.

Dois grandes obstáculos, de difícil superação, impediam a aplicação de uma política agrária que rompesse esse arranjo fundiário e desse partida à distribuição equitativa das terras cultiváveis de que dispõe o Brasil: desde a proclamação da República, os grupos incumbidos da redefinição das finalidades do *corpus* institucional-burocrático do Estado brasileiro com o intuito de compatibilizá-lo às demandas especificas do Sistema recém-instaurado[21], descentralizaram o núcleo onde se concentrava o poder. Se antes, a maior fatia dele era retida

[21] Isto é, legitimar o predomínio das oligarquias agrárias do Centro-Sul do país e ao mesmo tempo criar condições fecundas para que seus negócios progridam.

pela esfera federal, com as reformas ele foi sendo mais e mais compartilhado com as unidades da federação, os Estados. Essa "nova política verticaliza as relações sociais: consolida de tal forma a liderança do chefe regional, nos Estados, e do coronel, no município, através da bem montada máquina política, que praticamente feudaliza o campesinato tornando-o dependente de uma política de clientela, que sob condições de lealdade absoluta, delega-lhe o usufruto parcial da terra" (CAMARGO, 1996, p. 131). Levar a cabo um projeto de Reforma Agrária significa implodir este monumento empedernido esculpido por décadas de injustiças. Esse é um dos obstáculos. O outro que obrigatoriamente acompanha o mote, caríssimo às elites, um dogma não menos empedernido, é a extinção ou flexibilização do direito de propriedade. Sem o qual proposta nenhuma de distribuição de terras que ambicione alcançar resultados substanciais a curto ou médio prazo pode ser levada a sério. Sobretudo, em países cujo erário não dispõe de divisas para indenizar previa e justamente o proprietário do imóvel desapropriado. Em caso de comprovado interesse social, Jango era partidário da tese segundo a qual deveria a "cláusula pétrea" perder sua eficácia. Na mesma medida em que buscava angariar apoio dos trabalhadores rurais para sua administração, mais sua retórica avalizava e alimentava a contrapropaganda que lhe alcunhava de comunista.

Sobreveio a eleição de Jânio Quadros seguido de sua renúncia. Seu ato intempestivo nada teve de inadvertido. Sabedor da antipatia que importantes setores da sociedade nutriam por Goulart e, estando o mesmo em viagem pela China comunista, esperava o demissionário com sua sub-reptícia cartada não só permanecer no cargo como governar sem a necessidade de consultar o Congresso Nacional. Sua manobra pode ser interpretada como uma tentativa de golpe, malfadada, entretanto.

Segundo Villa (2003, p. 38), "na madrugada do dia 26, ainda em Cingapura (...) (Goulart) recebeu a notícia da renúncia de Jânio Quadros por um telegrama da *Associated Press*: (...) de vice-presidente ameaçado por inquéritos administrativos – abertos por determinação de Jânio até para encurralar o adversário político[22] –, passou a presidente da República".

---

[22] Na sua curta "hospedagem" em Brasília, Jânio deflagrou uma cruzada contra a corrupção. "O presidente mandou abrir 33 comissões de sindicância – sempre tendo militares na presidência – para apurar denúncias de corrupção. Em uma delas, a que apurava supostas irregularidades no Serviço de Alimentação da Previdência Social e no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, João Goulart chegou a ser acusado de ter sido beneficiário desses institutos durante a campanha eleitoral de 1960. [...] O episódio levou ao rompimento de relações entre os dois mandatários. Dois meses depois, bem ao seu estilo, o presidente buscou aproximação com Jango e convidou-o a chefiar a delegação brasileira que viajou ao Oriente" (VILLA, 2003, p. 42).

Imediatamente após a oficialização da saída de Quadros, circula um novo manifesto, desta vez, de autoria dos ministros militares. O conteúdo procurava advertir a população para o perigo de se entronizar um presidente que poderia abrir as portas do país ao comunismo submetendo-o a um processo de “cubanização”. Nas entrelinhas do documento, o recado é claro: a disposição de não respeitar o rito constitucional e forcejar a nação a reconhecer e aceitar a arbitragem das Forças Armadas na solução do impasse criado. O deputado Ranieri Mazzili, assume, interinamente o posto de presidente da República, até que o legítimo sucessor aportasse em solo brasileiro.

Sua autoridade era ignorada, no entanto, pelos ministros das Três Armas. Partiam deles as decisões sobre como o aparato burocrático-institucional deveria proceder diante da crise. O mais exaltado de todos era o Ministro da Guerra, o Marechal Denys. Sondado por Amaral Peixoto, presidente do PSD, que buscava saber da probabilidade de Jango ser investido presidente, teria emitido a seguinte resposta: “No ponto em que ele puser o pé no Brasil, será preso. Domino o Brasil com meus telefonemas: Jango não tomará posse.”(NUNES apud VILLA, 2003, p. 47).

Nesse ínterim, em meio ao imbróglio em torno da posse de Goulart, no Rio Grande do Sul, Leonel Brizola instaura o que se convencionou de “Cadeia da Legalidade”. Tratava-se da formação de um *pool* de emissoras de rádio espalhadas por todo o território gaúcho, que passaram a retransmitir o sinal irradiado da estação radiofônica Mairink Vega. Encastelado nela, e com a palavra, Brizola prega de forma inflamada o respeito à Constituição que se traduz na exigência de que Jango fosse consagrado o novo presidente da República.

Incomodado com as notícias que lhe chegavam da resistência que se levantara no Sul, Denys designa o General Machado Lopes, comandante do III Exército, para marchar rumo ao Estado onde o foco de desobediência fincara sua base e, então, subjugá-lo. Chegando lá, constatou que o movimento tinha ampla aceitação popular. Então, insubordinou-se. Passou a fazer coro com os gaúchos pelo respeito às instituições democráticas e, por conseguinte, pela posse do legítimo depositário do direito de investir-se no cargo mais alto de nossa hierarquia política.

> E a campanha pela posse de Goulart se estendeu a todo o País. Unidades militares rebelaram-se e subjugaram oficiais no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e outros Estados. O governador Mauro Borges, de Goiás, mobilizou civis e militares. Greves irromperam nas principais cidades brasileiras, demonstrando a combatividade e o grau de consciência política do proletariado. E a maioria do Congresso não acolheu o pedido dos

> ministros militares para que votasse o impedimento de Goulart (BANDEIRA, 1978, p. 22).

Goulart consegue assumir, mas sem a possibilidade de desfrutar das prerrogativas outorgadas ao detentor da faixa presidencial, próprios da vigência de um regime presidencialista. As forças que se lhe opõem aceitam sua investidura, mas não sem um preço: a partir daquela data, o Brasil adotava o sistema Parlamentarista. Àquela altura dos acontecimentos, com o país em convulsão, o meio termo negociado entre as partes não podia ser considerado derrota por nenhuma delas. Jango, que poderia lamentar a reviravolta por ter de compartilhar o poder, ao contrário, tirou proveito dela, uma vez que "isolou momentaneamente seus adversários à direita, pois seria somente chefe de Estado; contudo, habilmente, articulou para ter como primeiro-ministro um político da sua extrema confiança: Tancredo Neves. Dessa forma impediu que a chefia do governo fosse ocupada por um adversário e que o seu papel político fosse meramente decorativo; e por outro, se insistisse no presidencialismo, poderia ser refém de Leonel Brizola, o principal responsável pela sua posse" (VILLA, 2003, p. 63). No tempo certo, abaixada a poeira, aí sim seria oportuno lutar pelo restabelecimento do Presidencialismo.

O afastamento de Tancredo Neves, no dia 26 de junho de 1962, da função de *premier* – para poder concorrer a uma cadeira de deputado na eleição que se avizinhava – seria o tiro de largada para Jango envidar uma campanha com o fito de solapar o Parlamentarismo. Sua primeira escolha para suprir a vaga recai sobre San Tiago Dantas, que tem seu nome rejeitado pelo Congresso. Segundo Villa (2003, p. 77), Jango já esperava a negativa, por isso, "não fez um esforço sincero pela aprovação de San Tiago Dantas, pois não lhe interessava ter um primeiro-ministro com a independência intelectual e política do deputado mineiro." Se a indicação de Dantas lograsse êxito, poderia atrapalhar a "fritura" do Parlamentarismo que vinha sendo patrocinada por Goulart.

Jango indica Auro de Moura Andrade, político do PSD, conservador e inexpressivo eleitoralmente.

> É possível que a indicação tenha sido uma manobra de Jango para ganhar tempo e demonstrar aos militares a inviabilidade do regime parlamentarista, além de ser um mote para mobilizar as bases sindicais: foi deflagrada uma greve contra a indicação do senador paulista. Precavido, Jango fez com que, ao aceitar o cargo, Auro de Moura assinasse uma carta-renúncia sem data (VILLA, 2003, p. 78).

Depois do pronunciamento conservador de Moura de Andrade e de sua aprovação, pelo Congresso, Jango exige que ele renuncie (VILLA, 2003, p. 78). Nos lances subsequentes, ainda segundo Villa (2003), Jango não poupa esforços para sucatear o recém-instalado sistema e antecipar, o quanto possível, o plebiscito datado somente para 1965. Usou todos os recursos que sua posição lhe conferia para desarmá-lo, desarticulá-lo, denunciá-lo como "corpo estranho" dentro do nosso organismo político e incompatível com nossas tradições democráticas. Fazendo-o parecer embotado por supostamente ser desprovido de mecanismos eficazes para acionar o Estado e pô-lo a serviço do Brasil, ficaria mais fácil convencer a opinião pública de que a culpa pelo imobilismo e desmandos do governo deveria recair sobre ele, o Parlamentarismo.

As injunções de Goulart para atrair simpatia para sua causa se arrastaram por meses. Ele conseguiu encaixar o Deputado Federal Brochado da Rocha como chefe do gabinete, político gaúcho da sua inteira confiança. Houve, ainda, um outro primeiro-ministro antes que o Brasil optasse pelo retorno do Presidencialismo: Hermes Lima. A antecipação da consulta popular só foi possível graças à pressão que as Forças Armadas exerceram sobre o Congresso Nacional. Foram diversos os manifestos em que a oficialidade se diz favorável a que se procedesse, com a maior celeridade possível, a convocação do povo para que este desse seu veredicto acerca da questão. Caso as autoridades civis continuassem refratárias à ideia, os militares emitiam sinais, insinuações, de que estavam dispostos a marchar ao lado do presidente, se preciso fosse: em 1º de agosto de 1962, Jango compareceu à Vila Militar e presenciou um discurso auspicioso. "Os militares, de acordo com (o General) Machado Lopes, estavam "coesos, confiantes e tranquilos, e aguardamos sua voz de comando, na batalha da restauração nacional"[23] (VILLA, 2003, p. 81). A oposição urrou; mas, no dia 15 de setembro, o Legislativo aprovou a realização do plebiscito para 6 de janeiro de 1963. O Presidencialismo já tinha data certa para voltar a regular a seu modo as relações entre os Três Poderes. Jango sagrara-se vitorioso. Afinal, cerca de um ano depois da implantação do Parlamentarismo, logra pelas urnas a restauração do antigo sistema. Aquilo que anunciava, aos quatro ventos, como o maior empecilho à viabilização das suas Reformas de Base fora aniquilado. A partir de então gozaria de plenos poderes, não teria mais esquivas para explicar

[23] Difícil explicar esta repentina simpatia dos militares pelas pelejas de Jango. Uma possibilidade de se compreender tal fenômeno é considerando que a pluralidade de vertentes ideológicas que opunham os diversos segmentos da sociedade civil, operava o mesmo efeito no interior das Forças Armadas. Isso garantiria a simpatia de algumas facções pelos projetos do presidente. Ou, simplesmente, pelo fato de Goulart ter sido "o presidente que mais promoveu generais - 42 em dois anos e meio de governo" (VILLA, 2003, p. 211).

o não cumprimento de suas promessas. Porém, a conjuntura era cada vez mais imbuída da escalada da polarização entre seus opositores e apoiadores.

As relações com os EUA se tornavam cada vez mais conturbadas, isso por conta de algumas nacionalizações de multinacionais sediadas naquele país. Havia um desentendimento sobre o valor a ser pago como indenização. Os representantes da empresa alegavam que o governo havia subavaliado o seu patrimônio. Por seu turno, o departamento governamental incumbido do processo de desapropriação, pugnava ser o levantamento patrimonial rigorosamente pautado nos valores praticados pelo mercado. Afirmavam, ainda, que o maquinário encontrado nas centrais de operação e nos depósitos estavam defasados sob o ponto de vista tecnológico. O governo Kennedy passou a condicionar o envio de parcela de empréstimo anteriormente contratado à solução do imbróglio. A incapacidade da equipe de Jango em debelar a crise econômica concorreu para o recrudescimento da posição norte-americana.

Não se pode minorar, também, os efeitos daquilo que se considerava uma indulgente posição brasileira no tocante ao problema Cuba. Jânio Quadros dera início a uma nova fase na história da nossa inserção internacional. Estreitou laços com países do bloco socialista. Não escondia sua intenção de sair fora do circulo de influência dos norte-americanos, no qual o Brasil era mero coadjuvante. Deu várias demonstrações de que era entusiasta da "Revolução Cubana" e das transformações sociais que dela decorreram. A "Guerra Fria" atravessava sua fase mais delicada. As provocações de ambos os lados – EUA e URSS – faziam o mundo prender a respiração. Convivia-se com a ameaça de que uma guerra nuclear pudesse ser desencadeada a qualquer momento. As rusgas entre a ilha caribenha socialista e os Estados Unidos tornavam factível a hipótese de uma invasão da primeira pelo segundo para derrubar Fidel Castro. E ela veio e malogrou. Conforme narra Maranhão (1996, p. 284), o "fracasso da invasão da Baia dos Porcos fez com que os EUA exigissem um rígido alinhamento das nações latino americanas contra Cuba. E Jânio condecorou Che Guevara com a maior dignidade heráldica disponível no Estado brasileiro". A provocação de Jânio é emblemática para evidenciar sua rebeldia, sua inclinação clara em não acatar as determinações de Washington.

Quando promovido a presidente, Jango não abriu mão completamente de continuar investindo na ideia de autodeterminação dos povos, não obstante adotasse uma postura mais conciliadora no que concerne às frequentes exigências norte-americanas de alinhamento incondicional as suas pretensões geopolíticas. Um exemplo que ilustra essa orientação é, novamente, a questão cubana. A diretriz basilar consistia em "não demonstrar simpatia para

com o socialismo cubano, mas sem apoiar qualquer medida intervencionista" (VILLA, 2003, p. 66). Goulart esforçou-se em desfazer, o quanto possível, o sentimento de desconfiança que o Brasil despertava, seja por causa da sua própria imagem de esquerdista, seja pela heterodoxia da política de relações exteriores praticada por Jânio. Excursionou aos EUA, conferenciou com Kennedy, ofereceu banquetes, discursou no Congresso. Teve boa acolhida tanto da classe política quanto da imprensa. Seus discursos giravam sempre em torno da ampliação da liberdade e da democracia.

Mas, a postura considerada ambígua em relação a Fidel Castro impedia que a boa impressão evoluísse para boa vontade. Na VIII Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, realizada em Punta Del Este, a delegação brasileira não votou pela exclusão de Cuba da OEA, mas apoiou as outras cinco proposições americanas, entre as quais a retirada da Ilha da Junta Interamericana de Defesa (VILLA, p. 66). Nesse encontro, o representante brasileiro, San Tiago Dantas, saiu apelidado por um senador norte-americano de "San Tiago de Cuba". (VILLA, 2003, p. 67 - 68).

O embaixador estadunidense no Brasil, Lincon Gordon, não nutria admiração por Jango. Ao contrário, sempre demonstrava reservas quanto a sua capacidade pessoal em administrar os complexos problemas do país e, pior, suspeitava que as crenças do presidente na democracia de modelo capitalista não eram das mais firmes. Acreditava o diplomata que "antes de 31 de janeiro de 1966, é quase certo que Goulart fará tudo para instituir alguma forma de regime autoritário"(VILLA, 2003, p. 110).

Após o assassinato de John Kennedy, o temor de que Goulart aplicaria um golpe de Estado se intensificou. No entender dos adidos norte-americanos que se ocupavam de acompanhar a evolução do quadro político-econômico brasileiro, o comunismo já se infiltrara em setores estratégicos do aparelho estatal. Por isso, não é à toa que ansiavam por "contra-medidas" preventivas: "Lincon Gordon havia participado de várias reuniões em Washington. Numa delas ficou clara a opção preferencial por um golpe direitista no Brasil. Considerou que Goulart se achava definitivamente envolvido numa campanha para conseguir poderes ditatoriais" (VILLA, 2003, p. 192). A morte de Kennedy, naturalmente, fortalecia a posição dos que nutriam simpatia pelo encaminhamento de uma solução golpista, pois, a esse respeito

> havia nos Estados Unidos duas políticas que se contrapunham: a do Pentágono, corroborado pela CIA, e a do Departamento de Estado, que espelhava a orientação da Casa Branca. Assim, conquanto elementos da CIA e do Pentágono estimulassem o golpe de Estado contra Goulart, manifestando

> que sua posse na Presidência da República não agradaria aos Estados Unidos, os Ministros militares receberam o informe de que o Presidente John Kennedy suspenderia o apoio financeiro ao Brasil caso houvesse ruptura da legalidade, segundo norma adotada em sua Administração, após a conferência de Punta Del Este (BANDEIRA, 1978, p. 22).

Atentando para o quadro pós-saída de cena de Kennedy, então maior empecilho para que conspirações amadurecessem e adquirissem a força necessária para lograr sucesso na investida de derrubar o presidente, é compreensível que se intensificasse o clima de alarme em torno das atitudes de Goulart, dramatizando o perigo que elas representavam. O veneno resultante dessa maquinação dava legitimidade aos grupos golpistas, incentivando-os a se tornarem mais coesos e confiantes da importância do gesto que estavam prontos a praticar. Por isso, a insistência em acusações que chamavam a atenção para a "infiltração comunista", a instauração de uma "República Sindicalista", o perigo de um "golpe de esquerda" etc.

Como se vê, as perspectivas de governabilidade de que dispunha Jango não eram das mais animadoras.[24]

Nos tempos de JK, as contradições existentes entre as classes sociais, embora se aprofundassem, graças ao estratagema macroeconômico que simultaneamente desopilou o Estado de bancar sozinho o desenvolvimento da indústria, e embarcou o país num ritmo acelerado de crescimento econômico, davam a impressão de, inversamente, atravessarem uma etapa de estabilidade e, por que não dizer, de reversão da tendência de distanciamento entre ricos e pobres. No governo Goulart, a "bolha" é desnudada a partir do momento em que se reduzem os investimentos estrangeiros e a inflação foge ao controle. Explica Maranhão (1996, p. 292) citando Tavares e Serra que

> até então a inflação tinha papel funcional no sistema, pois permitia amortecimento das tensões entre salários e lucros; [...] era um componente do jogo populista no plano da política econômica na medida em que esse jogo permitia um crescimento do salário bem próximo dos preços; [...] Porém, no período crítico "o acelerado ritmo dos aumentos de preços levou a uma intensificação das pressões trabalhistas limitando as possibilidades de redistribuição forçada". Ocorre uma redução das expectativas de inversão.

---

[24] Não era novidade nenhuma que tanto militares quanto civis formavam confrarias cuja ponto convergente entre seus membros - e portanto o germe que dava a elas o sentido de existir -, qual seja, era a confabulação em torno do assunto "golpe de Estado". Entre os civis, muitos grupos estavam organizando movimentos golpistas, todos dependentes de apoio militar, mas nem sempre articulados . Um dos mais antigos era ligado ao jornalista Júlio de Mesquita Filho, do jornal O Estado de São Paulo (Villa, 2003, p.192). A direita militar também planejava um golpe desde 1962: Silvio Hack, Olympio Mourão Filho, Castelo Branco e Cordeiro Farias tentavam se articular (VILLA, 2003, p. 155).

Conforme Maranhão (1996), a economia mergulha num espiral de deterioração que desembocará numa aguda crise política – fenômeno que já se manifestara com JK, em versão mais amena: a chegada de capitais internacionais míngua, a moeda se desvaloriza, o preço dos produtos dispara descontroladamente. Goulart apela para medidas monetaristas, mas a necessidade de não quebrar compromissos políticos com a base de apoio impediam que tais medidas obtivessem eficácia. Sem cacife para custear empreendimentos privados, veria aumentadas suas dificuldades em dialogar com a elite. Com a crise econômica, no âmbito parlamentar, não teria caixa para fazer investimentos públicos que poderiam tornar mais dóceis deputados e senadores de oposição. Enfim, Jango não tinha margem de manobra, moeda de troca, para barganhar no voraz "mercado" no qual se desenrola a práxis política; por seu turno, a política populista, como de costume, vinha abrindo brechas no Sistema para a expansão dos interesses dos trabalhadores. No inicio dos anos 60, os trabalhadores pressionariam pelo alargamento dessas brechas para, assim, expandir seu grau de autonomia no movimento real da política, atirando Jango contra a parede.[25]

É atinando para o isolamento em relação aos atores políticos e, sobretudo, para o "humor" das classes populares, que o verdadeiro problema se revela. O comportamento arredio das últimas, ou pior, sua retirada do pacto que provia o Regime, virtualmente o implodiria. A crise econômica era conjuntural, portanto, reversível. O problema era a crise política. Nas palavras de Paul Singer (1996, p. 240), sem o amparo das massas

> o governo não tinha autoridade nem para assegurar sua própria participação no Produto Social, num nível correspondente as suas necessidades por recursos, nem para impor sacrifícios a qualquer setor da sociedade seja para deter a inflação, seja para equilibrar o Balanço de Pagamentos. O que se esgotou foi o modelo político (...) que pressupunha a aquiescência das massas urbanas a uma aliança de classes no poder, em que o papel hegemônico era desempenhado pela burguesia industrial. Entre 63 e 64 a aquiescência foi substituída pelo protesto e, em alguns casos, pela rebelião, o que ensejou a união das demais frações das classes dominantes contra o governo populista ...

O impasse no âmago do poder gerava forte ressonância no seio da sociedade. Uma série de vetores eivados pelo sentimento já mencionado de embate ideológico eram suscitados e se impunham no cenário. As atividades desempenhadas por muitos deles ia muito além do

[25] Ou seja, sem dispor dos meios convencionais de ativação e controle da máquina estatal, Jango só poderia continuar se ampliasse os poderes do executivo, passando por cima do parlamento e para tanto apelou às massas em 13 de março de 1964. Quanto mais com elas flertava e buscava sacá-las como um trunfo particular, mais seus adversários batiam na tecla de que ele não seria capaz de mantê-las sob controle, ou de que era seu desejo – por ser comunista – de vê-las insurgirem-se e assim instaurar uma ditadura.

que suas fachadas faziam supor. Funcionavam como verdadeiras linhas de montagem de retórica e propaganda, conforme os ideários políticos com os quais comungavam – pró ou contra o governo. Cada qual utilizando uma tática específica, visando a um público igualmente específico. Entretanto, não havia um comando geral responsável por uma orquestração calculada, de onde partiam ordens para uma ação conjunta e entrosada entre todos eles. Eram, em alguns casos, ligados a grupos que detinham determinados interesses, mas nada faz supor que havia liames entre as entidades que representavam tais grupos ou entre eles próprios.

De um lado, criou-se o IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – patrocinado por empresários que simpatizavam com a idéia de um golpe de direita; à CIA, também com o auxílio do empresariado conspirador, imputa-se a criação do IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática – entidade financiadora de todo tipo de arregimentação subversiva. Esses dois canais foram importantes na difusão de campanhas propagandísticas e arquitetação de atividades de toda a natureza para incitar a população contra o mandato do presidente.

> Esses empresários articulam o radicalismo de direita e o funcionamento de entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), em estreito contato com a CIA, que lhes forneceu orientação, experiência e mesmo recursos financeiros, abundantemente, no esforço de corrupção e de intrigas, para influir nas eleições, impor diretrizes ao Congresso, carcomer os alicerces do Governo e derrocar o regime democrático (BANDEIRA, 1978, p. 65).

Sob a fachada de entidade de natureza científica, a partir de 1962, o IPES se aproxima da Escola Superior de Guerra, quando dá inicio ao aliciamento de militares, dentre os quais, o General Golbery do Couto e Silva. Efetua espionagem. Proposital e sutilmente, vazava “factóides” sobre infestação do Governo Goulart por elementos comunistas. O interesse seria semear o pânico, fazer crer que o Brasil estaria sob forte ameaça de se converter numa ditadura de orientação comunista. Seus principais alvos eram a imprensa, a classe dominante e a caserna. Empresas multinacionais e grandes empresários financiavam suas atividades.

> O IPES era uma entidade sofisticada, pretensamente científica, e se ligou à Escola Superior de Guerra, aliciando os Generais Golbery do Colto e Silva, Heitor de Almeida Herrera e muitos outros, reformados ou na ativa. Sua influência se estendeu também a jornais e outros órgãos de divulgação, sustentada não apenas pelas verbas que espalhava, diretamente, como pelo interesse das agências de publicidade, manipuladoras das contas das grandes empresas estrangeiras. Estas contribuíram com grandes somas para a atuação do IPES (BANDEIRA, 1978, p.67).

Fundado em 1959, o IBAD só é ativado, de fato, em 1962. Com aportes milionários de capital oriundos do Governo dos EUA, fomentava a gênese, instrumentalizava ideologicamente, e avalizava financeiramente agremiações por meio das quais pudesse estabelecer contatos com instituições sociais vocacionadas à foramação da opinião pública para nelas destilar o ideário capitalista e o sentimento de aversão às doutrinas de inspiração marxista. Sob o norte oferecido por essa diretriz, surgiram a ADEP (Ação Democrática Popular) – que patrocinou candidatos faziam oposição ferrenha a Jango –, a ADP (Ação Democrática Parlamentar), a CAMDE (Campanha da Mulher Democrática), a FJD (Frente da Juventude Democrática), o REDESTRAL (Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres) e o MSD (Movimento Sindical Democrático). Também atuava diretamente nas esferas nas quais as decisões eram tomadas, subornando políticos providos de mandatos para que estes boicotassem as propostas e projetos do poder executivo. Interessante assinalar que o IBAD operava em pareceria com a agência de publicidade S. A. Incrementadora de Vendas Promotion.

> Essa outra instituição, o IBAD, atuava diretamente sob a direção da CIA, que a financiava, utilizando como seu agente um certo Ivan Hasslocher. Ela mantinha íntima conexão com uma empresa de publicidade – S.A. Incrementadora de Vendas Promotion – e, embora fundada em 1959, suas atividades somente se intensificaram a partir da posse de Goulart na Presidência da República. Em 1962, com a criação da Ação Democrática Popular (ADEP), o IBAD interveio abertamente na campanha eleitoral, subvencionando candidaturas de elementos reacionários, que assumiam compromisso ideológico de defender o capital estrangeiro e condenar a reforma agrária, bem como a política externa do Governo brasileiro (BANDEIRA, 1978, p. 68).

Embora existam registros que apontem para um leque amplo, que vai da panfletagem apócrifa à produção cinematográfica, tudo leva a crer que IPES e IBAD propagandeavam suas idéias, principalmente, através da comunicação interpessoal.

Por outro lado, a esquerda também se mobilizava. Dentro do PTB, formou-se o denominado “Grupo Compacto”, constituído por quadros do partido que haviam recebido mandato legislativo, cuja ação política se pautava em teses consideradas mais radicais em relação àquelas que orientavam as reformas propostas por João Goulart. Formado ainda em 1958 o “Grupo Compacto” “reúne deputados identificados com o nacionalismo econômico e simpáticos ao socialismo reformista. O grupo se transformaria num obstáculo ao controle

janguista do partido, por meio da chamada ala fisiológica, que vivia de nomeações públicas" (VILLA, 2003, p. 35). Ainda no âmbito do legislativo "a polarização de esquerda, que se aprofundava no início dos 60, expressou-se e tentou ampliar a composição nacional-reformista com a criação da Frente Parlamentar Nacionalista" (MARANHÃO, 1996, p. 290). Segundo Camargo (1996, p. 191), a razão de ser da "Frente" consistia na "formação de uma sólida aliança das forças progressistas para alterar, nas eleições parlamentares de 1962, a composição de forças que possibilite levar a cabo a Revolução Brasileira" (CAMARGO, 1996, p. 191).

Sob a batuta de Leonel Brizola, amatilharam-se sindicatos, como a CGT, e outros agrupamentos que representavam os interesses do proletariado, como a PUA e a FPN, e formaram a "Frente de Mobilização Popular" que compelia o governo e o Congresso para que promovessem as mudanças que se fizessem necessárias na Constituição, a fim de que se tornassem viáveis as "Reformas de Base". Ameaças de greve geral e invasão, em massa, de terras por trabalhadores desprovidos de eitos, via de regra, eram seus instrumentos de pressão.

De dentro do Estado, à guisa do IPES e IBAD – surgiu o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) que, por intermédio de debates, tentava organizar a *intelligentsia* nacional no sentido do conhecimento da realidade brasileira, numa perspectiva nacionalista. Faziam parte da retórica: "a democracia para todo o povo"; a promoção da ideia de que o Estado deveria se colocar acima de todas as classes, argumentando que isso facilitaria a consecução da independência econômica e da justiça social. Tais premissas eram espraiadas de modo a serem assimiladas pelos setores ativos da vida política e lhes conceder entendimento sobre as vantagens das concepções esquerdistas de sociedade. Em outras palavras, o ISEB fabricava propaganda. Abastecia os movimentos contestatórios de frases de efeito, palavras de ordem e todo o tipo de simplificação de definições doutrinárias. A linha mestra que norteava a ação do instituto podia ser definida pela "ideia do povo-nação em luta contra o capital estrangeiro"[26] (MARANHÃO, 1996, p. 291).

O governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, ao conceder entrevista a um jornal norte-americano – Los Angeles Times – proferiu uma análise segundo a qual Goulart perderia o comando da nação – que passaria para as mãos dos militares – permanecendo no

[26] Interessante notar que a abstração "povo-nação" exclui as diferenças de classe, base de qualquer pregação socialista. Porém, era perfeitamente adequada às características do Populismo que por sua vez começava a se esgotar como solução harmonizadora do pacto que dava sustentação ao status quo. Tanto que essa estratégia da esquerda em omitir de sua retórica os contrastes da nossa pirâmide social perduraria "até 63, quando o caráter de classe dos conflitos tendeu a ficar insuportavelmente claro ..." (MARANHÃO, 1996, p. 291). Coincidindo, não por acaso, com a acelerada degradação do Populismo.

cargo de forma a manter as aparências, até que seu mandato fosse concluído ou, mesmo, poderia ele ser ceifado do poder até antes que expirasse a prazo legal que a lei lhe facultava. Os comentários de Lacerda teriam causado revolta nos três ministros militares, cuja atitude foi exigir a decretação do “Estado de Sítio” para que se interviesse na unidade da federação, na qual o injuriador estava lotado. Só assim seria possível puni-lo, uma vez que do contrário, ele poderia beneficiar-se da imunidade que o cargo de governador lhe conferia. A iniciativa, no entanto, não se consubstanciou. No dia esperado para que o exército cercasse o palácio do governo e capturasse o udenista, nenhum movimento de tropas foi observado. O Congresso rechaçou o pedido.[27]

No célebre Comício da Central (ou das Reformas), ato idealizado pelo próprio presidente e engrossado pelo apoio dos sindicatos, a uma multidão com contingente superior a 200.000 indivíduos, Jango reitera seu compromisso com a viabilização das Reformas de Base, mas pondera que elas só emplacariam após uma ampla revisão da Constituição, a fim de conformá-la às demandas que adviriam dessa mentalidade modernizadora. Acreditava que, fortalecido pelo respaldo da população, as forças reacionárias ficariam menos propensas a atentar contra seu mandato. Seguindo essa linha de raciocínio e, levado talvez pelo calor dos acontecimentos, toma uma iniciativa de impacto mas que, ao mesmo tempo, gera um efeito colateral dos mais indesejados: em pleno Comício, “Jango assina o decreto da Supra[28] que torna desapropriáveis terras que não poderiam sê-lo por carência de recursos. Goulart congela na prática as propriedades ameaçadas reduzindo as suas possibilidades de venda, unifica contra si e contra o regime a heterogênea mas organizada classe dos proprietários” (CAMARGO, 1996, p. 222).

As agitações não poupavam nem as Forças Armadas.[29] Indisposições entre as altas e as baixas patentes, frequentemente, eram deflagradas. A mais destacada, por ter açulado o

---

[27] Outros estudiosos no entanto apresentam versão diversa para a tentativa frustrada de se intervir no Rio de Janeiro. Para Heinz F. Dressel (1997, p. 65) o “fator precipitador da iniciativa teria sido “uma rebelião de sargentos (em Brasília). O caos político adquiriu tal dimensão que Jango, afinal, exigiu o consentimento do Congresso para a proclamação do estado de sítio, e (...) ao mesmo tempo a intervenção em alguns estados. Os parlamentares, prudentemente, lhe recusaram tal consentimento”.

[28] SUPRA – Superintendência de Política de Reforma Agrária. A autarquia lançada por Jango “cuja criação tem como objetivo ativar medidas preparatórias de reforma antes mesmo de sua aprovação pelo Congresso, e mais do que isso, criar condições políticas e institucionais favoráveis a sua imediata aplicação”(CAMARGO, 1996, p. 204). Àquela altura, o tesouro público não tinha condições de indenizar os proprietários das terras confiscadas.

[29] Vários autores apontam a negligência de Goulart em coibir a indisciplina das baixas patentes como fator agregador do alto comando militar e instigador da adesão dos mesmos ao núcleo duro onde se abrigariam os insatisfeitos e de onde emanaria o apoio moral e material para o golpe. A debandada militar teria sido facilitada também pelo “afastamento do General Osvino Ferreira Alves, que caíra na compulsória – e que fornecia ao governo sólido apoio militar e ideológico no 1º Exército, enfraquecendo substancialmente o dispositivo militar de Goulart” (CAMARGO, 1996, p. 220).

movimento golpista que começava a ganhar feições, foi a sublevação de 500 sargentos com participação de indivíduos das três "armas". Durante a madrugada, os amotinados ocuparam importantes centros administrativos de Brasília. O motivo: o anúncio da decisão do Supremo Tribunal Federal que vedava a elegibilidade de sargentos a cargos eletivos.

Às vésperas da perpetração do atentado à democracia, outros dois princípios de revolta acentuam rusgas entre facções que se digladiavam no seio de organismos militares: o comício dos marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos, liderado pelo cabo Anselmo que leu um manifesto que incitava a indisciplina – pouco tempo depois, descobriu-se ser ele um agente plantado por grupos dissidentes para provocar distúrbios que procuravam indispor forças armadas e Governo Goulart; em 30 de abril, câmeras de televisão e microfones de rádio registram o discurso de Jango, no comício convocado por sargentos da Polícia Militar, no Touring Club do Rio de Janeiro. Ele dirige duras palavras aos militares de posto elevado. Para vários autores, esse pronunciamento teria sido a gota d´água para a sua deposição.

> ... as demonstrações de força materializados nos levantes militares – revolta dos marinheiros e dos sargentos -, no Comício da Central do Brasil (13/03/1964) e na manifestação do Automóvel Clube forneceram elementos para que se intensificasse a conspiração entre os opositores e se espalhassem as correntes de pânico, divulgando uma idéia de caos, desordem e de marcha inevitável do Brasil para o comunismo (FERREIRA, 2006, p. 26-27).

Houve uma última tentativa de salvar a gestão Goulart e, mais ainda, de salvar o próprio regime democrático. Percebendo o avanço voraz da polarização ideológica e, pressentindo que ela encaminharia as dissensões para um desfecho sombrio, San Tiago Dantas,

> político e intelectual petebista e colaborador do governo, procurou organizar um grupo de políticos moderados do PTB e de outros partidos, formando a Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base... San Tiago Dantas e o grupo de políticos que aderiu à frente progressista desejavam, num só movimento, retirar o presidente do isolamento em que se encontrava, sustar o processo de radicalização de direita e de esquerda em curso e manter a legalidade democrática. [...] Tal conjunto de forças deveria opor-se ao imperialismo, defender o direito de greve, seguir a política externa independente, garantir a sindicalização rural, lutar pelas reformas de base, mas garantir o calendário eleitoral e repudiar qualquer interrupção do processo democrático (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 87).

Goulart, entretanto, rechaçou os esforços de Dantas e preferiu apostar na nada conciliadora FMP (Frente de Mobilização Popular), encabeçada por Brizola, e cujas palavras de ordem exigiam, sem acanhamento, a imediata aprovação das reformas, sob a ameaça de se deflagrar uma sublevação popular. A referida "Frente" era um mero reflexo do clima polarizado, precariamente articulada e sem qualquer base concreta para transformar suas ameaças em realidade. Os opositores aproveitaram o ensejo como mais uma evidência de que o presidente estava compactuando com elementos e ideias de esquerda radical .

Inserido neste contexto de acirramento das contradições encontrava-se João Goulart, enfraquecido, isolado, bombardeado, esmagado pela voracidade das duas extremas. Qualquer concessão a alguma reivindicação, de uma das partes, significava o *insuflamento* da ira da outra. Suas ações (ou omissões) sempre desagradavam a um dos lados e, rapidamente, por meio da ação de mecanismos propagandísticos, eram cingidas de conotação negativa e, então, difundidas em larga escala. Ora acusavam-no de "reformista pequeno-burguês", ora de comunista. Esta última alcunha parece ter surtido o efeito para o qual foi idealizada. Sobre o estilo "arcaico"[30] de contrapropaganda utilizada para sensibilizar a opinião pública – neste caso, a classe média liberal e a baixa classe média –, bem como o escopo que dela se pode depreender, reflete Saes (1996, p. 500) que

> a burguesia comercial (a serviço do conjunto da classe dominante) já havia, anteriormente, agitado a classe média, embora em função de um objetivo político distinto: a criação de um clima social favorável à restauração liberal e à destruição do intervencionismo econômico e social do Estado pós-trinta [...] se coloca em 1964, a serviço de um objetivo político mais geral: a repressão ao movimento popular e, como condição prévia, a deposição de um governo politicamente incapaz de conter a ascensão popular. [...] (A) conjuntura de 1963-64 introduz uma transformação qualitativa dos temas de propaganda, com relação àqueles anteriormente explorados: se em 45 essa fração combate a ditadura em nome da "democracia", e se em 1954 critica a "corrupção" em nome da "moralidade", em 1964 opõe a "democracia" ao "comunismo".

Entrementes à usurpação da Presidência daquele que era seu legítimo ocupante, 200.000 pessoas desfilaram na "Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade", empunhando cartazes com referências de alívio e frases de efeito, que enalteciam a vitória contra o perigo da implantação do comunismo em terras brasileiras:

---

[30] Pois realizada pelo que Saes (1996, p.459) chamou de "frações mais arcaicas, retrógradas e conservadoras da classe dominante: a burguesia comercial e os proprietários fundiários".

> “Abaixo o entreguismo vermelho”, “Ta chegando a hora de Jango ir embora”, “Democracia Tudo, Comunismo Nada”, “Reforma com Deus e Pela Pátria”, “Verde e Amarelo, sem foice e sem martelo”. Mulheres distribuíam uma oração que pedia a intermediação do Padre José de Anchieta, fundador da cidade, para deter o avanço do comunismo, sem esquecerem de citar o sofrimento das “mulheres mártires de Cuba, Polônia e Hungria” (VILLA, 2003, p. 185).

Refletindo sobre o teor de tais slogans, palavras de ordem e frases de efeito, e o tipo de democracia posto em prática pelos “salvadores” das tradições e vocações maiores do nosso povo nos 20 anos em que se conservaram no poder, fica difícil conter o prurido de invocar Domenach (1963, p. 59) – parafraseando Delachaux e Niestlé, em *De l´Esprit des masses* – quando este comenta a propaganda *hitlerista* especificamente um dos seus ardis: “o fato de emprestar-se ao inimigo os próprios defeitos e atribuir-lhe os atos que se está a ponto de praticar, tornou-se, graças a Hitler, a peculiaridade da propaganda nacional socialista”. Não se quer com isso, propor nenhum paralelo estapafúrdio entre a propaganda nazista e a cantilena conservadora que se destilou até a queda de Goulart. Mas, que o ensinamento do *Führer* aguça a faceta irônica que em maior ou menor intensidade pulsa em nossa personalidade – isso é inegável!

4.3.1 Síntese

A situação econômica e política vinha em processo de deterioração crescente, no qüinqüênio 1956-60, e dá mostras de que pode atingir o paroxismo, na década que estava nascendo. Uma saída para, senão debelar ao menos administrar a crise econômica, aliviando as contradições, seria contrair ajuda dos EUA e de instituições de crédito como o FMI. Mas, para isso, o país teria de reorientar sua macroeconomia de acordo com os ditames impostos pelos credores, o que melindrava os brios nacionalistas de parte da classe política que não aceitava intervenção externa. A referida controvérsia injetava ainda mais tensão ao quadro.

O “remédio” que Jango aplica para ganhar apoio e, assim, negociar de modo a não ter que fazer concessões que comprometeriam a integridade de seu projeto político, qual seja, a prospecção de apoio popular como recompensa por lutar por melhorias nas condições de vida desta. Como vimos anteriormente, tanto Jango quanto seu partido, apostam na formação de um novo pacto no qual a vontade das massas passe a ser contemplada. Ao mesmo tempo, o que é patente, desde que foi introduzido no cenário político nacional, esse seu flerte com as

camadas menos privilegiadas, mantém viva a chama golpista do conluio que se mobiliza e cobiça o poder desde o governo Vargas.

Vejamos, a seguir, como Jango embute tais questões em seu discurso.

4.4 O mote do nacionalismo-reformista e a transformação da ação política em propaganda; a estratégia dos comícios

A partir de 1958, Jango e o PTB inauguram uma ofensiva propagandística para afirmar, definitivamente, suas bandeiras de luta, sua identidade frente aos demais componentes do cenário político-partidário brasileiro, e, sobretudo, desfilar, diante dos olhos da opinião pública uma imagem progressista, que sugerisse comprometimento com um desenvolvimento econômico e social, fincado na ideia de soberania nacional – o nacionalismo, portanto; e, também, comprometimento com as demandas necessárias para que se diminuíssem os efeitos perversos das contradições do Capitalismo – preocupação que se traduzia na bandeira do reformismo. Ambos os motes têm como alvo a classe trabalhadora: as reservas de mercado, a proteção de recursos humanos e a exploração autóctone de recursos naturais criariam mais vagas de trabalho; a regulação do Capitalismo de modo a fazê-lo mais equitativo, mitigando-se os contrastes sociais pela valorização do trabalhador tanto pela via da melhora salarial e das condições de trabalho, como criando-se uma rede de proteção social capaz de provê-lo dos artigos de maior necessidade.

Os dois apelos, ao menos num primeiro momento, enquadram-se no conceito de racio-propaganda, pois buscam cooptar adeptos a partir de argumentos racionais, que seduzem pela exequibilidade de sua aplicação. Intermitentemente, ele investe na senso-propaganda ao resgatar o martírio de Vargas, realçando sua condição de afilhado deste, com todos os sentidos e sentimentos que tal relação conotava. Nesse segundo caso, o discurso não carrega benefícios palpáveis ou diretos, mas excita a emotividade da massa, desencadeia sentimentos de ódio, piedade, revolta etc[31].

[31] Goulart recorria a outras “entidades” investidas de forte apelo simbólico sobretudo para rebater acusações de que comungava com o comunismo: durante a crise da renúncia de Jânio Quadros, quando Jango retorna ao país depois de visita aos países da Ásia, em meio ao suspense gerado pelo impasse acerca de sua situação de legítimo detentor do direito de assumir a Presidência da República, no desembarque em Porto Alegre, sob os holofotes de

O clamor ao símbolo Vargas acontecia sempre nos momentos traumáticos. Interessam-nos, porém, aqueles que tiveram grande cobertura na imprensa: ainda na França, de onde sinalizava aceitar alternativas conciliatórias para poder assumir o cargo de presidente deixado vago pela renúncia de Jânio, "Jango muda de tom antes de partir para o Brasil. Evoca o martírio de Vargas (VILLA, 2004, p. 49); já perto de ser deposto, quando regulamentou a polêmica lei de remessa de lucros, discursou evocando Vargas: "os meus acusadores são os mesmos que já tramaram o golpe contra a posse do saudoso e grande presidente Vargas" (VILLA, 2004, p. 154); Na recepção ao presidente argentino Arturo Fondizi, também quando sofria uma saraivada de críticas e, sob os olhares da mídia, disse que prosseguiria a luta de Getúlio Vargas: "Nada mais quero senão governar em benefício do povo. Estive, estou e estarei sempre em contato com ele" (VILLA, 2004, 64 – 65).

No dia primeiro de abril de 1964, um dia depois de os militares iniciarem suas manobras para assumirem o controle do país, Jango difunde um manifesto de repúdio, no qual relembra todos os seus esforços pela melhoria das condições de vida da população mais necessitada, tais como aprovação das "Reformas de Base", os aumentos salariais para diminuir os efeitos negativos da inflação, os benefícios concedidos à classe trabalhadora. Cita o clima de pânico criado em torno do termo "comunismo" pela campanha diversionista, cuja finalidade única, no seu entender, consistia em conservar intactos os privilégios de classe que relegavam milhões à miséria. No final, recorre ao símbolo Vargas.

> Tais medidas, e tudo o mais consubstanciado na política autenticamente popular, decorrente da minha fidelidade ao diário de Vargas e aos compromissos de meu passado, em lutas nacionalistas [...] Mistificam com a supervalorização do perigo comunista, como se não fôssemos uma democracia plantada irremovivelmente no coração de nossa gente (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 221).

Nitidamente acuado, tentou estabelecer um paralelo entre a armação que acabara de vitimar o seu mandato, e as dificuldades que os mesmos caluniadores outrora haviam imposto a Vargas, levando-o a atentar contra a própria. Compara-se a ele, diz-se continuador de sua obra e ideias. E, com isso tenta drenar, para os adversários – repetindo as campanhas de 1954 e 55 –, o ódio da população comovida pela lembrança do sacrifício que o suicídio representou, para, quem sabe, fazê-la sair novamente às ruas e intimidar os conspiradores. Dava sua

---

órgãos de comunicação do mundo inteiro "cercado pelos repórteres e indagado se era comunista desabotoou a camisa e mostrou uma medalha da Virgem Maria que levava no pescoço" (VILLA, p. 49).

derradeira cartada para tentar reverter o quadro. Pode-se interpretá-la recorrendo ao que Tchakhotine chamava de símbolo: “um truque para criar o sentimento de solidariedade e, ao mesmo tempo, explorar a excitação das massas” (TCHAKHOTINE, 1967, p. 259).

Em pronunciamento que proferiria em 1957, quando exercia o mandato de vice-presidente no governo JK – que vivia às voltas com denúncias de improbidade administrativa, críticas em relação às opções macroeconômicas e com acusações de infiltração de elementos subversivos –, por ensejo do encerramento da convenção nacional do PTB, relembra, e de forma até inflamada, o sacrifício de Vargas. Também se constata, no excerto, um forte clamor ao nacionalismo e à reafirmação de seu convênio com a classe trabalhadora. A rigor, nota-se uma combinação de racio e senso-propaganda. É interessante anotar, entretanto, que a escolha de certas palavras e o modo de encadeá-las introjetam dramaticidade ao discurso. Portanto, mesmo os apelos que deveriam falar mais à razão, vêm embalados de forma tal que acabam por estimular impulsos mais irracionais.

> Porque lutei pelo salário mínimo. Porque sempre estive ao lado da Petrobras. Porque defendi a sindicalização dos trabalhadores rurais. Porque não era golpista. Porque não sou entreguista. Enfim, fui atacado, injuriado, combatido, apenas porque tenho sido invariavelmente fiel à minha consciência.
>
> [...] Como Getúlio Vargas, continuaremos lutando contra a espoliação do Brasil, sem nos deixar abater pelos ódios, pelas infâmias e pelas calúnias. [...]
>
> O nacionalismo do Partido Trabalhista Brasileiro não é um rótulo. É antes um nacionalismo orgânico, objetivo, pragmático e com raízes na realidade e nos imperativos do nosso desenvolvimento social e econômico. Atingimos um nível de progresso material e de maturidade política incompatível com tutelas odientas e privilégios injustos. Nada pode prevalecer sobre nossa soberania e segurança. Não somos isolacionistas, não receamos a cooperação da técnica e dos capitais estrangeiros, mas repelimos a alienação de nossas riquezas. Temos de resguardar a todo custo nossas indústrias básicas e impedir que acordos desfavoráveis comprometam a nossa própria soberania (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 75-76).

O seu primeiro mandato como vice-presidente, conforme vimos, foi atribulado. Uma das marcas, dessa fase, foi o posicionamento raivoso da oposição, que o contestava sem trégua. A exemplo do que fazia, quando era ministro do trabalho, em que insuflava, por todos os meios, o movimento sindical em busca de algum escoramento que contrabalanceasse sua falta de apoio na arena política, como segundo homem do executivo continuava abrindo espaços e incentivando movimentos reivindicatórios com o mesmo fito. No entanto, o degrau que ocupava na hierarquia funcional do Estado, imbuia suas declarações de um peso muito

maior. O que outrora funcionava como incentivo, poderia, agora, ser interpretado como anuência, considerando-se as prerrogativas e a autoridade de que gozava o vice-presidente. Goulart, na verdade, começa a preparar o terreno para engatilhar o mote das “reformas”. Em trecho de pronunciamento, abaixo reproduzido proferido em 1959 por ocasião de uma greve em São Paulo, leva às últimas consequências a jogada populista de promover a ascensão das massas. Vê-se um esforço de se transmutar simpatia e apoio em cumplicidade. Jango, mesmo fazendo parte das fileiras do governo, apóia uma manifestação que pressiona a cúpula de JK.

> Defender os direitos das classes trabalhadoras e os seus anseios legítimos é norma da qual jamais nos afastaremos. O PTB não pode considerar subversivos nem ilegais movimentos pacíficos do povo contra o alto custo de vida que vem angustiando as classes menos favorecidas, pois estaríamos negando a própria Democracia.
>
> [...] O povo está financiando, com o seu sacrifício, o desenvolvimento econômico. Esse povo pode e sabe suportar privações para que o País se mantenha independente e se desenvolva, mas é necessário que esse sacrifício não recaia apenas sobre os menos afortunados, mas sobre todas as classes, proporcionalmente, e que ao mesmo tempo se adotem medidas de reforma social tendentes a impedir que uma pequena minoria, nadando em luxo e na ostentação, continue afrontando as privações e a miséria de milhares e milhares de brasileiros (BANDEIRA, 1978, p. 36-37).

O tema das “reformas” já vinha se fazendo presente, mas de maneira esporádica. Conforme Juscelino vai perdendo popularidade, maior a frequência com que Jango insistia na necessidade de reformulação das estruturas políticas, sociais e econômicas. A deterioração da economia torna as agendas de PTB e PSD cada vez mais dissonantes. Goulart, então, apresenta no Congresso Nacional um programa contendo uma série de emendas constitucionais que beneficiavam as camadas populares. “E Goulart anunciou-o, (...), indicando a inevitabilidade de mudanças constitucionais, para possibilitar sua execução. Tomou-o como centro de toda sua pregação e, batendo-se por ele, reelegeu-se Vice-Presidente da República, em 1960” (BANDEIRA, 1978, p. 42).

Daquele momento em diante, as chamadas “Reformas de Base” seriam o “carro-chefe” das suas iniciativas comunicacionais-propagandísticas. A maneira pela qual se convencionou chamá-las consiste na tática descrita por Domenach (163, p. 54), como “Lei de simplificação e do inimigo único” (DOMENACH, 1963, p. 54) –, em que os esforços se concentram em condensar doutrinas complexas – no caso, condensar uma série de propostas de mudanças constitucionais – em expressões ou mesmo palavras simplificadas que possuam poder de representação e permitam uma rápida compreensão e assimilação por parte do público. A

essa tática, deve-se somar a já aludida anteriormente "Lei de orquestração", sempre presente nas empreitadas propagandísticas. Por hora, ambas configuram-se como os dois instrumentos por meio dos quais Jango abordará a audiência. O mote das reformas, também por hora, continua alinhando-se ao conceito de "racio-propaganda", uma vez que sinaliza no sentido de suscitar a chance de as classes populares verem reivindicações seculares atendidas.

Na virada da década, essa diretriz já se mostrava como consensual em todo o PTB. As reformas seriam o cartão de apresentação do partido, a prova legitimadora das suas opções ideológicas e um reflexo do seu compromisso com a classe social, com a qual vinha se conveniando. Havia a preocupação de anunciar aos quatro ventos a referida diretriz.

> Por volta de 1961, excitado pela emergência das massas e pelas impetuosas necessidades de mudança social, todo o PTB já procurava estabelecer uma identidade ideológica, adquirir contornos doutrinários e programáticos. A bancada na Câmara Federal escolheu para sua liderança um dos mais ativos integrantes do grupo compacto, o deputado Almino Afonso, enquanto Goulart e outros dirigentes do Partido projetavam a realização de um Congresso Trabalhista, tendo "como objetivo primacial a tomada de consciência da opinião pública quanto à existência de uma doutrina político-trabalhista". [...] "a posição fundamental do Partido é a de um instrumento de reforma, de mudança, de superação da estrutura social brasileira (grifo nosso). Não quer o PTB apenas corrigir a estrutura social existente. Quer mudá-la para coisa melhor, favorável à incorporação do povo brasileiro, a níveis de educação, produtividade e consumo tão superiores que são, pro isso mesmo, diferentes em qualidade e finalidade dos atuais. Por isto, o PTB deve afirmar-se como um partido de esquerda, um partido de massa, como um partido que se dispõe a liderar a transformação da estrutura social brasileira por métodos democráticos, até onde for indispensável ao bem-estar do povo (BANDEIRA, 1978, p. 40-41).

Dividindo o poder com um primeiro-ministro, envida campanha pelo retorno do Presidencialismo. Condiciona o avanço no programa das "Reformas de Base" ao encerramento daquilo que tentava fazer crer ser o principal obstáculo à sua adoção, o sistema parlamentarista. Portanto, tenta evidenciar a incompatibilidade desse modelo com o que se requer para a implementação de um projeto com as proporções e complexidades que as "reformas" trazem no seu bojo. Assim, nas entrelinhas, a mensagem é a de que a imposição do regime parlamentarista havia sido uma artimanha por parte dos inimigos do povo para impedir que o então legítimo detentor do direito de assumir a Presidência exercesse todos os poderes inerentes ao cargo. Sem poder gozar de todas as prerrogativas presidenciais, como sua retórica bem frisava, suas tentativas em tirar as reformas do papel seriam em vão.

Peregrinou por todos os espaços institucionais a que tinha direito. Discursou, no dia 1º de maio de 1962, para os funcionários da Companhia Siderúrgica Nacional. Nessa oportunidade, defende de modo imperioso intervenções que diminuam o abismo entre ricos e pobres. Adverte serem as "reformas" a melhor alternativa para impedir que a situação saia de controle e se desdobre a ponto de gerar uma insurreição. O teor do discurso, e seu tom de "aviso", parece mais dirigido à classe média e elite do que aos trabalhadores. Porém, na verdade – embora a repercussão, na mídia, providencie o contato com as camadas superiores da população –, dá prosseguimento à estratégia em curso que se traduz no incentivo ou encorajamento da classe trabalhadora para dela extrair sentimentos de cumplicidade. Neste contexto, o objetivo imediato era obter apoio para acabar com o Parlamentarismo, pois, como já foi aqui aduzido, Jango o colocava como entrave no caminho para as reformas. Villa (2004, p. 74) faz análises e cita, textualmente, algumas passagens do discurso de Goulart:

> Acenava o presidente com a necessidade de aprovação das reformas de base e com uma Assembléia Constituinte, o que fazia seus opositores recordarem a campanha queremista de 1945. O quadro ficou mais turvo quando Jango falou sobre o futuro:"Ou marchamos para uma democracia social mais justa, que possibilite melhor distribuição de riquezas, ou então, amanhã, muitos dos que hoje me atacam terão de chorar a estupidez de não terem também lutado em defesa das grandes aspirações populares". Entre quatro paredes era mais direto: "Poderia levantar o povo da noite para o dia para exigir o fechamento do Congresso (VILLA, 2004, p. 74).

Em discurso que realizaria, em julho de 1962, para comemorar um ano da sua posse como presidente, divisa-se a relevância que a luta pelo restabelecimento do Presidencialismo ganharia na sua retórica. Faz alusão à convocação de plebiscito. Urdia-o ao tema das reformas com vistas a estabelecer uma relação de causa e efeito entre ambos: sem Presidencialismo, sem reformas.

> Foi exatamente a experiência de um ano de instabilidade política, de intranqüilidade e, por isto mesmo, de falta de planejamento e de soluções para os graves problemas que afligem e angustiam o povo que veio fortalecer no espírito de toda a Nação a necessidade de uma reformulação à base democrática de consulta ao povo de onde, por força da Constituição, devem emanar todo o poder e especialmente as grandes decisões. (BANDEIRA, 1978, 62).

Concomitantemente à popularização das "Reformas de Base" que, como vimos, consiste numa expressão simplificada que condensa todo um programa complexo de mudanças constitucionais, Goulart passa a incluir no seu discurso um dos tópicos que mais

despertam “paixões”: a Reforma Agrária. Desde que foi ministro do Trabalho, esteve às voltas com questões ligadas aos trabalhadores rurais. Tratava, agora, de aproveitar a crise que se instalara na matriz agrária brasileira. Em várias regiões do país, o campesinato manifestava hostilidade no que concerne à continuidade do latifúndio; dava mostras, também, de que não mais se submeteria à autoridade do “coronel”. A ofensiva camponesa solapava as bases das quais a chamada oligarquia rural retirava sua força, ameaçava subtrair-lhe a fonte de onde buscava a legitimidade para reivindicar sua parcela de poder.

> Todos esses processos se aceleraram no início dos anos 1960, durante o governo João Goulart. As lutas no campo se intensificaram, com ocupações de terra em vários estados, e greves e manifestações camponesas nas grandes cidades. A reforma agrária se firmou definitivamente como tema incontornável, mantendo-se constantemente na ordem do dia, ocupando as seções de maior destaque dos jornais, desde os grandes aos pequenos, tornando-se um dos principais eixos do debate e das disputas políticas nacionais, gerando proposições e tomadas de posição. Para além do campesinato, impunham-na ao debate público organizações de trabalhadores urbanos, intelectuais, partidos políticos como o PTB, ao qual pertencia o presidente (GRYNSZPAN, 2006, p. 62).

No âmbito do jogo político, os intentos de Jango eram bastante claros: ao diversificar seu público alvo, abarcando demandas da população que povoava a zona rural, tentava ampliar sua influência até um nicho que ele e seu partido nunca haviam adentrado. Os eleitores do campo viviam, há tempos, sob as asas do PSD – o partido das oligarquias rurais. Se conseguisse trazê-los para seu lado, Jango unificaria os dois pólos da fração mais significativa da pirâmide social que juntos perfazem a quase totalidade do contingente populacional. Conjugando o voto das populações carentes do campo com as da cidade, o petebista aumentaria seu cacife para barganhar apoio na arena político-institucional, inverteria, para dizer o mínimo, os termos de sua aliança com o PSD e, em termos de potencial eleitoral, teria condições de fazer de si e de seu partido, o mais sufragado dentre todos. Tais benefícios explicam a incursão de Goulart para além dos eixos urbanos.

> Desde o inicio, portanto, as ações do governo pesaram para a consolidação da idéia de que o desenvolvimento nacional passava necessariamente pela resolução da questão agrária, e para o reconhecimento do campesinato como um novo ator político (GRYNSZPAN, 2006, p. 63).

Sob o ponto de vista propagandístico, a diversificação do apelo, anexando ao repertório mais geral das “reformas” um dos seus elementos constitutivos – a Reforma Agrária –, permite entrever a preocupação em garantir a sintonia máxima com um tipo de público que possuía um estilo de vida diverso em relação ao praticada na cidade grande, com sonhos, aspirações, perspectivas e léxico, igualmente diferenciados. A utilização de um mesmo apelo discursivo se ignorando as especificidades do modo de vida rural, poderia gerar o fenômeno da dissonância cognitiva nesse referido público e assim tornar inócuas as investidas propagandísticas. Portanto percebeu-se que havia necessidade de se fazer ajustes na estratégia comunicacional. O tema das “reformas” prosseguia, mas ganhava feições mais palatáveis aos olhos do campesinato, quando Jango lhes falava. Trata-se de um estratagema bastante comum e previsto na já mencionada “Lei de Orquestração”. Ensina Domenach (1963, p. 62) que se deve usar um matiz especial de mensagem, conforme as características dos destinatários. Jango passou, então, a despender bastante atenção com os acontecimentos relacionados ao tema e vocacionados a ganhar grande projeção.

> Um evento de efeito simbólico significativo foi, em novembro de 1961, poucos meses após a posse de João Goulart e ainda na vigência do parlamentarismo, a presença do presidente, assim como a de seu primeiro-ministro, Tancredo Neves, e a do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte. O Congresso Camponês de Belo Horizonte, como ficou conhecido, foi um marco importante na afirmação do campesinato e da percepção pública de seus problemas e de suas reivindicações. A presença do presidente e demais autoridades contribuiu sem dúvida para isso, dando projeção e impacto ao encontro. [...] João Goulart, em seu discurso, enfatizou a necessidade urgente de uma ampla reforma agrária no país (GRYNSZPAN, 2006, p. 63).

Não obstante o teor da pregação se dirija aos habitantes do campo, a questão, com o passar do tempo, entra na berlinda e, assim como já acontecia nos círculos mais intelectualizados e ou engajados politicamente, vai conquistando a opinião pública em geral. Grynszpan (2006, p. 62) nos revela pesquisa de opinião realizada, em 1964, que aponta justamente para o movimento crescente de tomada de consciência do eleitor em relação à relevância de se promover a Reforma Agrária. Tal conscientização é reveladora tanto da eficácia da campanha janguista em difundir a discussão – portanto, índice da relação dialética entre comunicação e contexto histórico –, quanto do recrudescimento da polarização ideológica. As elites, a classe média, enfim, toda a ala conservadora da sociedade,

acompanhava com apreensão todos esses lances. E, quanto mais fustigada, tomava por seu turno as medidas consideradas cabíveis para garantir a integridade de ao menos uma parte do *status quo*, ou seja, o respeito à propriedade privada.

> A legitimidade do tema expressava-se por um forte apoio da população, como evidenciavam pesquisas realizadas em março de 1964. Segundo elas, 72% dos eleitores das principais capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza e Curitiba, consideravam necessária a reforma agrária (GRYNSZPAN, 2006, p. 62).

Com efeito, a pesquisa acima é o ponto culminante de um processo de conscientização que teve como “sequela” o desencadeamento de um outro processo paralelo de desestabilização contundente do governo Goulart e do próprio regime democrático. Sensibilizou o público assim como guindou o ódio da oposição que fechou todos os caminhos e alternativas político-institucionais, cujo trânsito se fazia indispensável para que o governo viabilizasse suas pretensões. Em meados de 1963, em termos práticos, Jango não possuía nenhuma sustentação no Congresso Nacional, nem sequer boa vontade dos parlamentares para abrir rodada de negociações.

> O presidente começou então a abandonar suas tentativas de negociação, aproximando-se das organizações que, ao longo do tempo, mais abertamente o sustentaram: o movimento sindical e as esquerdas radicais. (...) Optando pela luta extraparlamentar e pela “ação direta”, a estratégia escolhida era a da mobilização popular via comícios, manifestações, passeatas e greves. (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 145).

O abandono da arena político-institucional provoca uma guinada radical na natureza da propaganda que Jango empregava. Se a ênfase persuasiva recaia, predominantemente, para a contemplação de questões que giravam em torno da melhoria concreta das condições de vida dos menos privilegiados e da exequibilidade de sua implantação, via mudança constitucional, sem o apoio imprescindível do poder legislativo para levá-las a termo, perdia o seu vínculo com a realidade e, portanto, o seu diferencial. O mote das “reformas” continua sendo o principal chamariz, mas não mais pode ser enquadrado no conceito de “racio-propaganda”, pois como já chamamos a atenção no tópico reservado aos acontecimentos históricos, havia perdido materialidade, perdera sua dimensão de ação política concreta. O que se observa é uma curiosa transmutação de “racio-propaganda” em “senso-propaganda”. Como

se verá, a grandiloquência será o critério a ser aplicado na escolha das palavras e da atmosfera em que as mesmas deverão ser proferidas.

Agrega-se ao rol de procedimentos, nesse momento, a tática prescrita por Domenach (1963, p. 72) como “Lei da Unanimidade e Contágio”: “para atrair o assentimento, para criar a impressão de unanimidade e dela servir-se, os partidos recorrem a manifestações e desfiles de massa”. Trata-se do recurso mais compatível com as características da “senso-propaganda”. Pirotecnia, palavras de ordem ditas de forma exaltada, recorrência a símbolos e mitos que ativam os brios, reunião de grandes contingentes de pessoas, são todos ingredientes que conjugados resultam no grande caldo persuasivo com o qual se pretende pastorear o discernimento dos indivíduos seja para qual for a direção.

Goulart sempre foi simpático à realização de comícios para difundir suas ideias e exibir a seus adversários sua facilidade em reunir multidões o que, acreditava, funcionava como comprovação da sua popularidade. Seus apoiadores e partidários já haviam dado a largada à execução desse formato propagandístico, antes mesmo de o presidente dele se apropriar definitivamente e elevá-lo à condição de estratégia principal de comunicação com os receptores. É o que revela Osvaldo Lima Filho[32] em depoimento:

> No inicio do ano de 1963, um grupo de deputados resolveu formar uma frente moderada que defendesse as reformas com espírito de legalidade democrática. Em entendimentos com o presidente João Goulart, que sempre defendeu que elas deveriam ser graduais e feitas dentro da legalidade, nós realizamos diversos comícios de propaganda, dentro do quadro legal, sem quebra da legalidade democrática. Esse grupo moderado começou a fazer comícios em Minas Gerais, no Espírito Santo e em diversos estados, quando houve a crise que levou à saída do ministro da Fazenda, San Tiago Dantas (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 89).

O envolvimento de Jango com o agendamento de um “calendário” de comícios ocorre na virada de ano de 1963 para 1964. Com a perda do apoio no Congresso Nacional restava-lhe impressionar o eleitorado. Reitera suas pretensões de encaminhar ao legislativo as “reformas”. O número de pessoas presentes e a comoção precipitada seriam a evidência do prestígio pessoal de Goulart e da simpatia que sua luta por operar mudanças na Constituição vinha despertando. Villa (2004, p. 158) faz comentário preciso acerca dos objetivos da campanha propagandística e do ensejo que marcaria seu desencadeamento:

[32] Osvaldo Lima Filho foi deputado federal por diversas vezes e ministro da Agricultura do governo Goulart entre 1962 e 1963. O trecho citado faz parte da entrevista concedida a Aspásia Alcântara Camargo, Dulce Chaves Pandolfi e Eduardo Raposo no dia 15/04/1978 (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 267).

> manter a ofensiva política antes da reabertura do Congresso (em recesso de férias), Jango planejou a propagação de uma série de medidas consideradas populares. Para dar maior repercussão, decidiu pela organização de grandes comícios (VILLA, 2004, p. 158).

Imediatamente, a oposição denuncia serem as atitudes de Jango manobras preliminares para desfechar um golpe de Estado. Bandeira (1978, p. 162) reflete acerca das interpretações geradas pela atitude de Jango em enviar ao Congresso as "Reformas de Base" e pelo modo por ele encontrado para pressionar pela aprovação das mesmas, a saber, a pressão proveniente da estratégia propagandística dos comícios. Revela, ainda, detalhes do alcance da estratégia dos comícios bem como dos motes a serem trabalhados pelos organizadores e oradores.

> ... Goulart não se dispunha a romper ele próprio a legalidade. Apenas admitira chegar aos extremos de suas fronteiras, com a decretação de medidas nacionalistas e populares, e compelir o Congresso, mediante a pressão das massas, a mudar alguns artigos da Constituição, concedendo-lhe poderes legislativos e possibilitando-lhe executar as reformas, sobretudo a da propriedade rural, que seriam referendadas em plebiscitos. Com esse ânimo - não o de desfechar um putsch – determinou a elaboração da Mensagem que enviara ao Congresso, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1964, e convocou um comício, apoiado pelos sindicatos, para o dia 13 de março, no Rio de Janeiro. Outros se realizariam nas cidades de Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte e São Paulo, onde a campanha pelas reformas de base culminariam, com uma concentração de 1 milhão de trabalhadores , comemorando a data de 1º de Maio. E, se caísse, cairia de pé, na batalha pelas reformas de base. (BANDEIRA, 1978, p. 162).

Goulart marca presença no púlpito já em novembro de 1963. O assunto do seu discurso é a Reforma Agrária. Reitera a importância de o Estado se antecipar à revolução e controlar o processo de redistribuição de terras. Suas palavras cumprem a dupla função de encorajar os lavradores a aumentarem os brados de suas reivindicações e admoestar a elite de que esta deve olhar com atenção para o problema e buscar resolvê-lo dentro dos limites legais antes que a situação saia do controle. Bandeira (1978, p. 148) comenta e cita trecho do discurso de Jango retirado do jornal "Diário de Notícias" de oito de novembro de 1963.

> Desde novembro, empenhado em reconquistar a popularidade, intensificara a campanha pela reforma agrária. "Um país com 3 milhões de proprietários e quase 6 milhões de posseiros tem que realizar sua reforma agrária, antes que a terra seja conquistada contra a vontade dos que a possuem" – disse a 2000 camponeses, que cultivavam o cinturão verde de Brasília.

No mês seguinte, novamente discursando para trabalhadores rurais, volta à carga pelas "reformas", mas se refere a elas de maneira generalizada, sem tocar, como no comício anterior, no tópico Reforma Agrária. Trata-se de uma retórica dúbia, na medida em que fala de "um caminho de reformas", simultaneamente, à imposição de "trincheiras, lutas e sacrifícios" para sua consecução. Expressões bastante sugestivas aos ouvidos de quem o rotulava de esquerdista golpista. Bandeira (1978, p. 156) comenta e registra parte do discurso de Jango que retirou do jornal "Diário de Notícias" de quinze de dezembro de 1963.

> Ele sabia, como salientou a milhares de lavradores concentrados em Itaguaí (Estado do Rio de Janeiro), que "as grandes reformas não se conquistam através de uma caminhada macia" e que "a estrada a ser percorrida é árdua e as reformas nos custarão trabalho, lutas e – quem sabe! – o sacrifício daqueles que, nas primeiras trincheiras, se lançaram na grande batalha pela transformação de estruturas que não mais atendem aos reclamos do nosso desenvolvimento (BANDEIRA, 1978, p. 156).

Na melhor tradição da "Lei de orquestração", em março de 1964, à guisa de uma turnê, leva às últimas consequências sua "cruzada" para difundir as "reformas" e granjear apoio: sua agenda prevê encontros praticamente diários com categorias profissionais que julgava relevantes. É interessante notar a adaptação do discurso às peculiaridades dos espectadores. Como pondera Villa (2004, p. 167), o argumento das "reformas" aparece sempre "embrulhado" por anseios e pleitos concernentes ao microuniverso de cada um deles. Soma-se à utilização, nas explanações, de jargões do léxico de cada um dos ramos de atividade com os quais Jango conferenciava.

> No dia 09 de março, foi à UFRJ e discursou sobre a reforma universitária. O PCB, seu aliado do momento tinha forte penetração, o que rendeu simpatia às teses do presidente. No dia seguinte foi à Escola Superior de Guerra e fez um pronunciamento simpático aos ouvidos dos militares utilizando-se de conceitos usuais naquela instituição. No dia 11, o presidente esteve no Arsenal da Marinha e discursou aos operários após ter assinado decreto de equiparação salarial que aumentou a remuneração salarial dos operários que lá trabalhavam (VILLA, 2004, p. 167).

O famoso comício das reformas, realizado no dia 13 de março, foi o ápice, o fechamento com chave de ouro dessa grande cartada propagandística. Segundo Villa (2004, p.167), o "comício do dia 13 de março, serviria para consagrar a liderança de Jango que,

monopolizando as bandeiras das reformas, se transformaria no único vencedor do embate contra a direita".

Em depoimento, Hércules Correia fornece detalhes acerca da organização, objetivos e proporções do evento. Depreende-se que havia a intenção de se aglutinar toda a esquerda num único bloco fechado. Com todas as vozes que apoiavam as reformas convergindo, a impressão de unanimidade aumentaria, exponencialmente, a potência do apelo propagandístico. O efeito projetado resumia-se em renovar o engajamento daqueles que comungavam com o ideário de Goulart, e arrefecer a grita das forças da reação.

> Foi quando marcamos um comício, perto do 13 de março. Quem é que ia fazer esse comício? Ele não devia ser só de responsabilidade partidária, porque você tinha o movimento sindical e o CGT. Aí o (José Gomes) Talarico ficou responsável pelo PTB e eu pelo PCB. Porque eu pegava as duas coisas: o CGT e o PCB. Então, o 13 de março queria fazer uma pressão, principalmente sobre a elite de São Paulo , e, claro, uma pressão que refletisse no Parlamento (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 223-224).

Procurou-se colocar em prática aquilo que Domenach (1967, p. 85) qualificou como esforço por "fazer predominar seu clima de força". Numa disputa como a que desenrolava, marcada pela forte polarização de opiniões, a quantidade, dimensão, repetição dos esforços propagandísticos devem predominar sobre os do adversário. O impacto simbólico de tal primazia pode criar uma aura de vitória iminente. Parecia ser essa a diretriz norteadora da elaboração da manifestação. Para além do espaço físico, onde se desenvolveriam as atividades programadas, que tinha capacidade de abrigar centenas de milhares, tomou-se todos os cuidados para facilitar – e otimizar – a irradiação, pela ação dos meios de comunicação de massa, dos discursos de cada autoridade participante, do "ruído" da ovação da multidão em defesa das "reformas". Portanto, como nos conta Hércules Correia, o "Comício das Reformas" transcendia o alcance que costuma se creditar a manifestações dessa natureza. O fenômeno massivo da Central do Brasil foi planejado para se tornar um espetáculo midiático.

> A preparação do comício foi uma das coisas mais entusiasmadas do mundo. Durante um mês, nós vivemos em função do 13 de março. Formou-se a maior rede de transmissão do Brasil. Eu tinha uma sala na Câmara e ela ficou cheia de telegramas, cartas, só pedindo para ligar o sistema de som nacional nos auto-falantes. Eu nunca vi tanta cobertura ligada à Agencia Nacional. Porque, naquela época, era necessário pedir autorização uma a uma. Eu tive que encaminhar todas. Arrumei um grupo grande de estafetas, funcionários da Câmara, só para fazer isso (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 223-224).

O que se viu naquela sexta-feira 13, enquadra-se no fenômeno que Domenach (1963, p. 76) chamou de fascinação pelo efeito causado por projetores de luz e tochas que "contribuem para criar um clima de religiosidade, onde os mitos flutuam".

> Trabalhadores da Petrobrás, uniformizados, foram até o local do comício em fila indiana, cada um levando uma latinha de petróleo inflamada. [...] O comício teve a presença de bandas para entreter o público (VILLA, 2004, p. 174) [...].
>
> Quando Jango pisou no palanque, os quatro poderosos holofotes instalados pelo Exército no alto dos edifícios iluminaram a sua figura: foi uma apoteose, a maior que recebeu, aos gritos de "Jango, Jango!" e "Manda brasa, presidente!" No final do comício, caiu uma chuva de panfletos onde se lia: Jango 65 (VILLA, 2004, p. 177-178).

Todos os elementos do repertório propagandístico "janguista" são retratados, no seu discurso, quando toma a palavra. As reformas – dentro das quais está diluído o "nacionalismo" – e a disposição reformista, são reiteradas, seguidamente, para tentar esvaziar as acusações de que perpetraria um golpe. Interessante notar, no trecho do discurso abaixo reproduzido, o afago às Forças Armadas. Com sutileza, tenta lembrá-las de seu dever em zelar pela manutenção da legalidade. Trata-se de um claro indício de sua percepção de que as conspirações eclodiriam a qualquer momento. Como de praxe, em situações-limite, evocava a imagem e o legado de Vargas.

No parágrafo final, abaixo arrolado, Jango esboça as várias facetas atinentes ao tema das "reformas", bem como o alcance das mesmas em termos de benefício à sociedade. Àquela altura dos acontecimentos, a implementação de todas as mudanças sugeridas era quimérica. Por serem inexeqüíveis, elas se converteram numa daquelas idealizações só possíveis na esfera etérea dos sonhos que costumam acalentar os desejos e esperanças por uma vida, um país, perfeitos.

Incorreu no que Tchakhotine (1967, p. 278) chamou de mito, no caso, o mito de um país acolhedor e justo, que possibilite uma existência em que todos tenham igualdade de oportunidades, vivam sem privações e dificuldades. Algo bastante comum na senso-propaganda e que aparece com bastante frequência nas estratégias de propaganda política. Presta-se a adocicar uma "vida cheia de dificuldades, de sofrimentos, de desilusões, de

inquietudes. Em suma, (o indivíduo) está privado de alegria e por essa razão, entregue ao domínio dos mitos" Tchakhotine (1967, p. 278).

> Espero que os senhores congressistas, em seu patriotismo, compreendam o sentido social da ação governamental, que tem por finalidade acelerar o progresso deste país e assegurar aos brasileiros melhores condições de vida e trabalho, pelo caminho da paz e do entendimento, isto é, pelo caminho reformista. (...)
>
> Ao anunciar, à frente do povo reunido em praça pública, o decreto de encampação de todos as refinarias de petróleo particulares, desejo prestar homenagem de respeito àquele que sempre esteve presente nos sentimentos do nosso povo, o grande e imortal Presidente Getúlio Vargas. (...)
>
> Nenhuma força será capaz de impedir que o governo continue a assegurar absoluta liberdade ao povo brasileiro. E, para isto, podemos declarar, com orgulho, que contamos com a compreensão e patriotismo das bravas e gloriosas Forças Armadas da Nação.
>
> Hoje, com o alto testemunho da Nação e com a solidariedade do povo, reunido na praça que só ao povo pertence, o governo, que é também o povo e que também só ao povo pertence, reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira. Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 203-204).

Como já vinha fazendo, Goulart dá ênfase especial à Reforma Agrária. Antes de introduzi-la, profere palavras ásperas por meio das quais, simultaneamente, defende os benefícios que as "reformas" trariam aos trabalhadores, e ataca as elites que, segundo ele, patrocinavam um modelo econômico que fazia da miséria um fator estrutural, uma parte inseparável de sua constituição, vedando à população mais pobre o acesso à riqueza. Atrela a dissolução deste modelo a Reforma Agrária. Num lance de dramaticidade teatral, assina decreto que dá início à sua execução. Tal gesto, que deveria ser a evidência da conversão do discurso em ação, possuía a mesma concretude de qualquer das figuras de linguagem presentes na sua oratória. As palavras que se seguem incentivam o conflito de classes.

A crítica endereçada à ganância dos latifundiários possui arranjo semântico de denúncia. Jango tenta convencer a população da necessidade de se flexibilizar o direito à propriedade privada. O somatório da articulação do grande comício – e o acionamento de todo o arsenal litúrgico-simbólico que oferece - com o tom exaltado da retórica que embala os principais motes, deveria despertar uma reação coletiva que salvaguardasse o mandato

presidencial. Nota-se, assim, que todo o potencial persuasivo atribuído à “senso-propaganda” é colocado em prática para manipular as emoções da platéia e da audiência em geral.

> Não, trabalhadores; sabemos muito bem que de nada vale ordenar a miséria, dar-lhe aquela aparência bem comportada com que alguns pretendem enganar o povo. Brasileiros, a hora é das reformas de estrutura, de métodos, de estilo de trabalho e de objetivo. Já sabemos que não é mais possível progredir sem reformar. [...]
>
> Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. (...) O que se pretende com o decreto que considera de interesse social para efeito de desapropriação as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável. [...].
>
> Reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, a vista e em dinheiro, não é reforma agrária. É negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro. Por isso, o decreto da SUPRA não é reforma agrária. Sem reforma constitucional, trabalhadores, não há reforma agrária. [...].
>
> A reforma agrária não é capricho de um governo ou programa de um partido. (...) A reforma agrária é indispensável não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas também para dar mais trabalho às indústrias e melhor remuneração ao trabalhador urbano (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 203-204).

Com o intuito de demonstrar, empiricamente, o impacto e a repercussão que a recorrência aos comícios, em geral, e o das “reformas”, em especial, precipitou junto a seus contemporâneos, registrar-se-á a seguir alguns depoimentos reveladores dessa acolhida. Embora se trate de impressões de opositores, seus comentários continuam válidos como suporte dos quais é possível esquadrinhar indícios que comprovem e aquilatem as afirmações defendidas nesta dissertação. Sobretudo, se pensarmos que poucos dias depois Jango seria deposto sem despertar resistências.

O primeiro é de Augusto do Amaral Peixoto[33]: revela seu assombro com o que lhe parece ser uma orquestração perfeitamente coreografada, em que cada “ato” acontece no tempo certo e no lugar certo; ponderando ser o tema dos discursos congruentes com a orientação ideológica dos indivíduos que circundavam Goulart durante a manifestação, faz uma ilação segundo a qual o Brasil caminhava para se transformar numa ditadura de esquerda. Fica clara sua percepção de que as “reformas” configuram propaganda comunista.

---

[33] Augusto do Amaral Peixoto era militar formado na Escola Naval do Rio de Janeiro. Foi presidente da Caixa Econômica Federal e recebeu mandato no legislativo estadual e federal por diversas vezes. Concedeu entrevista a Aspásia Alcântara de Camargo e Gilberto Ferreira em 31/10/1975 (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 261).

> Com esse comício na sexta-feira 13, houve o primeiro grande impacto, não só na opinião pública, como principalmente nos meios militares. Ali verificamos , por todos os cartazes apresentados, que a orientação era dada pelo partido comunista. Inclusive, na fotografia principal da concentração, aparece o senhor João Goulart falando; ao seu lado direito, a sua senhora, d. Maria Thereza; e, ao seu lado esquerdo, o meu amigo – embora discorde radicalmente dele – Osvaldo Pacheco, que era comunista militante. Ele é quem manobrava a massa: quando devia aplaudir, quando devia parar. Era o regente da orquestra. Ora, isso evidentemente tinha de calar fundo na opinião pública, principalmente nas classes armadas. Foi um gesto que eles só poderiam fazer se tivessem certeza absoluta do golpe. Quem faz isso no dia seguinte dá o golpe (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 206).

Semelhante posição é defendida por Antonio Carlos Muricy[34]. Como salientamos ao longo de todo o texto em tela, os esforços propagandísticos de Jango produziam uma ambigüidade deletéria à sua imagem. Se fisgavam a aprovação e simpatia das classes populares, igualmente despertavam desconfiança e antipatia dos setores conservadores. É o que se observou no depoimento anterior e é o que se constata neste. O depoente também chama à atenção para aquilo que acreditava ser um sinal cumplicidade entre Goulart e Hércules Correia, uma das principais figuras do Partido Comunista Brasileiro. Sugere que o tema “reformas” é um reflexo desta suposta aliança. Na sua visão, o comício teria ajudado a dissolver os últimos focos de resistência à formação de uma frente que unisse as forças da reação.

> O comício foi absolutamente explosivo, subversivo e comunista, com as idéias mais loucas do mundo. Todo mundo viu na televisão o Hércules Correia falar no ouvido do Jango e o Jango quase que transmitir as idéias do Hércules Correia. O comício influiu uma porção de oficiais que estavam ainda indecisos: deveriam romper com a legalidade ou não? O comício induziu, imediatamente, ao desequilíbrio da balança (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 219).

Para finalizar, Ernani do Amaral Peixoto[35] fala da expectativa gerada em torno da realização do comício nos altos escalões das Forças Armadas. E de quão eloquentes foram as

---

[34] Antonio Carlos Muricy, entre outras atividades, foi chefe do Estado-Maior do Exército em 1969/70. Concedeu entrevista a Ignez Cordeiro de Farias, Aspásia Alcântara de Camargo e Lucia Hipólito em 17/02/1981 (GOMES; FERREIRA, 2007, p.261).

[35] Ernani do Amaral Peixoto, foi governador do estado do Rio de Janeiro (1951-55), Embaixador do Brasil nos EUA (1956-61), entre outras incumbências. Concedeu entrevista para Aspásia Alcântara de Camargo e Lucia Hipólito em 26/01/1977 (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 262).

estratégias propagandísticas de Goulart para catalisar a polarização ideológica que remontava há anos e que desembocaria na supressão do regime democrático. Aliás, insinua serem as propostas e atitudes do presidente nada mais do que propaganda.

> Aquele decreto da Supra alarmou o país todo. As providências que ele tomava e as declarações que fazia inquietavam todo mundo. Acho que, se o deixassem ficar, ele tomaria certas atitudes, mas não faria nada. Ficaria agitando até o fim do governo. [...] Eu estava informado de que os generais iriam se reunir no gabinete do chefe do Estado-Maior, que era Castello Branco, para ouvir o comício pelo rádio e ver pela janela, porque o Ministério da Guerra fica em frente à Central. [...] Depois disso, na noite de 30 de março, Jango fez aquele discurso no Automóvel Clube. Assisti pela televisão. Quando ele começou o discurso, comentaram comigo: "Está muito pior do que estava escrito". O Jango tinha largado o papel e começado a improvisar (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 164-165).

O discurso ao qual Peixoto se refere ocorreu num encontro, em 30 de março de 1964, constituído por marinheiros de baixa patente que tinham se insurgido, dias antes, o que motivou os superiores a tomarem medidas disciplinares rígidas. Entretanto, as mesmas não saíram do papel pelo fato de Jango ter solicitado junto às Forças Armadas, a suspensão da punição para os amotinados. O referido pedido funcionou como atestado comprobatório final de que o presidente vinha transigindo com a desobediência civil e militar para romper com o *status quo* e implantar um regime socialista. Aquele encontro foi a última aparição pública de Goulart como Presidente da República e a última oportunidade de propagandear as "reformas". No pronunciamento, inclusive, dá mostras de que pressente a deposição. Tenta, desesperadamente, escorar-se no povo, colocando-se na condição de preposto deste. Com esse estratagema, busca a solidariedade das "ruas" para preservar seu mandato. Horas depois, o golpe se consuma. Varre para fora do sistema político brasileiro, tanto Jango quanto a democracia.

> Compreendam os legisladores que as Constituições não devem servir apenas para resguardar as instituições do presente, mas as Constituições devem, acima de tudo, resguardar as instituições do futuro. Triste do país que tivesse uma Constituição intocável. As Constituições têm que evoluir à medida que evoluem os povos e as Nações. Mas outra crítica que se levantava contra o Presidente da República, diariamente transcrita e bem paga na imprensa brasileira, era a de que o presidente não revelava quais as reformas que desejava o povo brasileiro. [...].
>
> Enganam-se redondamente aqueles que imaginam que as forças da reação serão capazes de destruir o mandato que não é meu, o mandato que é do povo

> brasileiro. (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 208-209 discurso de Jango no Automóvel Clube do Brasil).

4.4.1 - Imagens[36]

Figura 7 – Painel
Fonte: Villa, 2004

Painel montado por ocasião de comício que se realizaria, em 1960, em São Paulo, parte da agenda de campanha para a eleição que se realizaria aquele ano. Em forma de triângulo, aparecem as imagens pintadas de Lott – o candidato a presidente –, Jango – novamente concorrendo a vice –, e JK, terminando seu mandato de presidente. A inclusão deste último, na peça, configura uma tentativa de aproveitar um pouco do impulso da sua popularidade. Os temas evocam vários elementos do "léxico" janguista: o nacionalismo aparece com bastante destaque – àquela altura, quando Jango subia ao púlpito, o principal tema eram as "reformas", sendo o "nacionalismo" abarcado dentro delas; "Respeito às liberdades democráticas e

[36] Esse subtópico possui caráter meramente ilustrativo. Sua finalidade é corroborar as afirmações apresentadas no tópico anterior acerca do que teriam sido os conceitos, motes e estratégias comunicacionais de Goulart, nessa fase de sua carreira.

sindicais" – sobretudo, no que respeita ao direito de livre associação dos trabalhadores, mote que acompanhara Jango desde que debutou na esfera política nacional; aparecem, no painel, ao menos dois tópicos presentes no projeto das Reformas de Base: "Limitação da Remessa de Lucros" e "Reforma Agrária"; as menções as quatro empresas estatais – "Furnas, Três Marias, Volta Redonda e Petrobras – podem ser interpretadas como uma tentativa de contemplar, simultaneamente, dois motes: "nacionalismo" e "garantia aos trabalhadores".

Figura 8 – Segunda eleição
Fonte: Gomes; Ferreira, 2007.

Em novo comício, realizado em Minas Gerais, como parte da campanha para a eleição de 1960, dividem o palanque Tancredo Neves, Lott e Jango. Associado ao nome de Goulart é possível ler "Garantia dos Trabalhadores". Jango explorando o substrato que construíra quando ministro do Trabalho. O tema nunca abandonou sua retórica. Imagem retirada de Gomes; Ferreira, 2007, p. 112.
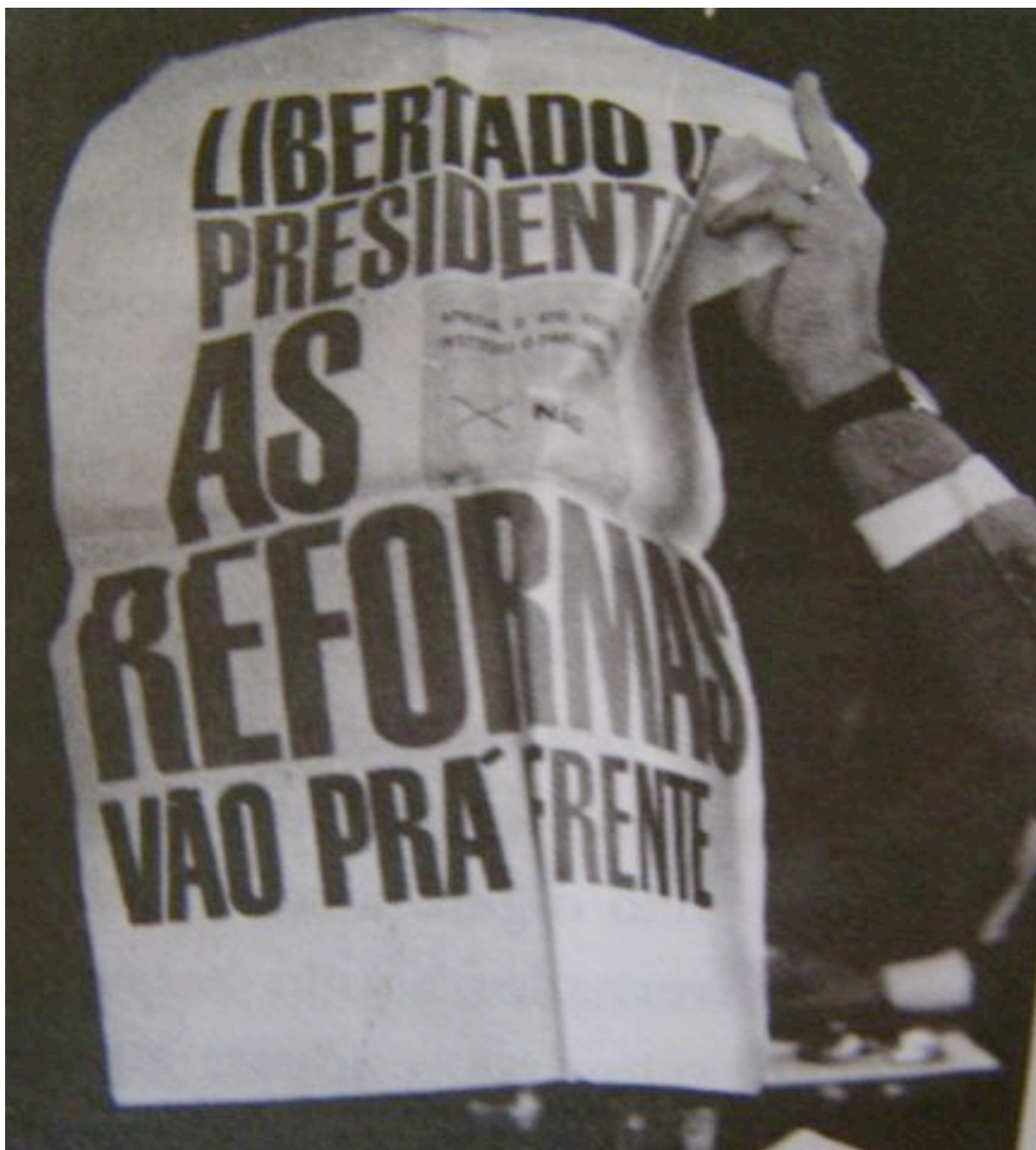
Figura 9 – Cartaz
Fonte: Gomes; Ferreira, 2007.

Panfleto defendendo o voto "não" no plebiscito de 1963. Em sua retórica, Jango condicionava o avanço das "reformas" à restauração do Presidencialismo. A peça vai na mesma direção. Diz o texto: Libertado o presidente as reformas vão prá frente". Frases de efeito rimadas são memorizadas mais rapidamente pelo eleitor. Mais uma vez, a faceta propagandística das "Reformas de Base" ajudam Jango a atingir seus objetivos eleitorais.

Chegou
a hora de
dizer
NÃO!

Contra a miséria
Contra o analfabetismo
Contra a falta de terra
Contra a usurpação do seu voto

NO DIA 6 DE JANEIRO MARQUE NÃO
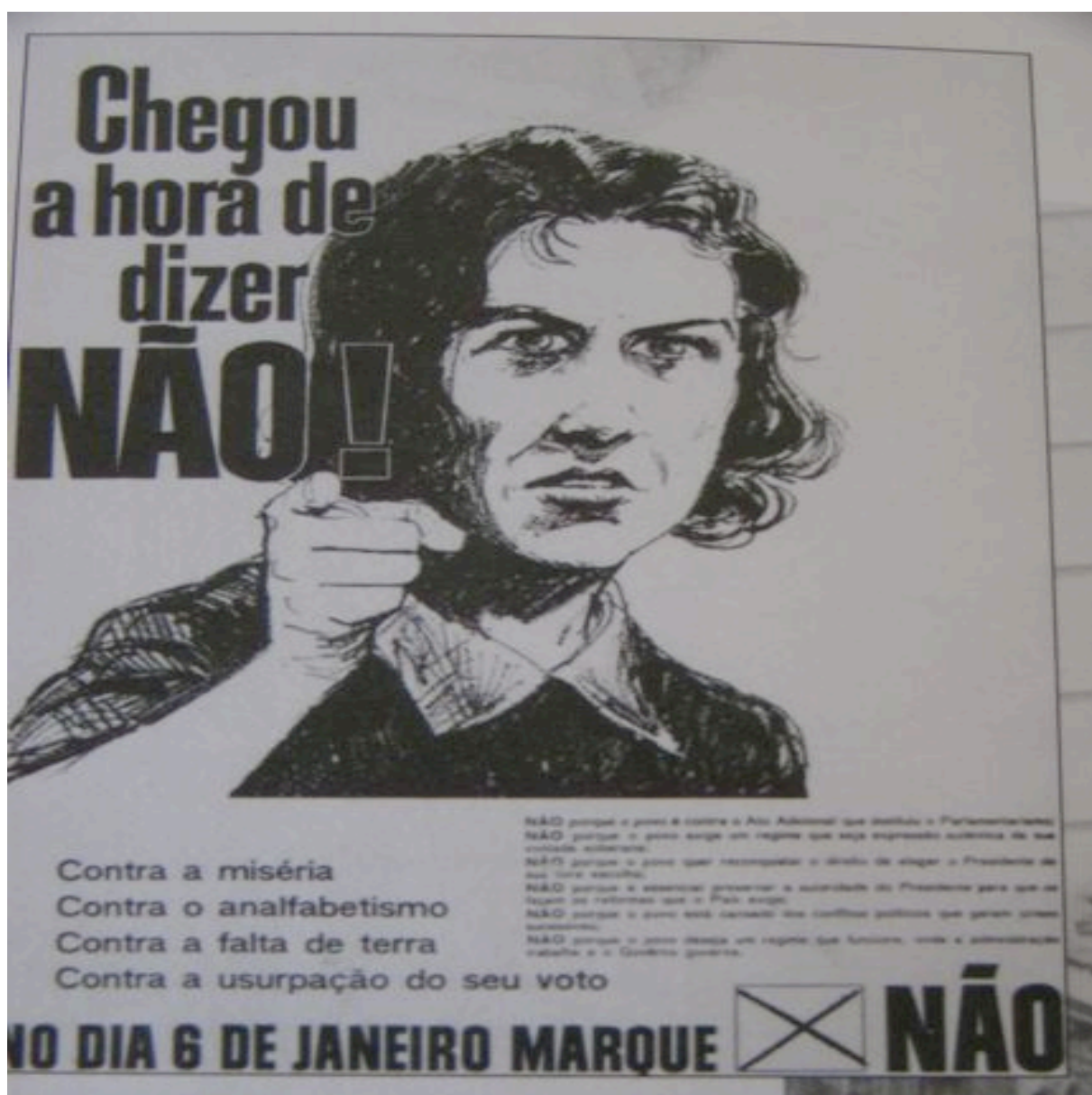
Figura 10 – Dia do "Não"
Fonte: Gomes; Ferreira, 2007.

Outro panfleto defendendo o voto no "não" para a continuidade do Parlamentarismo. A exemplo do que se observou no anterior, este também faz alusões às "reformas". Há um elemento visual celebrizado nos anúncios de convocação da população em tempos de guerra: o dedo em riste apontando para o observador. Outro elemento gráfico chamativo é o "não" no canto inferior direito da peça. Para ser explicado, é necessário se registrar os dizeres do texto ilegível: NÃO porque o povo é contra o ato adicional que instituiu o Parlamentarismo; NÃO porque o povo exige um regime que seja a expressão autêntica da sua vontade soberana; NÃO porque o povo quer reconquistar o direito de eleger o presidente de sua livre escolha; NÃO porque é essencial preservar a autoridade do presidente para que se façam as reformas que o país exige; NÃO porque o povo está cansado dos conflitos políticos que geram crises sucessivas; NÃO porque o povo deseja um regime que funcione, onde a administração trabalhe e o Governo governe. Ao lado de argumentos pontuais sobre a inadequação do parlamentarismo, as medidas reformistas se impõe com força. O mais interessante, no entanto, é tentar dar uma conotação positiva à expressão "não". Por tudo o que foi elencado, este referido anúncio

defende ser o “não” o certo, o bom. Contraria um tabu da publicidade, segundo o qual, expressões negativas despertam mapas cognitivos, igualmente, negativos. Imagem retirada de Villa, 2004.

Figura 11 - Reforma Agrária
Fonte: Gomes; Ferreira, 2007.

Imagem da plateia, no encerramento do Congresso dos Camponeses, em Belo Horizonte, no ano de 1960. Jango prestigiara o evento com sua participação. Alguns cartazes com palavra de ordem diziam: “Na lei ou na marra”, “Terra ou Morte”, ambas relacionando-se à luta pela Reforma Agrária, demonstram a receptividade do tema e, ao mesmo tempo, o clima de polarização ideológica.

DA UNE AO POVO BRASILEIRO

O GOLPE REACIONÁRIO ESTÁ EM MARCHA
É preciso que o povo se organize para o contra-golpe

QUEM QUER O GOLPE ?

1) os grupos estrangeiros ligados ao petróleo, às emprêsas de publicidade, à indústria farmacêutica.
2) os gorilas militares e civis.
3) os latifundiários ameaçados pelo decreto da SUPRA.
4) os comerciantes inescrupulosos ameaçados pela SUNAB.
5) Os grandes proprietários de imóveis que não mais poderão especular com a habitação das classes populares

COMO SE ARTICULA O GOLPE ?

1) pela exploração dos sentimentos religiosos para fins políticos.
2) pela exploração de setores militares menos esclarecidos, principalmente em virtude da recente crise da Marinha.
3) pela articulação de governadores (Lacerda, Adhemar, Meneghetti, Ney Braga, Magalhães Pinto) da maioria do Congresso (UDN, PSD), para o «impeachment» do Presidente da República.

ORGANIZAR O CONTRA-GOLPE E':

1) unirem-se os operários em seus sindicatos, esperando palavra de ordem do CGT;
2) organizarem-se tôdas as camadas populares para a resistência contra as articulações da minoria golpista;
3) aguardarem os estudantes a palavra de ordem da UNE.

PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

PELO PROSSEGUIMENTO DAS MEDIDAS PROGRESSISTAS E POPULARES

O GOLPE É A SENHA DO LEVANTE POPULAR PELAS REFORMAS

GOLPE É SENHA DE GREVE GERAL

Figura 12 – Texto da “UNE”
Fonte: Gomes; Ferreira, 2007.

Panfleto da UNE procura chamar a atenção da população para as intenções e procedimentos golpistas das parcelas reacionárias da sociedade e para a necessidade de se preparar contra-medidas que as frustrem . A peça é uma exemplar demonstração da guerra simbólico-

ideológica que se travava. Também é um índice revelador da adesão dos movimentos sociais à pregação das "Reformas de Base". Imagem retirada de Gomes; Ferreira, 2007, p. 195.

Frente do panfleto

CONCENTRAÇÃO POPULAR DIA 13 DE MARÇO NA CENTRAL DO BRASIL

Aos Trabalhadores e ao Povo em Geral

As entidades sindicais e organizações que subscrevem esta convocação, na qualidade de autênticas e legítimas representantes de tôdas as categorias profissionais de trabalhadores da cidade e do campo, dos servidores públicos civis e militares, dos estudantes e das demais camadas e setores populares, juntamente com a Frente Parlamentar Nacionalista, convocam os trabalhadores e o povo em geral para participarem da CONCENTRAÇÃO POPULAR que será realizada no próximo dia 13 de março (sexta-feira), com início às 17,30 horas, na Praça da República (lado da Central do Brasil) e para a qual está convidado, e comparecerá, o senhor Presidente da República.

Os trabalhadores e o povo em geral demonstrarão, nessa oportunidade, que estão decididos a participar, ativamente, das soluções para os problemas nacionais e manifestarão sua inabalável disposição a favor das reformas de base, entre as quais a agrária, a bancária, a administrativa, a universitária e a eleitoral, que querem ver concretizadas neste ano de 1964.

De igual forma, manifestando em praça pública a defesa das liberdades democráticas e sindicais, exigiremos também a extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos, e elegibilidade para todos os eleitores, bem como a necessidade da imediata anistia a todos os civis e militares indiciados e processados por crimes políticos e pelo exercício de atividades sindicais.

Conclamamos os trabalhadores e o povo em geral para essa demonstração cívica de unidade e patriotismo, na defesa das soluções populares e nacionalistas para os problemas brasileiros, certos de que ao povo compete, legitimamente, traçar os rumos definitivos dos destinos nacionais e de que, de sua mobilização, depende o êxito de qualquer programa que vise ao atendimento das necessidades sociais e dos supremos interêsses da Nação, como a reformulação da política econômico-financeira e de medidas outras que conduzam ao fortalecimento do monopólio estatal do petróleo e a ampliação da Petrebrás, e à efetivação da Reforma Agrária, como a declaração de utilidade públi-

Figura 13 – Texto "Entidades"
Fonte: Gomes; Ferreira, 2007.

Panfleto elaborado por entidades que apoiavam o governo, convocando os trabalhadores e a população, em geral, para ato de apoio às Reformas de Base e outras reivindicações dos movimentos sociais e categorias profissionais. Há um clima de incitação a sentimentos de solidariedade entre os participassem para, assim, se homogeneizar desejos e reivindicações de modo a unificá-los numa só voz. Trata-se da tentativa de promover a impressão de unanimidade.

ca ou de interêsse social para efeito de desapropriação e entrega aos camponeses sem terra, das áreas inaproveitáveis situadas às margens dos açudes, ferrovias e rodovias, cujo Decreto deverá o Presidente da República assinar na oportunidade daquele ato público.

TUDO PELA UNIDADE DO POVO E AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA!

TUDO PELA CONCRETIZAÇÃO DAS REFORMAS DE BASE!

TUDO PELAS LIBERDADES DEMOCRATICAS E SINDICAIS!

TODOS A CONCENTRAÇÃO POPULAR DO DIA 13 DE MARÇO, AS 17,30 HORAS, NA PRAÇA DA REPÚBLICA!

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1964

Dante Pellacani — Comando Geral dos Trabalhadores.
Clodsmidt Riani — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.
Alfredo Pereira Nunes — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Maritimos, Fluviais e Aéreos.
Aluizio Palhano — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito.
Lindolfo Silva — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
Dante A. Menezes — Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.
João Ayrton Santos — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.
Carlos Taylor — Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.
Carlos Alberto Costa Pinto — Federação Nacional dos Jornalistas.
Wilson Reis — Federação Nacional dos Trabalhadores em Emprêsas Telegráficas, Radiotelegráficas e Radiotelefônicas.
Rafael Martinelli — Federação Nacional dos Ferroviários.
Enio Silveira — Comando dos Trabalhadores Intelectuais.
José Paulo da Silva — União dos Portuários do Brasil.
Marcelo Cerqueira — União Nacional dos Estudantes.
Bisneier Maiani — União dos Previdenciários do Brasil.
Oswaldo Pacheco da Silva — Pacto de Unidade e Ação.
Hércules Corrêa dos Reis — Comissão Permanente das Organizações Sindicais.
Olimpio Mendes — União Brasileira dos Estudantes Secundários.
Sérgio Magalhães — Frente Parlamentar Nacionalista.
Anna Montenegro — Liga Feminina da Guanabara.
José Manoel de Melo — União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos.

Figura 14: Verso do folheto

Figura 15 – Reformas
Fonte: Villa, 2004.

Faixas brandidas durante o "Comício das Reformas". As frases nelas contidas servem de parâmetro tanto para aquilatar a penetração do mote das "reformas", quanto o clima de polarização que arrebatava o país. "Jango, defenderemos as suas reformas a bala", "Jango, assine a reforma agrária que nós cuidaremos do resto". Provavelmente, tais frases eram de autoria de líderes de sindicato vinculados a Goulart. De qualquer modo, revelam a "temperatura" das trincheiras de um dos lados que combatiam na guerra entre visões divergentes de país. A "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" revelaria os ânimos das trincheiras adversárias.

Figura 16 - Discurso
Fonte: Gomes: Ferreira, 2007.

A imagem mostra Jango discursando e, ao fundo, uma faixa com os dizeres: “Assinatura do Decreto da SUPRA nos dá ânimo para novas lutas. Salve Jango e João Pinheiro Neto (Ministro da Agricultura de Goulart)”. A faixa anuncia, em letras garrafais, aquele que seria o gesto mais retórico de Jango no comício, qual seja, a subscrição, diante dos olhos de milhares de observadores, da autorização para que se desse início ao processo de desapropriação de terras. Nenhuma das frases ou palavras proferidas por ele teve um caráter tão propagandístico quanto a atitude voluntarista que tomou. Trata-se de exemplo cabal de conversão de ação política em propaganda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao exposto até aqui, a primeira conclusão a que chegamos, remete ou refere-se à qualidade do político Goulart. Ao contrário do que a crônica tanto pró como contra – especialmente os representantes alinhados ao grupo que considera o ex-presidente um político, no mínimo, incompetente – o que se constatou numa análise pormenorizada dos fatos, das diversas análises eivadas de juízos de valor, cujas sentenças ressentem-se, em geral, da falta de ações ou medidas cabíveis para evitar o golpe ou, que condenam as omissões do então presidente, o que se pode qualificar de saldo final da pesquisa é que Jango foi contemporâneo de um dos períodos mais atribulados da história política brasileira. Não se quer, aqui, absolvê-lo nem muito menos condená-lo. Mas, o fato de não ter oferecido sua vida em holocausto ,como fizeram Vargas e Allende, não o torna menos digno que ambos. Se houve um político que realmente tentou revolver ou repensar as estruturas fundantes sobre as quais o país se ergueu, a despeito de toda a retórica de que fez uso, como aliás, às quais todos os outros sempre recorreram e continuam a recorrer, este político atendo pelo nome de João Goulart. Consequência do matiz de pregação propagandística de que lançou mão ou vontade política autêntica, o projeto de país que alardeava, e a crença – mesmo que sub-reptícia – da fração retrógrada da sociedade nos seus discursos, foram responsáveis pela sua deposição. O julgamento condenatório da sua pragmática opção por se retirar sem luta, soa injusta. Goulart não era Vargas nem Allende. Talvez, honestamente, ponderasse ser inútil qualquer resistência. Talvez, verdadeiramente, não quisesse entrar para a história como um presidente que, por capricho ou renitência, ou em nome de uma honradez mítico-romântica que frequentemente se atribui aos ditos grandes estadistas, precipitasse o país numa guerra civil inútil, que só teria por corolário final mortes inúteis de brasileiros idealistas. Seja como for, essa é a conclusão a que se chega depois da longa arenga registrada nessa extensa dissertação.

Em segundo lugar, é de causar perplexidade a falta de estudos e trabalhos que tenham por objeto uma contemplação crítica em relação ao conceito e especificidades do que se entende por Propaganda Política. O que se observa é uma aproximação perigosa, a ponto de as fronteiras entre ambas ficarem difusas, com a Administração de Empresas e demais disciplinas dedicadas ao campo dos Negócios. Não se trata de menosprezar o campo do saber dedicado ao estudo destas últimas. O que não se pode aceitar é que a propaganda, ou seu estudo, limite-se a fornecer técnicas que otimizem o sucesso de aventuras comerciais, cujo único fito seja auferir lucros. Num prognóstico pessimista, se a situação não começar a ser

discutida, não será de se estranhar que a propaganda passe a figurar como um apêndice do curso de Administração de Empresas e afins. Por isso, faz-se mister frisar com a maior precisão possível aquilo que pertence aos domínios da Comunicação Social e aquilo que é de vocação da Administração de Empresas. Até por que, o estudo crítico da comunicação e de tudo aquilo que, ao seu redor gravita, deve adquirir um peso de compromisso para com o aprimoramento da vida em sociedade, com a emancipação do indivíduo. E não o contrário, vir a se tornar fator de mistificação, um instrumento que colabora com a conversão de seres-humanos em peças de um sistema ,cujo cerne é a busca do lucro.

A terceira colocação diz respeito à premência de se estudar a Comunicação, ou a Propaganda, de um modo a concatená-la ao contexto mais amplo, do qual ela extrai seu sentido, no qual ela adquire sentido e para o qual retorna reconfigurando-o. Não se quer aqui criticar estudos similares e que, em suas estratégias, não contemplaram um levantamento amplo do contexto. O que se percebeu, ao final da pesquisa, é que sem uma interpretação pormenorizada de um recorte histórico abrangente, compromete-se a acuidade do exercício da hermenêutica do conteúdo propagandístico, bem como de sua função dentro de uma dada situação ou conjuntura. Refletir o conteúdo e finalidade de campanhas propagandísticas, sem confrontá-las com as variáveis mais gerais com as quais ela dialoga, no máximo se obterá um quadro parcial do alcance das mesmas, algo "estruturalista" e limitado se comparado com a relação dialeticamente rica, em que campanhas propagandísticas interagem de modo a interferir sobre a realidade à que numa primeira instância, reproduzem. Ao reproduzir, afetam o curso dos acontecimentos, modificando-os. Por sua vez, tal modificação da realidade volta a virar tema de novas campanhas e, assim, se tem uma retroalimentação recíproca e interminável que impulsiona a tão decantada dinâmica voraz dos tempos modernos. A extração de sentido das campanhas que tal estratégia permite, exponencializa as possibilidades de se obter revelações que de outro modo sequer se insinuariam.

Um outro tema, do qual não se pôde escapar, dá conta daquilo que se equipara, na comunicação, à busca do *Santo Graal* pelos historiadores e arqueólogos que se dedicam ao estudo do "Cristianismo": o desvendamento do tamanho da ingerência que os conteúdos de cunho ideológicos contidos nas mensagens provenientes dos meios de comunicação de massa exercem no comportamento do público. Que a mídia massiva vem tentando, há algum tempo, monitorar os hábitos dos espectadores e, em alguma medida, tem detectado certos padrões aos quais explora para realçar a audiência para seus produtos e nele embutir "sugestões", é fato. Até em função de vivermos numa sociedade de massa, em que abstrações como "indivíduo médio", "comportamento médio" não são tão abstratas assim. O comportamento gregário é

uma manifestação ou reação tipicamente humana. E isso não deixa de ser um indicador que fornece alguma segurança à codificação de apelos persuasivos.

Mas, também, é fato que este conhecimento é parcial, não atinge as especificidades mais particulares – e mais preciosas – até porque tal talvez seja impossível. Se se, por algum instrumento de pesquisa, lograsse-se reunir informações dos contextos particulares de recepção, o responsável pela façanha, indubitavelmente, tornar-se-ia o indivíduo mais rico do planeta. Vivemos numa sociedade de massa, mas isso não quer dizer que não existam singularidades de um círculo de pessoas para outro ou mesmo de pessoa para pessoa.

A esse respeito, o que se tem disponível é o que se apresentou e discutiu neste trabalho: a instrumentalização de formas simbólicas pela avaliação das variáveis do contexto. Houve uma dura altercação de formas simbólicas, ideológicas, por parte de um dos grupos contendores, pois, por meio delas, buscou-se a todo custo ratificar ou propagandear a manutenção de relações de dominação assimétricas.

No lado oposto do fronte, o que se aferiu foi a recorrência não menos virulenta de formas simbólicas para se fazer prevalecer uma concepção de país, que se não se podia taxar de subversiva, se prevalecesse, no mínimo abalaria o arranjo secular que dá sustentação aos contrastes tão deletérios que figuravam como tema frequente do arsenal simbólico discursivo dessa facção opositora.

O que se pode apontar como ponto comum entre ambos é que as formas simbólicas às quais recorrerem estavam, umbilicalmente, concatenadas ao contexto social-político-econômico que, por sua vez, tinha como principal traço a exacerbação da luta de classes. Tanto as investidas propagandísticas de Goulart quanto a contrapropaganda que se lhe dirigia, transbordavam a iminência da implosão da pirâmide social daquele panorama histórico.

As estratégias comunicacionais-persuasivas de Goulart mais se assemelhavam a uma pauta de reivindicações das classes subalternas do que discursos formatados pelas técnicas propagandísticas – tal semelhança já não deixa de ser, em si mesma, uma astuta estratégia para cativar preferências. Seja no clamor popular desencadeado pela morte de Vargas, de quem se tornou legatário – e por cujas mãos ascendeu ao primeiro plano da política nacional – seja fazendo coro com os anseios de ascensão social dos trabalhadores urbanos, a carga imagética que construiu, em torno de si, procurou sempre refletir e se alinhar com o modo como as classes desprivilegiadas sentiam e viviam a conturbação daquele contexto histórico.

A seguir, apresentar-se-á ponderações acerca do modo como Jango, ao longo de sua carreira, administrou a dialética comunicação x contexto.

Não resta dúvida de que a figura de Getúlio Vargas esteve sempre presente, atrelada à de João Goulart e que, o segundo, sempre fez questão de reforçar tal vinculação. Por onde passava, Jango invocava seu "padrinho" para fazer uso da força simbólica que seu estilo e atos – sobretudo a comoção causada por sua derradeira e dramática cartada, o suicídio – e, assim, atrair para si a simpatia que a população devotava ao "Pai dos Pobres".

A aproximação de Goulart aos sindicatos de trabalhadores urbanos, desde cedo urdida por orientação de Vargas, garantiram-lhe uma base sólida de sustentação tanto para conferir-lhe legitimidade na arena política, quanto serviam como bastião irradiador de propaganda e aliciador de militantes. Os trabalhadores foram o grande alvo das iniciativas persuasivas em todos os âmbitos da comunicação - midiática massiva ou inter-pessoal.

O apelo conotado pela bandeira das reformas, igualmente, fez parte das estratégias para sugestionar a população. Também remonta a Vargas, embora com desdobramentos e ou direcionamentos mais polêmicos e radicais em relação ao que inicialmente defendia aquele, dado o acirramento das contradições entre as classes sociais e a própria obsolescência do Populismo que vinha dando mostras de que não mais conseguia equilibrar o pacto que o tornava viável como forma de exercício de poder. As concessões às classes populares que, inicialmente, funcionavam como elemento desopilador de tensões, mantendo-as sob controle, foram progressivamente transformando-se em conquista de espaço real no jogo político. Daí o desespero das elites e o perigo de o Populismo ruir. A esse respeito, aliás, observando-se a retórica entoada por Goulart, é possível entrever mais do que um político tentando persuadir a população para que esta lhe franqueie seu apoio; os esforços comunicacionais do então presidente podem ser tomados como uma espécie de réquiem dedicado a esse esgotamento da "solução" populista. A análise dos discursos de Jango demonstra, à perfeição e, na prática, a agonia do arranjo populista, tão apontada, descrita e explicada nos textos dos estudiosos do assunto.

Jango foi contemporâneo de personalidades marcantes e magnéticas e, de algum modo, sempre esteve meio que à sombra destas. Foi vice-presidente tanto de Juscelino Kubitschek, quanto de Jânio Quadros, dois titãs de popularidade. Uma campanha para vice-presidência desvinculada, ou seja, aquela em que o eleitor tem de optar por um dos nomes da mesma maneira que opta pelo candidato a presidente, possui um pouco mais de notoriedade do que ocorre nos dias de hoje. Mas, mesmo assim, continua sendo de menores proporções, com movimentação de recursos financeiros muito menor. Isso foi um fator que dificultou o levantamento de material propagandístico "promocional".

Muito mais elucidativo, foi estabelecer o “diálogo” entre a propaganda pela ação – implementação de políticas públicas – à frente dos cargos que Jango ocupou, uma vez que a partir de sua primeira eleição a vice, nunca mais deixou de frequentar o círculo mais restrito do poder. Seus atos, como vimos, visavam muito mais a causar impacto e forjar substrato de apoio do que, propriamente, surtir o efeito prático para solucionar o problema que teria despertado ou provocado à apresentação da suposta solução.

Analisando a retórica das forças em confronto, cotejando-as com os dados provenientes do contexto conturbado, não resta a menor dúvida sobre quais foram os motes que alimentavam o discurso de Jango para sugestionar, cativar, constituir uma massa significativa de simpatizantes. E, pelas condições políticas e econômicas desfavoráveis, ele não possuía muitas outras armas a não ser tentar granjear apoio das classes populares, afagando-as com promessas e atos que lhes beneficiariam diretamente. Uma tentativa de compensar os malfadados esforços em recompor um aparato político que lhe fosse simpático no âmbito legislativo e, assim, poder viabilizar seus intentos. O estratagema compensatório se estende à condução das questões econômicas: os planos fracassavam um a um.

Já no apagar das luzes de seu mandato, e da própria democracia, idealizou uma série de grandes comícios, nos quais entoava promessas e frases de efeito e até medidas enérgicas como formalização das reformas pretendidas, por meio da assinatura, em público, no desenrolar da própria manifestação. Eram bravatas, blefes, jogos de cena, para fazer crer à população que a hora havia chegado e que ele, o presidente, faria sua parte para embarcar o país numa nova era de prosperidade e justiça. Não havia, como já foi dito, respaldo político para que tais pleitos se tornassem realidade. Tudo era discurso para angariar apoio. Tudo era propaganda para fazer o eleitor acreditar e se mobilizar, alinhando-se a Jango. O apoio popular compensaria a carência de apoiadores no poder legislativo. Trata-se de um caso lapidar em que é possível flagrar ação política se transfigurando em propaganda.

Uma última inferência: várias de suas cartadas propagandísticas eram assimiladas pela contrapropaganda e revertidas contra Goulart como provas de que ele comprometera-se com uma sublevação para implantar o comunismo no país. Empenhou-se o quanto pode para desmistificá-la. O chamado desenvolvimentismo e o nacionalismo, sempre presentes em seus discursos, eram uma tentativa de rechaçar a acusação de que não simpatizava com o Capitalismo. Em vários gestos de forte apelo, tentou demonstrar que era religioso, que acreditava na democracia como valor maior para uma sociedade justa, casou-se e teve filhos – o que poderia desconstruir o discurso que lhe acusava de comunista, pois difundira-se a idéia de que comunismo, religião e família eram incompatíveis. Entretanto, não logrou êxito. O

golpe foi desferido precipitando o país numa ditadura que duraria 20 longos anos e com cujo legado convivemos até hoje. A dificuldade de nós, brasileiros, compreendermos e lidarmos com os mecanismos, recursos e possibilidades que a Democracia oferece, remete a este "lapso" em nossa história que, tolheu-nos o direito de participar da vida política, de exercitá-la e, portanto, de amadurecermos. Tal cerceamento, explica essa dificuldade que ainda nos impede de utilizarmos todas as potencialidades inerentes à vigência de um Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart:** entre a memória e a história. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ADORNO, Theodor, HORKHEIMER, Max. O Iluminismo como Mistificação das Massas. In: LIMA, Luiz C. **Teoria da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ALMEIDA Jr, Antonio Mendes. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Boris (Org). **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil Republicano: sociedade e política (1930 – 1964). 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. V. 3, Tomo 3, n. 10, p. 225 - 255.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart***:* as lutas sociais no Brasil (1961 – 1964). 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BRANCO, C.C. **Introdução à Revolução de 1964**: A Agonia do Poder Civil. Rio de Janeiro: Arte Nova, tomo I, 1975.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A Questão Agrária: Crise de poder e Reformas de Base (1930 – 1964). *In* FAUSTO, Boris (Org). **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil Republicano: sociedade e política (1930 – 1964). 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. V. 3, Tomo 3, n. 10, p. 121 – 224.

CAPELATO, M. H.. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998.

CARVALHO, R.V.da F. **Política e estética publicitária***:* a recente experiência brasileira. Fortaleza: UFCE, Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais, 1994.

CHAUI, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHIAVENATO, J. J. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Moderna, 1994.

COELHO, Teixeira. **O que é Industria Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CORRÊA, H. **A Classe Operária e seu Partido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

D`ARAUJO, Maria Celina**. Sindicatos, Carisma & Poder:** O PTB de 1945 – 1965. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

De FLEUR, Melvin L., BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorial da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro,1963.

DRESSEL, H.F. **Brasil de Getulio a Itamar:** Quatro décadas de História vivida. Ijuí: Unijuí, 1997.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Boitempo: São Paulo, 1997.

FARHAT, Said. **O fator opinião pública**: como se lida com ele. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart:** *e*ntre a memória e a História. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FURTADO, C. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GALVÃO, Maria Rita, SOUZA, Carlos Roberto. Cinema Brasileiro: 1930 – 1964. In: FAUSTO, Boris (Org). **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil Republicano: economia e cultura (1930 – 1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. V.4, tomo 3, n. 11, p. 463 - 500.

GARCIA, Nelson Jahr**. O que é propaganda ideológica**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

______. **O Estado Novo**: ideologia e propaganda política: a legitimação do estado autoritário perante as classes subalternas.São Paulo: Loyola, 1982.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Angela de Castro. Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart:** entre a memória e a História. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GOMES, Angela de Castro, FERREIRA, Jorge**. Jango**: as múltiplas faces. Rio de Janeiro: FGV, 2007

GOMES, Neusa Demartini. **Formas persuasivas de propaganda política**: propaganda política e publicidade eleitoral. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

GRYNSPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart**: entre a memória e a História. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOHLFELDT, Antonio; BUCKUP, Carolina. **Última hora**: populismo nacionalista nas páginas de um jornal. Porto Alegre: Sulina, 2002.

JUREMA, Abelardo. **Juscelino e Jango, PSD e PTB**. Rio de Janeiro: Artenova, 1979, p. 50.

KUNTZ, R. A. **Marketing político**: manual de campanha eleitoral, São Paulo: Global, 1998.

LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, F.H. **Os partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **O Marketing Eleitoral**. São Paulo: Publifolha, 2002.

LOWY, Michael. **Método Dialético e Teoria Política**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MALAGODI, Edgard. **O que é materialismo histórico**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945 – 1964). In: FAUSTO, Boris (Org). **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil Republicano: economia e cultura (1930 – 1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. V. 4, Tomo 3, n. 11, p. 51 - 106.

MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a política “Populista” no Brasil (1954 – 1964). In: FAUSTO, Boris (Org). **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil Republicano: sociedade e política (1930 – 1964). 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. V.3, Tomo 3, n. 10, p. 257 - 294.

MORAIS, Geneton. **Dossiê Brasil**: as histórias por trás da História recente do país. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart:** entre a memória e a História. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

OLIVEIRA, M.R. Duarte. **João Goulart na Imprensa**: de personalidade a personagem. SãoPaulo: Annablume, 1998.

OTERO, Jorge. **João Goulart**: lembranças do exílio. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2001.

PARKER, P. R. **O Papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PICOLIN, João Carlos. **As Metas e o Plano***:* Juscelino para presidente do Brasil – As estratégias de comunicação política que ajudaram a eleger JK em 1955. Dissertação (mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2001.

PIGNATON, A A.G. **Capital Estrangeiro e Exportação Industrial no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1973.

PINHEIRO, L.A. **JK, Jânio e Jango**: três jotas que abalaram o Brasil. Brasília: Letrativa, 2001.

PINHEIRO NETO, João. **Jango**: um depoimento pessoal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

RYFF, Raul. **O Fazendeiro Jango no Poder**. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e Classe Operária (1930 – 1964). In: FAUSTO, Boris (Org). **História Geral da Civilização Brasileira** - o Brasil Republicano: sociedade e política (1930 – 1964). 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. V. 3, Tomo 3, n. 10, p. 507 - 555.

SAES, Décio A.M. Classe média e política no Brasil (1930 – 1964). In: FAUSTO, Boris (Org). **História Geral da Civilização Brasileira** - o Brasil Republicano: sociedade e política (1930 – 1964). 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. V. 3, Tomo 3, n. 10, p. 447 – 506.

SANTOS, José Rodrigues. **Comunicação.** Lisboa: Difusão Cultural, 2001.

SILVA, Hélio. **1964:** golpe ou contragolpe? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (Org). **História Geral da Civilização Brasileira** - o Brasil Republicano: economia e cultura (1930 – 1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. V. 4, Tomo 3, n. 11, p. 209 - 245.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getulio Vargas a Castello Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. **Da substituição de importações no capitalismo financeiro.** 7. ed. São Paulo: Zahar, 1878, p. 158.

TCHAKHOTINE, Serge. **A mistificação das massas pela propaganda política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

TENDLER, S. **Jango**: *um filme*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

TOLEDO, C. N. **O governo Goulart e o golpe 64**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 7º Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

TORQUATO, Gaudêncio. **Tratado de Comunicação Organizacional e Política**. São Paulo: Thomson, 2004.

VILLA, Marco Antonio. **Jango**: Um Perfil (1945 – 1964). São Paulo: Globo, 2004.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 7ºed. Lisboa: Presença, 2002.